

CERTIFICADO DE TRADUÇÃO

Isabel Maria de Sousa Carita Charraz, advogada, com domicílio profissional na Rua Barata Salgueiro, n.º 30, 5.º andar em Lisboa, portadora da Cédula Profissional n.º 18820, certifica, nos termos do número dois do artigo quinto do Decreto-Lei n.º 237/2001, de 30 de agosto, do artigo trinta e oito do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, do número três do artigo quarenta e quatro e do artigo cento e setenta e dois do Código do Notariado e da Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de junho, que nesta data, compareceu perante si Maria Margarida Beja Gonçalves Novo, divorciada, natural de Coimbra, freguesia de Sé Nova, com residência na Rua Henrique Lopes de Mendonça, n.º 10, r/c dto., Cruz Quebrada-Dafundo, pessoa cuja identidade verifiquei por ser do meu conhecimento pessoal, a qual me apresentou a tradução anexa ao respectivo original, escrito em língua inglesa e traduzido para a língua portuguesa, estando todas as folhas rubricadas e numeradas por si de 1 a 103 tendo-me declarado, sob compromisso de honra, que a mesma foi por si feita e está fiel e exacta com o original, que é composto por 107 folhas, todas também numeradas e rubricadas por si.

Lisboa, 30 de maio de 2017.

A Tradutora

Margarida Beja Gonçalves Novo

Isabel Maria de Sousa Carita Charraz
A Advogada
Isabel Maria de Sousa Carita Charraz
ISABEL CARITA
ADVOGADA

Céd. Prof. n.º 18820 - NIF 202 863 085
Edifício Fundação
Rua Barata Salgueiro, n.º 30-5.º andar
1269-056 LISBOA

Número de Identificação do ato:

Este registo pode ser consultado em: <http://oa.pt7atos>

usando o código **2632054-575165**

Não sujeito a Imposto de Selo



ORDEM DOS ADVOGADOS

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Isabel Carita

CÉDULA PROFISSIONAL: 18820L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Certificação de traduções de documentos

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Citibank Europe Plc, Sucursal em Portugal

NIPC n.º 980542790

OBSERVAÇÕES

Isabel Maria de Sousa Carita Charraz, advogada, com domicílio profissional na Rua Barata Salgueiro, n.º 30, 5.º andar em Lisboa, portadora da Cédula Profissional n.º 18820, certifica, nos termos do número dois do artigo quinto do Decreto-Lei n.º 237/2001, de 30 de agosto, do artigo trinta e oito do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, do número três do artigo quarenta e quatro e do artigo cento e setenta e dois do Código do Notariado e da Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de junho, que nesta data, compareceu perante si Maria Margarida Beja Gonçalves Novo, divorciada, natural de Coimbra, freguesia de Sê Nova, com residência na Rua Henrique Lopes de Mendonça, n.º 10, t/c dto, Cruz Quebrada-Dafundo, pessoa cuja identidade verifiquei por ser do meu conhecimento pessoal, a qual me apresentou a tradução anexa ao respectivo original, escrito em língua inglesa e traduzido para a língua portuguesa, estando todas as folhas rubricadas e numeradas por si de 1 a 103 tendo-me declarado, sob compromisso de honra, que a mesma foi por si feita e está fiel e exacta com o original, que é composto por 107 folhas.

EXECUTADO A: 2017-05-30 11:03

REGISTADO A: 2017-05-30 11:07

COM O N.º: 18820L/650

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos>
usando o código 26320154-575165



CITIBANK EUROPE PLC

(Número de registo: 132781)

**RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Índice

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA OS ACIONISTAS DO CITIBANK EUROPE PLC ..	9
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	11
DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO	12
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA	13
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS.....	14
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	15
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA SOCIEDADE	16
DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DA SOCIEDADE	17
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DA SOCIEDADE.....	18
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DA SOCIEDADE.....	19
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DA SOCIEDADE.....	20
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	21
1. Principais políticas contabilísticas	21
2. Uso de premissas e estimativas	35
3. Margem financeira	37
4. Resultados de comissões	38
5. Resultados de operações financeiras	38
6. Resultados de investimentos	39
7. Resultados de outros instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados	39
8. Outros proveitos operacionais.....	39
9. Remuneração dos auditores.....	39
10. Custos com o pessoal	40
11. Remuneração dos Administradores.....	40
12. Outros custos.....	40
13. Imposto sobre o lucro de atividades correntes	41
14. Obrigações relativas a pensões de reforma	43
15. Caixa e equivalentes de caixa	47
16. Ativos da carteira de negociação.....	47
17. Gestão de riscos	48
18. Ativos e passivos financeiros	71
19. Instrumentos financeiros derivados.....	82
20. Títulos da carteira de investimento	83
21. Imobilizado corpóreo	84
22. Imobilizado incorpóreo	85
23. Ativos por impostos diferidos	86
24. Outros ativos	86
25. Participações em subsidiárias.....	87
26. Títulos de dívida em circulação	88
27. Provisões	88
28. Outros passivos	89
29. Operações descontinuadas e ativos e passivos disponíveis para venda.....	90
30. Capital social realizado	91
31. Planos de incentivos baseados em ações.....	92
32. Contas extrapatrimoniais.....	95
33. Fusão	95
34. Envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas.....	96
35. Compromissos relativos a locações operacionais.....	97
36. Operações com partes relacionadas.....	97
37. Reservas	101
38. Análise por segmento.....	102
39. Casas-mãe	103
40. Eventos subsequentes.....	103
41. Aprovação das demonstrações financeiras.....	103

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E OUTRAS INFORMAÇÕES**ADMINISTRADORES**

Susan Dean – Presidente (nomeada Administradora não executiva em 22 de março de 2016 e Presidente em 15 de setembro de 2016)
Francesco Vanni d’Archirafi – (Presidente (renunciou ao seu cargo de Presidente em 15 de setembro de 2016 e de Administrador não executivo em 31 de dezembro de 2016)
Zdenek Turek – Administrador Delegado
Aidan Brady – Administrador Delegado (renunciou ao cargo em 31 de janeiro de 2016)
Breffni Byrne – Administrador não executivo independente
Jim Farrell – Administrador não executivo independente
Bo J. Hammerich – Administrador não executivo
Deepak Jain – Administrador não executivo
Mary Lambkin – Administradora não executiva independente
Marc Luet – Administrador não executivo (renunciou ao cargo em 31 de dezembro de 2016)
Rajesh Mehta – Administrador não executivo (renunciou ao cargo em 31 de dezembro de 2016)
Barry O’Leary – Administrador não executivo independente (nomeado em 17 de junho de 2016)
Ebru Pakcan – (nomeado em 1 de fevereiro de 2017)
Cecília Ronan – Administradora executiva
Patrick Scally – Administrador não executivo (renunciou ao cargo em 31 de dezembro de 2016)
Christopher Teano – Administrador não executivo (renunciou ao cargo em 31 de dezembro de 2016)
Tony Woods – Administrador executivo (renunciou ao cargo em 31 de dezembro de 2016)

**SECRETÁRIA
DA SOCIEDADE**

Deirdre Pepper (renunciou ao cargo em 10 de fevereiro de 2017)
Nigel Kemp (nomeado em 10 de fevereiro de 2017)

SEDE

1 North Wall Quay, Dublin 1

ADVOGADOS

Arthur Cox Solicitors
Earlsfort Centre, Earlsfort Terrace, Dublin 2

A&L Goodbody
International Financial Services Centre, North Wall Quay, Dublin 1

Matheson
70 Sir John Rogersons Quay, Dublin 2

AUDITOR

KPMG
Técnicos Oficiais de Contas
1 Harbourmaster Place, IFSC, Dublin 1

BANCOS

Citibank NA, Sucursal em Londres
Citigroup Centre, Canada Square,
Canary Wharf, Londres, E14 5LB

CITIBANK EUROPE PLC

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Os Administradores apresentam o seu relatório e as demonstrações financeiras consolidadas do Citibank Europe plc (a "Sociedade" ou "CEP") e das suas subsidiárias (o "Grupo") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), conforme adotadas pela União Europeia.

Principais atividades

Em 1 de janeiro de 2016, o Grupo fundiu-se com o Citibank International Limited ("CIL"), uma afiliada do Citi com sede no Reino Unido. O Grupo tem sede em Dublin e, para o exercício em análise, tinha sucursais em 20 países europeus (ver as informações internacionais infra), incluindo duas subsidiárias no Reino Unido. A última casa-mãe do Grupo é o Citigroup Inc. (doravante designado por "Citigroup" ou "Citi").

O Grupo, que tem uma licença bancária emitida pelo Banco Central da Irlanda ao abrigo da secção 9 da Lei do Banco Central de 1971, presta serviços financeiros a clientes e outras entidades do Citigroup em base mundial. A partir de 1 de janeiro de 2017, o Grupo passou a ser regulado diretamente pelo Banco Central Europeu ("BCE") (o "Regulador") através do Mecanismo Único de Supervisão (MUS). O papel do Regulador é conceder e retirar licenças, realizar análises de supervisão, assegurar o cumprimento das regras prudenciais da UE, definir os requisitos de fundos próprios para fazer face a riscos financeiros e avaliar a aquisição de bancos e a alienação de participações qualificadas.

O Grupo tem uma licença (*passaporte*) emitida ao abrigo da Diretiva de Consolidação Bancária da UE e, em consequência, pode desenvolver uma gama alargada de serviços bancários e financeiros no Espaço Económico Europeu (EEE) através das suas sucursais e numa base internacional.

As principais atividades do Grupo compreendem o Grupo de Clientes Institucionais (GCI). Os principais segmentos de negócio do GCI são os Serviços de Tesouraria e de Comércio (STC), os Serviços de Mercados e Títulos e os Serviços Bancários, prestando serviços a uma gama alargada de clientes em mercados-alvo, incluindo clientes do setor público, clientes institucionais, empresas multinacionais, grandes empresas nacionais, instituições financeiras e gestores de fundos.

Como parte do desinvestimento dos negócios não principais em curso no Citi-Holdings, o negócio de crédito ao consumo na República Checa foi vendido no primeiro trimestre de 2016. Estes segmentos de negócio são classificados separadamente como operações descontinuadas. A venda do segmento de crédito ao consumo na Hungria ficou concluída em fevereiro de 2017. Para mais elementos, ver Nota 40.

Fusão internacional do Grupo

Em 1 de janeiro de 2016, o Grupo foi objeto de uma fusão internacional com o CIL.

A fusão realizou-se como parte integrante da estratégia com vista à simplificação das entidades jurídicas e de eficiência do Citigroup e está alinhada com os objetivos estratégicos do Citigroup de corporizar uma instituição mais simples, mais pequena, mais segura e mais forte.

Antes da fusão, o Grupo tinha sucursais em: Bulgária, Eslováquia, Hungria, Polónia, República Checa e Roménia. A fusão levou à adição de catorze sucursais (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia e Reino Unido) noutros centros financeiros europeus, incluindo dois centros de serviços do Citi ("CSC") na Hungria e na Polónia, que prestam apoio operacional tanto ao Grupo como a outras entidades do Citigroup e duas subsidiárias.

Ao abrigo dos termos da fusão, uma contrapartida em dinheiro no valor de \$3,4 mil milhões foi paga pelo Grupo à casa-mãe do CIL, o Citi Overseas Holdings Bahamas Limited ("COHBL"), juntamente com 423.036 novas ações do CEP emitidas com um valor nominal de EUR1 cada. O prémio de emissão de ações associado a esta operação ascendeu a \$369 milhões. As ações emitidas foram posteriormente transmitidas do COHBL para a casa-mãe do Grupo, o Citibank Holdings Ireland Limited ("CHIL"), através de um contrato de contribuição mantendo assim o CHIL a titularidade plena do Grupo.

CITIBANK EUROPE PLC

De acordo com as políticas contabilísticas do Grupo, a fusão entre o CEP e o CIL foi registada pelo seu valor contabilístico. Na Nota 33 são fornecidas mais informações sobre o valor dos ativos e passivos adquiridos.

Os números para efeitos comparativos, nos casos em que são fornecidos, não foram reformulados nem preparados em base *pro forma*, exceto se o contrário for indicado. A informação *pro forma* está contida na Nota 33 – Fusão, para indicar o efeito que a fusão teve no Grupo.

Análise do negócio, resultados e desenvolvimento futuro

O Grupo apresentou lucros depois de impostos num valor de \$863 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (2015: \$624 milhões). O aumento da rentabilidade deve-se à combinação do impacto da fusão com o CIL com a forte performance nos principais segmentos de negócio e geografias do Grupo. Este aumento da rentabilidade verificou-se apesar da persistência de um difícil ambiente de negócios. A contínua incerteza macroeconómica e política que se verificou durante todo o ano afetou a confiança das empresas e as taxas de juros nos mercados em que o Grupo desenvolve a sua atividade mantiveram-se em níveis muito baixos.

As principais fontes de receitas, os resultados de comissões e a margem financeira, aumentaram face ao exercício transacto devido a um aumento da atividade dos clientes em determinados setores, bem como em consequência da fusão com o CIL. Os resultados operacionais globais totais ascenderam a \$2.169 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (2015: \$1.315 milhões).

Os custos operacionais (com exclusão da imparidade líquida do crédito) aumentaram durante o ano principalmente devido a custos com o pessoal mais elevados em consequência da fusão com o CIL. Os custos operacionais totais (com exclusão da imparidade líquida do crédito) ascenderam a \$1.222 milhões para o exercício findo em dezembro de 2016 (2015: \$575 milhões).

O Grupo registou uma recuperação de imparidades líquida no valor de \$6 milhões para o exercício findo em dezembro de 2016 (2015: perdas de imparidade no valor de \$19 milhões).

Face ao exercício anterior, o total do ativo do Grupo cresceu para \$49,3 mil milhões (2015: \$26,6 mil milhões). Verificaram-se aumentos em todas as principais classes de ativos do Grupo, em particular caixa e crédito concedido, devendo-se o aumento nestas rubricas principalmente à fusão com o CIL. Os depósitos aumentaram substancialmente durante o exercício, devido ao mesmo motivo. Para mais análises de natureza comparativa, ver Nota 33 – Fusão.

Os Administradores continuam a acompanhar as condições da atividade e da economia, bem como o impacto financeiro que podem ter no Grupo, incluindo o eventual impacto do Brexit.

O rating de crédito de longo prazo do Grupo manteve-se em A+ (Standard & Poor's e Fitch) e A1 (Moody's) após a fusão.

Principais indicadores de performance

Os principais indicadores financeiros consolidados do Grupo durante o exercício situaram-se nos seguintes valores:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015*	Varição
	\$000	\$000	
Lucros antes de impostos	953.079	720.424	32%
Lucros depois de impostos	862.537	623.591	38%
Eficiência operacional	55%	43%	12%
Situação líquida	9.401.222	8.149.625	15%
Rendibilidade do capital	10%	9%	1%
Rácio de alavancagem	11%	18%	(7)%

* Os números de 2015 não são comparáveis porque não representam o efeito da fusão.

CITIBANK EUROPE PLC

Gestão do capital

O Grupo tinha fundos próprios regulamentares no valor de US\$7,5 mil milhões (US\$8 mil milhões em 31 de dezembro de 2015), compostos integralmente por fundos próprios de nível 1. O rácio de fundos próprios em 31 de dezembro de 2016 era 17,5% (34,7% em 31 de dezembro de 2015), o que excede os requisitos mínimos. O documento informativo sobre o Pilar 3 contém informações suplementares sobre os requisitos de fundos próprios e a gestão de riscos do Grupo (<http://citigroup.com/citi/investor/reg.htm>). Para mais informações, ver Nota 17.

Dividendos

Os Administradores aprovaram o pagamento de dividendos finais no valor de \$1,075 mil milhões (2015: \$0) em 10 de fevereiro de 2017.

Governo societário

Contabilidade interna e controlos financeiros

No Grupo, o processo de contabilização envolve o Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria e a Função Financeira. Os Administradores são responsáveis pela preparação do Relatório dos Administradores e das demonstrações financeiras do Citibank Europe plc e do Grupo de acordo com as leis aplicáveis. O Conselho de Administração criou uma Comissão de Auditoria que funciona dentro de termos de referência específicos aprovados pelo Conselho de Administração. A Função Financeira do Grupo é responsável por elaborar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NIRF tal como adotadas pela UE e no respeito pelas obrigações legais locais.

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria é uma subcomissão do Conselho de Administração. O papel desta comissão é supervisionar a adequação do quadro de controlo interno estabelecido pela administração relativamente às atividades do Grupo. A Comissão de Auditoria também ajuda o Conselho de Administração a cumprir as suas responsabilidades de supervisão em matéria de integridade das demonstrações financeiras, processo de relato financeiro e sistemas de contabilidade interna e mecanismos de controlo financeiro do Grupo. A Comissão de Auditoria apoia-se no trabalho da Auditoria Interna e da alta direção do Grupo.

Comissão de Risco

A Comissão de Risco é uma subcomissão do Conselho de Administração. O papel desta comissão é aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência presente e futura do Grupo pelo risco, tendo em conta a apetência global do Grupo pelo risco e a posição financeira presente e futura do Grupo. A Comissão de Risco também procede à revisão das alterações às políticas de risco do Grupo aplicáveis ao Grupo e é responsável por implementar e calcular o esforço (stress) e o risco de concentração, o capital económico e o risco do negócio, bem como por adotar os desenvolvimentos regulamentares de uma perspetiva do risco. A Comissão de Risco apoia-se no trabalho do Departamento de Risco interno e da alta direção do Grupo.

Comissão de Concessão de Crédito a Partes Relacionadas

A Comissão de Concessão de Crédito a Partes Relacionadas é responsável por ajudar o Grupo a cumprir as suas obrigações decorrentes do Código de Práticas de Concessão de Crédito a Partes Relacionadas de 2013 (Código) publicado pelo Banco Central da Irlanda.

Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos é uma subcomissão do Conselho de Administração. É responsável por ajudar o Conselho de Administração em decisões relativas a vencimentos, incluindo as que tenham implicações para a gestão do risco no Grupo.

Comissão de Ativos e Passivos

A Comissão de Ativos e Passivos é responsável pelo acompanhamento e gestão da Demonstração da Posição Financeira, incluindo o capital, o financiamento, a liquidez e o risco de mercado das carteiras que não são de negociação. Nesta matéria, a comissão funciona como um fórum para a alta direção garantir o cumprimento das políticas e procedimentos do Grupo, dos requisitos regulamentares e dos compromissos com agências de rating, bem como, quando necessário, recomendar e aplicar planos de financiamento adequados.

7
22

CITIBANK EUROPE PLC

Comissão de Nomeações

A Comissão de Nomeações é uma subcomissão do Conselho de Administração. É responsável por ajudar o Conselho de Administração em decisões relativas à nomeação de Administradores e membros da alta direção e matérias relacionadas, incluindo planeamento da sucessão, diversidade, adequação e probidade e análises da performance.

Código de Governo Societário para Instituições de Crédito e Companhias Seguradoras

O Grupo é considerada uma instituição de crédito de Impacto Alto ao abrigo do Código de Governo Societário para Instituições de Crédito e Companhias Seguradoras de 2013 (o "Código"). Como tal, o Grupo tem de cumprir os requisitos adicionais aplicáveis às instituições de Impacto Alto.

Em 2016, o Grupo foi identificado como Outra Entidade de Importância Sistémica (*Other Systemically Important Institution*, O-SII). De acordo com o n.º 1 do artigo 121.º do Instrumento Regulamentar do Banco da Irlanda de 2014 sobre o Regulamento da União Europeia sobre Requisitos Prudenciais (S.I. n.º 158 de 2014) ("Regulamento CRR"), o Banco da Irlanda foi designado como autoridade encarregue de identificar as O-SIIs autorizadas no seu território.

Principais riscos e incertezas

Para além das já referidas incertezas relativas à conjuntura macroeconómica e de taxas de juro, o Grupo está exposto a uma variedade de riscos inerente ao setor dos serviços financeiros. Os mais significativos destes riscos para o Grupo são o risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional e o risco de liquidez. Uma descrição detalhada destes riscos e da forma como são geridos figura na Nota 17.

Donativos de natureza política

Durante o exercício, o Grupo não fez nenhuns donativos de natureza política (2015: \$0).

Administradores, Secretário da Sociedade e interesses respetivos

Nem os Administradores nem o Secretário da Sociedade detêm participações indiretas no capital social do Grupo. Nem os Administradores nem o Secretário da Sociedade detêm participações superiores a 1% do valor nominal do capital social emitido da última casa-mãe do Grupo.

Registos contabilísticos

Os Administradores estão convictos de terem cumprido o requisito previsto nas secções 281 a 285 da Lei das Sociedades de 2014 relativamente a registos contabilísticos adequados, uma vez que empregaram pessoal de contabilidade com os devidos conhecimentos e disponibilizaram recursos adequados à função financeira. Registos contabilísticos adequados do Grupo estão guardados em 1 North Wall Quay, Dublin 1.

Audidores

De acordo com o n.º 2 da secção 383 da Lei das Sociedades de 2014, os auditores, KPMG, Chartered Accountants, vão manter-se em funções.

Os Administradores tomaram todas as medidas que devem tomar para tomarem conhecimento de toda a informação de auditoria e para se assegurarem de que os auditores têm conhecimento de toda essa informação. Tanto quanto é do conhecimento dos Administradores, não existe informação de auditoria relevante de que os auditores não tenham conhecimento, de acordo com a secção 330 (1)-(3) da Lei das Sociedades de 2014.

Declaração de Cumprimento dos Administradores

Conforme exigido pela secção 225 da Lei das Sociedades de 2014, os Administradores reconhecem expressamente que são responsáveis por garantir o cumprimento pelo Grupo das suas "obrigações relevantes" (tal como definidas na legislação referida). Os Administradores mais confirmam que foi elaborada uma declaração de política de cumprimento e que foram postos em prática esquemas e estruturas adequados, os quais, na opinião dos Administradores, foram concebidos para assegurar o cumprimento material das obrigações relevantes. No exercício a que o presente relatório diz respeito, realizou-se uma revisão de tais esquemas e estruturas.

8
32

CITIBANK EUROPE PLC

Declaração das responsabilidades dos Administradores a respeito do Relatório dos Administradores e das demonstrações financeiras auditadas

Os Administradores são responsáveis pela preparação do Relatório dos Administradores e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as leis e os regulamentos aplicáveis.

O direito societário obriga os Administradores a prepararem demonstrações financeiras para cada exercício. De acordo com as referidas disposições, os Administradores decidiram preparar demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) adotadas pela União Europeia (UE) e com as leis aplicáveis.

De acordo o direito societário, os Administradores só devem aprovar as demonstrações financeiras se estiverem convencidos de que estas dão uma imagem fiel e verdadeira dos ativos, passivos e posição financeira do Grupo, bem como dos seus lucros ou perdas para o período em causa. Na preparação das demonstrações financeiras do Grupo, os Administradores têm de:

- selecionar políticas contabilísticas adequadas e depois aplicá-las de uma forma uniforme;
- fazer juízos e elaborar estimativas que sejam razoáveis e prudentes;
- declarar se foram preparadas de acordo com as NIRF, tal como adotadas pela UE; e
- preparar as demonstrações financeiras no pressuposto da continuação da atividade, salvo se não for adequado partir do princípio que o Grupo irá continuar em atividade.

De acordo com o Regulamento de 2007 ("Regulamento da Transparência") de aplicação da Diretiva da Transparência (Diretiva 2004/109/CE), os Administradores também têm de incluir um relatório de gestão que contenha uma análise adequada da atividade e uma descrição dos principais riscos e incertezas enfrentados pelo Grupo.

Os Administradores são responsáveis por manter registos contabilísticos adequados que mostrem a todo o tempo e com um grau razoável de exatidão os ativos, os passivos, a posição financeira e os lucros ou perdas do Grupo e lhes permitam assegurar-se de que as demonstrações financeiras cumprem a Lei das Sociedades de 2014. Em geral, são responsáveis por tomar as medidas a que possam recorrer com razoabilidade para salvaguardar os ativos do Grupo e prevenir e detetar fraudes e outras irregularidades. Os Administradores também são responsáveis por preparar um Relatório dos Administradores que cumpra as obrigações previstas na Lei das Sociedades de 2014.

Cada um dos Administradores, cujos nomes e funções figuram na página 3 destas demonstrações financeiras consolidadas, confirma que tanto quanto é do seu conhecimento:

- as demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as NIRF, tal como adotadas pela UE, dão uma imagem fiel e verdadeira dos ativos, dos passivos e da posição financeira do Grupo à data de 31 de dezembro de 2016, bem como dos seus resultados para o exercício findo nessa data; e
- o Relatório dos Administradores contido no Relatório Anual inclui uma análise adequada do desenvolvimento e da performance da atividade e da posição da Sociedade, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas que enfrenta.

Em representação do Conselho de Administração:

29 de março de 2017

Zdenek Turek
Administrador

Jim Farrell
Administrador

Breffni Byrne
Administrador

Nigel Kemp
Secretário

9
JL. de

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA OS ACIONISTAS DO CITIBANK EUROPE PLC

Auditámos as demonstrações financeiras ("demonstrações financeiras") do Citibank Europe Plc ("o Grupo") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração da Posição Financeira da Sociedade, a Demonstração de Resultados e a Demonstração de Outro Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração de Resultados e a Demonstração de Outro Rendimento Integral da Sociedade, a Demonstração de Variações nos Capitais Próprios Consolidados, a Demonstração de Variações nos Capitais Próprios da Sociedade, a Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados, a Demonstração de Fluxos de Caixa da Sociedade e as notas relacionadas. O quadro de relato financeiro que foi aplicado à sua preparação foi a legislação irlandesa e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) tal como adotadas pela UE e, no que diz respeito às demonstrações financeiras da Sociedade, tal como aplicadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades de 2014. A nossa auditoria foi realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA) (Reino Unido e Irlanda).

Opiniões e conclusões resultantes da nossa auditoria

1 A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras mantém-se inalterada

Na nossa opinião:

- as demonstrações financeiras do Grupo dão uma imagem fiel e verdadeira dos ativos, dos passivos e da posição financeira do Grupo à data de 31 de dezembro de 2016, bem como dos seus lucros para o exercício findo nessa data;
- as demonstrações financeiras da Sociedade dão uma imagem fiel e verdadeira dos ativos, dos passivos e da posição financeira da Sociedade à data de 31 de dezembro de 2016, bem como dos seus lucros para o exercício findo nessa data;
- as demonstrações financeiras do Grupo foram devidamente preparadas de acordo com as NIRF, tal como adotadas pela UE;
- as demonstrações financeiras da Sociedade foram devidamente preparadas de acordo com as NIRF, tal como adotadas pela UE e aplicadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades de 2014; e
- as demonstrações financeiras do Grupo e da Sociedade foram devidamente preparadas de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades de 2014 e, no que diz respeito às demonstrações financeiras do Grupo, de acordo com o artigo 4 do Regulamento das NIC.

2 As nossas conclusões sobre outras matérias sobre as quais temos de nos pronunciar de acordo com a Lei das Sociedades de 2014 são as seguintes

Obtivemos todas as informações e explicações que considerámos necessárias para os fins da nossa auditoria.

Na nossa opinião, os registos contabilísticos do Grupo são suficientes para permitir que as demonstrações financeiras sejam auditadas de forma expedita e adequada e as demonstrações financeiras são coerentes com os registos contabilísticos.

Na nossa opinião, as informações dadas no Relatório dos Administradores são consentâneas com as demonstrações financeiras e a descrição, contida na Declaração de Governo Societário, das principais características dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos relativamente ao processo de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e são consentâneas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relativamente à informação dada na Declaração de Governo Societário contida nas páginas 6 e 7 informamos que:

- com base no nosso conhecimento e compreensão do Grupo e do seu ambiente adquiridos durante a nossa auditoria, nenhuma distorção relevante das informações identificadas supra chegou à nossa atenção;
- com base no trabalho realizado durante a nossa auditoria, na nossa opinião:
 - a descrição das principais características dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos relativamente ao processo de preparação das demonstrações financeiras do Grupo e a informação relativa aos direitos de voto e outras matérias exigidas de acordo com o Regulamento de 2006 de aplicação da Diretiva da Comunidade Europeia (Diretiva n.º 2004/25/CE relativa às Ofertas Públicas de Aquisição) e referidas na Lei das Sociedades de 2014 para nossa consideração são coerentes com as demonstrações financeiras e foram preparadas de acordo com a Lei das Sociedades de 2014; e

- a Declaração de Governo Societário contém as informações exigidas pela Lei das Sociedades de 2014.

3 Nada temos a reportar quanto a matérias sobre as quais temos de reportar por exceção

As NIA (Reino Unido e Irlanda) exigem que reportemos a V. Exas se, com base no conhecimento adquirido durante a nossa auditoria, identificámos informações no relatório anual que contenham incoerências relevantes face ao conhecimento referido acima ou às demonstrações financeiras consolidadas, distorções factuais relevantes ou informações que sejam, por outros motivos, enganadoras.

Para além disso, a Lei das Sociedades de 2014 exige que reportemos a v. Exas. se, na nossa opinião, não foi prestada a informação sobre a remuneração dos Administradores e as operações exigida ao abrigo das secções 305 a 312 dessa lei.

Base do nosso relatório, responsabilidades e restrições em vigor

Tal como explicado de forma mais detalhada na Declaração da Responsabilidade dos Administradores que figura na página 8, os Administradores são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras e por ficarem convencidos de que as mesmas dão uma imagem fiel e verdadeira, bem como de que cumprem a Lei das Sociedades de 2014. A nossa responsabilidade é auditar e dar uma opinião sobre as demonstrações financeiras de acordo com a lei irlandesa e as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda). Estas normas exigem que cumpramos as Normas Éticas para Auditores publicadas pelo Conselho de Relato Financeiro (*Financial Reporting Council*).

Uma auditoria realizada de acordo com as NIA (Reino Unido e Irlanda) envolve a obtenção de evidências relativas aos montantes e divulgações contidos nas demonstrações financeiras suficientes para dar garantias razoáveis de que as demonstrações financeiras não contêm distorções relevantes causadas por fraude ou erro. Tal inclui uma avaliação de se as políticas contabilísticas são adequadas às circunstâncias do Grupo e foram aplicadas uniformemente e devidamente divulgadas, da razoabilidade das estimativas contabilísticas importantes formuladas pelos Administradores e da apresentação geral das demonstrações financeiras.

Além disso, lemos toda a informação de natureza financeira e não financeira contida no Relatório Anual para identificar incoerências significativas com as demonstrações financeiras auditadas e informação que seja aparentemente substancialmente incorreta ou incoerente com o conhecimento que adquirimos durante a execução da auditoria. Caso tomemos conhecimento de distorções ou incoerências substanciais, as implicações são tomadas em conta para os efeitos do nosso relatório.

Embora uma auditoria realizada de acordo com as NIA (Reino Unido e Irlanda) esteja desenhada para dar garantias razoáveis de identificação de distorções ou omissões relevantes, tal não pode ser garantido. Em vez disso, o auditor planeia a auditoria para apurar a extensão dos testes necessários para reduzir para um nível adequadamente baixo a probabilidade de o valor agregado de distorções não corrigidas e não detetadas exceder o limiar de materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. Estes testes exigem que realizemos um significativo trabalho de auditoria quanto a uma gama alargada de ativos, passivos, proveitos e despesas, bem como que dediquemos um tempo significativo dos membros mais experientes da equipa de auditoria, em especial do sócio envolvido responsável pela auditoria, a áreas subjetivas da contabilidade e do relato.

Este relatório destina-se exclusivamente aos acionistas da Sociedade como um todo, de acordo com a secção 391 da Lei das Sociedades de 2014. O nosso trabalho de auditoria foi levado a cabo de forma a podermos relatar aos acionistas da sociedade as questões que estamos obrigados a comunicar-lhes no relatório de auditoria, mas não para quaisquer outros fins. Na máxima medida permitida por lei, não aceitamos nem assumimos qualquer responsabilidade em relação ao nosso trabalho de auditoria, a este relatório e às opiniões que formámos perante pessoas que não sejam a Sociedade e os seus acionistas como um todo.

29 de março de 2017

Niamh Marshall

Em representação de:

KPMG

Técnicos Oficiais de Contas, Auditores Oficiais

1 Harbourmaster Place

IFSC

Dublin 1

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

		2016 \$000	2015 \$000
	Nota		
Proveitos de juros		417.341	263.154
Custos de juros		(59.192)	(36.254)
Margem financeira	3	358.149	226.900
			-
Resultados de comissões	4	1.164.918	841.855
Resultados de operações financeiras	5	161.248	100.011
Proveitos líquidos de investimentos	6	149.617	21.828
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	7	32.887	5.266
Outros proveitos operacionais	8	301.980	118.938
Proveitos operacionais		2.168.799	1.314.798
Recuperações/(perdas) de crédito líquidas	17	5.909	(19.430)
Custos com o pessoal	10	(614.865)	(229.508)
Outros custos	12	(606.764)	(345.436)
Lucros antes de impostos		953.079	720.424
			-
Impostos	13	(124.740)	(97.935)
			-
Lucros do exercício de operações continuadas		828.339	622.489
			-
Lucros de operações descontinuadas, líquidos de impostos	29	34.198	1.102
			-
Lucros do exercício		862.537	623.591

As notas constantes das páginas 21 a 1033 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2017 e assinadas em sua representação por:

Zdenek Turek
Administrador

Jim Farrell
Administrador

Breffni Byrne
Administrador

Nigel Kemp
Secretário

12
31. 12

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	Nota	2016 \$000	2015 \$000
Lucros do exercício		<u>862.537</u>	<u>623.591</u>
Rubricas que não irão ser reclassificadas em resultados			-
Perdas na remensuração de ativos/passivos por pensões de benefício definido	14	(55.699)	-
Impostos relacionados	14	11.500	-
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados			
Conversão cambial		(28.792)	(30.208)
Coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro (parte eficaz)		(15.628)	-
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)		(30.042)	15.509
Impostos relacionados		(8.593)	(3.376)
Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos		<u>(127.254)</u>	<u>(18.075)</u>
Total de outro rendimento integral do exercício		<u>735.283</u>	<u>605.516</u>

As notas constantes das páginas 21 a 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2017 e assinadas em sua representação por:

Zdenek Turek
Administrador

Jim Farrell
Administrador

Breffni Byrne
Administrador

Nigel Kemp
Secretário

13
Fr. OK

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA Em 31 de dezembro de 2016

		31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
	Nota		
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	15	16.435.227	4.811.631
Ativos da carteira de negociação	16,18	1.095.380	972.537
Instrumentos financeiros derivados	18,19	2.147.168	118.655
Crédito sobre bancos	18	7.487.475	9.226.926
Crédito sobre clientes	18	14.588.945	8.262.356
Títulos da carteira de investimento	20	3.064.088	2.216.309
Ativos associados com alienação de disponíveis para venda do Grupo	29	194.389	424.967
Ativos por impostos correntes		5.884	7.673
Imobilizado corpóreo	21	144.076	12.512
Diferenças de consolidação e imobilizado incorpóreo	22	358.682	99.464
Ativos por impostos diferidos	23	290.026	2.687
Outros ativos	24	3.470.643	469.153
Total do ativo		49.281.983	26.624.870
Depósitos de bancos	18	7.695.263	6.959.971
Contas de clientes	18	24.065.741	7.912.281
Instrumentos financeiros derivados	18,19	2.191.961	118.210
Títulos de dívida em circulação	26	71	-
Passivos associados com alienação de disponíveis para venda do Grupo	29	639.331	1.257.791
Passivos por impostos correntes		35.647	3.195
Provisões	27	55.419	18.213
Outros passivos	28	5.197.328	2.205.584
Total do passivo		39.880.761	18.475.245
Situação líquida			
Capital social	30	10.532	10.071
Prêmios de emissão de ações	30	1.962.747	1.593.607
Outras reservas (líquidas)	37	846.336	782.678
Resultados transitados		6.581.607	5.763.269
Total do capital imputável a acionistas		9.401.222	8.149.625
Total do passivo e da situação líquida		49.281.983	26.624.870

As notas constantes das páginas 21 a 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2017 e assinadas em sua representação por:

Zdenek Turek
Administrador

Jim Farrell
Administrador

Breffni Byrne
Administrador

Nigel Kemp
Secretário

14
ZB

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Imputável a titulares de capital no Grupo

	Nota	Capital social \$000	Prêmios de emissão de ações \$000	Reserva de capital de fusão \$000	Reserva de fusão de fusão \$000	Reserva de conversão \$000	Reserva de justo valor \$000	Reserva de fundos próprios \$000	Resultados transitados \$000	Total \$000
Saldo em 1 de janeiro de 2015		10.071	1.593.607	824.123	-	(28.487)	1.978	2.783	5.139.678	7.543.753
Total de outro rendimento/(custo) integral:										-
Lucros do exercício		-	-	-	-	-	-	-	623.591	623.591
Outro rendimento/(custo) integral, líquido de impostos:										-
Remensuração de passivos/(ativos) por pensões de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão cambial para operações no estrangeiro		-	-	-	-	(30.208)	-	-	-	(30.208)
Perdas líquidas em coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro		-	-	-	-	-	-	-	-	-
venda)							12.133			12.133
Total de outro rendimento/(custo) integral		-	-	-	-	(30.208)	12.133	-	-	(18.075)
Total de rendimento/(custo) integral		-	-	-	-	(30.208)	12.133	-	623.591	605.516
Pagamentos baseados em ações liquidados em capital		-	-	-	-	-	-	357	-	357
Total de entradas recebidas e distribuições pagas a acionistas		-	-	-	-	-	-	357	-	357
Saldo em 31 de dezembro de 2015		10.071	1.593.607	824.123	-	(58.695)	14.111	3.139	5.763.269	8.149.625
Saldo em 1 de janeiro de 2016		10.071	1.593.607	824.123	-	(58.695)	14.111	3.139	5.763.269	8.149.625
Total de outro rendimento/(custo) integral:										-
Lucros do exercício		-	-	-	-	-	-	-	862.537	862.537
Outro rendimento/(custo) integral, líquido de impostos:										-
Remensuração de passivos/(ativos) por pensões de benefício definido	14	-	-	-	-	-	-	-	(44.199)	(44.199)
Diferenças de conversão cambial para operações no estrangeiro		-	-	-	-	(28.792)	-	-	-	(28.792)
Perdas líquidas em coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro		-	-	-	-	(15.628)	-	-	-	(15.628)
venda)		-	-	-	-	-	(38.635)	-	-	(38.635)
Total de outro rendimento/(custo) integral		-	-	-	-	(44.420)	(38.635)	-	(44.199)	(127.254)
Total de rendimento/(custo) integral		-	-	-	-	(44.420)	(38.635)	-	818.338	735.283
Operações com acionistas, registadas diretamente no capital										
Emissão de ações ordinárias relacionadas com a fusão	33	461	369.140	-	-	-	-	-	-	369.601
Aumento/redução dos capitais próprios resultante da fusão	33	-	-	-	57.578	19.283	69.717	-	-	146.578
Pagamentos baseados em ações liquidados em capital	31	-	-	-	-	-	-	135	-	135
Total de entradas recebidas e distribuições pagas a acionistas		461	369.140	-	57.578	19.283	69.717	135	-	516.314
Saldo em 31 de dezembro de 2016		10.532	1.962.747	824.123	57.578	(83.832)	45.193	3.274	6.581.607	9.401.222

As notas constantes das páginas 21 a 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

15
Z. dg

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

		31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	Nota	\$000	\$000
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucros depois de impostos		862.537	623.591
<i>Ajustamentos relativos a:</i>			
Impostos sobre o rendimento pagos	13	129.587	98.118
Reintegrações e amortizações	12, 21, 22	162.766	33.944
(Recuperações)/perdas líquidas de imparidade do crédito	17	(5.909)	19.430
Perdas na alienação de imobilizado corpóreo		975	-
Provisões estomadas e outros movimentos do exercício	27	8.647	(1.810)
Custos relacionados com pagamentos baseados em ações	10	14.584	3.904
Custos relacionados com os planos de benefício definido pós emprego	14	5.894	-
Proveitos de juros	3	(417.341)	(263.154)
Custos de juros	3	59.192	36.254
Ganhos em títulos da carteira de investimento		(82.404)	-
Varição em ativos da carteira de negociação	16	328.093	289.500
Varição em ativos por instrumentos financeiros derivados	19	(488.802)	156.222
Varição em crédito sobre bancos (superior a 3 meses)		5.062.091	(6.363.163)
Varição em crédito sobre clientes	17	(532.671)	2.078.097
Fluxos de caixa operacionais de operações descontinuadas	29	102.514	-
Varição em outros ativos	24	21.565	360.472
Varição em depósitos de bancos	18	(6.506.393)	2.909.438
Varição em saldos de contas de clientes	18	806.783	116.250
Varição em passivos por instrumentos financeiros derivados	19	402.023	(199.838)
Varição em títulos da carteira de investimento	20	658.623	79.785
Varição em títulos de dívida em circulação	26	(554.699)	(1.655.181)
Varição em outros passivos	28	249.042	(635.198)
Provisões utilizadas durante o exercício	27	(13.734)	(380)
		<u>272.963</u>	<u>(2.313.719)</u>
Juros recebidos	3	417.341	263.154
Juros pagos	3	59.192	(36.254)
Impostos sobre o rendimento pagos		(92.150)	(75.990)
Pagamento de pagamentos relacionados com ações		(9.937)	-
Pagamento relacionado com pensões de benefício definido	14	(2.940)	(4.433)
Eleito da conversão cambial e outros ajustamentos		(12.153)	(34.068)
Caixa líquida de atividades operacionais		<u>632.316</u>	<u>(2.201.310)</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de títulos da carteira de investimento		(3.167.693)	(3.076.380)
Alienação de títulos da carteira de investimento		4.084.856	2.438.840
Aquisição de imobilizado corpóreo	21	(80.778)	(3.308)
Produto da alienação de imobilizado corpóreo		-	1.068
Aquisição de imobilizado incorpóreo	22	(104.213)	(18.579)
Produto da alienação de imobilizado incorpóreo	22	-	1.174
Dividendos recebidos de participações		1.327	76
Adições de transferências de segmentos de negócio		-	(656)
Produto da venda de segmentos de negócio descontinuados		(443.641)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos ganhos durante a fusão	33	12.966.267	-
Caixa líquida de/(usada em) atividades de investimento		<u>13.256.125</u>	<u>(657.765)</u>
Atividades de financiamento			
Resgate de dívida emitida		(22.347)	-
Caixa líquida (usada em) atividades de financiamento		<u>(22.347)</u>	<u>-</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>13.866.094</u>	<u>(2.859.075)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15	7.037.802	9.896.877
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	15	<u>20.903.896</u>	<u>7.037.802</u>

16
Z.

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA SOCIEDADE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

		2016 \$000	2015* \$000
	Nota		
Proveitos de juros		417.341	263.154
Custos de juros		(59.192)	(36.254)
Margem financeira	3	358.149	226.900
			-
Resultados de comissões	4	1.164.918	841.855
Resultados de operações financeiras	5	161.248	100.011
Proveitos líquidos de investimentos	6	149.617	21.828
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	7	32.887	5.266
Outros proveitos operacionais	8	301.980	118.938
Proveitos operacionais		2.168.799	1.314.798
(Perdas)/recuperações de crédito líquidas	17	5.909	(19.430)
Custos com o pessoal	10	(614.865)	(229.508)
Outros custos	12	(606.747)	(345.436)
Lucros antes de impostos		953.096	720.424
			-
Impostos	13	(124.743)	(97.935)
			-
Lucros do exercício de operações continuadas		828.353	622.489
			-
Resultados de operações descontinuadas, líquidos de impostos	29	34.198	1.102
			-
Lucros do exercício		862.551	623.591

* A apresentação de determinadas rubricas foi alterada por motivos de coerência no seguimento da fusão (ver Nota 1e).

As notas constantes das páginas 21 a 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

3.17

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DA SOCIEDADE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	Nota	2016 \$000	2015 \$000
Lucros do exercício		<u>862.551</u>	<u>623.591</u>
Rubricas que não irão ser reclassificadas em resultados			-
Perdas na remensuração de ativos/passivos por pensões de benefício definido	14	(55.699)	-
Impostos relacionados	14	11.500	-
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados			
Conversão cambial		(25.734)	(30.208)
Coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro (parte eficaz)		(15.628)	-
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)		(30.042)	15.509
Impostos relacionados		(8.593)	(3.376)
Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos		<u>(124.196)</u>	<u>(18.075)</u>
Total de rendimento integral do exercício		<u>738.355</u>	<u>605.516</u>

As notas constantes das páginas 21 a 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DA SOCIEDADE Em 31 de dezembro de 2016

		31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
	Nota		
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	15	16.423.472	4.811.631
Ativos da carteira de negociação	16,18	1.095.380	972.537
Instrumentos financeiros derivados	18,19	2.147.168	118.655
Crédito sobre bancos	18	7.487.475	9.226.926
Crédito sobre clientes	18	14.588.945	8.262.356
Títulos da carteira de investimento	20	3.064.088	2.216.309
Ativos associados com alienação de disponíveis para venda do Grupo	29	194.389	424.967
Participações em subsidiárias	25	14.876	1.378
Ativos por impostos correntes		5.883	7.673
Imobilizado corpóreo	21	144.076	12.512
Diferenças de consolidação e imobilizado incorpóreo	22	358.682	99.464
Ativos por impostos diferidos	23	289.981	2.687
Outros ativos	24	3.470.643	469.142
Total do ativo		49.285.058	26.626.237
Passivo			
Depósitos de bancos	18	7.695.263	6.959.971
Contas de clientes	18	24.065.741	7.913.639
Instrumentos financeiros derivados	18,19	2.191.961	118.210
Títulos de dívida em circulação	26	71	-
Passivos associados com alienação de disponíveis para venda do Grupo	29	639.331	1.257.791
Passivos por impostos correntes		35.650	3.195
Provisões	27	55.419	18.213
Outros passivos	28	5.197.328	2.205.584
Total do passivo		39.880.764	18.476.603
Situação líquida			
Capital social	30	10.532	10.071
Prêmios de emissão de ações	30	1.962.747	1.593.607
Outras reservas (líquidas)	37	849.394	782.705
Resultados transitados		6.581.621	5.763.251
Total do capital imputável a acionistas		9.404.294	8.149.634
Total do passivo e da situação líquida		49.285.058	26.626.237

As notas constantes das páginas 21 a 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DA SOCIEDADE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Imputável a titulares de capital no Grupo

Nota	Capital social \$000	Prêmios de emissão de ações \$000	Reserva de capital \$000	Reserva de fusão \$000	Reserva de conversão \$000	Reserva de justo valor \$000	Reserva de fundos próprios \$000	Resultados transitados \$000	Total \$000
Saldo em 1 de janeiro de 2015	10.071	1.593.607	824.123	-	(28.487)	1.978	2.783	5.139.678	7.543.753
Total de outro rendimento/(custo) integral:									
Lucros do exercício	-	-	-	-	-	-	-	623.591	623.591
Outro rendimento/(custo) integral, líquido de impostos:									
Diferenças de conversão cambial para operações no estrangeiro	-	-	-	-	(30.208)	-	-	-	(30.208)
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	-	-	-	-	-	12.133	-	-	12.133
Total de outro rendimento/(custo) integral	-	-	-	-	(30.208)	12.133	-	-	(18.075)
Total de rendimento/(custo) integral	-	-	-	-	(30.208)	12.133	-	623.591	605.516
Pagamentos baseados em ações liquidados em capital	-	-	-	-	-	-	357	-	357
Total de entradas recebidas e distribuições pagas a acionistas	-	-	-	-	-	-	357	-	357
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.071	1.593.607	824.123	-	(58.695)	14.111	3.139	5.763.269	8.149.625
Saldo em 1 de janeiro de 2016	10.071	1.593.607	824.123	-	(58.695)	14.111	3.139	5.763.269	8.149.625
Total de outro rendimento/(custo) integral:									
Lucros do exercício	-	-	-	-	-	-	-	862.551	862.551
Outro rendimento/(custo) integral, líquido de impostos:									
Remensuração de passivos/(ativos) por pensões de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(44.199)	(44.199)
Diferenças de conversão cambial para operações no estrangeiro	-	-	-	-	(25.734)	-	-	-	(25.734)
Perdas líquidas em coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro	-	-	-	-	(15.628)	-	-	-	(15.628)
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	-	-	-	-	-	(38.635)	-	-	(38.635)
Total de outro rendimento/(custo) integral	-	-	-	-	(41.362)	(38.635)	-	(44.199)	(124.196)
Total de rendimento/(custo) integral	-	-	-	-	(41.362)	(38.635)	-	818.352	738.355
Operações com acionistas, registadas diretamente no capital									
Emissão de ações ordinárias relacionadas com a fusão	33	461	369.140	-	-	-	-	-	369.601
Aumento/redução dos capitais próprios resultante da fusão	33	-	-	-	57.578	19.283	69.717	-	146.578
Pagamentos baseados em ações liquidados em capital	31	-	-	-	-	-	135	-	135
Total de entradas recebidas e distribuições pagas a acionistas		461	369.140	-	57.578	19.283	69.717	135	516.314
Saldo em 31 de dezembro de 2016		10.532	1.962.747	824.123	57.578	(80.774)	45.193	6.581.621	9.404.294

As notas constantes das páginas 21 a 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DA SOCIEDADE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

		31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	Nota	\$000	\$000
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucros depois de impostos		862.551	623.591
<i>Ajustamentos relativos a:</i>			
Impostos sobre o rendimento pagos	13	129.590	98.118
Depreciation and amortisation	12, 21, 22	162.766	33.944
(Recuperações)/perdas líquidas de imparidade do crédito	17	(5.909)	19.430
Perdas na alienação de imobilizado corpóreo		975	-
Provisões estornadas e outros movimentos do exercício	27	8.647	(1.810)
Expenses related to share based payment	10	14.584	3.904
Expenses related to post-employment defined benefit plans	14	5.894	-
Proveitos de juros	3	(417.341)	(263.154)
Custos de juros	3	59.192	36.254
Ganhos em títulos da carteira de investimento		(82.404)	-
Variação em ativos da carteira de negociação	16	328.093	289.500
Variação em ativos por instrumentos financeiros derivados	19	(488.802)	156.222
Variação em crédito sobre bancos (superior a 3 meses)		5.062.091	(6.363.163)
Variação em crédito sobre clientes	17	(532.671)	2.078.097
Fluxos de caixa operacionais de operações descontinuadas	29	102.514	-
Variação em outros ativos	24	21.565	360.472
Variação em depósitos de bancos	18	(6.506.393)	2.909.438
Variação em saldos de contas de clientes	18	806.783	116.250
Variação em passivos por instrumentos financeiros derivados	19	402.023	(199.838)
Variação em títulos da carteira de investimento	20	658.623	79.785
Variação em títulos de dívida em circulação	26	(554.699)	(1.655.181)
Variação em outros passivos	28	249.042	(635.198)
Provisões utilizadas durante o exercício	27	(13.734)	(380)
		<u>272.980</u>	<u>(2.313.719)</u>
Juros recebidos	3	417.341	263.154
Juros pagos	3	59.192	(36.254)
Impostos sobre o rendimento pagos		(92.150)	(75.990)
Share based payment related payment		(9.937)	-
Defined benefit related payment	14	(2.940)	(4.433)
Efeito da conversão cambial e outros ajustamentos		(23.924)	(34.068)
Caixa líquida de atividades operacionais		<u>620.562</u>	<u>(2.201.310)</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de títulos da carteira de investimento		(3.167.693)	(3.076.380)
Alienação de títulos da carteira de investimento		4.084.856	2.438.840
Aquisição de imobilizado corpóreo	21	(80.778)	(3.308)
Produto da alienação de imobilizado corpóreo		-	1.068
Aquisição de imobilizado incorpóreo	22	(104.213)	(18.579)
Produto da alienação de imobilizado incorpóreo	22	-	1.174
Dividendos recebidos de subsidiárias		1.327	76
Adições de transferências de segmentos de negócio		-	(656)
Produto da venda de segmentos de negócio descontinuados		(443.641)	-
Caixa e equivalentes de caixa ganhos durante a concentração de atividades		12.966.267	-
Caixa líquida de/(usada em) atividades de investimento		<u>13.256.125</u>	<u>(657.765)</u>
Atividades de financiamento			
Resgate de dívida emitida		(22.347)	-
Caixa líquida (usada em) atividades de financiamento		<u>(22.347)</u>	<u>-</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>13.854.339</u>	<u>(2.859.075)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15	7.037.802	9.896.877
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	15	<u>20.892.141</u>	<u>7.037.802</u>

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas aplicadas são descritas seguidamente:

As políticas contabilísticas do Grupo são coerentes com as da Sociedade. Em consequência ou relativamente à fusão com o CIL, as políticas contabilísticas suplementares descritas seguidamente também foram adotadas:

a) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram devidamente preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), tal como adotadas pela UE, e o direito das sociedades da República da Irlanda. As NIRF são normas e interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board*, "IASB"). Trata-se das NIRF, das Normas Internacionais de Contabilidade ("NIC") e das interpretações da Comissão de Interpretação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (*Financial Reporting Interpretations Committee*, "IFRIC").

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuação da atividade e de acordo com a convenção de custos históricos, alterada para incluir o justo valor de determinados instrumentos financeiros na medida exigida ou permitida de acordo com as normas contabilísticas e conforme indicado nas políticas contabilísticas relevantes.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

A fusão entre o Grupo e o Citibank International Limited entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016 ao abrigo da Diretiva das Fusões Transfronteiriças (Diretiva n.º 2005/56/CE), conforme transposta para o Reino Unido e para a Irlanda. Foi registada pelo seu valor contabilístico, de acordo com a política contabilística do CEP para operações sob controlo comum. Os números comparativos, nos casos em que são fornecidos, são disponibilizados em base previsional e, por conseguinte, não foram reformulados para refletir o impacto da fusão. Para mais informações, ver a Nota 33 – Fusão.

b) Consolidação (novo)

As subsidiárias que são direta ou indiretamente controladas pelo Grupo são consolidadas. As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o seu controlo é transferido para o Grupo. O Grupo define o controlo sobre uma subsidiária como a situação em que está exposto ou tem o direito a rendimentos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a participada e tem a capacidade de afetar esses rendimentos através do seu poder sobre a participada. O Grupo reavalia se tem controlo caso se verifiquem alterações em um ou mais elementos de controlo. As subsidiárias deixam de ser consolidadas na data em que cessa tal controlo. Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, deixa de reconhecer os ativos e passivos da subsidiária, bem como eventuais interesses relacionados não associados ao controlo e outras componentes do capital.

As operações entre empresas, os saldos e os ganhos ou perdas não realizados em operações entre sociedades do Grupo são eliminados. As políticas contabilísticas do Grupo foram aplicadas de forma uniforme para efeitos de preparação das contas consolidadas.

Os resultados do Grupo são consolidados nas demonstrações financeiras da última casa-mãe, o Citigroup Inc., que são disponibilizadas ao público anualmente.

c) Relato por segmentos (novo)

Um segmento operacional é uma componente do Grupo que gera receitas e incorre em custos, cujos resultados são revistos regularmente pelos principais decisores a nível operacional e para a qual existe informação financeira separada. Os segmentos operacionais do Citicorp e do Citi Holdings representam a estrutura organizacional com base na qual o Grupo reporta a sua informação sobre os segmentos primários. Existem três segmentos geográficos segundo os quais os principais decisores a nível operacional analisam as operações do Grupo – Irlanda, Reino Unido e Europa Continental. Os proveitos, custos e desempenho dos segmentos incluem transferências entre segmentos de negócio, realizadas em condições de mercado.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas em dólares norte-americanos (USD), que é a moeda funcional tanto do Grupo fundido como da Sociedade. Antes da fusão, a moeda funcional do CIL era a libra inglesa (GBP).

CITIBANK EUROPE PLC

e) Alterações da política contabilística e divulgações

Normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor

Existem algumas normas contabilísticas que foram alteradas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), mas que ainda não se aplicam ao Grupo. O Grupo não está a pensar proceder à adoção antecipada destas normas, que incluem:

- **NIRF 15 – Proveitos de Contratos com Clientes.** Em maio de 2014, o IASB publicou a NIRF 15, que define princípios de relato relativos à natureza, montante, calendarização e incerteza de proveitos e fluxos de caixa decorrentes de contratos da entidade com clientes. Esta norma cria um modelo único em cinco passos, baseado em princípios, para o reconhecimento de proveitos e a ser aplicado a contratos com clientes, com exceção de proveitos decorrentes de rubricas tais como instrumentos financeiros, contratos de seguro e locações. A NIRF 15 entra em vigor em 1 de janeiro de 2018 e foi adotada pela UE em 22 de setembro de 2016. O Grupo está a avaliar o potencial impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas resultante da norma publicada.
- **NIRF 16 – Contratos de Locação.** Em janeiro de 2016, o IASB publicou a NIRF 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de locação. A norma elimina o atual requisito aplicável aos contratos de locação de serem classificadas como locação financeira ou locação operacional e veio introduzir um modelo único para contabilização dos contratos de locação que exige o reconhecimento dos ativos de locação e dos passivos de locação no balanço para a maioria dos contratos. Os locatários também terão de reconhecer os custos de reintegração dos ativos de locação e os custos de juros dos passivos de locação na Demonstração de Resultados. Não há alterações significativas à contabilização do lado do locador, com exceção de requisitos de divulgação acrescidos. A NIRF 16 entra em vigor em 1 de janeiro de 2019 e está sujeita a adaptação pela UE. O Grupo está a avaliar o potencial impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas resultante da norma publicada.
- **NIRF 9 – Instrumentos Financeiros**

Introdução

NIRF 9 – Instrumentos Financeiros. A nova norma inclui um modelo para classificação e mensuração de ativos financeiros, um modelo prospetivo de imparidade de perdas esperadas para instrumentos de dívida e uma abordagem substancialmente reformulada à contabilização das coberturas. A norma substitui as orientações existentes na NIC 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A NIRF 9 entra em vigor em 1 de janeiro de 2018, pode ser aplicada em momento anterior e foi adotada pela UE em 22 de novembro de 2016.

Classificação e mensuração

De uma perspetiva de classificação e mensuração, a norma exige que todos os ativos financeiros, com exceção dos instrumentos de capital e dos instrumentos derivados, sejam avaliados com base numa combinação do modelo de negócio da entidade para gerir os ativos e das características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos (quando os fluxos de caixa contratuais são unicamente pagamentos de capital e juros (UPCJ)).

As características de mensuração da NIC 39 irão ser substituídas pelo justo valor através de resultados (JVAR), pelo justo valor através de outro rendimento integral (JVAORI) e pelo custo amortizado. A NIRF 9 também vai permitir às entidades continuar a designar irrevogavelmente ao JVAR instrumentos elegíveis para serem classificados ao custo amortizado ou JVAORI, se tal eliminar ou reduzir de forma substancial um desfasamento contabilístico.

A contabilização de passivos financeiros será em grande medida idêntica aos requisitos da NIC 39, salvo quanto ao tratamento de ganhos ou perdas decorrentes do risco de crédito próprio da entidade relativo a passivos designados ao JVAR. Estes movimentos devem ser apresentados no outro rendimento integral (ORI) sem reclassificação posterior na Demonstração de Resultados, exceto se de tal decorrer um desfasamento contabilístico nos lucros ou perdas.

O Grupo espera que, em muitos casos, os resultados da classificação e mensuração sejam semelhantes aos decorrentes da NIC 39, embora se possam verificar algumas diferenças.

CITIBANK EUROPE PLC

O Grupo procedeu a uma avaliação precoce do potencial impacto da NIRF 9 na classificação e mensuração no momento da transição com base numa avaliação dos ativos financeiros à data de 31 de dezembro de 2016:

- Os ativos financeiros detidos para negociação irão ser classificados e mensurados ao JVAR.
- Os ativos financeiros designados ao justo valor irão continuar a ser classificados como mensurados ao JVAR devido à avaliação do modelo de negócio ou ao facto de que a designação elimina ou reduz substancialmente um desfazamento contabilístico.
- O crédito sobre bancos e clientes atualmente classificado e mensurado ao custo amortizado deverá continuar a ser mensurado e classificado ao custo amortizado, exceto se não passar no teste do modelo de negócio ou de UPCJ.
- Os títulos de dívida da carteira de investimento atualmente classificados como disponíveis para venda e mensurados ao JVAORI consistem em obrigações de emitentes públicos e privados que são detidas por um prazo indeterminado, uma vez que podem ser vendidas para responder a necessidades de liquidez ou alterações nas taxas de juro ou de câmbio. Estes títulos de dívida deverão ser classificados como mensurados ao JVAORI, uma vez que são detidos ao abrigo de modelos de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros, exceto se não passarem no critério de UPCJ.
- Os títulos de capital da carteira de investimento atualmente classificados como disponíveis para venda e mensurados ao JVAORI irão ser essencialmente classificados como JVAR ao abrigo da NIRF 9. No momento do reconhecimento inicial, a entidade pode decidir irrevogavelmente classificar e mensurar ao JVAORI os instrumentos de capital que não são da carteira de investimento. No entanto, todos os montantes reconhecidos no ORI nunca podem ser reclassificados em lucros ou perdas.
- Os títulos da carteira de investimento atualmente classificados como detidos até ao vencimento deverão ser classificados e mensurados ao custo amortizado, dado que os ativos financeiros são detidos ao abrigo de um modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais que preencham o critério de UPCJ.

Para os passivos financeiros, a NIRF 9 mantém em grande medida os requisitos de classificação e mensuração pré-existent anteriormente incluídos na NIC 39. No entanto, ao abrigo da NIRF 9, as alterações no justo valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados imputáveis a alterações no risco de crédito do passivo devem ser apresentados no outro rendimento integral.

A avaliação descrita acima pode não ser totalmente representativa do impacto à data de 1 de janeiro de 2018 porque a NIRF 9 exige que os modelos de negócio sejam avaliados com base nos factos e circunstâncias existentes na data de aplicação inicial. Além disso, os termos e condições contratuais dos ativos financeiros avaliados à data de 31 de dezembro de 2016 podem não refletir os termos e condições contratuais dos ativos financeiros do Grupo na data de transição e a administração ainda está a finalizar o seu modelo de negócio e as avaliações em termos de UPCJ.

Imparidade

A NIRF 9 introduz um modelo de imparidade de perdas esperadas de carteiras de crédito (PECC) que difere significativamente do modelo de perdas incorridas ao abrigo da NIC 39 e que deverá resultar num reconhecimento precoce das perdas de carteiras de crédito.

Âmbito

Ao abrigo da NIRF 9, o mesmo modelo de imparidade aplica-se a todos os ativos financeiros, exceto aos ativos financeiros classificados ou designados ao JVAR e aos títulos de capital designados ao JVAORI, que não estejam sujeitos a avaliação da imparidade. O âmbito do modelo de imparidade de perdas esperadas de carteiras de crédito da NIRF 9 abrange os ativos financeiros ao custo amortizado, os títulos de dívida classificados em JVAORI e os compromissos de concessão de crédito e garantias financeiras extrapatrimoniais anteriormente previstos na NIC 37 Provisões, Passivos Eventuais e Ativos Eventuais (NIC 37). A reclassificação referida acima, tanto em termos de entrada como de saída destas categorias ao abrigo da NIRF 9 e de rubricas que anteriormente estavam abrangidas pelo quadro da NIC 37, deve ser considerada para apurar o âmbito da nossa aplicação do novo modelo de imparidade das perdas esperadas de carteiras de crédito.

Modelo de imparidade das perdas esperadas de carteiras de crédito

Ao abrigo da NIRF 9, as provisões para perdas esperadas de carteiras de crédito devem ser mensuradas em cada data de relato de acordo com um modelo de imparidade das perdas esperadas de carteiras de crédito com três fases:

24
31. 0X

CITIBANK EUROPE PLC

- Fase 1 – Desde o reconhecimento inicial de um ativo financeiro até à data em que o ativo sofra um aumento significativo do risco de crédito face ao seu reconhecimento inicial, deve ser reconhecida uma provisão para perdas igual às perdas esperadas de carteiras de crédito resultantes de incumprimentos que se verifiquem nos 12 meses seguintes.
- Fase 2 – A seguir a um aumento significativo do risco de crédito do ativo financeiro face ao seu reconhecimento inicial, deve ser reconhecida uma provisão para perdas igual às perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente do ativo.
- Fase 3 – Quando um ativo financeiro for considerado afetado por imparidade em termos de crédito, deve ser reconhecida uma provisão para perdas igual às perdas esperadas de crédito igual à vida total do ativo. Os proveitos de juros devem ser calculados com base no valor contabilístico do ativo, líquido das provisões para perdas, e não com base no seu valor contabilístico bruto.

As provisões para perdas de carteiras de crédito da Fase 1 e da Fase 2 substituem efetivamente as provisões para perdas incorridas mas não identificadas avaliadas coletivamente e registadas ao abrigo da NIC 39, ao passo que as provisões para perdas de carteiras de crédito da Fase 3 substituem efetivamente as provisões para crédito com imparidade avaliado individual e coletivamente.

Ao abrigo da NIRF 9, os ativos financeiros e as provisões correspondentes divulgados como sendo da Fase 3 não vão corresponder necessariamente ao valor dos ativos financeiros atualmente divulgados como afetados por imparidade de acordo com a NIC 39. Em coerência com a NIC 39, o crédito é abatido quando não existir nenhuma probabilidade realista de recuperação. Em consequência, a política do Grupo relativa ao momento em que o crédito é abatido não deverá alterar-se significativamente com a adoção da NIRF 9.

O reconhecimento e mensuração da imparidade deverá ser mais virado para o futuro do que ao abrigo da NIC 39. A estimativa de PECC deve ser objetiva e ponderada em função da probabilidade, incluindo informação sobre eventos passados, as condições vigentes e previsões razoáveis e justificáveis sobre eventos e condições económicas futuros na data do relato. A estimativa também deve ter em conta o valor temporal do dinheiro.

A mensuração de PECC deve ser primariamente apurada através da avaliação da probabilidade de incumprimento (PI), das perdas em caso de incumprimento (PCI) e da exposição em incumprimento (EEI) descontada à data do relato relativas ao ativo financeiro. Para ativos financeiros da Fase 1, o Grupo irá utilizar uma PI a 12 meses, ao passo que para os ativos financeiros da Fase 2 irá utilizar uma PI para a vida total do ativo de forma a estimar a provisão para imparidade. Para os ativos de crédito com imparidade da Fase 3, o Grupo irá continuar a alargar os processos existentes.

Serão estimadas provisões para imparidade para o crédito sobre empresas ao nível dos créditos individuais recorrendo a modelos sofisticados, dependendo da dimensão relativa, qualidade e complexidade das carteiras. As provisões para imparidade para a carteira de pequenos créditos a particulares serão estimadas recorrendo a um modelo menos sofisticado. Num pequeno número de casos, para a carteira de crédito ao consumo, quando o Grupo não tiver acesso a informação histórica e/ou experiência em termos de perdas, irá adotar uma abordagem simplificada recorrendo a limitadores e outras informações qualitativas específicas de cada carteira. Os modelos vão constituir um melhoramento dos sistemas existentes usados atualmente a nível global para efeitos de testes de esforço e relato dos fundos próprios regulamentares, mas irão incorporar componentes desenvolvidas especificamente para que as estimativas cumpram a NIRF 9. Estes modelos irão ser validados e testados durante 2017.

Os ativos financeiros movimentar-se-ão entre a Fase 1 e a Fase 2 se houver um aumento significativo do risco de crédito face ao reconhecimento inicial. O apuramento de se se verificou um aumento significativo do risco de crédito vai obrigar a importantes juízos e baseia-se nas alterações relativas da PI para a totalidade da vida do ativo financeiro, juntamente com outras avaliações qualitativas do Departamento Comercial, do Departamento Financeiro e do Departamento de Risco ou limitadores pré-definidos.

A avaliação envolvida num aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial será realizada para cada período de relato avaliando a alteração do risco de o incumprimento se verificar durante a vida remanescente do ativo financeiro, em vez de alterações da magnitude das perdas caso o incumprimento se verifique.

As estimativas têm de ter em consideração informação sobre eventos passados, as condições vigentes e estimativas razoáveis e justificáveis relativas a eventos e condições económicas futuros. A aplicação de informação prospetiva irá obrigar a juízos significativos. O Grupo está a desenvolver modelos que vão inclui

CITIBANK EUROPE PLC

cenários múltiplos que tomam em consideração a variabilidade e a incerteza das perdas esperadas, incluindo fatores tais como a taxa de crescimento do PIB e as taxas de desemprego.

A definição de incumprimento usada na mensuração de PECC e movimentos nas fases deverá ser coerente com a definição de incumprimento usada para efeitos de gestão do risco de crédito interno.

Os ativos financeiros podem movimentar-se em ambos os sentidos através das fases do modelo de imparidade da NIRF 9, dependendo de a avaliação quanto a saber se se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou se o ativo está afetado por imparidade do crédito mudar posteriormente.

As alterações das provisões exigidas para perdas de crédito, incluindo o impacto de movimentos entre a Fase 1 (perdas esperadas de carteiras de crédito a 12 meses) e a Fase 2 (perdas esperadas de carteiras de crédito durante toda a vida dos ativos) serão registadas em lucros ou perdas.

Contabilização de coberturas

Os novos requisitos para contabilização de coberturas destinam-se a simplificar a contabilização de coberturas, alinhar a contabilização com a estratégia de gestão de riscos da entidade e permitir que a contabilização de coberturas se aplique uma maior variedade de instrumentos de cobertura e riscos. No entanto, devido ao IASB ainda se estar a debruçar sobre a contabilização de atividades de macro cobertura através de um projeto separado, a NIRF 9 inclui a possibilidade de optar pela política contabilística de continuar a contabilizar as coberturas de acordo com a NIC 39 até que o projeto de macro cobertura seja finalizado. O Grupo vai optar por continuar a aplicar a contabilização de coberturas ao abrigo da NIC 39.

Transição

Os requisitos de imparidade e classificação e mensuração da NIRF 9 irão ser aplicados retroativamente ajustando o Balanço do Grupo à data de 1 de janeiro de 2018, a data de aplicação inicial da NIRF 9, sendo a diferença entre os valores contabilísticos anteriores e os valores contabilísticos na data de aplicação inicial levados a resultados transitados. Não existe nenhuma obrigação de reformular os períodos comparativos, sem ser para contabilização das coberturas.

Para gerir a nossa transição para a NIRF 9, o Grupo pôs em prática um programa abrangente que cobre toda a empresa, liderado pelo Departamento Financeiro e pelo Departamento de Gestão do Risco, que se centra nas principais áreas de impacto, incluindo o relato financeiro, os dados, os sistemas e os processos, bem como as comunicações e a formação. Durante 2016, o Grupo concluiu uma avaliação do âmbito e da complexidade da adoção da NIRF 9 que identificou áreas com divergências entre a NIRF 9 e a NIC 39. O Grupo continua a acompanhar e rever as suas conclusões preliminares, com vista a identificar outras implicações de natureza financeira, comercial ou para o capital.

O Citi pôs em prática um estrutura de governo dedicada, incluindo um Comité de Direção, para acompanhar e avaliar e prepararmo-nos de forma contínua para o impacto da nova norma nos processos e sistemas internos do Citi. O Citi está a desenvolver os seus modelos de imparidade e irá validá-los em 2017 através de sistemas a correr em paralelo. Estão atualmente a ser preparados Manuais de Políticas Contabilísticas, documentos de controlo interno, processos de relato financeiro e alterações aos sistemas para apoiar uma aplicação de alta qualidade desta norma. O Grupo está a potenciar estas iniciativas de projeto com problemáticas e contributos locais para garantir que a abordagem é adequada para o Grupo.

O IASB publicou algumas pequenas alterações às NIRF nos "Melhoramentos Anuais às NIRF 2012-2014" e uma série de alterações individuais, uma das quais ainda não foi aprovada para utilização na UE. O Grupo não procedeu à adoção precoce das alterações que entram em vigor depois de 31 de dezembro de 2016, que deverão ter um efeito insignificante nas demonstrações financeiras consolidadas quando forem adotadas.

Alteração da classificação e apresentação

Em consequência da fusão, determinados números comparativos foram alterados para respeitar a presente apresentação devido às duas seguintes atualizações principais:

- os valores recuperados entre sociedades (essencialmente ganhos pelos CSC do Grupo por serviços operacionais prestados a outras afiliadas do Citi) são apresentados nos outros proveitos operacionais; as distribuições de proveitos entre sociedades (imputação de proveitos de serviços prestados a não afiliadas

CITIBANK EUROPE PLC

do Citi) são apresentadas na rubrica de proveitos relevante, sendo que anteriormente figuravam em resultados de comissões;

- os ganhos ou perdas em instrumentos financeiros designados ao justo valor e os juros relacionados foram reconhecidos em outros resultados de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, sendo que anteriormente eram registados na margem financeira.

f) Proveitos e custos líquidos de juros

Os proveitos e custos de juros de ativos e passivos financeiros são reconhecidos na Demonstração de Resultados usando o método da taxa de juro efetiva. De acordo com este método, as comissões e os custos diretos relacionados com a originação, refinanciamento ou reestruturação de empréstimos e compromissos de crédito são diferidos e amortizados aos juros ganhos no crédito durante a vida do instrumento. Quando calcula a taxa de juro efetiva, o Grupo estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não as perdas de crédito futuras.

Os proveitos e custos de juros apresentados na Demonstração de Resultados incluem:

- juros sobre ativos e passivos financeiros ao custo amortizado com base na taxa de juro efetiva;
- juros sobre títulos da carteira de investimento disponíveis para venda;
- juros sobre saldos de caixa.

g) Resultados de comissões

Os proveitos e custos de comissões que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva de um ativo ou passivo financeiro são incluídos no cálculo da taxa de juro efetiva.

Os outros proveitos de comissões, incluindo comissões de processamento de operações, comissões de gestão de contas, comissões de vendas, comissões de colocação e comissões de sindicância, são reconhecidos à medida que os serviços são prestados. Estas comissões são registadas em proveitos de comissões à medida que são ganhas. Na medida em que forem capitalizadas comissões à cabeça, mas posteriormente se verificar uma venda de parte do ativo relacionado, as comissões são levadas a resultados proporcionalmente ao valor do crédito vendido.

Os outros custos de comissões dizem essencialmente respeito a comissões de operações e serviços, que são levadas a custos à medida que os serviços forem recebidos.

h) Resultados de operações financeiras

Os resultados de operações financeiras compreendem todos os ganhos e perdas relativos a ativos e passivos da carteira de negociação e incluem todas as alterações do justo valor realizadas, juntamente com os juros, dividendos e diferenças cambiais relacionados.

i) Resultados de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados

Os resultados de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados compreendem todos os ganhos e perdas relacionados com ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e incluem todas as alterações do justo valor realizadas, juntamente com os juros, dividendos e diferenças cambiais relacionados.

j) Proveitos de dividendos

Os proveitos de dividendos são reconhecidos quando o direito a receber os proveitos é criado.

k) Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento

O Grupo reconhece inicialmente o crédito e os depósitos na data em que o fluxo de caixa se verifica. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação em que o Grupo se torna parte nas disposições contratuais do instrumento.

Ativos da carteira de negociação

A carteira de negociação do Grupo é composta por todas as posições em instrumentos financeiros e mercadorias detidas com a intenção de as negociar ou para cobrir outros elementos da carteira de negociação e que estão livres de obrigações restritivas quanto à sua negociação ou podem ser cobertas. As posições detidas com a intenção de as negociar correspondem às posições detidas intencionalmente para revenda no curto prazo e/ou com a intenção de beneficiar de diferenças de preços no curto prazo entre os preços de compra e os preços de venda ou de outras variações nos preços ou taxas de juro. O termo "posições" abrange as posições decorrentes de serviços prestados a

CITIBANK EUROPE PLC

clientes e de atividades de criação de mercado. A intenção de negociação é evidenciada com base nas estratégias, políticas e procedimentos definidos pelo Grupo para gerir a posição ou a carteira.

Crédito e valores a receber e outros ativos

O crédito e valores a receber e outros ativos é composto por ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo e que o Grupo não tenciona vender num futuro imediato ou próximo. Compreendem caixa, crédito sobre bancos, crédito sobre clientes e outros ativos.

O crédito é inicialmente reconhecido pelo seu justo valor, que é igual aos fundos dados para originar o empréstimo, líquido dos custos da operação, e posteriormente avaliado pelo seu custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva, menos eventuais perdas por imparidade. Quando substancialmente todo o risco e benefícios relativos aos valores a receber ao abrigo de contratos de empréstimo forem transferidos para terceiros, nem os valores a receber ao abrigo do empréstimo nem os valores a pagar à outra parte são reconhecidos nas demonstrações financeiras como ativos e passivos e só a diferença positiva entre os juros recebidos e os juros pagos é refletida na Demonstração de Resultados.

Instrumentos financeiros designados ao justo valor

O Grupo pode designar instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no caso de:

- tal eliminar ou reduzir significativamente incoerências de avaliação ou reconhecimento que surgiriam de outro modo da avaliação de ativos ou passivos financeiros ou de reconhecer ganhos e perdas relativos aos mesmos em bases diferentes;
- grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou combinações de ambos serem geridos com base no justo valor e a sua performance ser avaliada nessa base de acordo com uma estratégia de gestão de riscos ou de investimento documentada e a informação sobre grupos de instrumentos financeiros ser reportada à administração nessa base; ou
- instrumentos financeiros que contêm um ou mais instrumentos derivados embebidos que alterem significativamente os fluxos de caixa resultantes de tais instrumentos financeiros.

Contratos de instrumentos derivados

Os instrumentos derivados são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor na data em que o contrato correspondente é celebrado e são subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. Os justos valores são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos e recorrendo a técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de fixação de preços de opções, consoante for adequado. Todos os instrumentos derivados são contabilizados como ativos quando o seu justo valor é positivo e passivos quando este é negativo. As alterações do justo valor são reconhecidas na Demonstração de Resultados.

Determinados instrumentos derivados podem estar incorporados (embebidos) noutros contratos ("contratos hospedeiros"). O Grupo contabiliza os instrumentos derivados embebidos separadamente do contrato hospedeiro quando este último não é ele próprio contabilizado ao justo valor através de resultados e as características do instrumento derivado não estão clara e estreitamente relacionadas com o contrato hospedeiro. Os instrumentos derivados embebidos separados são contabilizados em função da sua classificação e são apresentados na Demonstração da Posição Financeira juntamente com o contrato hospedeiro.

Quando um instrumento derivado ou um passivo financeiro não derivado é designado como instrumento de cobertura na cobertura de um investimento líquido em operações no estrangeiro, a parte eficaz de alterações do justo valor do instrumento de cobertura é reconhecida nas outras rubricas do resultado integral, na reserva de conversão. A parte ineficaz das alterações do justo valor do instrumento derivado é reconhecida imediatamente em resultados. O valor reconhecido em outro rendimento integral é reclassificado em lucros ou perdas. O valor reconhecido em outro rendimento integral é reclassificado em lucros ou perdas como um ajustamento de reclassificação aquando da alienação das operações no estrangeiro.

Titulos da carteira de investimento

Os títulos da carteira de investimento são reconhecidos com base na data de negociação e são classificados como títulos disponíveis para venda ("DPV").

Os títulos da carteira de investimento disponíveis para venda são aqueles que se prevê serem detidos por um prazo indeterminado e que podem ser vendidos para responder a necessidades de liquidez ou alterações das taxas de juro, taxas de câmbio ou preços das ações.

Os ativos financeiros que não sejam classificados ao justo valor através de resultados ou como crédito e valores a receber são classificados como DPV. Um ativo financeiro classificado como DPV é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos da operação diretamente imputáveis à sua aquisição. Os ativos financeiros

CITIBANK EUROPE PLC

classificados como DPV são contabilizados ao justo valor, sendo as alterações do justo valor registadas em outro rendimento integral. Para instrumentos de dívida classificados como DPV, as alterações do valor contabilístico relativas a variações das taxas de câmbio são reconhecidas na Demonstração de Resultados e as alterações de outra natureza são reconhecidas em outro rendimento integral, conforme referido supra. Para ativos financeiros classificados como DPV que não sejam ativos monetários (títulos de capital), os ganhos ou perdas reconhecidos em outro rendimento integral incluem a eventual componente cambial relacionada. No entanto, os juros calculados usando o método da taxa de juro efetiva são reconhecidos na margem financeira, na Demonstração de Resultados.

Quando os títulos da carteira de investimento disponíveis para venda são vendidos ou ficam afetados por imparidade, os ganhos ou perdas acumulados anteriormente e reconhecidos no capital são transferidos para a Demonstração de Resultados e relevados nos resultados de investimentos.

Quando o Grupo vende um instrumento financeiro e simultaneamente celebra um contrato para recomprar o ativo (ou um ativo semelhante) a um preço fixo numa data futura, o contrato é contabilizado como um depósito e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

Acordos de revenda

Quando o Grupo compra um instrumento financeiro e simultaneamente celebra um contrato para revender o ativo ou um ativo substancialmente semelhante a um preço fixo numa data futura, o contrato é contabilizado como crédito concedido e o ativo subjacente não é reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos que a administração do Grupo tem decididamente a intenção e capacidade de deter até ao vencimento. Os títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor, incluindo os custos diretamente imputáveis, e posteriormente avaliados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva menos eventuais perdas por imparidade. Os eventuais ganhos ou perdas cambiais das operações com títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento são reconhecidos na Demonstração de Resultados. A venda ou reclassificação de títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento levaria à reclassificação de todos os títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento para títulos da carteira de investimento disponíveis para venda e impediria o Grupo de classificar títulos da carteira de investimento como títulos detidos até ao vencimento no exercício em curso e nos dois exercícios seguintes. A venda ou reclassificação é permitida nos casos seguintes:

- vendas ou reclassificações que estejam tão próximas do vencimento que as alterações da taxa de juro de mercado não teriam um efeito importante no justo valor do ativo financeiro;
- vendas ou reclassificações depois de a entidade ter recebido substancialmente a totalidade do capital original do instrumento; ou
- vendas ou reclassificações imputáveis a acontecimentos isolados não recorrentes fora do controlo da entidade que não poderiam ter sido previstos com razoabilidade.

Passivos financeiros

Os depósitos de bancos, as contas de clientes, os acréscimos de proveitos e os proveitos diferidos, os títulos de dívida emitidos e os outros passivos são mensurados ao custo amortizado. Os outros passivos são compostos primariamente por valores a pagar entre sociedades do Grupo e organizações terceiras. Os passivos financeiros ao justo valor, tais como passivos decorrentes de operações de vendas a descoberto, também são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos da operação relacionados são levados diretamente à Demonstração de Resultados. Os ganhos e perdas decorrentes de alterações posteriores do justo valor são reconhecidos diretamente na Demonstração de Resultados, em resultados de operações financeiras.

Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados, sendo o valor líquido refletido na Demonstração da Posição Financeira se e apenas se o Grupo tiver um direito juridicamente eficaz de proceder a tal compensação dos valores reconhecidos e a intenção de proceder à liquidação numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os proveitos e os custos são apresentados em base líquida apenas quando tal é permitido ao abrigo das NIRF ou quanto aos ganhos e perdas decorrentes de um conjunto de operações semelhantes, por exemplo na atividade de negociação do Grupo.

Mensuração do justo valor

O “justo valor” é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa operação ordeira entre participantes no mercado na data de mensuração no mercado principal ou, na sua falta, no mercado a que o Grupo tenha acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflete o seu risco de incumprimento.

29
81. 1

CITIBANK EUROPE PLC

Quando disponível, o Grupo mede o justo valor de um instrumento recorrendo ao preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado ativo se as operações relativas ao ativo ou passivo se realizarem com frequência e houver volumes suficientes para fornecer regularmente informação sobre os preços.

Se não houver preço cotado num mercado ativo, o Grupo recorre a técnicas de avaliação que maximizam a utilização de dados observáveis relevantes e minimizam o recurso a dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes no mercado tomariam em consideração para definir o preço de uma operação.

A melhor prova do justo valor de um instrumento financeiro no momento do seu reconhecimento inicial é normalmente o preço da operação – ou seja, o justo valor da contrapartida paga ou recebida. Se o Grupo apurar que o justo valor no momento do reconhecimento inicial difere do preço da operação e o justo valor não for evidenciado por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem com base numa técnica de avaliação que utilize exclusivamente dados de mercados observáveis, o instrumento financeiro é mensurado inicialmente ao justo valor, ajustado para diferir a diferença entre o justo valor no momento do reconhecimento inicial e o preço da operação. Subsequentemente, essa diferença é reconhecida em proveitos ou custos numa base adequada durante a vida do instrumento.

O valor de um depósito à ordem não pode ser inferior à quantia devida à ordem, descontada a partir da primeira data em que pode ser exigida.

O Grupo reconhece transferências entre níveis de hierarquia de justo valor no termo do período de relato durante o qual a alteração se verificou.

1) Imparidade de ativos financeiros

Imparidade do crédito

Em cada data da Demonstração da Posição Financeira, o Grupo avalia se existem sinais objetivos de imparidade do crédito. Considera-se que o crédito está afetado por imparidade e que se verificam perdas por imparidade se e só se existirem sinais objetivos de imparidade em consequência de um ou mais eventos de perdas verificados depois do reconhecimento inicial do ativo e antes da data da Demonstração de Posição Financeira (um "evento de perdas") e se o evento ou eventos de perdas tiverem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou da carteira que pode ser estimado com fiabilidade.

Os sinais objetivos de que o crédito está afetado por imparidade incluem dados observáveis que cheguem ao conhecimento do Grupo tais como:

- dificuldades financeiras significativas do emitente ou devedor;
- incumprimento de um contrato, tal como falta de pagamento ou mora no pagamento de juros ou capital;
- se se tornar provável que o mutuário entre em falência ou fique sujeito a outro tipo de processo especial de recuperação de empresas;
- desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis que indiquem que se verifica um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial de tais ativos, embora o decréscimo ainda não possa ser identificado nos ativos financeiros individuais da carteira, incluindo:
 - alterações negativas do estatuto em termos de pagamentos dos mutuários que compõem a carteira;
 - e
 - condições económicas nacionais ou locais com correlação com incumprimentos nos ativos da carteira.

O Grupo avalia primeiro se existem sinais objetivos de imparidade individualmente para crédito que seja significativo em termos individuais e individual ou coletivamente para os ativos financeiros que não sejam significativos em termos individuais. Se o Grupo apurar que não existem sinais objetivos de imparidade para crédito avaliado individualmente, independentemente de ser significativo ou não, inclui o ativo num conjunto de créditos com características de risco de crédito semelhante e avalia-o coletivamente em termos de imparidade. O crédito que é avaliado individualmente em termos de imparidade e para o qual são ou continuam a ser reconhecidas perdas por imparidade não é incluído na avaliação coletiva da imparidade.

Para o crédito, o montante das perdas por imparidade é mensurado como correspondendo à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados tendo em conta as garantias e descontados à taxa de juro efetiva original do ativo. O valor das perdas é reconhecido numa conta de provisões ou abatido ao saldo do crédito, sendo o valor das perdas levado à Demonstração de Resultados.

CITIBANK EUROPE PLC

Depois de se identificar a imparidade, os proveitos de juros são reconhecidos usando a taxa de juro efetiva original. O Grupo desconta os fluxos de caixa futuros para efeitos de mensurar as perdas por imparidade recorrendo à taxa de juro efetiva original aplicada ao valor contabilístico revisto.

Abate de crédito

O crédito (e as contas de provisões para imparidade relacionadas) normalmente é abatido total ou parcialmente quando deixam de haver perspectivas realísticas de recuperação. Quando o crédito está garantido, esta situação geralmente verifica-se depois de ser recebido o produto da execução das garantias. No casos em que o valor líquido realizável das garantias tiver sido apurado e não houver expectativas razoáveis de recuperar mais nada, o abate pode realizar-se mais cedo.

A recuperação posterior de valores abatidos é contabilizada por contrapartida de perdas do crédito líquidas na Demonstração de Resultados.

Estorno de imparidades

Se, num período posterior, o montante das perdas por imparidade diminuir e tal diminuição se puder relacionar objetivamente com um facto que se verificou depois de a imparidade ter sido reconhecida, as perdas por imparidade reconhecidas em momento anterior são estornadas através de um ajustamento à conta de provisões. O montante do estorno é reconhecido na Demonstração de Resultados por contrapartida de perdas de crédito líquidas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados em cada data do Balanço para identificar sinais objetivos de imparidade. Se estes sinais existirem em consequência de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do ativo financeiro (um "evento de perdas") e esse evento de perdas tiver um impacto, que pode ser mensurado com fiabilidade, nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, reconhecem-se perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em títulos da carteira de investimento disponíveis para venda são reconhecidas através da transferência para a Demonstração de Resultados das perdas acumuladas que foram reconhecidas diretamente no capital. As perdas acumuladas que são retiradas do capital e reconhecidas na Demonstração de Resultados correspondem à diferença entre o custo de aquisição, líquido de reembolsos de capital e amortizações, e o justo valor corrente, menos eventuais perdas por imparidade anteriormente reconhecidas na Demonstração de Resultados. As variações nas provisões para imparidade imputáveis ao valor do tempo são refletidas como uma componente dos proveitos de juros.

As metodologias de imparidade para ativos financeiros disponíveis para venda são descritas seguidamente:

- Títulos de dívida disponíveis para venda. Na avaliação de sinais objetivos de imparidade na data do relato, o Grupo toma em consideração todos os elementos disponíveis, incluindo dados observáveis ou informação sobre eventos especificamente relativos aos títulos e que podem dar origem a défices na recuperação de fluxos de caixa futuros. As dificuldades financeiras do emitente, bem como outros fatores, tais como informação sobre a exposição dos emitentes a risco de liquidez, comercial e financeiro, os níveis e tendências em termos de incumprimento para ativos financeiros semelhantes, as tendências e condições económicas locais e nacionais e o justo valor do colateral e das garantias podem ser considerados individualmente ou combinados para apurar se existem sinais objetivos de imparidade.
- Títulos de capital disponíveis para venda. Os sinais objetivos de imparidade podem ser informação específica sobre o emitente conforme descrito acima, mas também podem traduzir-se em informação sobre alterações significativas na tecnologia, nos mercados, na economia ou na legislação que indiquem que o custo dos títulos de capital pode não ser recuperado.

Um declínio significativo ou prolongado do justo valor do título de capital para um valor inferior ao seu custo também constitui um sinal objetivo de imparidade. Na avaliação de se é significativo, o declínio do justo valor é avaliado face ao custo original do ativo no momento do reconhecimento inicial.

Depois de as perdas por imparidade terem sido reconhecidas, o tratamento contabilístico subsequente das variações do justo valor desse ativo depende do tipo de ativo:

- Para títulos de dívida disponíveis para venda, um declínio subsequente do justo valor do instrumento é reconhecido na Demonstração de Resultados quando houver sinais objetivos de imparidade em consequência de diminuições suplementares nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Quando não houver mais sinais objetivos de imparidade, o declínio do justo valor do ativo financeiro é reconhecido em outro rendimento integral. Se o justo valor de um título de dívida aumentar num período

CITIBANK EUROPE PLC

posterior e o aumento puder ser objetivamente relacionado com um evento que se verificou depois de as perdas por imparidade terem sido reconhecidas na Demonstração de Resultados ou o instrumento deixar de estar afetado por imparidade, as perdas por imparidade são estornadas através da Demonstração de Resultados.

- Para títulos de capital disponíveis para venda, todos os aumentos posteriores do justo valor do instrumento são tratados como uma reavaliação e reconhecidos em outro rendimento integral. As perdas por imparidade reconhecidas quanto a títulos de capital não são estornadas através da Demonstração de Resultados. As diminuições posteriores do justo valor de títulos de capital disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração de Resultados, na medida em que tenham sido sofridas mais perdas por imparidade acumuladas.

m) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando o direito de receber os fluxos de caixa dos ativos cesse ou o Grupo transfira substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua titularidade. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando se extinguem, ou seja, quando a obrigação é cumprida, cancelada ou expira.

n) Locação financeira e operacional (novo)

Quando o Grupo dá bens de locação e se verifica uma transmissão para o locatário de substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, a operação é contabilizada como uma locação financeira. Todas as outras operações são contabilizadas como locações operacionais.

Locação financeira e operacional – enquanto locatário

Os ativos detidos ao abrigo de contratos de locação financeira e locação-compra são capitalizados e reintegrados conforme descrito na Nota I (o) infra. Os encargos financeiros são imputados aos períodos contabilísticos de forma a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente da obrigação para cada exercício. As rendas devidas ao abrigo de contratos de locação operacional são levadas à Demonstração de Resultados em prestações constantes ao longo do prazo da locação e são contabilizadas na rubrica de despesas gerais e administrativas.

Locação financeira e operacional – enquanto locador

O investimento líquido em operações de locação financeira está incluído na rubrica de crédito sobre clientes. Os proveitos brutos ganhos durante o prazo da locação são imputados de forma a produzir uma taxa de rentabilidade periódica e constante sobre o investimento líquido. Os custos diretos de montagem das operações de locação são adicionados ao valor inicial reconhecido a receber da operação de locação. As rendas recebidas são contabilizadas na rubrica de proveitos de juros e proveitos equiparados.

Os ativos detidos para efeitos de locação a terceiros ao abrigo de contratos de locação operacional estão contabilizados na rubrica de imobilizado corpóreo e são reintegrados em quotas constante durante as suas vidas úteis estimadas. As rendas recebidas são contabilizadas em prestações constantes ao longo do prazo da locação na rubrica de outros proveitos operacionais.

Valores residuais

A exposição a valores residuais verifica-se devido à natureza incerta do valor do bem no termo do contrato. Durante a vida do bem, o seu valor residual varia devido à incerteza quanto ao mercado futuro e às alterações tecnológicas ou versões mais modernas do produto, bem como às condições económicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início da locação com base nas expetativas da administração relativas ao valor futuro do bem. Durante o prazo da locação, os valores residuais são revistos anualmente de forma a identificar uma potencial imparidade. As reduções do valor residual que levem à imparidade de um bem locado são identificadas no âmbito destas revisões e são reconhecidas imediatamente.

n) Imobilizado corpóreo

O imobilizado corpóreo, incluindo benfeitorias em imóveis próprios e arrendados, é contabilizado pelo seu custo menos as reintegrações e as perdas por imparidade acumuladas (ver infra). As reintegrações são calculadas para abater o custo menos o valor residual estimado de cada bem em quotas constantes ao longo da sua vida útil estimada. As vidas úteis estimadas de veículos, mobiliário e equipamento variam entre um e sete anos.

32
 81. 0X

CITIBANK EUROPE PLC

Imóveis próprios	50 anos
Imóveis arrendados	prazo do arrendamento
Benfeitorias em imóveis arrendados	10 anos ou o prazo do arrendamento, consoante o que for menor
Veículos, mobiliário e equipamento	entre 1 e 10 anos
Bens locados	entre 1 e 20 anos

Os custos posteriores são incluídos no valor contabilístico do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, consoante for apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros associados ao ativo revertam para o Grupo e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros custos com reparações e manutenção são levados à Demonstração de Resultados no exercício em que são incorridos.

o) Imobilizado incorpóreo

Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação decorrentes de aquisições representam a parte do custo de aquisição que excede o justo valor da quota-parte do Grupo nos ativos líquidos identificáveis da subsidiária adquirida na data de aquisição. Os ganhos e perdas realizados aquando da alienação de uma entidade incluem o valor contabilístico das diferenças de consolidação relativas à entidade vendida. As diferenças de consolidação são registadas pelo seu valor de custo menos as eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Outro imobilizado incorpóreo

O imobilizado incorpóreo adquirido pelo Grupo é contabilizado ao seu valor de custo menos amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são levadas à Demonstração de Resultados usando os métodos que melhor refletem os benefícios económicos ao longo das suas vidas económicas úteis estimadas e os valores residuais são revistos no termo de cada exercício e ajustados, se tal se justificar. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Licenças de <i>software</i> adquiridas	3 - 5 anos
Desenvolvimento de <i>software</i>	1 - 10 anos

Software

Os custos com *software* desenvolvido internamente são reconhecidos como um ativo quando o Grupo é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade para concluir o desenvolvimento e usar o *software* de uma forma que gere benefícios económicos e pode mensurar com fiabilidade os custos para concluir o desenvolvimento. O custo capitalizado de *software* desenvolvido internamente inclui todos os custos internos e externos diretamente imputáveis ao desenvolvimento do *software* e é amortizado ao longo da sua vida útil.

Ativos incorpóreos relacionados com clientes

Os ativos incorpóreos relacionados com clientes são ativos identificáveis e são reconhecidos ao seu valor atual com base em projeções de fluxos de caixa decorrentes de direitos contratuais adquiridos relativamente a relacionamentos com clientes.

p) Imparidade de ativos não financeiros

Em cada data de relato, o Grupo avalia se existem sinais de que as suas diferenças de consolidação ou o seu imobilizado incorpóreo ou corpóreo está afetado por imparidade. Estes ativos não financeiros são avaliados em termos de imparidade todos os anos ou com uma frequência maior se alguns factos ou alterações das circunstâncias indicarem que podem estar afetados por imparidade. As diferenças de consolidação são afetadas a unidades geradoras de caixa para efeitos da avaliação da sua imparidade. As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não são estornados. As perdas por imparidade são reconhecidas na Demonstração de Resultados.

q) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento devidos sobre os resultados são reconhecidos como um custo com base nas leis fiscais aplicáveis em cada jurisdição no período a que tais resultados dizem respeito. O efeito fiscal de perdas fiscais disponíveis para transitar para exercícios subsequentes é reconhecido como um ativo por impostos diferidos se for provável que existam lucros fiscais futuros disponíveis para o absorver.

São reconhecidos ativos e passivos por impostos diferidos para as diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contabilístico nas demonstrações financeiras. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis que permitam a utilização de tais diferenças. Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados às taxas de imposto esperadas no período em que o ativo vai ser realizado ou o passivo vai ser liquidado, com base nas taxas de imposto em vigor ou substancialmente em vigor à data da Demonstração da Posição Financeira..

CITIBANK EUROPE PLC

Os ativos por impostos diferidos são revistos em cada data de relato e são reduzidos na medida em que deixe de ser provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como benefícios ou custos fiscais na Demonstração de Resultados.

r) Taxas

O governo aplica taxas ao Grupo de acordo com a legislação, para além de impostos sobre o rendimento, multas ou outras sanções por violação da lei. O Grupo reconhece um passivo relativo à obrigação de pagar uma taxa na data prevista na legislação que dá origem a tal obrigação. As taxas são contabilizadas em despesas administrativas gerais na Demonstração de Resultados do Grupo.

s) Moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas à taxa de câmbio na data da operação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente do dólar norte-americano são convertidos para essa moeda às taxas de câmbio à vista no fecho do exercício. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda diferente do dólar norte-americano classificados como detidos para negociação ou designado ao justo valor são convertidos para dólares norte-americanos à taxa de câmbio à vista no fecho do exercício. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda diferente do dólar norte-americano e que não são mensurados ao justo valor foram convertidos às taxas de câmbio históricas relevantes. Os ganhos ou perdas cambiais são levados à conta de exploração na data da sua realização como tendo sido realizados, exceto os ganhos e perdas em ativos financeiros classificados como DPV que sejam instrumentos monetários.

Os ativos e passivos de sucursais no exterior são convertidos para a moeda de apresentação do Grupo à taxa de câmbio na data da Demonstração da Posição Financeira e as suas Demonstrações de Resultados são convertidas às taxas de câmbio médias do exercício. As diferenças cambiais decorrentes da conversão são levadas diretamente a uma componente separada do capital.

t) Regalias dos empregados (novo)

Planos de benefício definido

O Grupo também participa e continua a gerir planos de pensões de benefício definido para empregados na Grécia, nos Países Baixos, na Bélgica, na Espanha, na Áustria, na Irlanda, em França e na Noruega. Os empregados não fazem contribuições em relação às pensões de base. Em relação aos planos de benefício definido no estrangeiro, o passivo líquido reconhecido no Balanço é igual ao valor atual, calculado utilizando métodos atuariais, da obrigação de pagar prestações de benefício definido na data do Balanço deduzido do justo valor dos ativos do plano.

A obrigação de pagar prestações de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método da unidade de crédito projetada. O valor atual da obrigação de pagar prestações de benefício definido é determinado descontando as saídas de fluxos de caixa futuras estimadas, usando taxas de juro de obrigações de emitentes privados de grande qualidade, denominadas na moeda em que as prestações serão pagas e com prazos até ao vencimento aproximados do prazo da responsabilidade por pensões relacionada.

Os ganhos e perdas de remensuração são reconhecidos imediatamente na Demonstração do Rendimento Integral. Para obrigações de benefício definido, os custos de serviços presentes e de eventuais serviços passados são incluídos na conta de exploração, nos custos operacionais, e os proveitos de juros dos ativos do plano de pensões, líquidos do impacto dos custos de juros dos passivos do plano de pensões, são incluídos nos outros proveitos financeiros.

Reconhece-se um excedente no balanço quando um benefício económico fica disponível sob a forma de uma redução das contribuições futuras ou um reembolso ao Grupo.

Planos de contribuição definida

O Grupo gere vários planos de pensões de contribuição definida. As contribuições anuais do Grupo são levadas à Demonstração de Resultados no período a que dizem respeito. Os ativos do plano de pensões são detidos em fundos separados geridos por fiduciários.

Prestações de curto prazo

As obrigações relativas a prestações de curto prazo devidas aos empregados são mensuradas numa base não descontada e levadas a custos à medida que o serviço relacionado é prestado. É reconhecida uma provisão para a quantia que se espera pagar ao abrigo de bónus de curto prazo em dinheiro se o Grupo tiver uma obrigação presente jurídica ou implícita de pagar essa quantia em consequência de serviços passados prestados pelos empregados e a mesma puder ser estimada com fiabilidade.

CITIBANK EUROPE PLC

Prestações em caso de rescisão de contrato

As prestações em caso de rescisão de contrato são reconhecidas como um custo quanto o Grupo se tiver comprometido de uma forma demonstrável, sem possibilidade realística de recuo, quanto a um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da idade normal de reforma ou pagar indenizações por rescisão do contrato em consequência de uma oferta efetuada para incentivar as rescisões por mútuo acordo. As prestações em caso de rescisão de contrato por mútuo acordo são reconhecidas como parte de um programa de reestruturação se o Grupo tiver feito uma oferta para rescisão por mútuo acordo, for provável que a oferta seja aceite e o número de aceitações possa ser estimado com fiabilidade.

u) Planos de incentivos baseados em ações

O Grupo participa em alguns planos de incentivos baseados em ações do Citigroup, ao abrigo dos quais o Citigroup concede ações aos empregados do Grupo. Ao abrigo de um Acordo de Participação de Afiliada nos Planos de Ações ("APAPA") separado, o Grupo procede a um pagamento em dinheiro ao Citigroup equivalente ao justo valor dos bónus sob a forma de incentivos baseados em ações entregues aos empregados do Grupo de acordo com esses planos.

O Grupo adotou uma contabilização liquidada em ações para os seus planos de incentivos baseados em ações, com uma contabilização separada das obrigações associadas de fazer pagamentos ao Citigroup. O Grupo reconhece o justo valor dos bónus na data da sua concessão como despesas de remuneração ao longo do período de cristalização, com um crédito correspondente nos fundos próprios como uma prestação de capital do Citigroup. Todas as quantias pagas ao Citigroup e as obrigações associadas ao abrigo do APAPA são reconhecidas nos fundos próprios ao longo do período de cristalização. As alterações posteriores do justo valor de todos os direitos não exercidos e do APAPA são revistas anualmente e as eventuais alterações de valor são reconhecidas na reserva de capital, mais uma vez ao longo do período de cristalização.

Para os planos de incentivos baseados em ações do Citigroup que têm um período de cristalização escalonado, cada tranche do bónus é tratada como um bónus separado; quando o programa prevê uma cristalização em pico, o bónus tem uma só tranche. A despesa é reconhecida no primeiro ano de diferimento.

Período de cristalização do bónus	Percentagem de despesa reconhecida			
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
2 anos (2 tranches)	75%	25%		
2 anos (1 tranche)	50%	50%		
3 anos (3 tranches)	61%	28%	11%	
3 anos (1 tranche)	33%	33%	33%	
4 anos (4 tranches)	52%	27%	15%	6%
4 anos (1 tranche)	25%	25%	25%	25%

No entanto, os empregados que preencham determinados requisitos em termos de idade e anos de serviço (empregados elegíveis para reforma) podem cessar o serviço ativo e continuar a beneficiar da cristalização dos seus bónus desde que cumpram determinadas disposições específicas em matéria de não concorrência. O custo dos planos de incentivos baseados em ações são reconhecidos ao longo do período de serviço necessário. Para os bónus concedidos a empregados elegíveis para reforma, os serviços são prestados antes da data de concessão e, posteriormente, os custos são objeto de acréscimo no exercício anterior à data da concessão.

v) Contabilização de subsídios governamentais

Os subsídios são levados a crédito na Demonstração de Resultados em contrapartida dos custos relacionados. Os subsídios recebidos, que são reembolsáveis se determinadas condições pré-definidas não forem cumpridas, são levados a crédito na Demonstração de Resultados em quotas constantes ao longo do período em causa.

w) Caixa e equivalentes de caixa

Para os efeitos da Demonstração de Fluxos de Caixa, a caixa e os equivalentes de caixa compreendem saldos com um prazo original inferior a três meses, incluindo: caixa não sujeita a restrições e saldos sujeitos a restrições junto de bancos centrais, bilhetes do tesouro e outras obrigações elegíveis e crédito sobre bancos.

CITIBANK EUROPE PLC

x) Provisões

São criadas provisões quando é provável que seja necessária uma saída de recursos económicos para liquidar uma obrigação legal ou interpretativa efetiva resultante de acontecimentos passados e se pode fazer uma estimativa razoável do montante de tal obrigação.

y) Subsidiárias

As participações em subsidiárias, incluindo ações não cotadas, são contabilizadas ao seu preço de custo deduzido de provisões para imparidade.

z) Operações sob controlo comum

O Grupo contabiliza as concentrações de atividades entre entidades sob controlo comum ao seu valor contabilístico. Os números para efeitos comparativos não foram reformulados nem preparados em base *pro forma*, exceto se o contrário for indicado.

aa) Operações descontinuadas

As operações descontinuadas são componentes do negócio do Grupo que representam segmentos de negócio ou áreas geográficas de operações relevantes e separadas que cumprem as condições necessárias para serem classificadas como disponíveis para venda.

Os resultados das operações descontinuadas foram divulgados separadamente como um valor único na Demonstração de Resultados para os períodos relevantes apresentados, incluindo os lucros ou perdas depois de impostos das operações descontinuadas e os ganhos ou perdas depois de impostos reconhecidos na mensuração ao justo valor menos o custo de venda. As divulgações do período anterior foram atualizadas para distinguir entre operações continuadas e operações descontinuadas. Para mais informações, consultar a Nota 29 – Operações descontinuadas.

bb) Atividades fiduciárias

O Grupo atua regularmente como trustee ou noutras qualidades fiduciárias que levam à detenção ou colocação de ativos por conta de particulares, trusts, planos de reforma e outras instituições. Ao agir nessa qualidade, o Grupo concluiu que atua como um agente e, por conseguinte, esses ativos e os proveitos decorrentes dos mesmos são excluídos destas demonstrações financeiras uma vez que não são ativos do Grupo.

cc) Títulos de dívida em circulação

O Grupo designou ao justo valor através de resultados determinados títulos de dívida em circulação que contêm instrumentos derivados de ações, taxas de juro e crédito embebidos que teriam de outro modo de ser divididos e contabilizados separadamente ao justo valor. O justo valor dos títulos de dívida em circulação também tem em conta as provisões para os riscos de crédito próprios do Grupo. Para mais pormenores, consultar a Nota 18 – Ativos e passivos financeiros.

2. Uso de premissas e estimativas

Os resultados do Grupo são sensíveis às políticas contabilísticas, às premissas e às estimativas subjacentes à preparação das suas demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas acima em pormenor.

A preparação das demonstrações financeiras obriga ao recurso a juízos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores comunicados dos ativos, passivos, proveitos e custos. Os resultados efetivos podem diferir destas estimativas.

As estimativas e as premissas subjacentes são revistas regularmente. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que se verificam e nos períodos futuros afetados.

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o direito das sociedades irlandês, os Administradores são responsáveis por selecionar políticas contabilísticas adequadas e proceder a juízos e estimativas que sejam razoáveis e prudentes. As políticas contabilísticas consideradas críticas para os resultados e a posição financeira do Grupo ao abrigo das NIRF, em termos de materialidade das rubricas a que a política se aplica ou que envolvem um elevado grau de juízo ou estimativa são as seguintes:

CITIBANK EUROPE PLC

Imparidade do crédito

Para determinar se certas perdas por imparidade devem ser registadas na Demonstração de Resultados, o Grupo avalia se existem dados observáveis que indiquem que se verifica um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma determinada carteira de crédito ou de créditos individualmente significativos. As estimativas baseiam-se na experiência histórica em termos de perdas em ativos com características de risco de crédito e sinais objetivos de imparidade semelhantes aos da carteira, quando se estimam os seus fluxos de caixa futuros. A imparidade é debatida e apresentada em maior pormenor na Nota 17.

Avaliação do imobilizado incorpóreo

Pode ser necessário recorrer a premissas na avaliação de determinado imobilizado incorpóreo relevante e a Administração pode recorrer a aconselhamento externo especializado para a auxiliar neste processo.

Planos de incentivos baseados em ações

O Grupo participa em alguns planos de incentivos baseados em ações do Citigroup Inc. Os bónus concedidos através do Programa de Opções sobre Ações do Citigroup são mensurados aplicando um modelo de fixação de preços de opções, tendo em conta os termos e as condições do programa. A análise do comportamento no exercício anterior, o historial de dividendos do Citigroup Inc. e a volatilidade histórica são dados cruciais considerados no modelo de avaliação. Para mais pormenores, consultar a Nota 31.

Obrigações relativas a pensões de reforma

O Grupo participa em planos de benefício definido geridos localmente para as suas sucursais europeias. Os planos de benefício definido são avaliados numa base atuarial, sendo as principais premissas a inflação, a taxa de desconto e a mortalidade. De acordo com a NIC 19 revista, a rentabilidade esperada dos ativos do plano é calculada aplicando a taxa de desconto de obrigações de emitentes privados com um rating AA. As taxas de inflação são selecionadas por referência aos objetivos do Banco Central Europeu para a inflação. As premissas relativas à mortalidade baseiam-se nas normas relevantes do setor e nas tabelas de mortalidade nacionais. As taxas de desconto baseiam-se em índices específicos de obrigações de emitentes privados que refletem a curva de rentabilidade subjacente a cada plano. É necessária uma avaliação por parte da administração para estimar a taxa de crescimento futuro dos salários. Todas as premissas são imparciais, mutuamente compatíveis e baseadas em expectativas do mercado na data de relato. A sensibilidade das principais premissas é debatida na Nota 14 – Obrigações relativas a pensões de reforma.

Avaliação de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos é determinado recorrendo a técnicas de avaliação. Tanto quanto possível, os modelos só usam dados observáveis; quando tal não é possível, pode ser necessário recorrer a estimativas. A Nota 18 descreve em maior detalhe a abordagem à avaliação de instrumentos financeiros.

Ajustamentos de avaliação do crédito (AAC), ajustamentos de avaliação do financiamento (AAF) e ajustamentos de avaliação da dívida (AAD)

O AAC e o AAF aplicam-se aos instrumentos derivados do mercado de balcão (*over-the-counter*, OTC) em que a avaliação de base geralmente desconta os fluxos de caixa esperados usando a curva base de taxas de juro relevante para a moeda do instrumento derivado (por exemplo, a LIBOR para instrumentos derivados em USD não garantidos). Dado que nem todas as contrapartes apresentam o mesmo risco de crédito que o implícito na curva base relevante, um AAC é necessário para incorporar na avaliação a visão do mercado tanto do risco de crédito da contraparte, como do próprio risco de crédito do Citi. O AAF reflete um prémio de risco de financiamento de mercado inerente à parte não garantida das carteiras de instrumentos derivados e a instrumentos derivados garantidos quando os termos do contrato não permitem a reutilização das garantias recebidas.

A metodologia de AAC do Citi é composta por dois passos. Primeiro, é determinado o perfil de exposição de crédito para cada contraparte usando os termos de todas as posições individuais em instrumentos derivados e uma simulação Monte Carlo ou outra análise quantitativa para gerar uma série de fluxos de caixa esperados em pontos futuros no tempo. O cálculo deste perfil de exposição considera o efeito de fatores de mitigação do risco de crédito, incluindo penhores de dinheiro ou outras garantias, e o eventual direito jurídico de compensação que exista com uma contraparte através de acordos, tais como acordos de liquidação em base líquida. Os contratos individuais de instrumentos derivados que são objeto de um acordo-quadro de liquidação em base líquida com uma contraparte são agregados para este efeito, dado que são estes fluxos de caixa agregados que estão sujeitos a risco de incumprimento.

Este processo identifica fluxos de caixa específicos num determinado ponto no futuro que estão sujeitos a risco de incumprimento, em vez de usar o ativo ou passivo líquido reconhecido como base para medir o AAC. Seguidamente, a visão do mercado quanto à probabilidade de incumprimento derivada das margens de crédito observadas no mercado de *swaps* de

CITIBANK EUROPE PLC

incumprimento de crédito (*credit default swaps* ou CDS) é aplicada aos fluxos de caixa futuros esperados apurados no passo um. O AAC do crédito do próprio Citi é apurado utilizando margens de CDS específicas do Citi para o prazo relevante. Em geral, o AAC da contraparte é determinado usando índices de margem de CDS para cada rating e prazo de crédito. Para determinados conjuntos de compensação identificados em que a análise individual é possível (por exemplo, exposições a contrapartes com CDS líquidos), as margens de CDS específicas da contraparte são usadas.

O AAC e o AAF destinam-se a incorporar a visão do mercado do risco de crédito e do risco de financiamento, respetivamente, inerente à carteira de instrumentos derivados. No entanto, a maioria dos instrumentos derivados não garantidos são contratos bilaterais negociados e normalmente não são transmitidos a terceiros. Os instrumentos derivados são normalmente liquidados de acordo com o contrato ou, se forem resolvidos antecipadamente, são liquidados a um valor negociado bilateralmente entre as contrapartes. Por conseguinte, tanto o AAC como o AAF podem não ser realizados aquando da liquidação ou resolução no exercício normal da atividade. Além disso, a totalidade ou parte destes ajustamentos pode ser estornada ou ajustada em períodos futuros em caso de alterações do risco de crédito ou de financiamento associado aos instrumentos derivados.

São reconhecidos ajustamentos de avaliação da dívida (AAD) própria para os títulos de dívida em circulação designados ao justo valor, usando as margens de crédito do Citigroup observadas nos mercados obrigacionistas. Em consequência, o justo valor dos títulos de dívida em circulação é afetado pelo estreitamento ou alargamento das margens de crédito do Citigroup.

Tanto o AAC como o AAD podem não ser realizados aquando da liquidação ou resolução no exercício normal da atividade. Além disso, a totalidade ou uma parte dos ajustamentos de avaliação do crédito pode ser estornada ou ajustada em períodos futuros em caso de alterações do risco de crédito do Citigroup ou das suas contrapartes ou de alterações dos fatores de mitigação do crédito (garantias e acordos de liquidação em base líquida) associados aos instrumentos derivados.

O Grupo designou vários instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. De acordo com a NIRF 13, o Grupo tem de considerar o seu próprio risco de crédito para determinar o justo valor destes passivos.

Durante 2016, o Grupo registou perdas de AAC/AAF/AAD num valor aproximado de \$4,5 milhões (2015: \$0).

3. Margem financeira

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015*
	\$000	\$000
Proveitos de juros e proveitos equiparados		
Caixa e equivalentes de caixa	1.132	-
Crédito sobre bancos	77.258	42.584
Crédito sobre clientes	293.719	185.825
Títulos da carteira de investimento - disponíveis para venda	44.116	32.376
Outros proveitos de juros	1.116	2.369
Total de proveitos de juros	417.341	263.154
Custos de juros e custos equiparados		
Depósitos de bancos	11.929	17.458
Contas de clientes	25.880	14.676
Títulos de dívida em circulação	740	-
Outros juros pagos	20.643	4.120
Total de custos de juros	59.192	36.254
Margem financeira	358.149	226.900

* A apresentação de determinadas rubricas foi alterada por motivos de coerência no seguimento da fusão (ver Nota 1e).

Os proveitos de juros incluem um total de \$1,2 milhões (2015: \$1,95 milhões) recebidos de crédito afetado por imparidade.

38
38
12

CITIBANK EUROPE PLC

4. Resultados de comissões

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015*
	\$000	\$000
Títulos	8.448	-
Compensação e liquidação	51.728	31.400
Gestão de ativos	1.750	729
Custódia e operações fiduciárias	187.241	62.024
Serviços de pagamento	319.767	306.665
Recursos de clientes distribuídos mas não geridos	150.329	48.006
Financiamentos estruturados	96.028	84.048
Compromissos de concessão de crédito dados	176.428	201.276
Outros	254.446	122.292
Total de proveitos de comissões	1.246.165	856.440
Compensação e liquidação	(36.296)	(2.865)
Custódia	(19.834)	(2.174)
Serviço de atividades de titularização	(468)	(226)
Compromissos de concessão de crédito recebidos	-	(555)
Outros	(24.649)	(8.765)
Total de custos de comissões	(81.247)	(14.585)
Resultados de comissões	1.164.918	841.855

* A apresentação de determinadas rubricas foi alterada por motivos de coerência no seguimento da fusão (ver Nota 1e).

Os proveitos de comissões incluem comissões ganhas pelo Grupo em atividades fiduciárias ao abrigo das quais o Grupo detém ativos por conta dos seus clientes. Estes proveitos de comissões ascenderam a \$149 milhões em 2016 (2015: \$54 milhões).

5. Resultados de operações financeiras

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015*
	\$000	\$000
Instrumentos derivados	85.585	65.608
Títulos de dívida	74.123	34.403
Crédito	1.540	-
Total de resultados de operações financeiras	161.248	100.011

* A apresentação de determinadas rubricas foi alterada por motivos de coerência no seguimento da fusão (ver Nota 1e).

CITIBANK EUROPE PLC

6. Resultados de investimentos

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
Ganhos líquidos em ativos financeiros disponíveis para venda	148.290	21.752
Dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda	1.327	76
Total de resultados de investimentos	149.617	21.828

7. Resultados de outros instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
Crédito	33.039	5.266
Títulos de dívida em circulação	(152)	-
Total de proveitos líquidos de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	32.887	5.266

8. Outros proveitos operacionais

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015*
	\$000	\$000
Recuperações entre sociedades do Grupo	301.980	118.938
Total de outros proveitos operacionais	301.980	118.938

* A apresentação de determinadas rubricas foi alterada por motivos de coerência no seguimento da fusão (ver Nota 1e).

Uma parte significativa dos custos do Grupo resulta dos serviços prestados pelos CSC a outras entidades do Citi, tanto global como regionalmente. Estes custos são afetados às áreas de negócio e entidades jurídicas com base em vários fatores. Todos estes contratos de transferência de preços são revistos regularmente quanto à sua adequação. Estas recuperações são reconhecidas nos outros proveitos operacionais.

9. Remuneração dos auditores

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
Comissões de auditoria	699	476
Outras garantias	270	210
Serviços de consultoria fiscal	33	28
Outros serviços não relacionados com auditoria	-	-
	1.002	714

As comissões suplementares pagas a outras firmas da KPMG fora da Irlanda por serviços prestados incluem comissões de auditorias locais, no valor de \$1,2 milhões, outras comissões relativas a garantias dadas, no valor de \$0,3 milhões, comissões de consultoria fiscal, no valor de \$0,04 milhões, e outros serviços não relacionados com auditoria, no valor de \$0,1 milhões.

CITIBANK EUROPE PLC

10. Custos com o pessoal

O número médio de pessoas empregadas pelo Grupo durante o exercício foi 9.158 (2015: 3.941). Inclui 9.023 empregados diretos a tempo inteiro e 135 empregados diretos a tempo parcial.

O Grupo Tem 11 planos de pensões de contribuição definida e 7 planos de benefício definido. Em 2016 foram feitas contribuições no valor de \$12,1 milhões (2015: \$10,2 milhões) para estes planos.

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
Salários	452.944	189.043
Contribuições para a segurança social	89.454	26.300
Custos com pagamentos baseados em ações	14.584	3.904
Pensões e regalias pós-reforma:	22.082	10.261
Custos de reestruturação	35.801	-
Total de custos com o pessoal	614.865	229.508

11. Remuneração dos Administradores

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
A remuneração dos Administradores foi a seguinte:		
Por serviços elegíveis	2.615	3.238
Por planos de incentivos a longo prazo	-	-
Planos de pensões		
- Plano de contribuição definida	112	111
Indemnização por perda de cargo	1.392	-
	4.119	3.349

Em 31 de dezembro de 2016, três Administradores (2015: três) beneficiavam de planos de reforma.

12. Outros custos

Grupo	2016	2015
	\$000	\$000
Investigação e desenvolvimento	4.926	7.034
Reintegrações	48.257	4.062
Amortizações	114.509	29.882
Comunicações e tecnologia	97.596	54.909
Fornecedores	47.014	27.686
Impostos e taxas	57.157	32.524
Instalações	48.616	23.592
Outros custos administrativos	188.689	165.747
Total de outros custos	606.764	345.436

CITIBANK EUROPE PLC

41
37, 12x

Sociedade	2016 \$000	2015 \$000
Investigação e desenvolvimento	4.926	7.034
Reintegrações	48.257	4.062
Amortizações	114.509	29.882
Comunicações e tecnologia	97.596	54.909
Fornecedores	47.014	27.686
Impostos e taxas	57.157	32.524
Instalações	48.616	23.592
Outros custos administrativos	188.672	165.747
Total de outros custos	606.747	345.436

13. Imposto sobre o lucro de atividades correntes

(a) Análise do encargo fiscal do exercício:

Grupo	2016 \$000	2015 \$000
Impostos correntes:		
Imposto sobre as pessoas coletivas sobre os lucros do exercício	(149.941)	(97.081)
Total de impostos correntes:	(149.941)	(97.081)
Impostos diferidos:		
Impostos do ano corrente diferidos	20.354	(1.037)
Total de impostos diferidos (Nota 23)	20.354	(1.037)
Total de impostos	(129.587)	(98.118)
- desta operação continuada	(124.740)	(97.935)
Sociedade	2016 \$000	2015 \$000
Impostos correntes:		
Imposto sobre as pessoas coletivas sobre os lucros do exercício	(149.944)	(97.081)
Total de impostos correntes:	(149.944)	(97.081)
Impostos diferidos:		
Originação e estorno de diferenças temporárias		
Impostos do ano corrente diferidos	20.354	(1.037)
Total de impostos diferidos (Nota 23)	20.354	(1.037)
Total de impostos	(129.590)	(98.118)
- desta operação continuada	(124.743)	(97.935)

CITIBANK EUROPE PLC

(b) Reconciliação da taxa de imposto efetiva:

Grupo	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Lucros de operações continuadas antes de impostos	953.079	720.424
Lucros de operações descontinuadas antes de impostos	39.045	1.284
Total de lucros antes de impostos	992.124	721.708
Total de impostos à taxa de imposto sobre as pessoas coletivas irlandês de 12,5%	(124.015)	(90.214)
Efeitos de:		
Impostos sobre o rendimento pagos em jurisdições estrangeiras	(60.430)	(20.773)
Provisões de capital e outras diferenças temporárias	29.675	2.307
Custos não dedutíveis	(12.644)	(4.861)
Crédito para eliminação de dupla tributação	30.133	14.233
Ajustamento da eliminação da dupla tributação	3.787	817
Utilização de excedentes de créditos de impostos estrangeiros	25.866	-
Impostos pagos a uma taxa mais elevada	(21.958)	-
Utilização de perdas reportadas	-	118
Outros	-	254
Total de impostos	(129.587)	(98.118)
- desta operação continuada	(124.740)	(97.935)
- desta operação descontinuada	(4.847)	(183)
Sociedade	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Lucros de operações continuadas antes de impostos	953.096	720.424
Lucros de operações descontinuadas antes de impostos	39.045	1.284
Total de lucros antes de impostos	992.141	721.708
Total de impostos à taxa de imposto sobre as pessoas coletivas irlandês de 12,5%	(124.018)	(90.214)
Efeitos de:		
Impostos sobre o rendimento pagos em jurisdições estrangeiras	(60.430)	(20.773)
Provisões de capital e outras diferenças temporárias	29.674	2.307
Custos não dedutíveis	(12.644)	(4.861)
Crédito para eliminação de dupla tributação	30.133	14.233
Ajustamento da eliminação da dupla tributação	3.787	817
Utilização de excedentes de créditos de impostos estrangeiros	25.866	-
Impostos pagos a uma taxa mais elevada	(21.958)	-
Utilização de perdas reportadas	-	118
Outros	-	254
Total de impostos	(129.590)	(98.118)
- desta operação continuada	(124.743)	(97.935)
- desta operação descontinuada	(4.847)	(183)

43


CITIBANK EUROPE PLC

14. Obrigações relativas a pensões de reforma

Em consequência da fusão, o Grupo participa agora em planos de pensões de benefício definido e de contribuição definida preexistentes geridos localmente para as suas sucursais europeias. As sucursais na Grécia, Holanda, Bélgica, Espanha, Áustria, França e Noruega têm planos de benefício definido geridos localmente. Com exceção da Bélgica, estes planos não admitem novos beneficiários. Em determinados países, as entidades patronais pagam contribuições para sistemas de pensões estatais ou participam em planos de contribuição definida. O Grupo cumpre as suas obrigações a este respeito conforme exigido pela legislação local.

As contribuições da entidade patronal para o plano de benefício definido ascenderam a \$3 milhões em 2016 (2015: 0). Em 2017, o Grupo espera fazer contribuições num valor aproximado de \$2 milhões. As obrigações relativas ao plano de benefício definido abrangem os atuais empregados, os antigos empregados e os atuais pensionistas. A vida média destas obrigações é de 18,5 anos. Os planos principais providenciam prestações relacionadas com o salário perto da reforma ou da saída do serviço em momento anterior.

As alterações, rescisões e liquidações relevantes no Grupo durante 2015 e 2016 abrangem o seguinte:

Em 2016, houve uma reestruturação na Grécia que levou à saída de alguns empregados do plano de pensões e do plano de saúde. O impacto destas saídas traduziu-se numa redução no valor de \$2 milhões nas obrigações relativas ao plano de benefício definido que tinham sido reconhecidas como crédito por serviços passados em 2016.

Quando se compara o plano com 2015, verifica-se que os passivos aumentaram \$53 milhões, o que inclui perdas de remensuração de \$72 milhões decorrentes de menores taxas de desconto em consequência das rendibilidades das obrigações terem caído na zona Euro devido a determinadas variáveis macro. Os ativos cresceram \$1 milhão, incluindo ganhos de remensuração de \$16 milhões, decorrentes de preços de justo valor de obrigações mais altos, o que foi contrabalançado por pagamentos de prestações regulares no valor de \$15 milhões. O impacto total de remensuração no ORI em 2016 ascendeu portanto a perdas no valor de \$56 milhões.

Os montantes reconhecidos no Balanço foram apurados como segue:

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	\$000	\$000
Valor atual de obrigações relativas a planos de pensões	(466.681)	-
Justo valor dos ativos do plano	282.858	-
Défice	(183.823)	-
Valor atual de obrigações relativas a planos de pensões	(14.703)	-
Passivo líquido reconhecido no Balanço (Nota 28)	(198.526)	-
Ativos por impostos diferidos (Nota 23)	11.500	-
Passivos líquidos por pensões	(187.026)	-

46
31

CITIBANK EUROPE PLC

O débito na Demonstração de Resultados tem a seguinte composição:

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
Custos operacionais:		
Custos com serviços correntes	2.847	-
Custos/(créditos) com serviços passados (incluindo rescisões)	(1.743)	-
Custos/(créditos) de liquidação	-	-
Custos administrativos	1.057	-
Custos de financiamento:		
Custos de juros de obrigações relativas a pensões de benefício definido	10.767	-
Juros de ativos do plano	(7.034)	-
Custos/(proveitos) reconhecidos na Demonstração de Resultados	5.894	-
dos quais imputáveis a operações descontinuadas	-	-
Despesas com operações continuadas reconhecidas na Demonstração de Resultados	5.894	-

As alterações do valor atual das obrigações relativas ao plano de benefício definido durante o exercício foram as seguintes:

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
Valor inicial de obrigações relativas a planos de pensões de benefício definido	-	-
Obrigações relativas a planos de pensões de benefício definido na data da	(428.871)	-
Ajustamentos cambiais	16.549	-
Custos com serviços correntes	(2.847)	-
Custos de juros de obrigações relativas a pensões de benefício definido	(10.767)	-
Perdas de remensuração devidas a alterações das premissas financeiras	(71.986)	-
Perdas de remensuração devidas a alterações das premissas demográficas	(1.241)	-
Ganhos de remensuração devidos a alterações de experiência em termos de passivos	1.189	-
Benefícios líquidos pagos	14.891	-
Custos com serviços passados (incluindo rescisões)	1.743	-
Valor final de obrigações relativas a planos de pensões de benefício definido	(481.340)	-

As alterações do justo valor dos ativos do plano durante o exercício foram as seguintes:

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
Justo valor inicial dos ativos do plano	-	-
Justo valor dos ativos do plano na data da fusão	281.697	-
Ajustamentos cambiais	(9.248)	-
Proveitos de juros de ativos do plano	7.034	-
Rendibilidade de ativos do plano com exclusão de proveitos de juros	16.339	-
Contribuições da entidade patronal	2.940	-
Contribuições dos participantes	44	-
Benefícios líquidos pagos	(14.891)	-
Custos administrativos incorridos	(1.057)	-
Justo valor final dos ativos do plano	282.858	-

CITIBANK EUROPE PLC

A rendibilidade efetiva dos ativos do plano foi a seguinte:

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
Proveitos de juros de ativos do plano	7.034	-
Rendibilidade de ativos do plano com exclusão de proveitos de juros	16.339	-
Rendibilidade total dos ativos do plano	<u>23.373</u>	<u>-</u>

Os proveitos de juros de ativos do plano é fixado recorrendo a premissas quanto à taxa de desconto. Em 2016, os valores dos ativos cresceram mais do que tinha sido assumido, o que levou a ganhos de remensuração totais no valor de \$16 milhões, à medida que as rendibilidades das obrigações caíram.

A decomposição das quantias reconhecidas fora da Demonstração de Resultados e divulgadas na Demonstração do Resultado Integral é a seguinte:

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
Total de perdas de remensuração	(55.699)	-
Total de perdas na Demonstração do Rendimento Integral	<u>(55.699)</u>	<u>-</u>
Valor acumulado de perdas reconhecido na Demonstração do Rendimento Integral	<u>(55.699)</u>	<u>-</u>

O historial em termos de valores dos ativos, obrigações relativas ao plano de benefício definido, défice do plano e experiência de ganhos e perdas do Grupo é o seguinte:

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
Justo valor dos ativos do plano	282.858	-
Obrigações relativas a planos de pensões de benefício definido	(481.384)	-
Défice do plano	<u>(198.526)</u>	<u>-</u>
	2016	2015
	\$000	\$000
Canhos de remensuração de ativos do plano	16.339	-
Canhos de experiência relativos às obrigações	1.189	-
Premissa de perdas relativa às obrigações	(73.227)	-
Total de perdas de remensuração de passivos do plano	<u>(72.038)</u>	<u>-</u>
Total de perdas de remensuração	<u>(55.699)</u>	<u>-</u>

As premissas com maior impacto nos resultados da avaliação são as relativas à taxa de desconto dos passivos do plano e às taxas de mortalidade. A esperança de vida dos participantes no plano é uma premissa crucial. No entanto, espera-se que as premissas relativas à mortalidade variem de um país para outro devido a variações na mortalidade da população subjacente, bem como a variações no perfil do participante típico nos planos de pensões do Grupo. A esperança de vida média de uma pessoa que se reforme aos 65 anos é de 22 anos para os indivíduos do sexo masculino e 23 anos para os do sexo feminino.

Através do seu plano de pensões de benefício definido, o Grupo está exposto a alguns riscos, de que detalhamos os mais significativos a seguir:

46
 27. 22

CITIBANK EUROPE PLC

- a possibilidade que a rendibilidade das obrigações se altere, o que afetaria a dimensão das obrigações e o nível dos custos com pensões;
- a possibilidade que a rendibilidade dos ativos seja inferior ao esperado;
- o risco de alteração das tabelas de mortalidade, dado que a maioria das obrigações relativas ao plano de benefício definido do Grupo são de pagar prestações durante a vida do participante e um aumento da esperança de vida implicaria um aumento das responsabilidades;
- dado que o plano de pensões grego está integrado na Segurança Social grega, as eventuais alterações das pensões da Segurança Social grega poderiam levar potencialmente a pensões mais elevadas.

As premissas financeiras médias ponderadas utilizadas no cálculo das responsabilidades à data de 31 de dezembro foram as seguintes:

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
Taxa de desconto para avaliação dos passivos do plano	1,70%	N/A
Aumentos futuros dos salários	2,10%	N/A
Taxa de aumento para pensões a pagamento	1,80%	N/A
Premissa quanto à taxa de inflação	1,70%	N/A

O justo valor dos ativos do plano é o seguinte:

Justo valor dos ativos do plano	Grupo e Sociedade			
	2016		2015	
	Total do justo valor	Do qual não cotados em mercados ativos	Total do justo valor	Do qual não cotados em mercados ativos
Ações	48.045	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-
Obrigações de emitentes públicos	119.547	-	-	-
Obrigações de emitentes privados	98.351	-	-	-
Outros	16.914	3.392	-	-
Total do justo valor dos ativos	282.857	3.392	-	-

A principal premissa usada para a NIC 19 é a taxa de desconto, apesar de os resultados também serem sensíveis a outras premissas, embora em menor medida. Se fossem usadas premissas diferentes, poderia haver um efeito material nos resultados divulgados. As análises de sensibilidade baseiam-se na alteração de uma premissa mantendo-se todas as outras constantes.

A sensibilidade das principais premissas usadas para avaliar as obrigações é a seguinte:

	Grupo e Sociedade	
	2016	2015
	\$000	\$000
Efeito de diminuir 1% na premissa da taxa de desconto para passivos	(93.751)	-
Efeitos nos passivos de os participantes viverem mais um ano do que o esperado	(14.803)	-
Efeito nos passivos de aumentar 1% na taxa de aumento das pensões	(34.405)	-

47
Pv. *da*

CITIBANK EUROPE PLC

As prestações futuras projetadas que se espera serem pagas pelos planos de pensões são os seguintes:

	Grupo e Sociedade					2022-
	2017	2018	2019	2020	2021	2026
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Pagamentos de benefícios esperados	14.955	14.465	14.822	15.929	15.668	82.578

15. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da Demonstração de Fluxos de Caixa, a caixa e os equivalentes de caixa compreendem os seguintes saldos, que se vencem num prazo de três meses. O Grupo não inclui as obrigações de emitentes públicos de países de fora da OCDE nos equivalentes de caixa, mesmo que se vençam num prazo de três meses.

Grupo	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Caixa e saldos junto de bancos centrais	12.284.613	2.688.377
Outros depósitos à ordem	4.150.614	2.123.254
Caixa e equivalentes de caixa	16.435.227	4.811.631
Crédito sobre bancos com prazo inferior a 3 meses	4.470.420	2.226.171
Total	20.905.647	7.037.802

Sociedade	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Caixa e saldos junto de bancos centrais	12.272.858	2.688.377
Outros depósitos à ordem	4.150.614	2.123.254
Caixa e equivalentes de caixa	16.423.472	4.811.631
Crédito sobre bancos com prazo inferior a 3 meses	4.470.420	2.226.171
Total	20.893.892	7.037.802

16. Ativos da carteira de negociação

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Obrigações de emitentes públicos	404.458	972.537
Obrigações de emitentes privados	6.688	-
Papel comercial europeu	455.359	-
Crédito	228.875	-
Total de ativos da carteira de negociação	1.095.380	972.537

48
R. 12

CITIBANK EUROPE PLC

17. Gestão de riscos

17.1 Missões, organização e governação da gestão de riscos

Quadro de gestão de riscos

O Grupo opera através de um quadro de gestão de riscos abrangente para garantir que os riscos são identificados, bem compreendidos, devidamente mensurados, controlados e geridos de forma dinâmica em todos os níveis da organização de forma que a capacidade financeira do Grupo seja salvaguardada.

O quadro aplica-se ao Grupo na sua totalidade, incluindo todos os segmentos de negócio, funções e sucursais. Para apoiar este quadro, foram postos em prática quadros e políticas aprovados pelo Conselho de Administração que definem os principais princípios, papéis e responsabilidades e esquemas de governação através dos quais os riscos materiais do Grupo são geridos.

Os aspetos centrais da abordagem à gestão de riscos são descritos abaixo.

Governação do risco

O quadro de gestão de riscos do Grupo baseia-se num modelo de governação com "três linhas de defesa", em que cada linha tem um papel específico e responsabilidades definidas de maneira tal que a execução de tarefas é separada do seu controlo. Ao mesmo tempo, as três linhas de defesa têm de colaborar umas com as outras em fóruns e processos estruturados para congregar as várias perspetivas e conduzir o banco para resultados que sejam no interesse dos clientes e dos acionistas, criem valor económico e sejam responsáveis em termos sistémicos:

- Cada segmento de negócio do Grupo (a primeira linha de defesa) é responsável e gere os riscos inerentes ou decorrentes da atividade e é responsável por estabelecer e gerir mecanismos de controlo para mitigar os principais riscos, executar avaliações de gestão da conceção e eficácia dos mecanismos de controlo interno e promover uma cultura de cumprimento das normas e de controlo.
- As funções de controlo independentes do Grupo (a segunda linha de defesa), incluindo os departamentos de Gestão Independente do Risco, Análise de Crédito Fundamental (ACF), Financeiro, *Compliance*, Jurídico e Recursos Humanos (RH), definem normas segundo as quais os segmentos de negócio e as funções têm de gerir e supervisionar riscos, incluindo cumprimento das leis, obrigações regulamentares, políticas e normas éticas de conduta. Estas funções estão envolvidas na identificação, mensuração, monitorização ou controlo de riscos agregados e são independentes das unidades da linha da frente.
- A função de Auditoria Interna do Grupo (a terceira linha de defesa) revê de forma independente as atividades das duas primeiras linhas de defesa, com base num plano de auditoria baseado no risco e numa metodologia aprovada pela Comissão de Auditoria.

Este quadro de governação assegura que o risco é gerido de forma consentânea com a apetência pelo risco e distribuído por todo o Grupo.

Apetência pelo risco

A Declaração de Apetência pelo Risco do Grupo corresponde a uma articulação formal do nível de risco agregado e dos tipos de risco que o Grupo está disposto a aceitar para alcançar os seus objetivos comerciais.

O objetivo é assegurar que estes riscos são consentâneos com a Missão, Proposta de Valor e Princípios de Financiamento Responsável do Grupo e que são identificados, compreendidos, quantificados, mitigados, comunicados e registados.

A Declaração de Apetência pelo Risco do Grupo:

- cobre todos os riscos quantitativos e qualitativos e aplica-se a todos os segmentos de negócio, funções e sucursais do Grupo;
- sustenta-se em limites qualitativos, baseados em princípios, para guiar os comportamentos, bem como em limites quantitativos.

45
2

CITIBANK EUROPE PLC

A articulação quantitativa traduz-se em limites de risco de capital e outras métricas de risco cruciais. Para suportar o elemento quantitativo da apetência pelo risco, o Grupo articula a sua apetência pelo risco em termos de declarações qualitativas e métricas.

A Gestão do Risco analisa e apresenta à Comissão de Risco em base regular a apetência pelo risco do Grupo face aos limites estabelecidos. Sob a forma de uma Declaração de Apetência pelo Risco, a Comissão de Risco recomenda anualmente a aprovação da apetência pelo risco ao Conselho de Administração.

Processo de identificação e avaliação de riscos

A identificação de riscos no Grupo é um processo contínuo. O Grupo tem um processo formalizado para identificação e avaliação de riscos materiais em todo o banco, coerente com o modelo de três linhas de defesa.

Trata-se de um processo evolutivo que dá ao Grupo a oportunidade de considerar os riscos enfrentados pelo banco, aumentando simultaneamente a consciencialização desses riscos através de uma participação alargada no seio do banco.

Este processo garante que a visão do Grupo de riscos identificados avaliados e emergentes evolui a par das alterações do perfil de risco do Grupo e das condições de mercado em mutação.

Testes de esforço (stress)

Os testes de esforço são uma responsabilidade central da Gestão de Riscos assegurada em conjunto com os segmentos de negócio. O Diretor-Coordenador de Risco do Grupo acompanha e controla as principais exposições ao risco na organização. Tal significa sujeitar esses riscos a cenários de esforço alternativos para avaliar o potencial impacto económico que podem ter no Grupo.

São realizados testes de esforço a todas as carteiras de preços de mercado, disponíveis para venda e de acréscimo do Grupo. Estes relatórios de esforço, que cobrem toda a empresa, medem o impacto potencial para o Grupo e os segmentos de negócio que o compõem, incluindo o risco de alterações de grande dimensão dentro do Grupo em diversos tipos de fatores de risco principais (por exemplo, taxas de juro, margens de crédito), bem como o impacto potencial de um determinado número de cenários de esforço históricos e sistémicos hipotéticos futuros.

Este exercício destina-se a informar a alta direção e o Conselho de Administração do Grupo sobre o potencial impacto económico para o Grupo que pode resultar direta ou indiretamente de cenários hipotéticos, com base numa análise de ponderação efetuada por gestores de risco independentes.

Para além de melhorarem a consciencialização e compreensão das exposições potenciais no seio do Grupo, os resultados deste processo servem como ponto de partida para desenvolver estratégias de gestão e mitigação de riscos.

17.2 Risco de crédito

Definição

O risco de crédito corresponde ao potencial de perdas financeiras decorrentes de um mutuário ou contraparte não honrar as suas obrigações financeiras ou contratuais. O risco de crédito decorre de muitas atividades do Grupo, incluindo:

- crédito;
- vendas e negociação;
- instrumentos derivados;
- serviços de pagamento;
- liquidação;
- operações com títulos; e
- atividades de intermediação por conta de clientes e terceiros.

Governança e organização

A Gestão do Risco de Crédito no Grupo faz parte integrante da segunda linha de defesa (o *front office* é a primeira e a Auditoria Interna a terceira) e alinha a assunção de risco de crédito pelo planeamento estratégico do Grupo.

CITIBANK EUROPE PLC

De uma perspectiva de aprovação de crédito pelo Grupo, a aprovação do crédito novo e existente cumpre as políticas globais do Citi. Além disso, o Grupo pôs em prática um Quadro de Aprovação do Crédito e Diretrizes para Contabilização da Gestão da Carteira de Empresas específicos.

Em linha com o quadro referido acima, o Grupo tem um processo para prestação de informações sobre a carteira de crédito. O risco de crédito do Grupo é apresentado à Comissão de Risco de Crédito em todas as reuniões agendadas e é subsequentemente relatado à Comissão de Risco do Conselho de Administração do Grupo para revisão.

Mensuração do risco

A mensuração do risco de crédito baseia-se essencialmente em sistemas internos introduzidos e desenvolvidos no âmbito do quadro de Basileia. Um rating interno é atribuído a cada contraparte por um analista de risco de crédito, recorrendo a ferramentas de rating específicas. Este rating corresponde a uma avaliação do nível de risco de incumprimento da contraparte, expresso por meios de uma escala de rating interna. A avaliação do rating é um fator crucial no processo de concessão de crédito. Os ratings são revistos pelo menos anualmente, possibilitando assim a identificação de contrapartes que exijam um maior grau de atenção.

Para gerir o perfil de risco de crédito geral e limitar as concentrações de riscos, são definidos limites de crédito para cada contraparte, definindo o máximo aceitável para cada uma delas. O Departamento de Gestão do Risco também pode impor limites por setor económico e produto. O Departamento de Gestão do Risco pode congelar determinados limites em qualquer altura, com vista a tomar em consideração os acontecimentos mais recentes.

Os ativos financeiros são avaliados para se apurar se exibem sinais objetivos de imparidade, independentemente de serem ou não significativos em termos individuais. Considera-se que um ativo financeiro está afetado por imparidade e que se verificam perdas por imparidade se e só se existirem sinais objetivos de imparidade em consequência de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial da exposição (um "evento de perdas") e se esse evento ou eventos de perdas tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou conjunto de ativos financeiros que pode ser estimado com fiabilidade.

Provisionamento para imparidade

São criadas provisões específicas e coletivas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (crédito e valores a receber, investimentos detidos até ao vencimento).

Os ativos financeiros são avaliados para se apurar se exibem sinais objetivos de imparidade, independentemente de serem ou não significativos em termos individuais. Considera-se que um ativo financeiro está afetado por imparidade e que se verificam perdas por imparidade se e só se existirem sinais objetivos de imparidade em consequência de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial da exposição (um "evento de perdas") e se esse evento ou eventos de perdas tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou conjunto de ativos financeiros que pode ser estimado com fiabilidade.

O Grupo avalia primeiro se existem sinais objetivos de imparidade individualmente para ativos financeiros que sejam significativos em termos individuais e individual ou coletivamente para os ativos financeiros que não sejam significativos em termos individuais.

- Uma provisão específica corresponde a uma avaliação individual de imparidade quando existem sinais objetivos de que o ativo financeiro sofreu um incumprimento em consequência de um ou mais fatores desencadeantes de imparidade. Neste caso, o Grupo atribui um rating de risco igual a 8, 9 ou 10. São criadas provisões específicas se a exposição a um mutuário ultrapassar o limite, que varia em função da unidade de negócio. As provisões são calculadas com base em vários cenários e premissas. O nível das provisões é atualizado em função das análises trimestrais. Os fluxos de caixa descontados são mensurados quando ocorre um fator de risco relevante que pode ser calculado. Os fluxos de caixa futuros baseiam-se nas melhores estimativas de quando ou se as recuperações se irão verificar. As recuperações podem ser de qualquer fonte, tal como venda de garantias, fluxos de caixa regulares, venda de um negócio/subsidiária, etc. Se a exposição a um mutuário ficar abaixo do limite, a provisão é calculada por gestores de riscos usando o seu próprio juízo para escolher o método mais adequado, por exemplo: modelo de fluxos de caixa descontados, justo valor das garantias ou preços de mercado observáveis do empréstimo.
- É efetuada uma avaliação coletiva da imparidade para a carteira de crédito "regular", a título de estimativa ou substituto das perdas/incumprimentos que já se tenham eventualmente verificado na carteira, mas que o Grupo ainda não apurou ou reconheceu. O horizonte temporal da probabilidade de incumprimento (PI) usado no cálculo das provisões coletivas refere-se ao período durante o qual um ativo está afetado por imparidade (em incumprimento), mas ainda não está reconhecido como tal – devido à ausência de sinais objetivos – até ao momento em que os sinais objetivos de imparidade ocorrem e se tornam disponíveis para o Grupo ("período de emergência").

CITIBANK EUROPE PLC

A Gestão do Risco do Grupo procede a uma análise trimestral para apurar o nível adequado de provisões coletivas e custos dos riscos, sendo essa análise fornecida ao Grupo de Trabalho de Imparidade para revisão.

Exposição ao risco

Crédito vivo

O valor contabilístico total que figura neste quadro inclui crédito sobre bancos e clientes de acordo com a Nota 18. A decomposição por categoria figura no quadro seguinte.

<i>Total do valor contabilístico</i>	Grupo e Sociedade	
	Nota	31 de dezembro de 2016 de 2015 \$000 \$000
Crédito sobre bancos		
Crédito - terceiros	18	2.326.248 2.084.575
Crédito sobre clientes		
Crédito comercial	18	14.067.871 7.868.383
Crédito ao justo valor através de resultados	18	507.836 393.973
Crédito sobre clientes		14.575.707 8.262.356
Crédito sobre terceiros		16.901.955 10.346.931
Crédito - partes relacionadas		5.174.465 7.142.351
Crédito		22.076.420 17.489.282

Ao nível do Grupo, a Comissão de Risco realiza análises regulares centradas em devedores individuais e carteiras. A decomposição do total de exposição do Grupo a crédito, incluindo compromissos, é a seguinte:

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016 de 2015 \$000 \$000	
Exposição bruta		
- Compromissos e garantias (terceiros)	35.170.990	18.443.108
- Exposição no balanço (terceiros)	36.679.618	16.900.745
Total da exposição	71.850.608	35.343.853

CITIBANK EUROPE PLC

Exposição a risco de crédito - crédito sobre terceiros

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	em mil milhões de euros	em mil milhões de euros
Valor bruto	17.003.138	10.395.076
<u>Individualmente afetado por imparidade</u>		
Em dia ou em mora há menos de 90 dias	78.951	7.013
91 - 179 dias em mora	5.419	-
180 dias ou mais em mora	125.960	30.900
Valor bruto	210.330	37.913
Provisão para imparidade para crédito individualmente afetado por imparidade	(30.472)	(24.465)
Valor contabilístico do crédito individualmente afetado por imparidade	179.858	13.448
<u>Avaliado coletivamente</u>		
Em dia ou em mora há menos de 90 dias	16.792.808	10.356.348
91 - 179 dias em mora	-	393
180 dias ou mais em mora	-	422
Valor bruto	16.792.808	10.357.163
Provisão para imparidade para crédito avaliado coletivamente	(70.712)	(33.234)
Valor contabilístico do crédito avaliado coletivamente	16.722.096	10.323.929
Valor contabilístico do crédito em dia e sem mora	-	9.553
Total das provisões para imparidade	(101.184)	(57.699)
Total do valor contabilístico	16.901.955	10.346.931
Provisão para imparidade de compromissos não sacados	(33.987)	(12.923)
Total de imparidade de compromissos sacados e não sacados	(135.171)	(70.622)

CITIBANK EUROPE PLC

Perdas líquidas do crédito levadas à Demonstração de Resultados do período em curso

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016 €000	31 de dezembro de 2015 €000
Variação líquida em provisões individuais do exercício	31.016	(18.756)
Variação líquida em provisões coletivas do exercício	(4.701)	3.409
Recuperações de crédito reconhecidas diretamente na Demonstração de Resultados	13.484	27.031
Abates reconhecidos diretamente na Demonstração de Resultados	(33.890)	(31.114)
Recuperações/(perdas) de crédito líquidas	5.909	(19.430)
Movimentos em provisões para saldos de imparidade		

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Provisões para imparidade		
Provisões para imparidade individual		
Saldo inicial	(24.465)	(6.140)
Transferência em	(39.854)	-
Dotação do exercício	(8.923)	(22.019)
Estorno	8.046	-
Efeito de movimentos cambiais	2.830	3.694
Abates	31.894	-
Saldo final	(30.472)	(24.465)
Provisões para imparidade coletiva		
Saldo inicial	(46.157)	(66.487)
Transferência em	(52.365)	-
Dotação do exercício	(27.257)	940
Estorno	22.557	-
Recuperações	-	3.248
Efeito de movimentos cambiais	(1.477)	(1.777)
Abates	-	2.556
Outros movimentos	-	15.363
Saldo final	(104.699)	(46.157)
Total de provisões para imparidade	(135.171)	(70.622)

A reestruturação de uma facilidade é considerada uma reestruturação de dívida em dificuldades quando o devedor estiver a passar por dificuldades financeiras e o Grupo lhe fizer concessões que não faria noutras circunstâncias. A reestruturação de dívida em dificuldades pode resultar de várias medidas tomadas pelo Grupo, tais como receber ativos, conceder facilidades novas ou reestruturadas para satisfação total ou parcial da facilidade ou modificar os termos da facilidade existente.

CITIBANK EUROPE PLC

Qualidade do crédito de crédito sobre empresas reestruturado e não reestruturado

As definições regulamentares do banco foram usadas para efeitos de informação e estas definições estão formuladas nos ratings de risco das facilidades descritos supra. Uma descrição das classificações é fornecida seguidamente.

<i>Regular</i>	Uma facilidade regular não tem fraquezas evidentes e tem um risco marginal ou reduzida gravidade das perdas e está adequadamente protegida pelo valor atual e capacidade de serviço da dívida do devedor.
<i>Menção especial</i>	Um ativo com menção especial tem fraquezas potenciais que necessitam de particular atenção da administração.
<i>Substandard</i>	A classificação substandard decompõe-se em três categorias:
- <i>Substandard</i>	Um ativo substandard está inadequadamente protegido pelo valor atual e capacidade de serviço da dívida do devedor ou das garantias dadas, se existirem.
- <i>Duvidoso</i>	Um ativo duvidoso tem todas as fraquezas inerentes a um ativo classificado como substandard, mais a característica de que as fraquezas tornam a cobrança ou liquidação integral altamente questionável e improvável, com base nos factos, condições e valores existentes.
- <i>Malparado</i>	Os ativos classificados em malparado são considerados incobráveis e de valor tão reduzido que a sua continuação como ativo bancário não é garantida.

35
31. 02

CITIBANK EUROPE PLC

O quadro seguinte mostra a qualidade de crédito do crédito sobre empresas reestruturado e não reestruturado:

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro * de 2015 \$000
Total de crédito sobre empresas, bancos e clientes	22.177.604	17.554.333
Total de provisões para crédito sobre empresas, bancos e clientes	101.184	65.051
Total de crédito sobre empresas, bancos e clientes líquido	22.076.420	17.489.282
Crédito reestruturado		
Crédito sobre empresas bruto	133.230	1.919
Bom	38.414	-
Menção especial	-	-
Substandard ou inferior	94.816	1.919
Provisões coletivas	-	-
Bom	-	-
Menção especial	-	-
Substandard ou inferior	-	-
Provisões específicas	24.207	502
Bom	18.806	-
Menção especial	-	-
Substandard ou inferior	5.401	502
Crédito sobre empresas líquido	109.023	1.417
Crédito não reestruturado		
Crédito sobre empresas bruto	22.044.374	17.552.414
Regular	21.290.540	17.552.414
Menção especial	520.526	-
Substandard ou inferior	233.308	-
Provisões coletivas	70.712	31.315
Regular	40.484	15.287
Menção especial	3.507	1.625
Substandard ou inferior	26.721	14.403
Provisões específicas	6.265	33.234
Bom	5.914	-
Menção especial	-	-
Substandard ou inferior	351	33.234
Crédito sobre empresas líquido	21.967.397	17.487.865

* O quadro anterior foi alargado face ao exercício anterior para incluir tanto o crédito sobre bancos como o crédito sobre clientes.

56
 87. 12

CITIBANK EUROPE PLC

Qualidade do crédito – carteira de negociação

A qualidade de crédito dos ativos financeiros do Grupo é mantida através do cumprimento das políticas do Citigroup sobre concessão de crédito a contrapartes. O Grupo monitoriza os ratings de crédito das suas contrapartes e o quadro que se segue apresenta a decomposição da carteira de negociação de papel comercial europeu, obrigações de emitentes privados e obrigações de emitentes públicos do Grupo por designação de agência de rating, baseada nos ratings da Standard & Poors em 31 de Dezembro:

Carteira de negociação	Grupo e Sociedade				
	Crédito negociado	Papel comercial europeu	Obrigações de emitentes privados	Obrigações de emitentes públicos	Total
	%	%	%	%	%
	2016	2016	2016	2016	2016
AAA a AA-	-	40	-	14	54
A+ a A-	-	3	-	1	4
Inferior a A-	11	-	-	24	35
Sem rating	7	-	-	-	7
Total	18	43	-	39	100
	2015	2015	2015	2015	2015
AAA a AA-	-	-	-	4	4
A+ a A-	-	-	-	37	37
Inferior a A-	-	-	-	59	59
Sem rating	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	100	100

CITIBANK EUROPE PLC

Risco de concentração

As concentrações de risco de crédito por setor na Demonstração da Posição Financeira do Grupo (dentro do Balanço) são as seguintes:

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Indústria extrativa	672.888	248.798
Indústria transformadora	5.663.774	3.378.282
Fornecimento de eletricidade, gás, água, vapor e ar condicionado	500.074	125.095
Construção	196.830	14.571
Comércio por grosso e a retalho	1.786.445	1.073.234
Transportes e armazenagem	1.013.922	691.814
Hotéis e restauração	61.090	1.176
Informação e comunicação	1.670.870	998.697
Instituições de crédito e seguradoras	17.932.457	9.491.166
Atividades imobiliárias	528.869	7.826
Atividades profissionais, científicas e técnicas	190.313	138.663
Serviços administrativos e de apoio	544.111	376.450
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	2.197.064	-
Famílias/Retalho	1.289.226	25
Administrações gerais	1.334.154	297.743
Outros serviços	1.097.531	57.205
	<u>36.679.618</u>	<u>16.900.745</u>

* A apresentação de determinadas rubricas foi alterada por motivos de coerência no seguimento da fusão (ver Nota 1e).

A exposição a risco de crédito inclui caixa e equivalentes de caixa, ativos da carteira de negociação, instrumentos financeiros derivados, crédito, títulos da carteira de investimento e outros ativos.

O quadro seguinte mostra as concentrações de risco de crédito por região na Demonstração da Posição Financeira:

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Europa Central	2.604.621	8.342.656
Europa Ocidental	30.420.459	5.449.551
Médio Oriente / África	1.153.653	1.051.604
América Central / do Sul	923.961	775.835
América do Norte	991.672	758.624
Ásia	585.252	522.475
	<u>36.679.618</u>	<u>16.900.745</u>

CITIBANK EUROPE PLC

Decomposição de ativos onerados e não onerados

Este quadro sumariza os ativos onerados e não onerados por categoria de ativos.

Ativo	Grupo e Sociedade*		Total \$ milhões
	Onerado \$ milhões	Não onerado \$ milhões	
Caixa e equivalentes de caixa	1.570	14.865	16.435
Instrumentos de capital	-	35	35
Títulos da carteira de investimento	328	2.736	3.064
- dos quais: obrigações cobertas	-	-	-
- dos quais: títulos garantidos por ativos	27	8	35
- dos quais: de administrações gerais	269	2.293	2.562
- dos quais: de sociedades financeiras	59	349	408
- dos quais: de sociedades não financeiras	-	94	94
Crédito sem ser à ordem	172	21.904	22.076
Outros ativos	1.340	6.332	7.672
Subtotal de ativos	3.410	45.872	49.282

Garantias recebidas	Grupo e Sociedade*		Total \$ milhões
	Onerado \$ milhões	Não onerado \$ milhões	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Instrumentos de capital	-	-	-
Títulos da carteira de investimento	1.103	2.550	3.654
- dos quais: obrigações cobertas	143	-	143
- dos quais: títulos garantidos por ativos	499	81	580
- dos quais: de administrações gerais	445	2.469	2.914
- dos quais: de sociedades financeiras	16	-	16
- dos quais: de sociedades não financeiras	-	-	-
Crédito sem ser à ordem	-	-	-
Outras garantias recebidas	-	793	793
Subtotal de garantias recebidas	1.103	3.343	4.447

* Os números da Sociedade e do Grupo são idênticos, salvo quanto ao saldo de caixa e equivalentes de caixa do Grupo, que é \$11,8 superior ao saldo da Sociedade em 31 de dezembro de 2016.

Instrumentos financeiros sujeitos a compensação

Os elementos dos instrumentos financeiros sujeitos a compensação de acordo com a NIC 32, acordos-quadros de liquidação em base líquida juridicamente eficazes e acordos semelhantes são os seguintes:

CITIBANK EUROPE PLC

Tipos de ativos financeiros

Em	Grupo e Sociedade					
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)		(e)=(c)-(d)
	Valor bruto	Valor bruto dos passivos financeiros reconhecidos compensados na DPF	Valor líquido apresentado na DPF	Valores relacionados não compensados na DPF		Valor líquido
				(d) i. Instrumentos financeiros	(d) ii. Garantias em dinheiro recebidas	
Descrição	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Instrumentos derivados	2.128.130	-	2.128.130	364.216	9.832	1.754.082
Acordos de revenda e empréstimo de títulos e acordos semelhantes	3.416.803	-	3.416.803	-	-	3.416.803
Outros instrumentos financeiros	3.759	-	-	3.759	-	-
Total	5.548.692	-	5.544.933	367.975	9.832	5.170.885

Tipos de passivos financeiros

Em	Grupo e Sociedade					
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)		(e)=(c)-(d)
	Valor bruto	Valor bruto dos ativos financeiros reconhecidos compensados na DPF	Valor líquido apresentado na DPF	Valores relacionados não compensados na DPF		Valor líquido
				(d) i. Instrumentos financeiros	(d) ii. Penhores de dinheiro	
Descrição	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Instrumentos derivados	2.105.083	-	2.105.083	364.216	18.867	1.722.000
Outros instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Total	2.105.083	-	2.105.083	364.216	18.867	1.722.000

CITIBANK EUROPE PLC

Tipos de ativos financeiros

Em	Grupo e Sociedade				
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)=(c)-(d)
31 de dezembro de 2015					
Descrição	Valor bruto	Valor bruto dos passivos financeiros reconhecidos compensados na DPF	Valor líquido apresentado na DPF	Valores relacionados não compensados na DPF	
				(d) i. Instrumentos financeiros	(d) ii. Garantias em dinheiro recebidas
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Instrumentos derivados	86.876	-	86.876	270	12.858
Acordos de revenda e empréstimo de títulos e acordos semelhantes	191.542	-	191.542	189.829	-
Outros instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Total	278.418	-	278.418	190.099	12.858

75.461

Tipos de passivos financeiros

Em	Grupo e Sociedade				
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)=(c)-(d)
31 de dezembro de 2015					
Descrição	Valor bruto	Valor bruto dos ativos financeiros reconhecidos compensados na DPF	Valor líquido apresentado na DPF	Valores relacionados não compensados na DPF	
				(d) i. Instrumentos financeiros	(d) ii. Penhores de dinheiro
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Instrumentos derivados	69.633	-	69.633	270	23.090
Outros instrumentos financeiros	971	-	971	971	-
Total	70.604	-	70.604	1.241	23.090

46.273

17.3 Risco de mercado

Definição

O risco de mercado abrange várias componentes, risco cambial, risco de taxa de juro e risco de outros preços. O risco cambial é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a variações das taxas de câmbio. O risco de taxa de juro é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro

CITIBANK EUROPE PLC

flutuam devido a variações das taxas de juro de mercado. O risco de outros preços é o risco para o justo valor ou fluxos de caixa futuros devido a variações em fatores de mercado diferentes do risco cambial e do risco de taxa de juro.

Fontes de risco de mercado

Carteira de negociação

A carteira de negociação contém posições com a intenção de serem negociadas no curto prazo, em que se procuram diferenças de preços de curto prazo entre os preços de compra e os de venda. As posições decorrem principalmente de fluxos de clientes. Os principais produtos negociados são os câmbios, *swaps* e operações a prazo (*forwards*), obrigações de emitentes públicos locais e papel comercial europeu (PCE).

As principais fontes de risco de mercado da carteira de negociação incluem, nomeadamente, o seguinte:

- risco de taxa de juro: o risco de avaliação resultante de alterações diretas ou indiretas das taxas de juro;
- risco cambial: o risco de avaliação resultante de alterações diretas ou indiretas dos preços de divisas;
- risco de margem do crédito: o risco de avaliação resultante de alterações diretas ou indiretas da margem do crédito.

Carteira que não é de negociação

A carteira que não é de negociação inclui posições que podem ser detidas até ao vencimento. As posições decorrem principalmente de fluxos de clientes. Os principais produtos incluem crédito detido ao custo amortizado, depósitos, títulos disponíveis para venda (DPV) e carteiras detidas até ao vencimento. As principais fontes de risco de mercado da carteira que não é de negociação incluem, nomeadamente, o seguinte:

- alterações das taxas de juro, potencial impacto antes de impostos na margem financeira devido a alterações diretas ou indiretas das taxas de juro;
- alterações do justo valor do instrumento devido a alterações do fator de risco de mercado subjacente.

Governança e organização

Como parte integrante do quadro, as seguintes comissões e subcomissões têm poderes de supervisão, a vários títulos, sobre matérias relacionadas com risco de mercado, a saber:

- Comissão de Risco do Conselho de Administração
- Comissão de Ativos e Passivos (ALCO)
- Comissão de Gestão
- Subcomissão de Risco de Mercado
- Comissão de Análise de Produtos

A Comissão de Ativos e Passivos e a sua subcomissão, a Subcomissão de Risco de Mercado, são as duas principais comissões encarregues de gerir o risco de mercado no Grupo. Todos os segmentos de negócio/produtos relacionados com o mercado novos ou substancialmente alterados a serem introduzidos no Grupo têm de ser aprovados pela Comissão de Análise de Produtos. A Comissão de Gestão supervisiona as políticas de risco de mercado novas ou substancialmente alteradas à medida que surgirem. A Comissão de Risco recebe da ALCO em base trimestral informações atualizadas sobre matérias relacionadas com risco de mercado.

O Diretor de Risco de Mercado reporta diretamente ao Diretor-Coordenador de Risco ("DCR") do Grupo e é responsável pela segunda linha de supervisão e gestão da carteira de risco de mercado do Grupo.

O Diretor de Risco de Mercado é apoiado por vários gestores de risco de mercado específicos dos segmentos de negócio para gerir no dia a dia as responsabilidades relacionadas com risco de mercado, em linha com o quadro e as diretrizes consagradas nas políticas.

Mensuração do risco

O risco de mercado do Grupo é mensurado de acordo com normas definidas para assegurar uniformidade entre segmentos de negócio, estabilidade das metodologias e transparência do risco. Estas normas foram desenhadas para:

- articular regras para definir, mensurar e comunicar o risco de mercado e desenvolver uma linguagem comum para as debater;
- promover a transparência e comparabilidade de atividades que tomam risco de mercado;

CITIBANK EUROPE PLC

- criar um quadro coerente para mensurar a exposição a risco de mercado para facilitar a análise da performance dos segmentos de negócio.

Da perspetiva do Grupo, as principais mensurações por fonte de risco incluem, nomeadamente, o seguinte:

Carteira de negociação

O principal conceito de mensuração crítico associado ao risco de mercado é o valor em risco (*value at risk*, VaR).

Objetivo em termos de valor em risco (VaR)

O VaR estima o potencial declínio no valor de uma posição ou de uma carteira, em condições normais de mercado, dentro de um determinado intervalo de confiança e durante um determinado prazo.

O VaR é usado para definir limites internos que representam as perdas máximas que a posição pode sofrer em consequência de perdas de um dia mensuradas em base histórica com um determinado intervalo de confiança. O VaR também é usado para efeitos de relato regulamentar externo.

A Analítica de Riscos e os Gestores de Riscos são conjuntamente responsáveis por supervisionar a elaboração dos cálculos do VaR e têm a responsabilidade última por garantir a sua integridade.

Metodologia do VaR

A ferramenta do VaR baseia-se numa abordagem Monte Carlo estruturada, em que são simulados 5.000 cenários de taxas ou preços de mercado. A covariância da volatilidade e da correlação é atualizada pelo menos trimestralmente com base em dados de mercado abrangendo três anos.

Os parâmetros usados na simulação estatística do risco de mercado incluem:

- o período passado histórico usado para calcular as volatilidades e correlações históricas;
- o prazo de detenção, ou seja, o número de dias de variações nos fatores de risco de mercado a que a carteira está sujeita; e
- um intervalo de confiança que é apurado para estimar as potenciais perdas, para efeitos de gestão do risco do Grupo.

Limitações do VaR

O VaR pode não dar necessariamente uma indicação da dimensão potencial das perdas quando se verificarem eventos extremos. Por isso, é usado um conjunto abrangente de limites dos fatores de sensibilidade e testes de esforço, para além dos limites do VaR. No Grupo, está em funcionamento um fator de desencadeamento do VaR, que assegura que os eventuais excessos sejam discutidos e resolvidos entre a área do risco, os segmentos de negócio e a administração da entidade. Além disso, o Grupo está sujeito a limites formais quanto a exposições à taxa de juro, à taxa de câmbio e a emitentes, sendo esses limites controlados de perto pela Gestão do Risco e pela alta direção comercial.

Carteira que não é de negociação

Os conceitos de mensuração críticos associados à carteira que não é de negociação são descritos abaixo:

- Métricas de proveitos: medem o potencial impacto antes de impostos na margem financeira, para posições de acréscimo, devido a determinados movimentos nas taxas de juro durante um determinado período de relato.
 - Exposição à taxa de juro ("ETJ"): mede o potencial impacto nos resultados, durante um determinado período de relato, de um conjunto definido e estandardizado de variações paralelas na curva de taxas de juro. A exposição à taxa de juro é calculada separadamente para cada moeda e reflete os desfasamentos de refixação de taxas da posição, bem como as posições em opções, tanto explícitas como embebidas. São fixados limites para cada país e atividade em que o Grupo esteja envolvido. Estes limites são monitorizados pela Gestão de Risco de Mercado.
- A análise do desfasamento das taxas de juro utiliza as datas de vencimento ou refixação de preços das rubricas da Demonstração da Posição Financeira para determinar as exposições à taxa de juro dentro de determinados grupos de prazos.
- Métricas de avaliação: medem o impacto de alterações das taxas de juro no capital do Grupo.

65
21. 12

CITIBANK EUROPE PLC

- Sensibilidade dos fatores: são usadas sensibilidades dos fatores para mensurar a sensibilidade de um instrumento a alterações de valor devido a um movimento de 1 ponto base em obrigações disponíveis para venda ("DPV").
 - Valor económico do capital: o valor económico de todos os ativos inscritos no balanço e fora de balanço líquido do valor económico de todos os passivos inscritos no balanço e fora de balanço, usando cálculos do valor atual que descontam fluxos de caixa derivados das posições atuais.
 - Sensibilidade do valor económico: a alteração do valor económico do capital da carteira de acréscimo para uma alteração pré-definida da curva de rendibilidades.
- Capital de risco: o risco de taxa de juro da carteira bancária ("RTJCB") é mensurado recorrendo a um modelo de capital de risco de gestão de ativos e passivos que mede as sensibilidades dos fatores das taxas de juro para as exposições capitalizadas no balanço subjacentes.

Risco de taxa de juro

A exposição ao risco de taxa de juro mede o potencial impacto antes de impostos sobre a margem financeira ("MF") durante um determinado período de relato, para posições de acréscimo, devido a determinadas variações em taxas de juro apropriadas. A margem financeira corresponde à diferença entre a rentabilidade conseguida de ativos da carteira de acréscimo (incluindo crédito sobre clientes) e a taxa paga nos passivos (incluindo depósitos de clientes ou empréstimos obtidos). A margem financeira é afetada por alterações no nível das taxas de juro. A exposição à taxa de juro é uma medida estática baseada nas posições existentes, correspondente à variação na margem financeira esperada em cada moeda exclusivamente em consequência de variações imprevistas nas taxas de juro. Fatores como alterações dos volumes, margens e o impacto de decisões de fixação de preços anteriores ao período considerado não são tomados em conta na exposição à taxa de juro. A exposição à taxa de juro assume que a empresa não procede a alterações adicionais dos preços ou saldos em resposta a alterações imprevistas das taxas.

A política de gestão do risco de mercado do Citi regula a mensuração e o relato do risco de taxa de juro das carteiras que não são de negociação no Grupo. As premissas específicas dos segmentos de negócio subjacentes a estas mensurações têm de ser documentadas e os modelos utilizados para mensurar o risco de taxa de juro têm de ser revistos de forma independente em termos de exatidão.

Risco cambial

É política do Grupo reduzir o risco cambial que surge no exercício normal da atividade. O Grupo negocia em instrumentos financeiros em várias moedas e daí decorrem posições cambiais abertas para desfasamentos de financiamento e acréscimos de juros e provisões para custos em moedas diferentes do USD. A Tesouraria acompanha diariamente as posições cambiais abertas, assegurando-se que a exposição não ultrapassa os limites definidos alocados.

Exposição ao risco

Risco de preço da carteira de negociação

O quadro seguinte resume o risco de preço da carteira de negociação do Grupo e mostra a exposição mais alta, média e mais baixa da carteira de negociação do Grupo ao VaR durante o período de relato, bem como a exposição em 31 de dezembro:

VaR	Grupo e Sociedade				
	dezembro de				31 de dezembro de
	2016	000	000	000	2015
	Em curso	Máximo	Mínimo	Médio	Em curso
VaR da Carteira	1.571	4.934	1.382	3.405	4.173

CITIBANK EUROPE PLC

Risco de preço das carteiras que não são de negociação

Risco de taxa de juro

O quadro seguinte mostra os lucros / (perdas) esperadas em consequência de um aumento de 100 pontos base nas taxas de juro para todos os prazos.

Grupo e Sociedade Relatório sobre exposição à taxa de juro

Moeda	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	12 meses	2 anos	12 meses	2 anos
	\$000	\$000	\$000	\$000
USD	(11.432)	(5.099)	(1.829)	(1.504)
EUR	(9.438)	(12.044)	(3.990)	(4.289)
RON	(413)	(259)	(3.460)	(5.299)
CZK	2.608	5.868	(1.694)	(1.842)
HUF	(7.446)	(14.424)	(4.907)	(9.694)
GBP	10.728	23.060	(638)	(642)
JPY	(8)	(8)	-	-
Outras	(967)	(1.175)	(341)	(324)

Risco cambial

Com base nas exposições líquidas no fecho do período, o quadro seguinte mostra o impacto, em termos de Demonstração de Resultados, nestas exposições líquidas decorrente de movimentos prováveis nas moedas respetivas face ao dólar norte-americano, mantendo-se constantes todas as outras variáveis:

Grupo e Sociedade

31 de dezembro de 2016			
	Exposição líquida	(%)	Impacto na Demonstração de Resultados
	\$000		\$000
EUR	72.117	2,06%	1.489
HUF	236.402	2,41%	3.833
RON	97.711	2,50%	637
GBP	14.306	2,78%	659

31 de dezembro de 2015			
	Exposição líquida	(%)	Impacto na Demonstração de Resultados
EUR	39.464	2,43%	957
HUF	15.687	1,87%	306
RON	33.362	2,36%	2.571

CITIBANK EUROPE PLC

17.4 Risco de liquidez

Definição

O risco de liquidez é definido como o risco de o Grupo enfrentar dificuldades em cumprir as suas obrigações associadas a passivos financeiros que são liquidados através do pagamento em dinheiro ou entrega de outros ativos financeiros. Surge risco de liquidez devido à possibilidade de o Grupo ser incapaz de fazer face às suas obrigações de pagamento nas suas datas de vencimento, tanto em condições normais como em condições de stress.

Os objetivos de financiamento e liquidez do Grupo são manter liquidez suficiente para financiar a sua base de ativos existente, bem como o crescimento da sua atividade central, mantendo simultaneamente liquidez suficiente, devidamente estruturada, para poder continuar a operar numa gama alargada de condições de mercado, incluindo perturbações no mercado, tanto em situações de stress de curto como de longo prazo.

Governança e organização

A gestão da liquidez é da responsabilidade do Tesoureiro do Grupo, cuja missão é garantir que todas as obrigações de disponibilização de fundos são cumpridas nas suas datas de vencimento.

O fórum para as questões de liquidez é a Comissão de Ativos e Passivos ("ALCO"), que conta com a participação de executivos da alta direção do Grupo. A ALCO revê as necessidades atuais e projetadas de financiamento do Grupo, bem como a posição em termos de capital e a Demonstração da Posição Financeira. A responsabilidade última pela liquidez pertence ao Conselho de Administração.

Um plano de liquidez é preparado anualmente e o perfil de liquidez é monitorizado em base permanente e comunicado diariamente.

Mensuração do risco

O quadro interno de gestão da liquidez inclui indicadores que permitem avaliar a resistência do Grupo ao risco de liquidez.

O Grupo tem de cumprir os requisitos de liquidez impostos pelo Regulador.

O Grupo também tem métricas de liquidez internas, incluindo rácios de liquidez, que comparam as reservas de liquidez com os défices de liquidez. Todos estes indicadores são avaliados de acordo com vários cenários, nas principais moedas.

As métricas de liquidez relacionadas com a Diretiva sobre requisitos prudenciais conhecida por CRD IV são monitorizadas e relatadas, a saber, o rácio de cobertura de liquidez ("RCL") e o rácio de financiamento líquido estável ("RFLE"). O RCL mede as existências de ativos líquidos face às saídas líquidas de caixa num cenário de stress de 30 dias. O RFLE destina-se a garantir que uma empresa tem um montante aceitável de financiamento estável para suportar a os seus ativos e atividades no médio prazo (período de um ano).

CITIBANK EUROPE PLC

Exposição ao risco

Decomposição dos ativos e passivos financeiros por prazo remanescente

O quadro seguinte mostra a decomposição dos ativos e passivos financeiros em função da data em que se espera que sejam recuperados ou liquidados ao abrigo dos contratos respetivos.

Em 31 de dezembro de 2016	Grupo e Sociedade*		Total \$000
	Menos de 12 meses \$000	Mais de 12 meses \$000	
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	16.435.227	-	16.435.227
Crédito sobre bancos	5.650.198	1.837.277	7.487.475
Crédito sobre clientes	9.990.819	4.598.126	14.588.945
Instrumentos financeiros derivados	972.492	1.174.676	2.147.168
Ativos da carteira de negociação	680.642	414.738	1.095.380
Títulos da carteira de investimento	1.339.272	1.724.816	3.064.088
Ativos não correntes - detidos para venda	194.389	-	194.389
Outros ativos financeiros	3.148.833	-	3.148.833
Total de ativos financeiros	38.411.872	9.749.633	48.161.505
Passivo			
Depósitos de bancos	7.695.263	-	7.695.263
Contas de clientes	24.043.271	22.470	24.065.741
Instrumentos financeiros derivados	1.006.936	1.185.025	2.191.961
Títulos de dívida em circulação	71	-	71
Passivos não correntes - detidos para venda	639.331	-	639.331
Outros passivos financeiros	4.739.598	-	4.739.598
Total de passivos financeiros	38.124.470	1.207.495	39.331.965

* Os números da Sociedade e do Grupo são idênticos, salvo quanto:

- ao saldo de caixa e equivalentes de caixa do Grupo, que é \$11,8 milhões superior ao da Sociedade em 31 de dezembro de 2016;
- ao saldo de contas de clientes do Grupo, que é \$1,4 milhões inferior ao da Sociedade em 31 de dezembro de 2015.

CITIBANK EUROPE PLC

Em 31 de dezembro de 2015	Grupo e Sociedade*		
	Menos de 12	Mais de 12	Total
	meses \$000	meses \$000	\$000
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4.811.631	-	4.811.631
Crédito sobre bancos	5.371.636	3.855.290	9.226.926
Crédito sobre clientes	5.417.620	2.844.736	8.262.356
Instrumentos financeiros derivados	25.072	93.583	118.655
Ativos da carteira de negociação	112.303	860.234	972.537
Títulos da carteira de investimento	515.002	1.701.307	2.216.309
Ativos não correntes detidos para venda	424.967	-	424.967
Outros ativos financeiros	84.408	382.205	466.613
Total de ativos financeiros	16.762.639	9.737.355	26.499.994
Passivo			
Depósitos de bancos	6.959.971	-	6.959.971
Contas de clientes	7.913.072	567	7.913.639
Instrumentos financeiros derivados	36.258	81.952	118.210
Títulos de dívida em circulação	-	-	-
Empréstimos subordinados	-	-	-
Passivos não correntes - detidos para venda	1.257.791	-	1.257.791
Outros passivos financeiros	2.014.471	49.204	2.063.675
Total de passivos financeiros	18.181.563	131.723	18.313.286

* Os números da Sociedade e do Grupo são idênticos, salvo quanto:

- ao saldo de caixa e equivalentes de caixa do Grupo, que é \$11,8 milhões superior ao da Sociedade em 31 de dezembro de 2016;
- ao saldo de contas de clientes do Grupo, que é \$1,4 milhões inferior ao da Sociedade em 31 de dezembro de 2015.

CITIBANK EUROPE PLC

Prazos contratuais de fluxos de caixa não descontados de passivos financeiros

O quadro seguinte mostra a decomposição dos fluxos de caixa não descontados contratuais do Grupo por grupos de prazo relevantes.

Em 31 de dezembro de 2016	Grupo e Sociedade*			
	1 ano e menos \$000	>1 ano e < 5 anos \$000	Mais de 5 anos \$000	Total \$000
Passivos				
Depósitos de bancos	7.779.505	-	-	7.779.505
Contas de clientes	24.306.480	16.757	6.431	24.329.668
Instrumentos financeiros derivados	1.017.960	823.813	402.325	2.244.098
Títulos de dívida em circulação	72	-	-	72
Passivos não correntes - detidos para venda	646.330	-	-	646.330
Outros passivos financeiros	4.791.483	-	-	4.791.483
Total de passivos financeiros não descontados	38.541.830	840.570	408.756	39.791.156
Em 31 de dezembro de 2015	Grupo e Sociedade*			
	1 ano e menos \$000	>1 ano e < 5 anos \$000	Mais de 5 anos \$000	Total \$000
Passivos				
Depósitos de bancos	6.990.492	-	-	6.990.492
Contas de clientes	7.925.780	63	504	7.926.347
Instrumentos financeiros derivados	38.462	13.657	68.309	120.428
Títulos de dívida em circulação	-	-	-	-
Todos os outros passivos	1.257.791	-	-	1.257.791
Total de passivos financeiros não descontados	16.212.525	13.720	68.813	16.295.058

* Os números da Sociedade e do Grupo são idênticos, salvo quanto:

- ao saldo de caixa e equivalentes de caixa do Grupo, que é \$11,8 milhões superior ao da Sociedade em 31 de dezembro de 2016;
- ao saldo de contas de clientes do Grupo, que é \$1,4 milhões inferior ao da Sociedade em 31 de dezembro de 2015.

69
31.

CITIBANK EUROPE PLC

O quadro seguinte mostra a decomposição dos compromissos e garantias do Grupo por prazos relevantes, com base no prazo remanescente desde a data da Demonstração da Posição Financeira até à data de vencimento contratual. Estes instrumentos podem ser acionados em qualquer momento antes do seu vencimento contratual.

	Grupo e Sociedade			
	1 ano e menos \$000	>1 ano e < 5 anos \$000	Mais de 5 anos \$000	Total \$000
31 de dezembro de 2016				
Cartas de crédito	11.541.260	3.181.721	64	14.723.045
Compromissos de concessão de crédito não sacados	3.595.058	14.905.101	609.538	19.109.697
Outros compromissos e garantias	1.668.462	623.403	-	2.291.865
Total de compromissos e garantias	16.804.780	18.710.225	609.602	36.124.607
	1 ano e menos \$000	>1 ano e < 5 anos \$000	Mais de 5 anos \$000	Total \$000
31 de dezembro de 2015				
Cartas de crédito	10.445.138	2.129.567	25.621	12.600.326
Compromissos de concessão de crédito não sacados	861.744	2.285.830	1.026.438	4.174.012
Outros compromissos e garantias	1.295.496	1.615.689	37.299	2.948.484
Total de compromissos e garantias	12.602.378	6.031.086	1.089.358	19.722.822

17.5 Risco operacional

Definição

O risco operacional é o risco de perdas resultantes de processos, sistemas ou fatores humanos inadequados ou que falharam ou de acontecimentos externos. Abrange o risco para a reputação e o risco para a empresa associados a práticas comerciais ou conduta no mercado em que o Grupo esteja envolvido. Também abrange o risco de incumprimento de leis, regulamentos, normas deontológica e atos administrativos dos reguladores aplicáveis ou de políticas do Grupo. O risco operacional não abrange o risco estratégico nem o risco de perdas decorrente exclusivamente de juízos autorizados relativos à assunção de risco de crédito, mercado, liquidez ou seguros.

O risco operacional é inerente às atividades comerciais do Grupo e, como sucede com outros tipos de riscos, é gerido através de um quadro de controlo que compreende três linhas de defesa:

- responsabilidade descentralizada pelo risco com responsabilização da gestão do negócio;
- supervisão por funções de gestão de riscos e controlo independentes; e
- avaliação independente pela Auditoria Interna.

Quadro de risco operacional

Para prever, mitigar e controlar o risco operacional, o Grupo mantém um sistema de políticas e definiu um quadro coerente para monitorização, avaliação e comunicação dos riscos operacionais e da eficácia global do ambiente de controlo interno.

O quadro de gestão do risco operacional compreende as seguintes componentes para identificar, avaliar e gerir o risco operacional:

- Avaliação Anual do Risco;
- Análise de Cenários de Risco Operacional;
- Registo de Dados de Eventos de Risco Operacional;
- Programa de Garantias Formais;
- Plano de Ação de Questões e Medidas Corretivas

70
12

CITIBANK EUROPE PLC

A avaliação do controlo da administração (ACA) é uma ferramenta de diagnóstico utilizada na gestão dos riscos operacionais, como componente essencial dos fatores de ambiente de negócios e controlo interno exigidos de acordo com as normas sobre requisitos mínimos de capital de Basileia. Usa dados das componentes do quadro de gestão do risco operacional para proporcionar uma visão geral do perfil de risco operacional de uma entidade, seja ela uma empresa, um país ou uma pessoa coletiva.

Governança e organização

O quadro de gestão do risco operacional do Grupo sustenta-se numa governação forte, com papéis e responsabilidades claramente definidos.

As comissões seguintes são responsáveis pelo risco operacional ao nível do Grupo:

- Comissão de Risco: Supervisiona os aspetos previsionais do risco operacional, incluindo, nomeadamente: parâmetros do quadro de gestão do risco operacional, modelo de capital de risco operacional e a componente de risco operacional do processo de aprovação da adequação do capital interno. A comissão também recebe informação atualizada da Comissão de Risco Operacional e Subcontratação do Grupo relativamente a estas matérias.
- Comissão de Auditoria: Supervisiona os aspetos forenses do risco operacional, incluindo perdas operacionais individuais, as causas e remédios e os resultados da ACA.
- Comissão de Risco Operacional e Subcontratação (ROSC): é o principal fórum que assegura a supervisão da adequação e eficácia do quadro de risco operacional e das políticas associadas, com vista à previsão e mitigação de riscos operacionais e a devida gestão de toda a subcontratação, em todos os segmentos de negócio do Grupo.

17.6 Gestão do capital

O Regulador do Grupo define e monitoriza os requisitos de fundos próprios do Grupo.

No contexto da aplicação dos atuais requisitos de fundos próprios, o Regulador exige que o Grupo mantenha um determinado rácio entre o total de fundos próprios e os ativos ponderados pelo risco.

A política do Grupo é manter uma forte base de fundos próprios para manter a confiança dos investidores, dos credores e dos clientes e suportar o desenvolvimento futuro da atividade. O impacto do nível de fundos próprios na rentabilidade para os acionistas também é reconhecido, juntamente com a necessidade de manter o equilíbrio entre as rentabilidades mais altas que seriam eventualmente possíveis com um maior endividamento e as vantagens e segurança asseguradas por uma posição de fundos próprios sólida.

Fundos próprios mínimos (não auditado)

O principal Regulador do Grupo define e monitoriza os requisitos de fundos próprios do Grupo.

A posição não auditada de fundos próprios mínimos do Grupo era a seguinte em 31 de dezembro:

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de
	\$000	2015 \$000
Capital regulamentar	7.473.993	8.042.113
Rácio de capital de nível 1	18%	35%

O Regulador exige que o Grupo mantenha fundos próprios adequados e o Grupo está sujeito ao risco de ter recursos de fundos próprios insuficientes para cumprir os seus requisitos de fundos próprios mínimos. Os requisitos de fundos próprios mínimos do Grupo são calculados de acordo com os requisitos prudenciais da CRD IV. O Grupo cumpriu o rácio mínimo de adequação dos fundos próprios de 8% durante todo o período.

CITIBANK EUROPE PLC

18. Ativos e passivos financeiros

Os quadros seguintes mostram o total de ativos e passivos financeiros detidos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	Grupo e Sociedade*	
	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Instrumentos financeiros derivados	2.147.168	118.655
Ativos da carteira de negociação	1.095.380	972.537
Investimentos financeiros disponíveis para venda	3.056.092	2.216.309
Crédito designado ao justo valor através de resultados	507.836	391.247
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	6.806.476	3.698.748
Caixa e equivalentes de caixa	16.435.227	4.811.631
Crédito ao custo amortizado	21.568.584	17.098.035
Outros ativos financeiros	3.148.834	682.019
Total de ativos financeiros não detidos ao justo valor	41.152.644	22.591.685
Total de ativos financeiros	47.959.120	26.290.433
	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Instrumentos financeiros derivados	2.191.961	118.210
Títulos de dívida	71	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	231.454	175.543
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	2.423.486	293.753
Depósitos de bancos	7.695.263	6.959.971
Contas de clientes	24.065.741	7.912.281
Outros passivos e títulos de dívida em circulação	5.147.546	2.411.729
Total de passivos financeiros não detidos ao justo valor	36.908.551	17.283.981
Total de passivos financeiros	39.332.037	17.577.734

* Os números da Sociedade e do Grupo são idênticos, salvo quanto:

- ao saldo de caixa e equivalentes de caixa do Grupo, que é \$11,8 milhões superior ao da Sociedade em 31 de dezembro de 2016;
- ao saldo de contas de clientes do Grupo, que é \$1,4 milhões inferior ao da Sociedade em 31 de dezembro de 2015.

Definição do justo valor

A NIRF 13 – Mensuração do Justo Valor define o justo valor, estabelece um quadro para mensurar o justo valor e exige divulgações sobre as mensurações do justo valor. O justo valor é definido como o preço que seria recebido por vender um ativo ou pago para transmitir um passivo numa operação ordeira entre participantes no mercado na data de mensuração. Entre outras coisas, a norma exige que o Grupo maximize o recurso a dados observáveis e minimize o recurso a dados não observáveis no contexto da mensuração do justo valor.

Ao abrigo da NIRF 13, a probabilidade de incumprimento de uma contraparte é incorporada na avaliação das posições de instrumentos derivados e inclui o impacto do risco de crédito próprio do Grupo nos instrumentos derivados e outros passivos mensurados ao justo valor.

72
87. 2

CITIBANK EUROPE PLC

Hierarquia do justo valor

A NIRF 13 especifica uma hierarquia de dados em função destes serem observáveis ou não observáveis. Os dados observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, ao passo que os não observáveis refletem as premissas de mercado do Grupo.

Os dois tipos de dados deram origem à seguinte hierarquia do justo valor:

- Nível 1: preços de mercado cotados para instrumentos *idênticos* em mercados ativos.
- Nível 2: preços de mercado cotados em mercados ativos para instrumentos *semelhantes*; preços cotados para instrumentos idênticos ou semelhantes em mercados não considerados ativos; e avaliações derivadas de modelos em que todos os dados significativos ou fatores de valor significativos são *observáveis* em mercados ativos.
- Nível 3: avaliações derivadas de técnicas de avaliação em que um ou mais dados significativos ou fatores de valor significativos *não são observáveis*.

Esta hierarquia exige o recurso a dados de mercado observáveis sempre que possível. Sempre que possível, o Grupo considera preços de mercado relevantes e observáveis nas suas avaliações. A frequência das operações e a dimensão da margem entre os preços de oferta e procura quando se comparam operações semelhantes são todos fatores considerados na determinação da liquidez dos mercados e da relevância dos preços observados nesses mercados.

A política do Grupo quanto a transferências entre níveis da hierarquia do justo valor é reconhecê-las nos níveis de saída e entrada no fim do período de relato.

Determinação do justo valor

O Grupo geralmente usa preços de mercado cotados em mercados ativos para calcular o justo valor de um ativo ou passivo financeiro e classifica-o no Nível 1. Em alguns casos em que exista um preço de mercado, o Grupo recorre a expedientes práticos aceitáveis (tais como matrizes de preços) para calcular o justo valor, caso em que o ativo ou passivo financeiro em causa é classificado no Nível 2.

Se não estiverem disponíveis preços de mercado cotados, os justos valores baseiam-se em técnicas de avaliação desenvolvidas internamente que usam, sempre que possível, parâmetros de mercado baseados em mercados atuais ou de fontes independentes, tais como taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidades das opções. Os ativos ou passivos avaliados com recurso a estas técnicas de avaliação desenvolvidas internamente são classificados de acordo com o nível do dado ou do fator de valor mais baixo que seja significativo para a avaliação.

Quando existam, o Grupo também pode usar preços cotados para atividades de negociação recentes de posições com características idênticas ou semelhantes às avaliadas. A frequência e a dimensão das operações e a dimensão da margem entre os preços de oferta e procura estão entre os fatores considerados para determinar a liquidez dos mercados e a relevância dos preços observados nesses mercados. Se forem relevantes e estiverem disponíveis preços observáveis, estas avaliações devem ser classificadas como sendo de Nível 2. Se não houver preços disponíveis, devem ser usadas outras técnicas de avaliação e o ativo ou passivo em causa deve ser classificado no Nível 3.

As estimativas do justo valor decorrentes de técnicas de avaliação internas são verificadas, sempre que possível, face a preços obtidos de operadores ou corretores independentes. As avaliações de operadores e corretores podem basear-se numa variedade de fatores que vão desde preços observados a modelos de avaliação próprios.

O Grupo usa os seguintes procedimentos para determinar o justo valor dos ativos e passivos financeiros, independentemente de serem detidos para negociação ou terem sido designados ao justo valor, incluindo uma indicação do nível da hierarquia do justo valor em que cada instrumento financeiro está geralmente classificado. Quando apropriado, a descrição inclui elementos dos modelos de avaliação, os principais fatores desses modelos e as premissas importantes.

Ajustamentos de valor de mercado

São aplicados ajustamentos de liquidez aos itens dos Níveis 2 e 3 da hierarquia de justo valor para garantir que o justo valor reflete a liquidez ou falta de liquidez do mercado. A reserva de liquidez pode utilizar a margem entre a oferta e procura para um instrumento como um dos fatores.

CITIBANK EUROPE PLC

São aplicados ajustamentos de risco de crédito da contraparte aos instrumentos derivados, tais como instrumentos derivados não garantidos do mercado de balcão, em que a avaliação de base usa parâmetros de mercado baseados nas curvas de base das taxas de juro relevantes. Nem todas as contrapartes têm o mesmo risco de crédito que o implícito na curva de base relevante, de modo que é necessário considerar a visão do mercado do risco de crédito de uma contraparte para estimar o justo valor de um item desta natureza.

São aplicados ajustamentos de risco de crédito bilateral ou do crédito "próprio" para refletir o risco de crédito do próprio Grupo quando se avaliam instrumentos derivados e passivos mensurados ao justo valor. Os ajustamentos de risco de crédito da contraparte ou de risco de crédito próprio consideram os fluxos de caixa futuros esperados entre o Grupo e as suas contrapartes ao abrigo dos termos do instrumento e o efeito do risco de crédito na avaliação desses fluxos de caixa, em vez de uma avaliação num determinado ponto no tempo do ativo ou passivo líquido corrente reconhecido. Além disso, os ajustamentos de risco de crédito tomam em conta o efeito de mitigantes do risco de crédito, tais como garantias dadas de penhor e o eventual direito jurídico de compensação (na medida em que tal compensação exista) com uma contraparte através de acordos, tais como acordos de liquidação em base líquida.

Em geral, a unidade de conta para um instrumento financeiro é o instrumento financeiro individual. O Grupo aplica ajustamentos de valor de mercado coerentes com a unidade de conta, o que não inclui ajustamentos devido à dimensão da posição do Grupo, exceto conforme descrito seguidamente. A NIRF 13 permite uma exceção, através de uma escolha de política contabilística, no sentido de mensurar o justo valor de uma carteira de ativos financeiros e passivos financeiros com base na posição de risco líquida em aberto quando determinados critérios estiverem preenchidos. O Citi decidiu mensurar determinadas carteiras de instrumentos financeiros, tais como os instrumentos derivados, que preenchem esses critérios com base na posição de risco líquida em aberto. O Grupo aplica ajustamentos de avaliação do mercado, incluindo ajustamentos para tomar em consideração a dimensão da posição de risco líquida em aberto, consentâneos com as premissas de participante no mercado e de acordo com a unidade de conta.

Instrumentos derivados

A maioria dos instrumentos derivados do Grupo são transacionados em mercado de balcão e, por conseguinte, são avaliados recorrendo a uma combinação de preços externos e técnicas de avaliação internas, incluindo preços de referência fornecidos por outros operadores. As técnicas de avaliação e os fatores considerados dependem do tipo de instrumento derivado e da natureza do instrumento subjacente.

As principais técnicas utilizadas para avaliar estes instrumentos são abordagens usadas em todo o setor, como fluxos de caixa descontados, modelação e abordagens numéricas.

O tipo de dados considerados pode incluir curvas de rendibilidade das taxas de juro, margens de crédito, taxas de câmbio, volatilidades e correlações.

O Grupo incorpora curvas de *swap* indexados ao *overnight* ("OIS") como fatores para a mensuração do justo valor de determinados instrumentos derivados garantidos relacionados com taxas de juro. O Citi usa a curva de referência relevante para a moeda do instrumento derivado (por exemplo a LIBOR do USD para instrumentos derivados em USD) como taxa de desconto para instrumentos derivados não garantidos. O Citi incorpora o AAF na mensuração do justo valor devido ao que julga ser uma migração do setor para a incorporação da visão que o mercado tem do prémio do risco de financiamento nos instrumentos derivados do mercado de balcão. A metodologia de AAF do Citi apoia-se na metodologia de AAC existente para estimar um perfil de exposição ao financiamento. O cálculo deste perfil de exposição considera os contratos de garantias em que os termos não permitem que a empresa reutilize as garantias recebidas, incluindo quando as contrapartes colocam as garantias sob a custódia de terceiros.

Ativos da carteira de negociação

Quando existam, o Grupo usa preços de mercado cotados para determinar o justo valor dos ativos da carteira de negociação, sendo tais ativos classificados no Nível 1 da hierarquia do justo valor. Trata-se, por exemplo, de obrigações de emitentes públicos. Para as obrigações de emitentes privados, o papel comercial europeu e o crédito, o Grupo geralmente determina o justo valor recorrendo a técnicas de avaliação internas. As estimativas do justo valor resultantes de técnicas de avaliação internas são verificadas, sempre que possível, face a preços obtidos junto de operadores independentes. Os operadores compilam preços de diversas origens e podem aplicar matrizes de preços para obrigações ou empréstimos semelhantes para os quais não existam preços observáveis. Se existirem, o Grupo também pode usar preços cotados para atividades de negociação recentes de ativos com características semelhantes às obrigações ou empréstimos objeto de avaliação. Os preços das obrigações de emitentes públicos e privados, do papel comercial europeu e do crédito derivados destes métodos são geralmente classificados no Nível 2.

74
31. 12

CITIBANK EUROPE PLC

No entanto, quando há menos liquidez, o preço cotado está desatualizado ou os preços obtidos junto de fontes independentes não são uniformes, são geralmente classificados no Nível 3.

Títulos da carteira de investimento

Os títulos da carteira de investimento classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor por referência a preços de mercado cotados. Nestes casos, podem ser classificados no Nível 1.

Se não estiverem disponíveis preços de mercado cotados, o justo valor é estimado com base noutras técnicas de avaliação reconhecidas. Os dados principais dependem do tipo de título de investimento e da natureza dos dados considerados na técnica de avaliação. Os títulos são colocados no Nível 2 ou 3, dependendo da observabilidade dos dados significativos usados no modelo.

Crédito e outros financiamentos

O justo valor do crédito e de outros financiamentos é estimado recorrendo a técnicas de avaliação internas, tais como análises dos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa são descontados usando as taxas LIBOR e EURIBOR. Se possível, o Grupo também pode usar preços cotados para operações de negociação recentes com ativos com características semelhantes às do crédito que está a ser avaliado. Os créditos são colocados no Nível 2 ou 3, dependendo da observabilidade dos dados significativos usados no modelo. Em determinados casos, o justo valor aproxima-se do valor contabilístico porque os instrumentos são de curto prazo por natureza ou têm datas de refixação de preços frequentes.

Títulos de dívida em circulação

O justo valor de títulos de dívida em circulação é mensurado usando fluxos de caixa descontados à LIBOR ou à EURIBOR. Os créditos são colocados no Nível 2 ou 3, dependendo da observabilidade dos dados significativos usados no modelo.

Os ajustamentos de avaliação da dívida própria são reconhecidos nos passivos do Grupo para os quais se escolheu a opção de justo valor usando as margens de crédito do Citi observadas no mercado obrigacionista. O justo valor de passivos para os quais a opção de justo valor é escolhida (que não sejam passivos sem recurso nem passivos semelhantes) é afetado pelo estreitamento ou alargamento das margens de crédito do Citigroup.

Outros ativos e passivos financeiros

O justo valor dos passivos relativos a depósitos de clientes, empréstimos subordinados e outros ativos e passivos é estimado com recurso aos fluxos de caixa descontados, aplicando taxas de mercado, quando possível. Nos casos em que se usam taxas de mercado, as mesmas são ajustadas pela margem de crédito do Citigroup.

O valor contabilístico da caixa e depósitos junto de bancos centrais é uma aproximação razoável do justo valor devido ao prazo curto destes ativos.

75
 31. 2

CITIBANK EUROPE PLC

Instrumentos financeiros ao justo valor

O quadro seguinte mostra a decomposição dos instrumentos financeiros registados ao justo valor por nível da hierarquia do justo valor:

31 de dezembro de 2016	Grupo e Sociedade			
	Justo valor			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
	\$000	\$000	\$000	\$000
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	2.147.168	-	2.147.168
Ativos da carteira de negociação	-	889.641	205.739	1.095.380
Títulos da carteira de investimento	1.520.388	1.500.677	35.027	3.056.092
Crédito ao justo valor através de resultados	-	491.166	16.670	507.836
Ativos financeiros ao justo valor	1.520.388	5.028.652	257.436	6.806.476
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	2.191.961	-	2.191.961
Títulos de dívida em circulação	-	71	-	71
Outros passivos financeiros detidos para negociação	-	231.454	-	231.454
Passivos financeiros ao justo valor	-	2.423.486	-	2.423.486
31 de dezembro de 2015				
	Justo valor			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
	\$000	\$000	\$000	\$000
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	118.655	-	118.655
Ativos da carteira de negociação	39.293	924.399	8.845	972.537
Títulos da carteira de investimento	54.915	2.140.771	20.623	2.216.309
Crédito ao justo valor através de resultados	-	7.757	386.030	393.787
Ativos financeiros ao justo valor	94.208	3.191.582	415.498	3.701.288
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	118.210	-	118.210
Outros passivos financeiros detidos para negociação	-	175.543	-	175.543
Passivos financeiros ao justo valor	-	293.753	-	293.753

76
78. 12

CITIBANK EUROPE PLC

Crédito ao justo valor através de resultados no valor de \$508 milhões (2015: \$394 milhões) está incluído na Demonstração da Posição Financeira, na rubrica de crédito sobre clientes.

Os justos valores desta nota referem-se a uma data específica e podem ser substancialmente diferentes dos valores que serão efetivamente pagos nas datas de vencimento ou liquidação dos instrumentos. Em muitos casos, não seria possível realizar imediatamente os justos valores estimados dada a dimensão das carteiras mensuradas. Em consequência, estes justos valores não representam o valor desses instrumentos no pressuposto da continuação da atividade do Grupo.

Tal como já referido acima, o Grupo classifica instrumentos financeiros no Nível 3 da hierarquia de justo valor quando se recorre a pelo menos um dado significativo não observável no modelo de avaliação. Para além destes dados não observáveis, os modelos de avaliação dos instrumentos financeiros do Nível 3 tipicamente também recorrem a um determinado número de dados que são facilmente observáveis direta ou indiretamente. Os ganhos e perdas apresentados seguidamente incluem alterações do justo valor relacionadas tanto com dados observáveis, como com dados não observáveis.

O Grupo muitas vezes cobre posições com posições de compensação que estão classificadas num nível diferente. Por exemplo, os ganhos e perdas para os ativos e passivos do Nível 3 apresentados nos quadros seguintes não refletem o efeito da compensação de perdas e ganhos de instrumentos de cobertura classificados pelo Grupo no Nível 1 e no Nível 2. Além disso, o Grupo cobre itens classificados no Nível 3 com instrumentos também classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor.

Processo de avaliação para a mensuração do justo valor do Nível 3

Os procedimentos de verificação de preços e procedimentos de controlo interno relacionados regem-se pela Política e Normas de Preços e Fixação de Preços do Citigroup, que é da responsabilidade conjunta do Departamento Financeiro e da Gestão do Risco. O Departamento Financeiro implementou Normas e Procedimentos de Preços e Verificação de Preços para facilitar o cumprimento desta política.

Para as mensurações do justo valor de virtualmente todos os ativos e passivos detidos pelo Grupo, as várias unidades de negócio são responsáveis por avaliar os ativos e passivos das contas de negociação e o Controlo de Produtos, dentro do Departamento Financeiro, executa procedimentos independentes de verificação de preços para avaliar essas mensurações do justo valor. O Controlo de Produtos é independente das várias unidades de negócio e reporta ao Diretor Global do Controlo de Produtos. As mensurações do justo valor de ativos e passivos são efetuadas recorrendo a diversas técnicas, incluindo, nomeadamente, fluxos de caixa descontados e modelos internos, tais como modelos de opções e correlações.

Com base na observabilidade dos dados usados, o Controlo de Produtos classifica o inventário no Nível 1, 2 ou 3 da hierarquia de justo valor. Quando uma posição envolve um ou mais dados significativos que não são diretamente observáveis, são aplicados procedimentos adicionais de verificação de preços. Estes procedimentos podem incluir a análise de dados históricos relevantes, a análise de lucros e perdas, a avaliação individual de cada componente de uma operação estruturada e a identificação de valores de referência, entre outros procedimentos.

Os relatórios do inventário do Nível 3 de cada linha de negócio do Grupo são distribuídos à direção do Departamento Financeiro, do Risco e das várias linhas de negócio. Os relatórios são distribuídos à Comissão de Risco da Europa, Médio Oriente e África em reuniões mensais com a alta direção. Sempre que é necessário um ajustamento de valor para corrigir o preço de um ativo ou passivo para o seu preço de saída, o Controlo de Produtos comunica-o à administração, juntamente com outros resultados da verificação de preços.

Além disso, os modelos de preços usados na mensuração do justo valor regem-se por um quadro de controlo independente. Embora os modelos sejam desenvolvidos e testados pelas várias unidades de negócio, são validados de forma independente pela Unidade de Validação de Modelos da Gestão do Risco e revistos pelo Departamento Financeiro no que diz respeito ao seu impacto nos procedimentos de verificação de preços. O objetivo deste quadro de controlo independente é avaliar o risco dos modelos decorrente da correção teórica dos modelos, as técnicas de calibragem (quando necessárias) e a adequação do modelo para um determinado produto num determinado mercado. Para garantir que continuam a ser aplicáveis, os modelos são revistos anualmente. Além disso, a Gestão do Risco aprova e mantém uma lista dos produtos que podem ser avaliados através de cada modelo aprovado para um determinado segmento negócio.

CITIBANK EUROPE PLC

Movimentos em instrumentos financeiros do Nível 3 mensurados ao justo valor

O Grupo classifica instrumentos financeiros no Nível 3 da hierarquia de justo valor quando se recorre a pelo menos um dado significativo não observável no modelo de avaliação. Os ganhos e perdas apresentados seguidamente incluem alterações do justo valor relacionadas tanto com dados observáveis, como com dados não observáveis.

Ativo	31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015		
	Ativos da carteira de negociação	Crédito sobre clientes	Títulos da carteira de investimento disponíveis para venda	Total	Ativos da carteira de negociação	Crédito sobre clientes	Total
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Saldo em 1 de janeiro	8.845	386.030	20.623	415.498	12.896	444.408	457.304
Adições devido à fusão	105.309	428.583	59.727	593.619	-	-	-
Compras	297.735	-	18.079	315.814	-	-	-
Emissões	-	-	-	-	-	-	-
Vendas	(197.373)	(371.817)	-	(569.190)	-	-	-
Liquidações	10.994	(55.897)	(92.508)	(137.411)	-	(23.525)	(23.525)
Transferências para o Nível 3	-	-	-	-	-	-	-
Transferência do Nível 3	-	(342.099)	-	(342.099)	-	-	-
Total de ganhos/(perdas)	-	-	-	-	-	-	-
- em resultados	(19.771)	(28.130)	92.508	44.607	(4.051)	(2.829)	(6.880)
- em ORI	-	-	(63.402)	(63.402)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	205.739	16.670	35.027	257.436	8.845	418.054	426.899

Durante o exercício, o Grupo teve instrumentos do Nível 3 que foram transferidos para o Nível 2. A transferência de crédito verificou-se em consequência da obtenção de uma fonte para dados anteriormente não observáveis para a componente de risco de crédito do justo valor.

O total de ganhos e perdas para o exercício é apresentado na Demonstração de Resultados como segue:

	31 December 2016				31 de dezembro de 2015		
	Ativos da carteira de negociação	Crédito sobre clientes	Títulos da carteira de investimento disponíveis para venda	Total	Ativos da carteira de negociação	Crédito sobre clientes	Total
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Proveitos de juros	1.540	-	-	1.540	-	-	-
Movimentos no justo valor	(19.771)	(28.130)	92.508	44.607	(4.051)	(2.829)	(6.880)
Total	(18.231)	(28.130)	92.508	46.147	(4.051)	(2.829)	(6.880)

Durante o exercício, um total de variações no justo valor de US\$5,7 milhões foi reconhecido na Demonstração de Resultados relativamente a crédito em que o justo valor foi estimado recorrendo a uma técnica de avaliação que usa um ou mais dados significativos baseados em dados de mercado não observáveis.

CITIBANK EUROPE PLC

O principal fator que contribuiu para os movimentos nas existências do Nível 3 foi o crédito sobre clientes, em que o Grupo originou crédito que tenciona vender num futuro próximo. Este crédito contribuiu com \$372 milhões de vendas.

Análise qualitativa das gamas de dados significativos não observáveis

A secção seguinte descreve as gamas dos dados não observáveis mais significativos usados pelo Grupo nas mensurações de justo valor do Nível 3. O nível de agregação e a diversidade dos instrumentos detidos pelo Grupo leva a um vasto intervalo de dados não observáveis que podem não estar distribuídos de forma uniforme no inventário do Nível 3.

Rendibilidade

Os intervalos de dados de rendibilidade variam de forma significativa dependendo do tipo de título. Por exemplo, títulos que tenham tipicamente rendibilidades mais baixas, como as obrigações emitidas por autarquias locais, vão cair na banda inferior do intervalo, ao passo que títulos menos líquidos ou com menor qualidade em termos de crédito, como determinados títulos garantidos por ativos de algumas tranches residuais, vão ter dados de rendibilidade muito mais elevados.

Margem de crédito

A margem de crédito é essencialmente relevante para os instrumentos de taxa fixa e de crédito. No entanto, o alcance dos dados relativos à margem de crédito pode variar de um instrumento para outro. Por exemplo, determinados instrumentos de taxa fixa tipicamente têm margens de crédito mais baixas, ao passo que determinados instrumentos com contrapartes de risco alto estão tipicamente sujeitos a margens de crédito mais elevadas quando não são garantidos ou têm um prazo mais longo. Outros instrumentos, que são dependentes ou derivados de um ou mais instrumentos subjacentes, também têm margens de crédito que variam em função dos atributos do devedor subjacente. As empresas mais fortes têm margens de crédito mais estreitas, ao passo que as empresas mais fracas têm margens de crédito mais alargadas.

Preço

Os dados relativos aos preços são dados significativos não observáveis para determinados instrumentos de taxa fixa. Para estes instrumentos, os dados relativos aos preços são expressos em percentagem do valor abstrato, em que um preço de 100 significa que o instrumento está avaliado ao par. Para a maior parte destes instrumentos, o preço varia entre zero e ligeiramente acima de 100. Os ativos relativamente ilíquidos que tenham sofrido perdas significativas desde a emissão, como determinados títulos garantidos por ativos, estão na banda inferior do intervalo, ao passo que maior parte de obrigações de empresas com grau de investimento estão na banda média ou superior do intervalo. Os dados relativos aos preços também são dados significativos não observáveis para determinados instrumentos de capital. No entanto, o intervalo de dados de preços varia em função da natureza da posição, do número de ações em circulação e de outros fatores.

2016	Justo valor				
	\$000	Metodologia	Dados	Baixo	Alto
Ativo					
Ativos da carteira de negociação	205.739	Baseados em preços	Preços	0,0	100,0
Crédito ao justo valor através de resultados	16.670	Baseados em preços	Preços	0,0	101,0
Títulos de capital da carteira de investimento	35.027	Preço de mercado, se existir, a que foi aplicado um desconto por iliquidez e variabilidade da taxa de conversão	A taxa final de conversão foi aplicada às ações preferenciais da série B para ações ordinárias da classe A	Sem desconto por variabilidade da taxa de conversão; só com desconto por iliquidez	100% de desconto por variabilidade da taxa de desconto
Derivative contracts	743	Model -based	Equity forward	1,0	27,0

Os títulos de capital da carteira de investimento correspondem principalmente a ações preferenciais da série B da Visa Inc..

Sensibilidade de dados não observáveis e inter-relações entre dados não observáveis

Os impactos de dados não observáveis cruciais das mensurações de justo valor do Nível 3 podem não ser independentes uns dos outros. Além disso, o montante e sentido do impacto numa mensuração do justo valor para uma determinada alteração de um dado não observável depende da natureza do instrumento, bem como de se o Grupo detém o instrumento como um ativo ou um passivo. Para determinados instrumentos, a cobertura de preços e a gestão de riscos são sensíveis à correlação entre os vários dados, mais do que à análise e agregação dos vários dados.

75
R. @

CITIBANK EUROPE PLC

A secção seguinte descreve as sensibilidades e inter-relações entre os dados não observáveis mais significativos usados pelo Grupo nas mensurações de justo valor do Nível 3.

Rendibilidade

A rendibilidade ajustada é, em geral, utilizada para descontar os fluxos de caixa projetados futuros de capital e juros de instrumentos como os empréstimos. A rendibilidade ajustada é afetada por alterações na conjuntura de taxas de juro e pelas margens de crédito relevantes.

Em alguns casos, a rendibilidade de um instrumento não é observável no mercado e tem de ser estimada a partir de dados históricos ou das rendibilidades de títulos semelhantes. Esta rendibilidade estimada pode ter de ser ajustada para levar em consideração as características do título que está a ser avaliado. Noutros casos, a rendibilidade estimada pode não representar liquidez suficiente no mercado e também pode ter de ser ajustada. Sempre que o montante do ajustamento seja significativo para o valor do título, a mensuração do justo valor é classificada no Nível 3.

Margem de crédito

A margem de crédito é uma componente do título que representa a qualidade do crédito em causa. A margem de crédito reflete a perceção que o mercado tem de alterações nas taxas de reembolso antecipado, incidentes e recuperação, refletindo portanto o impacto de outras variáveis no justo valor. As variações na margem de crédito afetam o justo valor de títulos de forma diferente, dependendo das características e do perfil de vencimento do título em causa. Por exemplo, a margem de crédito é um fator mais significativo da mensuração do justo valor de obrigações de alta rendibilidade comparado com as obrigações com grau de investimento. Em geral, a margem de crédito para obrigações com grau de investimento também é mais observável e menos volátil do que a da sua equivalente nas obrigações de alta rendibilidade.

A incerteza da avaliação é calculada trimestralmente para todos os instrumentos financeiros. A metodologia usada para derivar o impacto para cada produto é determinada aplicando ajustamentos de sensibilidade ao preço ou parâmetros significativos do modelo usados na avaliação. Os ajustamentos são tipicamente calculados por referência a análises de dados de substituição de terceiros. Alguns exemplos da abordagem usada para derivar os ajustamentos de sensibilidade são descritos seguidamente:

- taxas: a incerteza da avaliação é mensurada com base numa combinação de dados de mercados consensuais e análises de substituição com dados de terceiros;
- mercados de crédito e titularização: a incerteza da avaliação é mensurada com base numa combinação de dados de mercados consensuais, dados de intermediários e análises de substituição com dados de terceiros.

Justo valor estimado de instrumentos financeiros não contabilizados ao justo valor

O quadro seguinte contém uma comparação por classe dos valores contabilísticos e dos justos valores dos instrumentos financeiros do Grupo que não são contabilizados ao justo valor nas demonstrações financeiras. Este quadro não inclui os justos valores de ativos não financeiros nem de passivos não financeiros.

Os outros ativos financeiros são compostos essencialmente por saldos a receber das soluções de tesouraria e comércio do Grupo e dos seus negócios de mercados e serviços relacionados com títulos.

Segue-se um resumo dos métodos e premissas utilizados para estimar o justo valor dos ativos financeiros e dos passivos financeiros usados nos quadros anteriores:

- Os instrumentos financeiros derivados, ativos da carteira de negociação e títulos de dívida em circulação são mensurados ao justo valor por referência a preços de mercado cotados em mercados ativos. Se não houver preços cotados no mercado, os justos valores são estimados com base noutras técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de determinação de preços de opções. O preço de mercado inclui, quando apropriado, ajustamentos de valor do crédito.
- Os títulos da carteira de investimento classificados como disponíveis para venda ou designados ao justo valor através de resultados são mensurados ao justo valor por referência a preços de mercado cotados, quando estes existam. Se não estiverem disponíveis preços de mercado cotados, o justo valor é estimado com base noutras técnicas de avaliação reconhecidas.

CITIBANK EUROPE PLC

- O justo valor do crédito e de outros financiamentos é estimado recorrendo a técnicas de avaliação internas, tais como análises dos fluxos de caixa descontados. Se possível, o Grupo também pode usar preços cotados para operações de negociação recentes com ativos com características semelhantes às do crédito que está a ser avaliado. Em determinados casos, o valor contabilístico aproxima-se do justo valor porque os instrumentos são de curto prazo por natureza ou têm datas de refixação de preços frequentes.
- O justo valor de títulos de dívida em circulação classificados ao custo amortizado é mensurado utilizando fluxos de caixa descontados.
- Os justos valores de contas de cliente de passivos de depósitos, outros ativos e outros passivos são estimados usando fluxos de caixa descontados, aplicando taxas de mercado, quando possível, ou taxas oferecidas pelo Grupo na data relevante para depósitos com prazos remanescentes semelhantes. Nos casos em que se usam taxas de mercado, não são feitos ajustamentos relativos à margem de crédito da contraparte.
- O valor contabilístico da caixa e depósitos junto do Banco Central é uma aproximação razoável do justo valor devido ao prazo curto destes ativos.

81
24. 8

CITIBANK EUROPE PLC

O quadro seguinte mostra o justo valor estimado, ao Nível 1, 2 e 3, dos ativos e passivos não detidos ao justo valor na Demonstração da Posição Financeira. Os números apresentados infra não foram auditados.

	Grupo e Sociedade*				
	31 de dezembro de 2016		Justo valor estimado		
	Valor contabilístico	Justo valor estimado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	16.435.227	16.435.227	16.435.227	-	-
Crédito sobre bancos	7.487.475	7.246.793	-	7.246.793	-
- do qual entre sociedades do Grupo	5.161.227	5.006.390	-	5.006.390	-
Crédito sobre clientes	14.081.109	13.465.092	-	-	13.465.092
Grupo	13.238	12.841	-	-	12.841
Outros ativos financeiros	3.148.834	3.049.822	-	476.513	2.573.310
Total de ativos financeiros	41.152.644	40.196.934	16.435.227	7.723.306	16.038.402
Passivos					
Depósitos de bancos	7.695.263	7.637.826	-	7.637.826	-
Contas de clientes	24.065.741	23.886.118	-	23.886.118	-
Outros passivos financeiros	5.147.547	5.109.126	-	581.676	4.527.450
Total de passivos financeiros	36.908.551	36.633.070	-	32.105.620	4.527.450

	31 de dezembro de 2015				
	31 de dezembro de 2015		Justo valor estimado		
	Valor contabilístico	Justo valor estimado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	4.811.631	4.811.631	4.811.631	-	-
Crédito sobre bancos	9.226.926	9.226.926	-	9.226.926	-
- do qual entre sociedades do Grupo	7.142.191	7.142.191	-	7.142.191	-
Crédito sobre clientes	7.871.109	7.854.495	-	-	7.854.495
Outros ativos financeiros	682.019	683.362	-	-	683.362
Total de ativos financeiros	22.591.685	22.576.414	4.811.631	9.226.926	8.537.857
Passivos					
Depósitos de bancos	6.959.971	6.959.885	-	6.959.885	-
Contas de clientes	7.912.281	7.929.767	-	7.929.767	-
Outros passivos financeiros	2.411.729	2.411.729	-	175.543	2.236.186
Total de passivos financeiros	17.283.981	17.301.381	-	15.065.195	2.236.186

* Os números da Sociedade e do Grupo são idênticos, salvo quanto:

- ao saldo de caixa e equivalentes de caixa do Grupo, que é \$11,8 milhões superior ao da Sociedade em 31 de dezembro de 2016;
- ao saldo de contas de clientes do Grupo, que é \$1,4 milhões inferior ao da Sociedade em 31 de dezembro de 2015.

CITIBANK EUROPE PLC

19. Instrumentos financeiros derivados

	Grupo e Sociedade					
	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Valor nacional	Justo valor		Valor nacional	Justo valor	
	\$000	Ativo \$000	Passivo \$000	\$000	Ativo \$000	Passivo \$000
Instrumentos derivados detidos para negociação	65.605.141	2.147.168	2.182.385	17.300.745	118.655	118.210
Instrumentos derivados detidos para gestão de riscos	158.115	-	9.576	-	-	-
Total	65.763.256	2.147.168	2.191.961	17.300.745	118.655	118.210

Instrumentos derivados - negociação

Câmbios	51.448.287	1.832.730	1.844.758	13.848.584	79.652	78.752
- Mercado de balcão	51.448.287	1.832.730	1.844.758	13.848.584	79.652	78.752
- Mercado organizado	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juro	13.480.405	299.542	314.627	3.383.443	34.402	34.857
- Mercado de balcão	13.480.405	299.542	314.627	3.383.443	34.402	34.857
- Mercado organizado	-	-	-	-	-	-
Capital	415.580	7.820	7.891	68.718	4.601	4.601
- Mercado de balcão	415.580	7.820	7.891	68.718	4.601	4.601
- Mercado organizado	-	-	-	-	-	-
Crédito	237.014	88	8.122	-	-	-
Mercadorias	23.855	6.988	6.987	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Total	65.605.141	2.147.168	2.182.385	17.300.745	118.655	118.210

Ver na Nota 17 mais elementos sobre a forma como o Grupo usa instrumentos financeiros derivados como parte integrante das suas políticas e procedimentos de gestão de riscos.

	Grupo e Sociedade					
	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Valor nacional	Justo valor		Valor nacional	Justo valor	
	\$000	Ativo \$000	Passivo \$000	\$000	Ativo \$000	Passivo \$000
Instrumentos derivados detidos para gestão de riscos						
<i>Tipo de instrumento:</i>						
Câmbios	158.115	-	9.576	-	-	-
Total	158.115	-	9.576	-	-	-

CITIBANK EUROPE PLC

O Grupo tem uma cobertura para os investimentos líquidos com vista a reduzir o seu risco cambial das sucursais cuja moeda funcional é o EUR. Os contratos de cobertura são renovados de 3 em 3 meses no vencimento e os ganhos ou perdas dos contratos são reconhecidos na reserva de justo valor e serão levados à Demonstração de Resultados aquando da alienação dos investimentos.

20. Títulos da carteira de investimento

Os títulos da carteira de investimento são compostos essencialmente por títulos de emitentes públicos.

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Detidos até ao vencimento	7.996	-
Disponíveis para venda	3.056.092	2.216.309
Total de títulos da carteira de investimento	3.064.088	2.216.309
(a) Detidos até ao vencimento		
Obrigações de emitentes privados	7.996	-
Total	7.996	-
(b) Títulos da carteira de investimento disponíveis para venda		
Obrigações de emitentes públicos	2.618.713	2.194.830
Obrigações de emitentes privados	402.351	689
Subtotal	3.021.064	2.195.519
Títulos de capital mensurados ao justo valor	35.028	20.790
Total de títulos da carteira de investimento disponíveis para venda	3.056.092	2.216.309

84
Zi. R

CITIBANK EUROPE PLC

21. Imobilizado corpóreo

	Grupo e Sociedade		
	Benfeitorias em imóveis arrendados \$000	Veículos, mobiliário e equipamento \$000	Total \$000
Custos			
Em 1 de janeiro de 2015	21.028	39.366	60.394
Adições da fusão	28	628	656
Adições	665	1.987	2.652
Reclassificação em disponíveis para venda	(2.405)	(2.471)	(4.876)
Alienações	(574)	(7.475)	(8.049)
Abates	(1.157)	(1.817)	(2.974)
Câmbios	(2.172)	(4.475)	(6.647)
Em 31 de Dezembro de 2015	<u>15.413</u>	<u>25.743</u>	<u>41.156</u>
Adições da fusão	30.128	797.954	828.082
Adições	8.345	72.434	80.779
Alienações	(3.630)	(129.470)	(133.100)
Abates	(1.865)	(3.882)	(5.747)
Câmbios	(1.382)	(126.389)	(127.771)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>47.009</u>	<u>636.390</u>	<u>683.399</u>
Reintegrações			
Em 1 de janeiro de 2015	12.642	30.244	42.886
Dotação do exercício	1.769	2.293	4.062
Reclassificação em disponíveis para venda	(2.016)	(2.200)	(4.216)
Alienações	(379)	(6.870)	(7.249)
Abates	(825)	(1.589)	(2.414)
Câmbios	(1.157)	(3.268)	(4.425)
Em 31 de Dezembro de 2015	<u>10.034</u>	<u>18.610</u>	<u>28.644</u>
Adições da fusão	10.084	647.914	657.998
Dotação do exercício	5.800	42.457	48.257
Alienações	(3.397)	(79.698)	(83.095)
Abates	(1.660)	(3.316)	(4.976)
Câmbios	(1.648)	(105.857)	(107.505)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>19.213</u>	<u>520.110</u>	<u>539.323</u>
Valor contábilístico líquido			
Em 31 de dezembro de 2016	<u>27.797</u>	<u>116.280</u>	<u>144.076</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>5.379</u>	<u>7.133</u>	<u>12.512</u>

Não houve custos de financiamentos obtidos capitalizados relacionados com a aquisição de imobilizado corpóreo durante o exercício (2015: \$0).

85
82

CITIBANK EUROPE PLC

22. Imobilizado incorpóreo

	Grupo e Sociedade			
	Diferenças de consolidação \$000	Software \$000	Outro imobilizado incorpóreo \$000	Total \$000
Custos				
1 de janeiro de 2015	-	178.428	12.187	190.615
Adições	-	17.091	-	17.091
Aquisições	-	1.488	-	1.488
Alienações	-	(15.777)	-	(15.777)
Câmbios	-	(12.155)	(1.341)	(13.496)
Em 31 de dezembro de 2015	-	169.075	10.846	179.921
Adições da fusão	49.669	651.032	23.507	724.208
Adições	-	104.213	-	104.213
Alienações	-	(103.726)	-	(103.726)
Abates	-	(1.180)	-	(1.180)
Câmbios	(7.442)	(108.332)	(1.075)	(116.849)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>42.227</u>	<u>711.082</u>	<u>33.278</u>	<u>786.587</u>
Amortizações e perdas por imparidade				
1 de janeiro de 2015	-	67.839	744	68.583
Amortizações	-	28.742	1.140	29.882
Imparidade	-	3.885	-	3.885
Alienações	-	(14.603)	-	(14.603)
Câmbios	-	(7.100)	(190)	(7.290)
Em 31 de dezembro de 2015	-	78.763	1.694	80.457
Adições da fusão	28.183	334.103	23.507	385.793
Amortizações	-	113.376	1.132	114.508
Imparidade	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-
Alienações	-	(83.262)	(11)	(83.273)
Abates	-	(640)	-	(640)
Câmbios	(3.718)	(64.374)	(848)	(68.940)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>24.465</u>	<u>377.966</u>	<u>25.474</u>	<u>427.905</u>
Valor contábilístico líquido				
Em 31 de dezembro de 2016	<u>17.762</u>	<u>333.116</u>	<u>7.804</u>	<u>358.682</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>-</u>	<u>90.312</u>	<u>9.152</u>	<u>99.464</u>

Para efeitos de testar as diferenças de consolidação em termos de imparidade, o Grupo determina o valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa com base no valor em uso e uma análise do valor recuperável por parte da administração. O valor recuperável é determinado recorrendo a um modelo baseado no método dos fluxos de caixa descontados. As

86
86.12

CITIBANK EUROPE PLC

projeções de fluxos de caixa baseiam-se em planos de negócio aprovados pela administração e que cobrem um período de cinco anos ou prazos mais longos, se tal for considerado adequado pela administração.

Foram imputadas diferenças de consolidação aos Países Baixos e ao Reino Unido. As projeções de fluxos de caixa relativas aos Países Baixos (negócios de custódia direta e compensação) cobrem um período de dez anos e as projeções relativas ao Reino Unido (negócio de gestão de fundos) cobrem um período de cinco anos de fluxos de caixa descontados da atividade de mercados e títulos com base na avaliação da administração.

Não se verificaram sinais de imparidade decorrentes da análise das diferenças de consolidação para os Países Baixos e o Reino Unido.

23. Ativos por impostos diferidos

Os movimentos na rubrica de impostos diferidos foram os seguintes:

	Grupo e Sociedade				
	Saldo em 1 de janeiro de 2016 \$000	Transferência devido a concentrações de atividades \$000	Reconhecido na Demonstração de Resultados \$000	Reconhecido em outro rendimento integral \$000	Saldo em 31 de dezembro de 2016 \$000
Reintegração acelerada para efeitos fiscais / dedução do Grupo	3.500	254.560	21.900	-	279.960
Títulos disponíveis para venda	(4.833)	700	-	(8.593)	(12.726)
Pensões e outras prestações por reforma	-	38.480	11.500	-	49.980
Provisões para perdas do crédito	1.520	-	-	-	1.520
Prejuízos fiscais reportados	116	-	-	-	116
Outras diferenças temporárias	2.384	16.280	(1.546)	-	17.118
Conversão cambial	-	6.500	-	(52.442)	(45.942)
Total do ativo	2.687	316.520	31.854	(61.035)	290.026

24. Outros ativos

	Grupo	
	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Valores a receber de operações de liquidação regular ainda não liquidadas	1.328.580	-
Linhas de compensação para liquidação	646.827	297.273
Valores a receber de contas de margem	493.637	-
Negociação de crédito em mercado secundário	679.789	-
Outros saldos	321.810	171.880
	3.470.643	469.153

CITIBANK EUROPE PLC

87
ZL 12

	Sociedade	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	\$000	\$000
Valores a receber de operações de liquidação regular ainda não liquidadas	1.328.580	-
Linhas de compensação para liquidação	646.827	297.273
Valores a receber de contas de margem	493.637	-
Negociação de crédito em mercado secundário	679.789	-
Outros saldos	321.810	171.869
	<u>3.470.643</u>	<u>469.142</u>

As linhas de compensação para liquidação decorrem do cronograma de operações de curto prazo entre o ponto de financiamento e o prazo de liquidação no segmento de negócio de serviços transacionais do Grupo. Os outros saldos representam valores a receber e outros ativos financeiros registrados.

Os valores a receber de operações de liquidação regular ainda não liquidadas correspondem a valores a receber de curto prazo relativos a papel comercial europeu ou outras operações com títulos e a liquidação verifica-se entre dois e três dias depois da data da operação.

25. Participações em subsidiárias

	Sociedade	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	\$000	\$000
Início do período	1.378	3.106
Aumento devido à fusão	14.876	-
Reavaliação cambial	-	(161)
Alienação	(1.378)	(1.567)
Fim do período	<u>14.876</u>	<u>1.378</u>

A Sociedade tem participações nas seguintes subsidiárias:

Nome	País de constituição	Natureza da atividade	Termo do exercício	Sede	Percentagem de participação
CitiCapital Leasing (March) Limited	Inglaterra	Locação financeira	31 de março	Reino Unido	100%
CitiCapital Leasing (June) Limited	Inglaterra	Liquidação	30 de junho	Reino Unido	100%

O Citibank Kereskedelmi és Szolgáltató Kft. foi liquidado em 7 de abril de 2016. O CitiCapital Leasing (June) Limited foi liquidado em 4 de janeiro de 2017 (valor de custo: \$ 0,7 milhões).

Na sequência da fusão com o CIL em 1 de janeiro de 2016, as 17 subsidiárias designadas do CIL também se tornaram subsidiárias do Grupo.

88/12
ZC

CITIBANK EUROPE PLC

26. Títulos de dívida em circulação

Historicamente, o Grupo emitiu dívida para efeitos de mitigação de riscos. Estes instrumentos estão cotados na Bolsa de Valores da Irlanda e estão atualmente a chegar ao seu termo. Ainda há uma emissão obrigacionista em circulação, que se vence em 12 de abril de 2017.

O justo valor de títulos de dívida em circulação é mensurado usando fluxos de caixa descontados à LIBOR ou à EURIBOR. Os instrumentos são colocados no Nível 2 ou 3, dependendo da observabilidade dos dados significativos usados no modelo. Em 31 de dezembro de 2016 todos estes instrumentos estavam classificados no Nível 2.

Os ajustamentos de avaliação da dívida própria são reconhecidos nos passivos do Grupo para os quais se escolheu a opção de justo valor usando as margens de crédito do Citi observadas no mercado obrigacionista. O justo valor de passivos para os quais a opção de justo valor é escolhida (que não sejam passivos sem recurso nem passivos semelhantes) é afetado pelo estreitamento ou alargamento das margens de crédito do Citigroup.

	Grupo e Sociedade	
	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Designados ao justo valor através dos resultados (no reconhecimento inicial)	71	-
Total de títulos de dívida	71	-

27. Provisões

As provisões registadas para reestruturação dizem respeito, em grande medida, a indemnizações por despedimento. São devidas indemnizações por despedimento quando o contrato de trabalho é rescindido antes da idade normal de reforma ou quando um empregado aceita uma rescisão por mútuo acordo em troca de uma indemnização.

As provisões para custos de imóveis dizem essencialmente respeito a provisões para contratos onerosos. São registadas provisões para contratos onerosos quando os custos inevitáveis para cumprir a obrigação ao abrigo do contrato excedem os benefícios económicos esperados do mesmo, tendo primeiro em conta a imparidade do imobilizado corpóreos.

São registadas provisões para compromissos e garantias concedidas para o crédito firme, em que o Grupo tem uma obrigação contratual de mutuar fundos a clientes, ou para compromissos contratuais não registados no Balanço.

São reconhecidas provisões quando existe uma obrigação presente em consequência de um acontecimento passado, se for provável que seja necessária uma saída de recursos que se traduza em benefícios económicos para liquidar a obrigação e se se puder proceder a uma estimativa fiável do valor da obrigação. As provisões são mensurados ao valor atual da melhor estimativa da administração para os custos necessários para liquidar a obrigação presente na data do Balanço.

CITIBANK EUROPE PLC

88
81. 2

	Grupo e Sociedade				
	Provisão para reestruturação \$000	Provisão para custos com imóveis \$000	Outras provisões \$000	Compromissos e garantias \$000	Total \$000
31 de dezembro de 2016					
Saldo inicial	3.149	379	1.761	12.924	18.213
Aumento/redução devido à concentração de atividades	238	1.041	14.968	26.047	42.294
Provisões feitas durante o exercício	24.660	980	655	2.984	29.279
Provisões utilizadas durante o exercício	(11.251)	(24)	(2.459)	-	(13.734)
Provisões estornadas durante o exercício	(2.628)	(552)	(10.890)	(8.592)	(22.662)
Ajustamentos cambiais	(112)	(8)	(519)	(24)	(663)
Outros movimentos	1.686	21	337	648	2.692
Saldo final	15.742	1.837	3.853	33.987	55.419
	Grupo e Sociedade				
	Provisão para reestruturação \$000	Provisão para custos com imóveis \$000	Outras provisões \$000	Compromissos e garantias \$000	Total \$000
31 de dezembro de 2015					
Saldo inicial	548	4.290	2.158	15.630	22.625
Provisões feitas durante o exercício	3.138	(1.410)	1.974	1.496	5.198
Provisões utilizadas durante o exercício	(369)	-	(11)	-	(380)
Provisões estornadas durante o exercício	(119)	(2.298)	-	(3.735)	(6.151)
Efeito de movimentos cambiais	(49)	(204)	(139)	(466)	(858)
Outros movimentos	-	-	(2.221)	-	(2.221)
Saldo final	3.149	379	1.761	12.924	18.213

28. Outros passivos

	Grupo e Sociedade	
	dezembro de 2016 \$000	dezembro de 2015 \$000
Outros passivos		
Valores a pagar	3.593.985	1.565.055
Obrigações relacionadas com contas de margem	648.422	-
Vendas a descoberto	204.850	-
Obrigações por reforma (Nota 14)	198.526	-
Outros	551.545	640.529
Total de outros passivos	5.197.328	2.205.584

As contas a pagar dizem essencialmente respeito a obrigações decorrentes do segmento de negócio de serviços transacionais do Grupo. Os outros saldos incluem valores a pagar a outras instituições financeiras, empresas e outras entidades do Grupo,

50
87. 12

CITIBANK EUROPE PLC

essencialmente relacionados com participações de risco pré-pago, rubricas em curso de liquidação e obrigações relacionadas com contas de margem. A liquidação destas contas é de curto prazo por natureza, os saldos podem flutuar dependendo da atividade comercial subjacente.

As obrigações decorrentes de contas de margem refletem a obrigação de o Grupo devolver colateral aos clientes no momento da liquidação por estes de pedidos de margem quando esses pedidos são efetuados.

As vendas a descoberto representam valores a pagar decorrentes de vendas a descoberto, em que são vendidos títulos e instrumentos do mercado monetário que ainda não se têm no momento da operação.

29. Operações descontinuadas e ativos e passivos disponíveis para venda

Em 2015, o Grupo relatou o segmento de crédito ao consumo na República Checa e na sucursal na Hungria como disponível para venda e operações descontinuadas depois de os critérios para tal designação de acordo com a NIRF 5 terem sido preenchidos. Posteriormente, o segmento de crédito ao consumo na República Checa foi vendido em março de 2016 com ganhos no valor de \$16,3 milhões. Em março de 2017, a sucursal na Hungria relatou ganhos no valor de \$20,4 milhões relativos à venda do seu segmento de crédito ao consumo.

Em consonância com a política do Grupo relativa aos ativos não correntes disponíveis para venda e operações descontinuadas, os resultados do crédito ao consumo na República Checa e na Hungria figuram agora como operações descontinuadas nas demonstrações financeiras do Grupo.

O quadro seguinte mostra a Demonstração de Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativos às operações descontinuadas, sendo incluídos dados comparativos para o exercício anterior.

A. Demonstração de Resultados

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	\$000	\$000
Resultados de operações descontinuadas		
Total de proveitos	60.393	122.450
- dos quais: Proveitos de juros	39.211	72.100
- dos quais: Resultados de comissões	13.067	41.567
Total de custos	(52.532)	(131.369)
- dos quais: Custos de juros	(48)	(848)
- dos quais: Custos com o pessoal	(21.784)	(39.620)
Recuperações de crédito líquidas	11.780	10.203
Ganhos da venda da operação descontinuada	19.404	-
Lucros antes de impostos	<u>39.045</u>	<u>1.284</u>
(Custos)/créditos de impostos	(4.847)	(183)
Total de outro rendimento/(custo) integral do exercício	<u>34.198</u>	<u>1.101</u>

O total de proveitos representa a soma dos proveitos de juros, resultados de comissões, proveitos de dividendos, resultados de operações financeiras, resultados de participações e outros proveitos operacionais.

91
R. 2

CITIBANK EUROPE PLC

B. Fluxos de Caixa e Demonstração da Posição Financeira

	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Caixa líquida de atividades operacionais	102.514	50.246
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	102.514	50.246

O quadro seguinte mostra os ativos e passivos em relação aos ativos disponíveis para venda no exercício de 2016.

Demonstração da Posição Financeira	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Ativo		
Crédito sobre clientes	185.505	406.334
Ativos por impostos diferidos	382	2.930
Outros ativos	8.502	15.703
Total do ativo	194.389	424.967
Passivo		
Contas de clientes	621.087	1.239.086
Passivos por impostos diferidos	-	986
Outros passivos	18.244	17.719
Total do passivo	639.331	1.257.791

30. Capital social realizado

	Grupo e Sociedade	
Autorizado	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
5.000.000.000 ações ordinárias de €1 cada	4.691.500	4.691.500
Atribuído, solicitado e integralmente pago		
Saldo inicial: 9.318.254 (2015: 9.318.254) ações ordinárias de €1 cada	10.071	10.071
Emissão de ações ordinárias	461	-
Saldo final 9.741.290 (2015: 9.318.254) ações ordinárias de €1 cada	10.532	10.071
Prêmios de emissão de ações		
Saldo inicial	1.593.607	1.593.607
Da emissão de ações ordinárias	369.140	-
Saldo final	1.962.747	1.593.607

CITIBANK EUROPE PLC

Em 1 de janeiro de 2016, o Grupo, como parte integrante da fusão com o Citibank International Limited, emitiu mais 423.036 ações ordinárias com um valor de €1 cada, a título de parte da contrapartida devida ao Citi Overseas Holdings Bahamas Limited (COHBL), que deu essas ações ao CHIL.

31. Planos de incentivos baseados em ações

Como parte do seu programa de remuneração, o Grupo participa em alguns planos de incentivos baseados em ações do Citigroup. Estes planos envolvem a concessão de opções sobre ações, ações sujeitas a restrições ou diferimento e pagamentos em ações. Estes bônus são usados para atrair, reter e motivar os quadros e os empregados e dar-lhes incentivos para o seu contributo para a performance e crescimento do Grupo no longo prazo, bem como alinhar os seus interesses com os dos acionistas. Os programas de incentivos são geridos pela Comissão de Pessoal e Remunerações do Conselho de Administração do Citigroup Inc., que é composta integralmente por administradores sem o estatuto de assalariados.

No programa de concessão de ações, o Citigroup emite ações ordinárias sob a forma de ações sujeitas a restrições, ações sujeitas a diferimento e pagamentos em ações. Para todos os programas de concessão de ações, durante o período de cristalização aplicável, as ações não são emitidas a favor do empregado (no caso de concessão de ações sujeitas a diferimento) ou não podem ser vendidas nem transmitidas pelos participantes (no caso de ações sujeitas a restrições) até que as condições para cristalização estejam preenchidas. As pessoas que recebem ações sujeitas a diferimento não têm nenhuns dos direitos dos acionistas até que as ações lhes sejam entregues, mas em geral têm o direito de receber pagamentos equivalentes a dividendos durante o período de cristalização. As pessoas que recebem ações sujeitas a restrições têm direitos de voto limitados e o direito a receber dividendos ou pagamentos equivalentes a dividendos durante o período de cristalização. Depois de as ações se cristalizarem, podem ser transmitidas livremente, mas no caso de determinados empregados, podem estar sujeitas a restrições quanto à transmissão devido aos seus termos ou compromissos de manter a sua titularidade.

(a) Programa de concessão de ações

O Grupo participa no Programa de Acumulação de Capital ("PAC") do Citigroup, ao abrigo do qual são concedidas ações ordinárias do Citigroup aos empregados participantes, sob a forma de ações sujeitas a restrições ou diferimento.

Em geral, as ações sujeitas a restrições ou a diferimento concedidas ao abrigo do PAC constituem uma percentagem da remuneração anual a título de incentivo e cristalizam-se ao longo de um período de três ou quatro anos com início no primeiro aniversário da data de concessão ou numa data próxima. Geralmente, é necessário manter o emprego no Citigroup sem interrupções para que as ações concedidas ao abrigo do PAC e de outros programas de concessão de ações se cristalizem.

O programa prevê que os empregados que preencham determinados critérios em termos de idade e anos de serviço (empregados elegíveis para reforma) podem cessar os seus serviços ativos e continuar a beneficiar da cristalização dos seus bônus, desde que cumpram determinadas disposições específicas em termos de não concorrência. Os bônus concedidos a empregados elegíveis para reforma são objeto de acréscimo no ano anterior à data da concessão da mesma maneira que os bônus em dinheiro, de forma que na prática não existem condições para cristalização.

Para todos os programas de concessão de ações, durante o período de cristalização aplicável, as ações concedidas não podem ser vendidas nem transmitidas pelo empregado e o bônus fica sujeito a cancelamento se o contrato de trabalho do participante cessar. Depois de o bônus se cristalizar, as ações são livremente transmissíveis (sujeito ao compromisso de manter a sua titularidade, por parte dos quadros superiores). A partir da data da concessão, os empregados que recebam ações sujeitas a restrições podem determinar o sentido de voto das ações e receber dividendos regulares, na medida em que sejam pagos dividendos sobre as ações ordinárias do Citigroup. Os empregados que recebam ações sujeitas a diferimento recebem pagamentos equivalentes a dividendos, na medida em que sejam pagos dividendos sobre as ações ordinárias do Citigroup, mas não podem votar.

CITIBANK EUROPE PLC

As informações relativas aos bônus de ações concedidos no exercício são as seguintes:

	2016	2015
Ações concedidas	258.105	72.061
Justo valor de mercado médio ponderado por ação	\$37,35	\$50,51
	\$000	\$000
Custos de compensação debitados em proveitos	14.584	3.904
Ajustamentos de justo valor registados no capital	(135)	(357)
Total do valor contabilístico de passivos por operações liquidadas em capital	22.051	7.871

	2016 \$ milhões	2015 \$ milhões
<u>Concessão de ações</u>		
Concedidas em 2016	9,7	-
Concedidas em 2015	1,9	3,0
Concedidas em 2014	0,7	0,4
Concedidas em 2013	0,2	0,3
Concedidas em 2012	0,0	0,1
Concedidas em 2011	0,0	0,3
Concedidas em 2010 e anos anteriores	0,0	-
<u>Acréscimos de caixa</u>	2,0	0,2
<u>Total de custos</u>	<u>14,5</u>	<u>3,9</u>

(a) Programa de opções sobre ações

Historicamente, o Grupo ofereceu vários programas de opções sobre ações do Citigroup aos seus empregados. Só foram concedidas opções sobre ações a participantes no PAC que tenham optado por receber opções sobre ações em vez de ações sujeitas a restrições ou diferimento. Todas as opções sobre ações são concedidas sobre ações ordinárias do Citigroup com preços de exercício iguais ao justo valor de mercado na data da concessão.

Desde 2009, o Grupo fez concessões discricionárias de opções a empregados elegíveis de acordo com o Programa de Concessão de Opções a Empregados do Citigroup (PCOEC) de base alargada, ao abrigo do Plano de Incentivos em Ações do Citigroup. Ao abrigo do PCOEC, as opções em geral cristalizam-se durante um prazo de três anos e têm prazos de 6 anos a contar da data da sua concessão. As ações adquiridas na sequência do exercício das opções não estão sujeitas a restrições de venda.

54
21

CITIBANK EUROPE PLC

Os movimentos nas opções sobre ações em 2016 e 2015 relativos ao programa de opções sobre ações do Citigroup foram os seguintes:

	2016		2015	
	Opções	Preço de exercício médio ponderado \$	Opções	Preço de exercício médio ponderado \$
Em curso, início do exercício	-	-	277.517	40,80
Exercidas	-	-	(244.764)	40,80
Transferências	-	-	(3.238)	40,80
Expiradas	-	-	(29.515)	40,80
Em curso, fim do exercício	-	-	-	-
Exercitáveis, fim do exercício	-	-	-	-

O Grupo não reportou nenhuma opções para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Premissas quanto ao justo valor

As operações de recarga foram tratadas como bônus separados dos bônus originais relacionados. A consequência deste programa é que os empregados geralmente exercem as opções logo que podem e, por conseguinte, as mesmas têm vidas esperadas mais curtas. As vidas mais curtas têm como resultado avaliações menores usando um modelo binomial de opções. No entanto, estes valores são levados a custos mais depressa devido ao período de cristalização mais curto das opções de recarga. Além disso, dado que as opções de recarga são tratadas como bônus separados, a existência da característica de recarga leva a que um maior número de opções seja avaliado.

As ações recebidas através do exercício de opções ao abrigo do programa de recarga, assim como determinadas outras opções concedidas, estão sujeitas a restrições à venda. Foram aplicados descontos ao justo valor de opções concedidas para refletir estas restrições à venda.

Apresentamos seguidamente mais informações sobre a avaliação e as premissas do plano de opções do Citigroup. O Citigroup usou um modelo binominal para avaliar as suas opções sobre ações. A volatilidade foi estimada com base na volatilidade histórica das opções do Citigroup transacionadas, ajustada no caso de fatores conhecidos que podem afetar a volatilidade futura.

	2016	2015
Justo valor médio ponderado no fecho do exercício das opções concedidas durante o exercício	N/A	N/A
Vida média esperada ponderada		
Vida da opção	Todas expiradas	Todas expiradas
Premissas de avaliação		
Volatilidade esperada	N/A	N/A
Taxa de Juro sem risco	N/A	N/A
Rendibilidade esperada de dividendos	N/A	N/A
Cancelamentos anuais esperados	N/A	N/A

CITIBANK EUROPE PLC

32. Contas extrapatrimoniais

Os quadros que se seguem apresentam os valores nominais do capital e os valores ponderados pelo risco das contas extrapatrimoniais. Os valores nominais do capital indicam o volume de operações em curso à data da Demonstração da Posição Financeira e não representam os valores em risco.

	Valor contratual 31 de dezembro de 2016 \$000	Valor contratual 31 de dezembro de 2015 \$000
Linhas de crédito não sacadas	19.109.697	4.174.011
Outros compromissos:		
- inferiores a 1 ano	13.209.722	11.740.635
- iguais ou superiores a 1 ano	3.805.188	3.808.176
Total	36.124.607	19.722.822

Os outros compromissos dizem essencialmente respeito ao segmento de negociação na Irlanda. Para os seus compromissos, o Grupo tinha um provisão para imparidade coletiva no valor de USD33,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 (2015: \$12,9 milhões).

33. Fusão

Conforme referido no Relatório dos Administradores, em 1 de janeiro de 2016 o Grupo fundiu-se com o CIL.

Na data da fusão, o justo valor do CIL ascendia a \$3,75 mil milhões. A contrapartida paga pelo CEP compunha-se de dinheiro no valor de \$3,4 mil milhões e 423.036 ações de €1 cada emitidas, cujo prémio de emissão ascendeu a \$369 milhões. Depois de tomar em consideração o ajustamento acumulado de conversão do CIL e as reservas de justo valor do CIL transferidas no momento da aquisição, foi registada uma entrada de capital no valor de \$57,6 milhões na reserva de fusão.

O quadro seguinte detalha as principais rubricas do Balanço do CIL, do CEP e da entidade que resultou da fusão em base *pro forma* à data de 31 de dezembro de 2015.

Balanço	CIL 31-dec- 2015 ^{1,2} \$ milhões	CEP 31- dec-2015 \$ milhões	CEP+CIL Pro- Forma 31-dec- 2015 ¹ \$ milhões	CEP 31- dec- 2016 \$ milhões
TOTAL DO ATIVO	31.533	26.625	58.158	49.282
do qual:				
Caixa e equivalentes de caixa	7.179	4.812	11.991	16.435
Crédito sobre bancos	10.260	9.227	19.487	7.487
Crédito sobre clientes	5.788	8.262	14.050	14.589
Títulos da carteira de negociação e de	4.446	3.308	7.754	4.159
Outros ativos	3.860	1.016	4.876	6.612
TOTAL DO PASSIVO	27.622	18.475	46.097	39.881
do qual:				
Depósitos de bancos	7.242	6.960	14.202	7.695
Contas de clientes	15.347	7.912	23.259	24.066
Outros passivos	5.033	3.603	8.636	8.120
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA	3.908	8.150	12.057	9.401

¹ Os números não estão auditados.

² A Demonstração da Posição Financeira do CIL foi convertida de GBP para USD usando a taxa no fecho do exercício.

36
Dr. R

CITIBANK EUROPE PLC

O quadro seguinte detalha as principais rubricas da Demonstração de Resultados do CIL, do CEP e da entidade que resultou da fusão em base *pro forma* à data de 31 de dezembro de 2015.

Demonstração de Resultados	CIL 31-dec-2015 ^{1,3} \$ milhões	CEP 31-dec-2015 \$ milhões	CEP+CIL Pro-Forma 31-dec-2015 ¹ \$ milhões	CEP 31-dec-2016 \$ milhões
PROVEITOS OPERACIONAIS	736	1.315	2.051	2.169
dos quais:				
Margem financeira	113	226	339	358
Resultados de comissões	406	842	1.248	1.165
Proveitos de operações financeiras e de investimento	65	122	187	311
Outros proveitos operacionais	218	119	337	302
TOTAL DE CUSTOS	(642)	(575)	(1.217)	(1.222)
dos quais:				
Custos com o pessoal	(303)	(230)	(533)	(615)
Outros custos	(339)	(345)	(684)	(607)
RECUPERAÇÕES/(PERDAS) LÍQUIDAS DO CRÉDITO	(9)	(19)	(28)	6

¹ Os números não estão auditados.

³ A Demonstração de Resultados do CIL foi convertida de GBP para USD usando a taxa no fecho do mês respetivo.

34. Envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas

Natureza, fim e extensão dos interesses do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas

O Grupo envolve-se em diversas atividades comerciais com entidades estruturadas que são concebidas para alcançar um determinado fim comercial específico. Uma entidade estruturada é uma entidade criada de forma que os direitos de voto ou direitos semelhantes não sejam fatores determinantes para decidir quem controla a entidade. Um exemplo desta situação é quando os direitos de voto dizem exclusivamente respeito a tarefas administrativas e as atividades relevantes são desenvolvidas ao abrigo de acordos contratuais.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indica que estas últimas são controladas pelo Grupo. As entidades cobertas por esta divulgação não são consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão dos interesses do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas varia em função do tipo de entidade estruturada.

Financiamento baseado em ativos

O Grupo concede empréstimos e outras formas de financiamento a entidades estruturadas que detêm ativos. Estes empréstimos estão sujeitos à mesma aprovação de crédito que todos os outros empréstimos originados ou comprados pelo Grupo.

O Grupo não tem o poder de dirigir as atividades com maior impacto na performance económica dessas entidades estruturadas e, por conseguinte, não as consolida. Estes veículos são normalmente financiados através de sindicatos de mutuários.

ST
Z. R.

CITIBANK EUROPE PLC

O quadro seguinte contém uma análise do valor contabilístico dos interesses detidos pelo Grupo em entidades estruturadas não consolidadas e a exposição máxima a perdas. Todas as exposições estão incluídas no crédito sobre clientes e estão financiadas.

	31 de dezembro de 2016 \$000	31 de dezembro de 2015 \$000
Valor contabilístico		
Financiamento baseado em ativos	-	826.334
Total	-	826.334

A exposição que figura supra é composta por 32 entidades (2015: 22) com um ativo total de entidades de finalidade especial no valor de \$3.980 milhões (2015: \$1.720 milhões) e compromissos suplementares no valor de \$3 milhões (2015: \$10 milhões).

Durante o exercício, o Grupo não deu apoio financeiro a entidades estruturadas não consolidadas.

A exposição máxima financiada representa o valor de balanço do investimento do Grupo nas entidades estruturadas. Reflete a quantia inicial investida nas entidades estruturadas ajustada em função de acréscimos de juros e reembolsos de capital recebidos. O valor contabilístico também pode ser ajustado em função de aumentos ou reduções no justo valor ou imparidades no valor reconhecidos na Demonstração de Resultados. A exposição máxima de posições não financiadas representa o montante remanescente não sacado dos compromissos, incluindo facilidades de liquidez e crédito concedidas pelo Grupo.

35. Compromissos relativos a locações operacionais

	Grupo e Sociedade	
	dezembro de 2016 \$000	dezembro de 2015 \$000
Vencimento:		
- até 1 ano	7.826	7.466
- entre 1 e 5 anos	12.831	18.488
- 5 ou mais anos	994	2.528
	<u>21.651</u>	<u>28.482</u>

36. Operações com partes relacionadas

O Grupo é uma subsidiária integralmente detida pelo Citibank Holdings Ireland Limited, uma sociedade constituída na Irlanda. O maior grupo em que os resultados do Grupo são consolidados é encabeçado pelo Citigroup Inc., uma sociedade constituída nos Estados Unidos. O Grupo define as partes relacionadas como sendo os membros do Conselho de Administração, a alta direção, os seus familiares próximos, as casas-mãe, as sociedades subsidiárias e as sociedades associadas. O Grupo considera que o seu principal órgão de administração é o Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2016, não havia exposição a Administradores pendente, incluindo empréstimos (2015: \$0).

São celebradas algumas operações em termos de mercado com outras sociedades do Citigroup. Estas operações incluem empréstimos e depósitos que proporcionam fundos a outras sociedades do Citigroup, bem como contratos de instrumentos derivados usados para cobrir riscos residuais incluídos nos saldos de outros ativos e de outros passivos. São prestados vários serviços entre partes relacionadas, sendo estes também prestados em termos de mercado.

28
31. 08

CITIBANK EUROPE PLC

O quadro seguinte resume os saldos com partes relacionadas.

	Grupo		
	31 de dezembro de 2016		
	Entidades da casa-mãe \$000	Outras entidades do Citigroup \$000	Total \$000
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.029.372	4.029.372
Crédito sobre bancos	-	5.161.227	5.161.227
Crédito sobre clientes	-	13.238	13.238
Aiantamentos e acréscimos de proveitos	-	-	-
Outros ativos	-	1.288.752	1.288.752
Instrumentos derivados	-	1.116.719	1.116.719
Passivo			
Depósitos de bancos	-	6.089.302	6.089.302
Contas de clientes	-	557.644	557.644
Acrescimos e diferimentos de proveitos	-	-	-
Provisões	-	18.275	18.275
Outros passivos	-	190.763	190.763
Instrumentos derivados	-	1.116.719	1.116.719
Compromissos e garantias	-	953.617	953.617
Demonstração de Resultados			
Proveitos de juros e proveitos equiparados	-	35.569	35.569
Juros a pagar	-	(12.169)	(12.169)
Resultados de comissões	-	330.314	330.314
Outros proveitos operacionais	-	273.010	273.010
Resultados de operações financeiras	-	(213.921)	(213.921)
Outros custos	-	(174.548)	(174.548)

Durante o exercício, não se verificaram operações com a casa-mãe nem com subsidiárias.

99
31. 2

CITIBANK EUROPE PLC

31 de dezembro de 2015			
	Entidades da casa-mãe \$000	Outras entidades do Citigroup \$000	Total \$000
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.804.449	1.804.449
Crédito sobre bancos	-	7.142.351	7.142.351
Adiantamentos e acréscimos de proveitos	-	735	735
Outros ativos	-	131.927	131.927
Instrumentos derivados	-	82.542	82.542
Passivo			
Depósitos de bancos	-	5.848.487	5.848.487
Contas de clientes	-	26.470	26.470
Acréscimos e diferimentos de proveitos	-	8.519	8.519
Outros passivos	-	58.599	58.599
Instrumentos derivados	-	77.394	77.394
Outros, perdas de reavaliação câmbios à vista	-	-	-
Outros	-	(356)	(356)
Compromissos e garantias	-	1.279.714	1.279.714
Demonstração de Resultados			
Proveitos de juros e proveitos equiparados	-	17.097	17.097
Juros a pagar	-	(15.224)	(15.224)
Resultados de comissões	-	308.148	308.148
Outros proveitos operacionais	-	(12.434)	(12.434)
Resultados de operações financeiras	-	126.509	126.509
Outros custos	-	(183.674)	(183.674)

As operações relevantes dentro do Grupo dizem respeito à fusão do CEP e do CIL, ambas entidades sob controle comum do Citi Overseas Holdings Bahamas Limited. A fusão envolveu a emissão de 423.036 ações e dinheiro no valor de \$3,3 mil milhões a título de contrapartida.

100
R. A

CITIBANK EUROPE PLC

	Sociedade		
	31 de dezembro de 2016		
	Entidades da casa-mãe \$000	Outras entidades do Citigroup \$000	Total \$000
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.017.617	4.017.617
Crédito sobre bancos	-	5.161.227	5.161.227
Crédito sobre clientes	-	13.238	13.238
Adiantamentos e acréscimos de proveitos	-	-	-
Outros ativos	-	1.288.752	1.288.752
Instrumentos derivados	-	1.116.719	1.116.719
Passivo			
Depósitos de bancos	-	6.089.302	6.089.302
Contas de clientes	-	557.644	557.644
Acréscimos e diferimentos de proveitos	-	-	-
Provisões	-	18.275	18.275
Outros passivos	-	190.763	190.763
Instrumentos derivados	-	1.116.719	1.116.719
Compromissos e garantias	-	953.617	953.617
Demonstração de Resultados			
Proveitos de juros e proveitos equiparados	-	35.569	35.569
Juros a pagar	-	(12.169)	(12.169)
Resultados de comissões	-	330.314	330.314
Outros proveitos operacionais	-	273.010	273.010
Resultados de operações financeiras	-	(213.921)	(213.921)
Outros custos	-	(174.548)	(174.548)

CITIBANK EUROPE PLC

	Sociedade		
	31 de dezembro de 2015		
	Entidades da casa-mãe \$000	Outras entidades do Citigroup \$000	Total \$000
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.804.449	1.804.449
Crédito sobre bancos	-	7.142.351	7.142.351
Adiantamentos e acréscimos de proveitos	-	735	735
Outros ativos	-	131.927	131.927
Instrumentos derivados	-	82.542	82.542
Passivo			
Depósitos de bancos	-	5.848.487	5.848.487
Contas de clientes	-	26.470	26.470
Acréscimos e diferimentos de proveitos	-	8.519	8.519
Outros passivos	-	58.599	58.599
Instrumentos derivados	-	77.394	77.394
Outros, perdas de reavaliação câmbios à vista	-	-	-
Outros	-	(356)	(356)
Compromissos e garantias	-	1.279.714	1.279.714
Demonstração de Resultados			
Proveitos de juros e proveitos equiparados	-	17.097	17.097
Juros a pagar	-	(15.224)	(15.224)
Resultados de comissões	-	308.148	308.148
Outros proveitos operacionais	-	(12.434)	(12.434)
Resultados de operações financeiras	-	126.509	126.509
Outros custos	-	(183.674)	(183.674)

37. Reservas

Reserva de conversão

A reserva de conversão representa os ganhos e perdas acumulados decorrentes da conversão dos investimentos líquidos do Grupo em operações no estrangeiro, excluindo a eventual ineficácia de instrumentos derivados de cobertura de investimentos. Os ganhos e perdas acumulados nesta reserva são levados à Demonstração de Resultados quando o Grupo perde o controle, o controle comum ou a influência significativa sobre a operação no estrangeiro ou no momento de alienação total ou parcial da operação.

Reserva de justo valor

A reserva de justo valor representa os ganhos ou perdas líquidos não realizados, líquidos de impostos, decorrentes do reconhecimento na Demonstração da Posição Financeira de investimentos financeiros ao justo valor disponíveis para venda.

Reserva de fundos próprios

A reserva de capital representa quantias levadas a custos na Demonstração de Resultados relativamente a pagamentos baseados em ações, líquidos de transferências para resultados transitados no exercício, bônus em ações caducados ou cancelados.

CITIBANK EUROPE PLC

Reserva de capital

A reserva de capital representa entradas de capital recebidas das casas-mãe.

Reserva de fusão

A reserva de fusão representa a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico e saldos de reservas transferidos decorrentes da fusão com o CIL.

38. Análise por segmento

Os principais decisores a nível operacional do Grupo (que correspondem ao Conselho de Administração) definiram os dois principais segmentos operacionais do Grupo como sendo o Citicorp e o Citi Holdings. O Grupo desenvolve a sua atividade no Irlanda, no Unido e na Europa Ocidental. O quadro seguinte contém a decomposição dos dois principais segmentos operacionais do Grupo em função destas regiões geográficas.

A administração do Grupo analisa a performance do Grupo com base nos mesmos segmentos operacionais que o Citigroup Inc.

O Citicorp é composto pelo Grupo de Clientes Institucionais ("GCI") do Citi. Abrange a Banca de Empresas e de Investimento, os Serviços de Mercados e Títulos, a Tesouraria e Soluções de Comércio e o Citi Private Bank.

O Citi Holdings presta uma gama alargada de serviços de banca de retalho, cartões, crédito, seguros e investimento através de uma rede de agências locais, escritórios e canais eletrónicos. O Citi Holdings serve tanto clientes particulares, como pequenas empresas. Após o termo do exercício de 2016, este segmento irá deixar de ser relatado separadamente e será incorporado no Citicorp.

As operações entre segmentos são realizadas em termos de mercado.

Os proveitos brutos incluem proveitos de juros e dividendos, resultados de comissões, resultados de rubricas ao justo valor através de resultados, resultados de investimentos e outros proveitos operacionais.

	31 de dezembro de 2016									
	Citicorp				Citi Holdings		Total			
	Irlanda	Reino Unido	Europa continental	Total	Europa continental	Total	Irlanda	Reino Unido	Europa continental	Total
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Proveitos brutos	970.796	380.154	817.849	2.168.799	39.044	39.044	970.796	380.154	856.893	2.207.843
Proveitos de juros	210.791	111.899	89.319	412.009	39.211	39.211	210.791	111.899	128.530	451.220
Custos de juros	(6.043)	(26.910)	(20.907)	(53.860)	(48)	(48)	(6.043)	(26.910)	(20.955)	(53.908)
Resultados antes de impostos	543.189	168.049	240.686	951.924	39.045	39.045	543.189	168.049	279.731	990.969
(Custos)/créditos de impostos	(78.519)	51.245	(96.311)	(123.585)	(4.847)	(4.847)	(78.519)	51.245	(101.158)	(128.432)
Resultados do exercício	464.670	219.294	144.375	828.339	34.198	34.198	464.670	219.294	178.573	862.537
Total do ativo	15.056.136	13.455.792	20.575.666	49.087.594	194.389	194.389	15.056.136	13.455.792	20.770.055	49.281.983
Total do passivo	10.148.631	9.199.969	19.892.830	39.241.430	639.331	639.331	10.148.631	9.199.969	20.532.161	39.880.761

Não foram relatados nenhuns proveitos, custos, ativos ou passivos dentro do Citi Holdings para a Irlanda e o Reino Unido.

CITIBANK EUROPE PLC

103
B.

	31 de dezembro de 2015									
	Citicorp				Citi Holdings			Total		
	Irlanda	Reino Unido	Europa continental	Total	Europa continental	Total	Irlanda	Reino Unido	Europa continental	Total
		\$000	\$000		\$000			\$000	\$000	
Proveitos brutos	1.043.692	-	268.740	1.312.432	122.450	122.450	1.043.692	-	391.190	1.434.882
Proveitos de juros	317.897	-	94.112	412.009	72.100	72.100	317.897	-	166.212	484.109
Custos de juros	(28.188)	-	(25.672)	(53.860)	(41.567)	(41.567)	(28.188)	-	(67.239)	(95.427)
Resultados antes de impostos	607.699	-	114.010	721.709	1.284	1.284	607.699	-	115.294	722.993
(Custos)/créditos de imposto	(77.760)	-	(21.459)	(99.219)	(183)	(183)	(77.760)	-	(21.642)	(99.402)
Resultados do exercício	529.939	-	92.551	529.939	1.101	1.101	529.939	-	93.652	623.591
Total do ativo	16.928.251	-	9.271.652	26.201.270	424.967	424.967	16.928.251	-	9.696.619	26.624.870
Total do passivo	8.683.968	-	8.533.486	39.241.430	1.257.791	1.257.791	8.683.968	-	9.791.277	18.475.245

39. Casas-mãe

O Grupo é uma subsidiária do Citibank Holding Ireland Limited (CHIL), uma sociedade constituída na Irlanda.

O maior grupo em que os resultados do Grupo são consolidados é o Citigroup Inc. As demonstrações financeiras consolidadas auditadas do Citigroup Inc. são disponibilizadas ao público anualmente de acordo com os regulamentos da *Securities and Exchange Commission* e podem ser obtidas em www.citigroup.com/citi/corporategovernance/ar.htm.

O grupo mais pequeno em que os resultados do Grupo são consolidados é o CHIL. Cópias das contas do Grupo são disponibilizadas ao público e podem ser obtidas nos seus escritórios em 1 North Wall Quay, IFSC, Dublin 1.

40. Eventos subsequentes

O negócio de crédito a particulares do Grupo na Hungria foi vendido no primeiro trimestre de 2017 como parte integrante da estratégia do Citigroup de sair deste segmento de negócio em 11 mercados. Os ganhos realizados com a venda ascenderam a \$20,4 milhões. O Grupo também vendeu o seu segmento de negócio de cartões pré-pagos, um segmento de negócio da Tesouraria e Soluções de Comércio. Os ganhos realizados com a venda ascenderam a \$2,3 milhões. A subsidiária do Grupo baseada no Reino Unido CitiCapital Leasing (June) Limited foi liquidada no primeiro trimestre de 2017.

Em 1 de janeiro de 2017, o Grupo passou a estar sob supervisão direta do BCE através do Mecanismo Único de Supervisão (MUS).

Em consequência de acontecimentos que se verificaram depois do fim do exercício, no primeiro trimestre de 2017, o Grupo registou custos relativos a dotações para provisões para riscos de crédito a respeito de devedores inicialmente provisionados nas demonstrações financeiras de 2016. O aumento das provisões ascendeu a \$25 milhões.

41. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Grupo foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2017.

A auditoria: Eric F. J. de B. G. S. Amato

5/04/20
Jr.

CITIBANK EUROPE PLC

(Registered Number: 132781)

**ANNUAL REPORT AND CONSOLIDATED FINANCIAL
STATEMENTS**

for the year ended 31 December 2016

105
126
30

Table of Contents

DIRECTORS' REPORT	4
INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE MEMBERS OF CITIBANK EUROPE PLC	9
CONSOLIDATED INCOME STATEMENT	11
CONSOLIDATED STATEMENT OF OTHER COMPREHENSIVE INCOME	12
CONSOLIDATED STATEMENT OF FINANCIAL POSITION	13
CONSOLIDATED STATEMENT OF CHANGES IN EQUITY	14
CONSOLIDATED STATEMENT OF CASH FLOWS	15
COMPANY INCOME STATEMENT	16
COMPANY STATEMENT OF OTHER COMPREHENSIVE INCOME	17
COMPANY STATEMENT OF FINANCIAL POSITION	18
COMPANY STATEMENT OF CHANGES IN EQUITY	19
COMPANY STATEMENT OF CASH FLOWS	20
NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS	21
1. Principal accounting policies	21
2. Use of assumptions and estimates	36
3. Net interest income	38
4. Net fee and commission income	39
5. Net trading income	39
6. Net investment income	40
7. Net income on other financial instruments designated at fair value through profit and loss	40
8. Other operating income	40
9. Auditor's remuneration	40
10. Personnel expenses	41
11. Directors' emoluments	41
12. Other expenses	41
13. Tax on profit on ordinary activities	42
14. Retirement benefit obligation	44
15. Cash and cash equivalents	48
16. Trading assets	48
17. Risk management	49
18. Financial assets and liabilities	73
19. Derivative financial instruments	85
20. Investment securities	86
21. Property and equipment	87
22. Intangible assets	88
23. Deferred tax assets	89
24. Other assets	89
25. Shares in subsidiaries	90
26. Debt securities in issue	91
27. Provisions	91
28. Other liabilities	93
29. Discontinued operations and asset and liabilities held for sale	93
30. Called up share capital	95
31. Share-based incentive plans	95
32. Contingent liabilities and commitments	98
33. Merger	98
34. Involvement with unconsolidated structured entities	100
35. Operating lease commitments	100
36. Related party transactions	101
37. Reserves	105
38. Segmental analysis	106
39. Parent companies	107
40. Subsequent Events	107
41. Approval of financial statements	107

106 
87.

BOARD OF DIRECTORS AND OTHER INFORMATION

DIRECTORS

Susan Dean – Chairperson (appointed Non-Executive 22nd March 2016 and as Chairperson 15th September 2016)
Francesco Vanni d'Archirafi – Chairperson (resigned as Chairperson 15th September 2016 and as Non-Executive 31st December 2016)
Zdenek Turek – Chief Executive Officer
Aidan Brady – Chief Executive Officer (resigned 31st January 2016)
Breffni Byrne – Independent Non-Executive
Jim Farrell – Independent Non-Executive
Bo J. Hammerich – Non-Executive
Deepak Jain – Non-Executive
Mary Lambkin – Independent Non-Executive
Marc Luet – Non-Executive (resigned 31st December 2016)
Rajesh Mehta – Non-Executive (resigned 31st December 2016)
Barry O'Leary -Independent Non-Executive (appointed 17th June 2016)
Ebru Pakcan – (appointed 1st February 2017)
Cecilia Ronan – Executive
Patrick Scally – Non-Executive (resigned 31st December 2016)
Christopher Teano – Non-Executive (resigned 31st December 2016)
Tony Woods – Executive (resigned 31st December 2016)

COMPANY SECRETARY

Deirdre Pepper (resigned 10th February 2017)
Nigel Kemp (appointed 10th February 2017)

REGISTERED OFFICE

1 North Wall Quay, Dublin 1

SOLICITORS

Arthur Cox Solicitors
Earlsfort Centre, Earlsfort Terrace, Dublin 2

A&L Goodbody
International Financial Services Centre, North Wall Quay, Dublin 1

Matheson
70 Sir John Rogersons Quay, Dublin 2

AUDITOR

KPMG
Chartered Accountants
1 Harbourmaster Place, IFSC, Dublin 1

BANKERS

Citibank NA, London Branch
Citigroup Centre, Canada Square,
Canary Wharf, London, E14 5LB

CITIBANK EUROPE PLC

DIRECTORS' REPORT

For the year ended 31 December 2016

The Directors present their report and the annual consolidated financial statements of Citibank Europe plc ("the Company" or "CEP") and its subsidiaries (the "Group") for the year ended 31 December 2016, which have been prepared in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRS), as adopted by the European Union.

Principal Activities

On 1 January 2016, the Group merged with Citibank International Limited ("CIL"), a Citi affiliate headquartered in the United Kingdom. The Group is headquartered in Dublin and for the year under review had branches across 20 European countries (see Cross-Border information below), including two subsidiaries in the United Kingdom. Its ultimate parent is Citigroup Inc. (hereafter referred to as either "Citigroup" or "Citi").

The Group, which holds a banking licence from the Central Bank of Ireland under Section 9 of the Central Bank Act 1971, provides financial services to clients and other Citigroup businesses on a worldwide basis. From 1 January 2017 the Group has been directly regulated by European Central Bank ("ECB") through the Single Supervisory Mechanism (SSM) "The Regulator". The role of the Regulator is to grant or withdraw licences, conduct supervisory reviews, ensure compliance with EU prudential rules, establish capital requirements in order to counter any financial risks and assess banks acquisition and disposal of qualifying holdings.

The Group is passported under the EU Banking Consolidation Directive and accordingly is permitted to conduct a broad range of banking and financial services activities across the European Economic Area (EEA) through its branches and on a cross-border basis.

The core activities of the Group comprise the Institutional Clients Group (ICG). The principal ICG businesses are Treasury and Trade Services ("TTS"), Markets and Securities Services and Banking, servicing a wide range of target market clients including governments, public sector clients, multinational corporations, large local corporates, financial institutions, and fund managers.

As part of the Citi-Holdings ongoing divestiture of non-core businesses, the Consumer business in the Czech Republic was sold in Q1 2016. These businesses are classified separately as discontinued operations. The sale of the Hungarian Consumer business was completed in February 2017, for further details please refer to Note 40.

Cross-Border Merger of the Group

On 1 January 2016, the Group underwent a cross-border merger with CIL.

The merger was undertaken as part of Citigroup's pursuit of legal entity simplification and efficiency and is aligned to Citigroup's strategic objectives of embodying a simpler, smaller, safer and stronger institution.

Prior to the merger, the Group had branches in: Bulgaria, the Czech Republic, Hungary, Poland, Romania and Slovakia. The merger resulted in the addition of fourteen branches (Austria, Belgium, Denmark, Finland, France, Greece, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Portugal, Spain, Sweden and the United Kingdom) in other European financial centres, including two Citi service centres ("CSC") in Hungary and Poland, which provide operational support to both the Group and other Citigroup entities and two subsidiaries.

Under the terms of the merger, cash consideration of \$3.4 billion was paid by the Group to CIL's parent, Citi Overseas Holdings Bahamas Limited ("COHBL") along with 423,036 newly issued shares in CEP, each with a nominal value of EUR 1. The share premium associated with this transaction was \$369 million. The issued shares were subsequently transferred via a contribution agreement from COHBL to the Group's parent, Citibank Holdings Ireland Limited ("CHIL"), thus maintaining CHIL's full ownership of the Group.

108
 31. 02

CITIBANK EUROPE PLC

DIRECTORS' REPORT

For the year ended 31 December 2016

Cross-Border Merger of the Group (continued)

In line with the Group's accounting policies, the merger between CEP and CIL was recorded at book value. Further details of the value of acquired assets and liabilities are disclosed in Note 33.

Comparatives, where provided have not been restated nor prepared on a pro forma basis unless otherwise indicated. Proforma information is in Note 33 "Merger" to indicate the effect the merger had on the Group.

Business Review, Results and Future Development

The Group reported profit after tax of \$863 million for the year to 31st December 2016 (2015: \$624 million). The increase in profitability is due to a combination of the impact of the merger with CIL as well as the strong performance across the Group's major business lines and principal geographies. This increase in profitability was despite the continued challenging business environment. The ongoing macroeconomic and geopolitical uncertainty which persisted throughout the year impacted corporate confidence and interest rates in the markets where the Group does business continued to remain at very low levels.

The principal sources of revenue, Net Fee and Commission Income and Net Interest Income increased relative to the previous year due to increased client activity in certain sectors and as a result of the merger with CIL. Overall operating income was \$2,169 million for the year to 31st December 2016 (2015: \$1,315 million).

Operating expenses (excluding Net Impairments on Loans and Advances) increased during the year principally due to larger Personnel Expenses arising from the merger with CIL. Overall operating expenses (excluding Net Impairments on Loans and Advances) were \$1,222 million for the year to December 2016 (2015: \$575 million).

The Group recorded a net impairment recovery of \$6 million for the year to December 2016 (2015: Impairment Loss of \$19 million).

The Group's total assets increased year on year to \$49.3 billion (2015: \$26.6 billion). Increases were noted across all of the Group's major asset classes, in particular cash on deposit and loans and advances, and these were due principally to the merger with CIL. Deposits increased substantially over the year also, for the same reason. For further comparative analysis please refer to Note 33 "Merger".

The Directors continue to monitor business and economic conditions, as well as the financial impact they may have on the Group including the possible impact of Brexit.

The long-term credit rating for the Group remains at A+ (Standard & Poor's and Fitch) and A1 (Moody's), post-merger.

Key performance indicators

The Group's consolidated key financial indicators during the year were as follows:

	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015* \$ 000	Variance
Profit before Income Tax	953,079	720,424	32%
Profit after Income Tax	862,537	623,591	38%
Operating Efficiency	55%	43%	12%
Shareholders' Funds	9,401,222	8,149,625	15%
Return on Capital Employed	10%	9%	1%
Leverage Ratio	11%	18%	(7)%

* The 2015 figures are not comparable as they do not represent the effect of the merger.

109
126
32.

CITIBANK EUROPE PLC

DIRECTORS' REPORT

For the year ended 31 December 2016

Capital management

The Group has regulatory capital resources of US\$7.5 billion (US\$8 billion as at 31 December 2015) which are entirely made up of Tier One equity. The capital ratio at 31 December 2016 was 17.5% (34.7% as at 31 December 2015) which exceeds the minimum requirement. Further information on the Group's capital requirements and risk management is available in the Pillar 3 disclosure document (<http://citigroup.com/citi/investor/reg.htm>) for further details please refer to Note 17.

Dividend

The Directors approved the payment of a final dividend of \$1.075 billion (2015: \$nil) on 10th February 2017.

Corporate Governance

Internal Accounting and Financial Controls

Within the Group, the accounting process comprises the Board, the Audit Committee and the Finance Function. The Directors are responsible for preparing the Directors' report and Citibank Europe plc Group and Company financial statements in accordance with applicable law. The Board has established an audit Committee that operates within specific terms of reference approved by the Board. The Group Finance function is responsible for preparing the consolidated financial statements in accordance with IFRS as adopted by the EU and with respect to local legal requirements.

Audit Committee

The Audit Committee is a sub-committee of the Board of Directors. Its role is to oversee the adequacy of the internal control environment established by management in relation to the Group's businesses. The Audit Committee also assists the Board of Directors in fulfilling its oversight responsibility relating to the integrity of the Group's financial statements, financial reporting process and systems of internal accounting and financial controls. The Audit Committee draws on the work of Internal Audit and the Group's senior management.

Risk Committee

The Risk Committee is a sub-committee of the Board of Directors. Its role is to advise the Board on the Group's overall current and future risk appetite, taking account of the overall risk appetite of the Group and the current and future financial position of the Group. The Risk Committee also reviews amendments to Group risk policies applicable to Group and is responsible for implementing and calculating stress and concentration risk, economic capital and business risk along with adopting any regulatory developments from a risk perspective. The Risk Committee draws on the work of the internal Risk Department and the Group's senior management.

Related Party Lending Committee

The Related Party Lending Committee is responsible for assisting the Group in the discharge of its obligations under the Code of Practise in lending to Related Parties 2013 (Code) issued by the Central Bank of Ireland.

Remuneration Committee

The Remuneration Committee is a sub-committee of the Board of Directors. It is responsible for assisting the Board on decisions regarding remuneration, including those which have implications for risk management of the Group.

Assets and Liabilities Committee

The Assets and Liabilities Committee is responsible for the monitoring and managing of the statement of financial position, including capital, funding, liquidity and the market risk of the non-trading portfolios. In this regard, the Committee functions as a forum for senior management to ensure adherence to Group-wide policies and procedures, regulatory requirements, rating agency commitments and as necessary to recommend and implement appropriate funding plans.

CITIBANK EUROPE PLC

DIRECTORS' REPORT

For the year ended 31 December 2016

Nomination Committee

The Nomination Committee is a sub-committee of the Board. It is responsible for assisting the Board on decisions regarding the appointment of Directors and Senior Management and related matters including succession planning, diversity, fitness and probity and performance reviews.

Corporate Governance Code for Credit Institutions and Insurance undertakings

The Group is designated as a High Impact credit institution per the Corporate Governance Code for Credit Institutions and Insurance Undertakings 2013 ("the Code"). As such, the Group has complied with the additional requirements for High Impact designated institutions.

In 2016, the Group has been identified as an Other Systemically Important Institution (O-SII). Under Regulation 121(1) of the European Union (Capital Requirements) Regulations 2014 (S.I. No. 158 of 2014) ("CRD Regulations"), the Central Bank of Ireland is designated as the authority in charge of identifying O-SIIs which have been authorised within the State.

Principal Risks and Uncertainties

In addition to the aforementioned uncertainties in relation to the macroeconomic and interest rate environment the Group is exposed to a variety of risks inherent in the financial services industry. The most significant of these risks to the Group are credit risk, market risk, operational risk and liquidity risk. A detailed description of these risks and how they are managed has been disclosed in Note 17.

Political Donations

During the year the Group did not make any political donations (2015: \$nil).

Directors, secretary and their interests

Neither the Directors, nor the Company Secretary, have any beneficial interest in the share capital of the Group. Neither the Directors nor the Company Secretary had an interest in more than 1% of the nominal value of the ultimate holding Group's issued share capital.

Accounting records

The Directors believe that they have complied with the requirement of Section 281 to 285 of the Companies Act 2014 with regard to adequate accounting records by employing accounting personnel with appropriate expertise and by providing adequate resources to the financial function. The adequate accounting records of the Group are maintained at 1 North Wall Quay, Dublin 1.

Auditor

In accordance with Section 383(2) of the Companies Act 2014, the auditors, KPMG, Chartered Accountants, will continue in office.

The Directors have taken all steps that they ought to have taken to make themselves aware of all audit information and to establish that auditors are aware of all such information and, so far as the Directors are aware, there is no relevant audit information of which the auditors are unaware, in accordance with section 330 (1)-(3) of the Companies Act 2014.

Directors' Compliance Statement

As required by section 225 of the Companies Act 2014, the Directors acknowledge that they are responsible for securing the Group's compliance with its "relevant obligations" (as defined in that legislation). The Directors further confirm that a compliance policy statement has been drawn up, and that appropriate arrangements and structures have been put in place that are, in the Directors' opinion, designed to secure material compliance with the relevant obligations. A review of those arrangements and structures has been conducted in the financial year to which this report relates.

CITIBANK EUROPE PLC

DIRECTORS' REPORT

For the year ended 31 December 2016

Statement of Directors' responsibilities in respect of the Directors' Report and the audited financial statements

The Directors are responsible for preparing the Directors' Report and consolidated financial statements, in accordance with applicable law and regulations.

Company law requires the Directors to prepare financial statements for each financial year. Under that law, the Directors have elected to prepare the financial statements in accordance with International Financial Reporting Standards ("IFRS") as adopted by the European Union ("EU") and applicable law.

Under company law the directors must not approve the consolidated financial statements unless they are satisfied that they give a true and fair view of the assets, liabilities and financial position of the Group and of its profit or loss for that period. In preparing the Group financial statements, the directors are required to:

- select suitable accounting policies and then apply them consistently;
- make judgments and estimates that are reasonable and prudent;
- state whether they have been prepared in accordance with IFRS as adopted by the EU; and
- prepare the financial statements on a going concern basis unless it is inappropriate to presume that the Group will continue in business.

The Directors are also required by the Transparency (Directive 2004/109/EC) Regulations 2007 (the "Transparency Regulations"), to include a management report containing a fair review of the business and a description of the principal risks and uncertainties facing the Group.

The Directors are responsible for keeping adequate accounting records which disclose with reasonable accuracy at any time the assets, liabilities, financial position and profit or loss of the Group and enable them to ensure that its financial statements comply with the Companies Act 2014. They have general responsibility for taking such steps as are reasonably open to them to safeguard the assets of the Group and to prevent and detect fraud and other irregularities. The Directors are also responsible for preparing a Directors' Report that complies with the requirements of the Companies Act 2014.

Each of the Directors, whose names and functions are listed on page 3 of these consolidated Financial Statements confirm that, to the best of each person's knowledge and belief;

- the financial statements, prepared in accordance with IFRS as adopted by the EU, give a true and fair view of the assets, liabilities and financial position of the Group as at 31 December 2016 and its result for the year then ended; and
- the Directors' Report contained in the Annual Report includes a fair review of the development and performance of the business and the position of the Company, together with a description of the principal risks and uncertainties that it faces.

On behalf of the board:

29th March 2017

Zdenek Turek
Director

Jim Farrell
Director

Breffi Byrne
Director

Nigel Kemp
Secretary

112
31. 12

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE MEMBERS OF CITIBANK EUROPE PLC

We have audited the financial statements ("Financial statements") of Citibank Europe plc ("the Group") for the year ended 31 December 2016 which comprise the Consolidated Statement of Financial Position, Company Statement of Financial Position, Consolidated Income Statement and Statement of Other Comprehensive Income, Company Income Statement and Statement of Other Comprehensive Income, Consolidated Statement of Changes in Equity, Company Statement of Changes in Equity, Consolidated Statement of Cash Flows, Company Statement of Cash Flows and the related notes. The financial reporting framework that has been applied in their preparation is Irish law and International Financial Reporting Standards ("IFRS") as adopted by the European Union and, as regards the Company financial statements, as applied in accordance with the provisions of the Companies Act 2014. Our audit was conducted in accordance with International Standards on Auditing (ISAs) (UK & Ireland).

Opinions and conclusions arising from our audit

1 Our opinion on the financial statements is unmodified

In our opinion:

- the Group financial statements give a true and fair view of the assets, liabilities and financial position of the Group as at 31 December 2016 and of its profit for the year then ended;
- the Company financial statements give a true and fair view of the assets, liabilities and financial position of the Company as at 31 December 2016 and of its profit for the year then ended;
- the Group financial statements have been properly prepared in accordance with IFRS as adopted by the European Union;
- the Company financial statements have been properly prepared in accordance with IFRS as adopted by the European Union as applied in accordance with the provisions of the Companies Act 2014; and
- the Group financial statements and Company financial statements have been properly prepared in accordance with the requirements of the Companies Act 2014 and, as regards the Group financial statements, Article 4 of the IAS Regulation.

2 Our conclusions on other matters on which we are required to report by the Companies Act 2014 are set out below

We have obtained all the information and explanations which we consider necessary for the purposes of our audit.

In our opinion the accounting records of the Group were sufficient to permit the financial statements to be readily and properly audited and the financial statements are in agreement with the accounting records.

In our opinion the information given in the Directors' Report is consistent with the financial statements and the description in the Corporate Governance Statement of the main features of the internal control and risk management systems in relation to the process for preparing the consolidated financial statements is consistent with the consolidated financial statements.

In addition we report, in relation to information given in the Corporate Governance Statement on pages 6 to 7 that:

- based on knowledge and understanding of the Group and its environment obtained in the course of our audit, no material misstatements in the information identified above have come to our attention;
- based on the work undertaken in the course of our audit, in our opinion:
 - the description of the main features of the internal control and risk management systems in relation to the process for preparing the Group financial statements, and information relating to voting rights and other matters required by the European Communities (Takeover Bids Directive 2004/25/EC) Regulations 2006 and specified by the Companies Act 2014 for our consideration, are consistent with the financial statements and have been prepared in accordance with the Companies Act 2014; and
 - the Corporate Governance Statement contains the information required by the Companies Act 2014.

113
31. OK

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE MEMBERS OF CITIBANK EUROPE PLC

3 We have nothing to report in respect of matters on which we are required to report by exception

ISAs (UK & Ireland) require that we report to you if, based on the knowledge we acquired during our audit, we have identified information in the annual report that contains a material inconsistency with either that knowledge or the consolidated financial statements, a material misstatement of fact, or that is otherwise misleading.

In addition, the Companies Act 2014 requires us to report to you if, in our opinion, the disclosures of directors' remuneration and transactions required by sections 305 to 312 of the Act are not made.

Basis of our report, responsibilities and restrictions on use

As explained more fully in the Statement of Directors' Responsibilities set out on page 8, the Directors are responsible for the preparation of the financial statements and for being satisfied that they give a true and fair view and otherwise comply with the Companies Act 2014. Our responsibility is to audit and express an opinion on the financial statements in accordance with Irish law and International Standards on Auditing (UK and Ireland). Those standards require us to comply with the Financial Reporting Council's Ethical Standards for Auditors.

An audit undertaken in accordance with ISAs (UK & Ireland) involves obtaining evidence about the amounts and disclosures in the financial statements sufficient to give reasonable assurance that the financial statements are free from material misstatement, whether caused by fraud or error. This includes an assessment of: whether the accounting policies are appropriate to the Group circumstances and have been consistently applied and adequately disclosed; the reasonableness of significant accounting estimates made by the Directors; and the overall presentation of the financial statements.

In addition, we read all the financial and non-financial information in the Annual Report to identify material inconsistencies with the audited financial statements and to identify any information that is apparently materially incorrect based on, or materially inconsistent with, the knowledge acquired by us in the course of performing the audit. If we become aware of any apparent material misstatements or inconsistencies we consider the implications for our report.

Whilst an audit conducted in accordance with ISAs (UK & Ireland) is designed to provide reasonable assurance of identifying material misstatements or omissions it is not guaranteed to do so. Rather the auditor plans the audit to determine the extent of testing needed to reduce to an appropriately low level the probability that the aggregate of uncorrected and undetected misstatements does not exceed materiality for the financial statements as a whole. This testing requires us to conduct significant audit work on a broad range of assets, liabilities, income and expense as well as devoting significant time of the most experienced members of the audit team, in particular the engagement partner responsible for the audit, to subjective areas of the accounting and reporting.

Our report is made solely to the Company's members, as a body, in accordance with section 391 of the Companies Act 2014. Our audit work has been undertaken so that we might state to the Company's members those matters we are required to state to them in an auditor's report and for no other purpose. To the fullest extent permitted by law, we do not accept or assume responsibility to anyone other than the Company and the Company's members as a body, for our audit work, for this report, or for the opinions we have formed.

29th March 2017

Niamh Marshall
for and on behalf of
KPMG
Chartered Accountants, Statutory Audit Firm
1 Harbourmaster Place
IFSC
Dublin 1

114
Zr.

CITIBANK EUROPE PLC

CONSOLIDATED INCOME STATEMENT for the year ended 31 December 2016

		2016 \$ 000	2015 \$ 000
	Note		
Interest income		417,341	263,154
Interest expense		(59,192)	(36,254)
Net interest income	3	358,149	226,900
			-
Net fee and commission income	4	1,164,918	841,855
Net trading income	5	161,248	100,011
Net investment income	6	149,617	21,828
Net income from other financial instruments at fair value through profit or loss	7	32,887	5,266
Other operating income	8	301,980	118,938
Operating income		2,168,799	1,314,798
Net credit recoveries/(losses)	17	5,909	(19,430)
Personnel expenses	10	(614,865)	(229,508)
Other expenses	12	(606,764)	(345,436)
Profit before income tax		953,079	720,424
			-
Income tax expense	13	(124,740)	(97,935)
Profit for the period from continuing operations		828,339	622,489
			-
Profit from discontinued operations, net of tax	29	34,198	1,102
			-
Profit for the period		862,537	623,591

The accompanying notes on pages 21 to 107 form an integral part of these financial statements.

The financial statements were approved by the Board of Directors on 29th March 2017 and signed on their behalf by:

Zdenek Turek
Director

Jim Farrell
Director

Breffni Byrne
Director

Nigel Kemp
Secretary

115
31.12

CITIBANK EUROPE PLC

CONSOLIDATED STATEMENT OF OTHER COMPREHENSIVE INCOME for the year ended 31 December 2016

	Note	2016 \$ 000	2015 \$ 000
Profit for the period		<u>862,537</u>	<u>623,591</u>
Items that will not be reclassified to profit or loss			-
Losses on remeasurement of defined benefit liability/asset	14	(55,699)	-
Related tax	14	11,500	-
Items that may be reclassified to profit or loss			
Foreign currency translation		(28,792)	(30,208)
Hedge of net investments in foreign operations (effective portion)		(15,628)	-
Fair value reserve (Available-for-sale financial assets)		(30,042)	15,509
Related tax		(8,593)	(3,376)
Other Comprehensive Income for the Period, Net of Tax		<u>(127,254)</u>	<u>(18,075)</u>
Total Other Comprehensive Income for the Period		<u>735,283</u>	<u>605,516</u>

The accompanying notes on pages 21 to 107 form an integral part of these financial statements.

The financial statements were approved by the Board of Directors on 29th March 2017 and signed on their behalf by:

Zdenek Turek
Director

Jim Farrell
Director

Breffni Byrne
Director

Nigel Kemp
Secretary

116
31. —

CITIBANK EUROPE PLC

CONSOLIDATED STATEMENT OF FINANCIAL POSITION As at 31 December 2016

	Note	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	15	16,435,227	4,811,631
Trading assets	16,18	1,095,380	972,537
Derivative financial instruments	18,19	2,147,168	118,655
Loans and advances to banks	18	7,487,475	9,226,926
Loans and advances to customers	18	14,588,945	8,262,356
Investment securities	20	3,064,088	2,216,309
Assets associated with disposal group held for sale	29	194,389	424,967
Current tax asset		5,884	7,673
Property and equipment	21	144,076	12,512
Goodwill and Intangible assets	22	358,682	99,464
Deferred tax assets	23	290,026	2,687
Other assets	24	3,470,643	469,153
Total assets		49,281,983	26,624,870
Liabilities			
Deposits by banks	18	7,695,263	6,959,971
Customer accounts	18	24,065,741	7,912,281
Derivative financial instruments	18,19	2,191,961	118,210
Debt securities in issue	26	71	-
Liabilities associated with disposal group held for sale	29	639,331	1,257,791
Current tax liability		35,647	3,195
Provisions	27	55,419	18,213
Other liabilities	28	5,197,328	2,205,584
Total liabilities		39,880,761	18,475,245
Equity shareholders' funds			
Share capital	30	10,532	10,071
Share premium account	30	1,962,747	1,593,607
Other reserves (net)	37	846,336	782,678
Retained earnings		6,581,607	5,763,269
Total equity attributable to equity shareholders		9,401,222	8,149,625
Total liabilities and equity shareholders' funds		49,281,983	26,624,870

The accompanying notes on pages 21 to 107 form an integral part of these financial statements.

The financial statements were approved by the Board of Directors on 29th March 2017 and signed on their behalf by:

Zdenek Turek
Director

Jim Farrell
Director

Breffni Byrne
Director

Nigel Kemp
Secretary

117
82.12

CITIBANK EUROPE PLC

CONSOLIDATED STATEMENT OF CHANGES IN EQUITY for the year ended 31 December 2016

Attributable to equity holders of the Group

	Note	Share capital \$ 000	Share premium \$ 000	Capital reserve \$ 000	Merger reserve \$ 000	Translation reserve \$ 000	Fair value reserve \$ 000	Equity reserve \$ 000	Retained earnings \$ 000	Total \$ 000
Balance at 1 January 2015		10,071	1,593,607	824,123	-	(28,487)	1,978	2,783	5,139,678	7,543,753
Total comprehensive income/(loss):										-
Profit for the period		-	-	-	-	-	-	-	623,591	623,591
Other comprehensive income/(loss), net of tax:										-
Remeasurements of defined benefit liability/(asset)		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Foreign currency translation differences for foreign operations		-	-	-	-	(30,208)	-	-	-	(30,208)
Net loss on hedge of net investment in foreign operation		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fair value reserve (Available-for-sale financial assets)							12,133			12,133
Total other comprehensive income/(loss)		-	-	-	-	(30,208)	12,133	-	-	(18,075)
Total comprehensive income/(loss)		-	-	-	-	(30,208)	12,133	-	623,591	605,516
Equity settled share-based payment		-	-	-	-	-	-	357	-	357
Total contributions by and distributions to owners		-	-	-	-	-	-	357	-	357
Balance at 31 December 2015		10,071	1,593,607	824,123	-	(58,695)	14,111	3,139	5,763,269	8,149,625
Balance at 1 January 2016		10,071	1,593,607	824,123	-	(58,695)	14,111	3,139	5,763,269	8,149,625
Total comprehensive income/(loss):										
Profit for the period		-	-	-	-	-	-	-	862,537	862,537
Other comprehensive income/(loss), net of tax:										-
Remeasurements of defined benefit liability/(asset)	14	-	-	-	-	-	-	-	(44,199)	(44,199)
Foreign currency translation differences for foreign operations		-	-	-	-	(28,792)	-	-	-	(28,792)
Net loss on hedge of net investment in foreign operation		-	-	-	-	(15,628)	-	-	-	(15,628)
Fair value reserve (Available-for-sale financial assets)		-	-	-	-	-	(38,635)	-	-	(38,635)
Total other comprehensive income/(loss)		-	-	-	-	(44,420)	(38,635)	-	(44,199)	(127,254)
Total comprehensive income/(loss)		-	-	-	-	(44,420)	(38,635)	-	818,338	735,283
Transactions with owners, recorded directly in equity										
Issue of ordinary shares related to merger	33	461	369,140	-	-	-	-	-	-	369,601
Equity increase/decrease resulting from merger	33	-	-	-	57,578	19,283	69,717	-	-	146,578
Equity settled share-based payment	31	-	-	-	-	-	-	135	-	135
Total contributions by and distributions to owners		461	369,140	-	57,578	19,283	69,717	135	-	516,314
Balance at 31 December 2016		10,532	1,962,747	824,123	57,578	(83,832)	45,193	3,274	6,581,607	9,401,222

The accompanying notes on pages 21 to 107 form an integral part of these financial statements.

118
 81. 

CITIBANK EUROPE PLC

CONSOLIDATED STATEMENT OF CASH FLOWS

For the year ended 31 December 2016

		31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
	Note		
Cash flows from operating activities			
Profit after tax		862,537	623,591
<i>Adjustments for:</i>			
Income tax charged	13	129,587	98,118
Depreciation and amortisation	12, 21, 22	162,766	33,944
Net impairment (recoveries)/losses on loans and advances	17	(5,909)	19,430
Loss on disposal of property and equipment		975	-
Provision released and other movements during the year	27	8,647	(1,810)
Expenses related to share based payment	10	14,584	3,904
Expenses related to post-employment defined benefit plans	14	5,894	-
Interest income	3	(417,341)	(263,154)
Interest expense	3	59,192	36,254
Gains on investment securities		(82,404)	-
Change in trading assets	16	328,093	289,500
Change in derivative financial instrument assets	19	(488,802)	156,222
Change in loans and advances to banks (more than 3 months)		5,062,091	(6,363,163)
Change in loans and advances to customers	17	(532,671)	2,078,097
Operating cash flow from discontinued operation	29	102,514	-
Change in other assets	24	21,565	360,472
Change in deposits from banks	18	(6,506,393)	2,909,438
Change in customer account balances	18	806,783	116,250
Change in derivative financial instrument liabilities	19	402,023	(199,838)
Change in investment securities	20	658,623	79,785
Change in debt securities in issue	26	(554,699)	(1,655,181)
Change in other liabilities	28	249,042	(635,198)
Provision utilized during the year	27	(13,734)	(380)
		<u>272,963</u>	<u>(2,313,719)</u>
Interest received	3	417,341	263,154
Interest paid	3	59,192	(36,254)
Income tax paid		(92,150)	(75,990)
Share based payment related payment		(9,937)	-
Defined benefit related payment	14	(2,940)	(4,433)
Effect of exchange translations and other adjustments		(12,153)	(34,068)
Net cash from operating activities		<u>632,316</u>	<u>(2,201,310)</u>
Cash flows from investing activities			
Acquisition of investment securities		(3,167,693)	(3,076,380)
Disposal of investment securities		4,084,856	2,438,840
Acquisition of property and equipment	21	(79,027)	(3,308)
Proceeds from disposal of property and equipment		-	1,068
Acquisition of intangible assets	22	(104,213)	(18,579)
Proceeds from disposal of intangible assets	22	-	1,174
Dividends received from investments		1,327	76
Addition from business transfer		-	(656)
Proceeds from sale of discontinued business		(443,641)	-
Net Cash and cash equivalents gained during the merger	33	12,966,267	-
Net cash from/(used in) investing activities		<u>13,257,876</u>	<u>(657,765)</u>
Financing activities			
Redemption of issued debt		(22,347)	-
Net cash (used in) financing activities		<u>(22,347)</u>	<u>-</u>
Net increase in cash and cash equivalents		<u>13,867,845</u>	<u>(2,859,075)</u>
Cash and cash equivalents at beginning of period	15	7,037,802	9,896,877
Cash and cash equivalents at end of period	15	<u>20,905,647</u>	<u>7,037,802</u>

115
37. 22

CITIBANK EUROPE PLC

COMPANY INCOME STATEMENT for the year ended 31 December 2016

		2016 \$ 000	2015* \$ 000
	Note		
Interest income		417,341	263,154
Interest expense		(59,192)	(36,254)
Net interest income	3	358,149	226,900
			-
Net fee and commission income	4	1,164,918	841,855
Net trading income	5	161,248	100,011
Net investment income	6	149,617	21,828
Net income from other financial instruments at fair value through profit or loss	7	32,887	5,266
Other operating income	8	301,980	118,938
Operating income		2,168,799	1,314,798
Net credit (losses)/recoveries	17	5,909	(19,430)
Personnel expenses	10	(614,865)	(229,508)
Other expenses	12	(606,747)	(345,436)
Profit before income tax		953,096	720,424
			-
Income tax expense	13	(124,743)	(97,935)
			-
Profit for the period from continuing operations		828,353	622,489
			-
Profit/(loss) from discontinued operations, net of tax	29	34,198	1,102
			-
Profit for the period		862,551	623,591

* The presentation of certain captions has changed for consistency following the merger (see Note 1e).

The accompanying notes on pages 21 to 107 form an integral part of these financial statements.

170
87. 12

CITIBANK EUROPE PLC

COMPANY STATEMENT OF OTHER COMPREHENSIVE INCOME for the year ended 31 December 2016

	Note	2016 \$ 000	2015 \$ 000
Profit for the period		<u>862,551</u>	<u>623,591</u>
Items that will not be reclassified to profit or loss			-
Losses on remeasurement of defined benefit liability/asset	14	(55,699)	-
Related tax	14	11,500	-
Items that may be reclassified to profit or loss			
Foreign currency translation		(25,734)	(30,208)
Hedge of net investments in foreign operations (effective portion)		(15,628)	-
Fair value reserve (Available-for-sale financial assets)		(30,042)	15,509
Related tax		(8,593)	(3,376)
Other Comprehensive Income for the Period, Net of Tax		<u>(124,196)</u>	<u>(18,075)</u>
Total Comprehensive Income for the Period		<u><u>738,355</u></u>	<u><u>605,516</u></u>

The accompanying notes on pages 21 to 107 form an integral part of these financial statements.

121
81. 02

CITIBANK EUROPE PLC

COMPANY STATEMENT OF FINANCIAL POSITION As at 31 December 2016

	Note	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	15	16,423,472	4,811,631
Trading assets	16,18	1,095,380	972,537
Derivative financial instruments	18,19	2,147,168	118,655
Loans and advances to banks	18	7,487,475	9,226,926
Loans and advances to customers	18	14,588,945	8,262,356
Investment securities	20	3,064,088	2,216,309
Assets associated with disposal group held for sale	29	194,389	424,967
Shares in subsidiary undertakings	25	14,876	1,378
Current tax asset		5,883	7,673
Property and equipment	21	144,076	12,512
Goodwill and Intangible assets	22	358,682	99,464
Deferred tax assets	23	289,981	2,687
Other assets	24	3,470,643	469,142
Total assets		<u>49,285,058</u>	<u>26,626,237</u>
Liabilities			
Deposits by banks	18	7,695,263	6,959,971
Customer accounts	18	24,065,741	7,913,639
Derivative financial instruments	18,19	2,191,961	118,210
Debt securities in issue	26	71	-
Liabilities associated with disposal group held for sale	29	639,331	1,257,791
Current tax liability		35,650	3,195
Provisions	27	55,419	18,213
Other liabilities	28	5,197,328	2,205,584
Total liabilities		<u>39,880,764</u>	<u>18,476,603</u>
Equity shareholders' funds			
Share capital	30	10,532	10,071
Share premium account	30	1,962,747	1,593,607
Other reserves (net)	37	849,394	782,705
Retained earnings		6,581,621	5,763,251
Total equity attributable to equity shareholders		<u>9,404,294</u>	<u>8,149,634</u>
Total liabilities and equity shareholders' funds		<u>49,285,058</u>	<u>26,626,237</u>

The accompanying notes on pages 21 to 107 form an integral part of these financial statements.

CITIBANK EUROPE PLC

COMPANY STATEMENT OF CHANGES IN EQUITY for the year ended 31 December 2016

Attributable to equity holders of the Group

Note	Share capital \$ 000	Share premium \$ 000	Capital reserve \$ 000	Merger reserve \$ 000	Translation reserve \$ 000	Fair value reserve \$ 000	Equity reserve \$ 000	Retained earnings \$ 000	Total \$ 000
Balance at 1 January 2015	10,071	1,593,607	824,123	-	(28,487)	1,978	2,783	5,139,678	7,543,753
Total comprehensive income/(loss):									
Profit for the period	-	-	-	-	-	-	-	623,591	623,591
Other comprehensive income/(loss), net of tax:									
Foreign currency translation differences for foreign operations	-	-	-	-	(30,208)	-	-	-	(30,208)
Fair value reserve (Available-for-sale financial assets)						12,133			12,133
Total other comprehensive income/(loss)	-	-	-	-	(30,208)	12,133	-	-	(18,075)
Total comprehensive income/(loss)	-	-	-	-	(30,208)	12,133	-	623,591	605,516
Equity settled share-based payment	-	-	-	-	-	-	357	-	357
Total contributions by and distributions to owners	-	-	-	-	-	-	357	-	357
Balance at 31 December 2015	10,071	1,593,607	824,123	-	(58,695)	14,111	3,139	5,763,269	8,149,625
Balance at 1 January 2016	10,071	1,593,607	824,123	-	(58,695)	14,111	3,139	5,763,269	8,149,625
Total comprehensive income/(loss):									
Profit for the period	-	-	-	-	-	-	-	862,551	862,551
Other comprehensive income/(loss), net of tax:									
Remeasurements of defined benefit liability/(asset)	14	-	-	-	-	-	-	(44,199)	(44,199)
Foreign currency translation differences for foreign operations	-	-	-	-	(25,734)	-	-	-	(25,734)
Net loss on hedge of net investment in foreign operation	-	-	-	-	(15,628)	-	-	-	(15,628)
Fair value reserve (Available-for-sale financial assets)	-	-	-	-	-	(38,635)	-	-	(38,635)
Total other comprehensive income/(loss)	-	-	-	-	(41,362)	(38,635)	-	(44,199)	(124,196)
Total comprehensive income/(loss)	-	-	-	-	(41,362)	(38,635)	-	818,352	738,355
Transactions with owners, recorded directly in equity									
Issue of ordinary shares related to merger	33	461	369,140	-	-	-	-	-	369,601
Equity increase/decrease resulting from merger	33	-	-	-	57,578	19,283	69,717	-	146,578
Equity settled share-based payment	31	-	-	-	-	-	135	-	135
Total contributions by and distributions to owners		461	369,140	-	57,578	19,283	69,717	135	516,314
Balance at 31 December 2016		10,532	1,962,747	824,123	57,578	(80,774)	45,193	6,581,621	9,404,294

The accompanying notes on pages 21 to 107 form an integral part of these financial statements.

CITIBANK EUROPE PLC

COMPANY STATEMENT OF CASH FLOWS

For the year ended 31 December 2016

		31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Cash flows from operating activities			
Profit after tax		862,551	623,591
<i>Adjustments for:</i>			
Income tax charged	13	129,590	98,118
Depreciation and amortisation	12, 21, 22	162,766	33,944
Net impairment (recoveries)/losses on loans and advances	17	(5,909)	19,430
Loss on disposal of property and equipment		975	-
Provision released and other movements during the year	27	8,647	(1,810)
Expenses related to share based payment	10	14,584	3,904
Expenses related to post-employment defined benefit plans	14	5,894	-
Interest income	3	(417,341)	(263,154)
Interest expense	3	59,192	36,254
Gains on investment securities		(82,404)	-
Change in trading assets	16	328,093	289,500
Change in derivative financial instrument assets	19	(488,802)	156,222
Change in loans and advances to banks (more than 3 months)		5,062,091	(6,363,163)
Change in loans and advances to customers	17	(532,671)	2,078,097
Operating cash flow from discontinued operation	29	102,514	-
Change in other assets	24	21,565	360,472
Change in deposits from banks	18	(6,506,393)	2,909,438
Change in customer account balances	18	806,783	116,250
Change in derivative financial instrument liabilities	19	402,023	(199,838)
Change in investment securities	20	658,623	79,785
Change in debt securities in issue	26	(554,699)	(1,655,181)
Change in other liabilities	28	249,042	(635,198)
Provision utilized during the year	27	(13,734)	(380)
		<u>272,980</u>	<u>(2,313,719)</u>
Interest received	3	417,341	263,154
Interest paid	3	59,192	(36,254)
Income tax paid		(92,150)	(75,990)
Share based payment related payment		(9,937)	-
Defined benefit related payment	14	(2,940)	(4,433)
Effect of exchange translations and other adjustments		(23,924)	(34,068)
Net cash from operating activities		<u>620,562</u>	<u>(2,201,310)</u>
Cash flows from investing activities			
Acquisition of investment securities		(3,167,693)	(3,076,380)
Disposal of investment securities		4,084,856	2,438,840
Acquisition of property and equipment	21	(79,027)	(3,308)
Proceeds from disposal of property and equipment		-	1,068
Acquisition of intangible assets	22	(104,213)	(18,579)
Proceeds from disposal of intangible assets	22	-	1,174
Dividends received from subsidiary companies		1,327	76
Addition from business transfer		-	(656)
Proceeds from sale of discontinued business		(443,641)	-
Cash and cash equivalents gained during the business combination		12,966,267	-
Net cash from/(used in) investing activities		<u>13,257,876</u>	<u>(657,765)</u>
Financing activities			
Redemption of issued debt		(22,347)	-
Net cash (used in) financing activities		<u>(22,347)</u>	<u>-</u>
Net increase in cash and cash equivalents		<u>13,856,090</u>	<u>(2,859,075)</u>
Cash and cash equivalents at beginning of period	15	7,037,802	9,896,877
Cash and cash equivalents at end of period	15	<u>20,893,892</u>	<u>7,037,802</u>

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies

The accounting policies which have been applied are set out below:

The accounting policies of the Group are consistent with those of the Company. As a result of, or in relation to the merger with CIL, the additional accounting policies set out below have also been adopted:

a) Basis of presentation

The financial statements have been prepared in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRSs) as adopted by the EU and the company law of Republic of Ireland. The IFRSs are standards and interpretations adopted by the International Accounting Standards Board ("IASB"). These are the IFRSs, the International Accounting Standards ("IAS") and the interpretations of the International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC").

These financial statements are prepared on a going concern basis and have been prepared under the historical cost convention as modified to include the fair value of certain financial instruments to the extent required or permitted under the accounting standards and as set out in the relevant accounting policies.

These financial statements are the Group's first consolidated financial statements.

The merger between the Group and Citibank International Limited became effective on 1 January 2016 under the European Cross-Border Merger Directive (2005/56/EC), as implemented in the UK and Ireland. It was recorded at book value in accordance with CEP's accounting policy for common control transactions. Comparatives, where provided, have been disclosed on a prospective basis and hence, not restated to reflect the impact of the merger. For further details please refer to Note 33 – Merger.

b) Consolidation (new)

Subsidiary undertakings that are directly or indirectly controlled by the Group are consolidated. Subsidiary undertakings are fully consolidated from the date on which control is obtained by the Group. The Group defines control over a subsidiary undertaking to be when it is exposed to, or has rights to, variable returns from its involvement with the investee and has the ability to affect those returns through its power over the investee. The Group reassesses whether it has control if there are changes to one or more of the elements of control. They are de- consolidated from the date that control ceases. When the Group loses control over a subsidiary, it derecognises the assets and liabilities of the subsidiary, and any related non-controlling interests and other components of equity.

Inter-company transactions, balances and unrealised gains or losses on transactions between group companies are eliminated. The Group's accounting policies have been consistently applied for the purposes of preparing the consolidated accounts.

The Group's results are consolidated in the financial statements of its ultimate parent company, Citigroup Inc., which are made available to the public annually.

c) Segmental reporting (new)

An operating segment is a component of the Group, which earns revenues and incurs expenses, whose results are regularly reviewed by chief operating decision makers and for which discrete financial information is available. The operating segments of Citicorp and Citi Holdings represent the organisational structure upon which the Group reports its primary segment information. There are three geographic segments for which chief operating decision makers review the operations of the Group – Ireland, United Kingdom and Continental-Europe. Segment income, segment expenses and segment performance include transfers between business segments, which are conducted at arm's length.

d) Functional and presentation currency

These financial statements are presented in USD, which is the functional currency of both the merged Group and Company. Prior to the merger, the functional currency of CIL had been GBP.

125
81. - 02

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

e) Changes in accounting policy and disclosures

Standards issued but not yet effective

There are a number of accounting standards that have been issued by the International Accounting Standards Board (IASB), but which are not yet effective for the Group. The Group does not plan on early adoption of these standards, they include:

- **IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers.** In May 2014, the International Accounting Standards Board (IASB) issued IFRS 15 which establishes principles for reporting about the nature, amount, timing and uncertainty of revenue and cash flows arising from an entity's contracts with customers. The standard provides a single, principles based five-step model for revenue recognition to be applied to contracts with customers except for revenue arising from items such as financial instruments, insurance contracts and leases. IFRS 15 will be effective from 1 January 2018, and was adopted by the EU on 22 September 2016. The Group is assessing the potential impact on its consolidated financial statements resulting from the issued standard.
- **IFRS 16 – Leases.** In January 2016, the IASB issued IFRS 16, which sets out the principles for the recognition, measurement, presentation and disclosure of leases. The standard removes the current requirement for lessees to classify leases as finance leases or operating leases by introducing a single lessee accounting model that requires the recognition of lease assets and lease liabilities on the balance sheet for most leases. Lessees will also recognize depreciation expense on the lease asset and interest expense on the lease liability in the statement of income. There are no significant changes to lessor accounting aside from enhanced disclosure requirements. IFRS 16 will be effective from 1 January 2019 and subject to EU adaptation. The Group is assessing the potential impact on its consolidated financial statements resulting from the issued standard.
- **IFRS 9 – Financial Instruments**

Introduction

IFRS 9 – *Financial Instruments*. The new standard includes a new model for classification and measurement of financial assets, a forward-looking 'expected loss' impairment model for debt instruments and a substantially reformed approach to hedge accounting. The standard replaces the existing guidance in IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. IFRS 9 is effective from 1 January 2018, with early adoption permitted and adopted by the EU as at 22 November 2016.

Classification and measurement

From a classification and measurement perspective, the new standard will require all financial assets, except equity instruments and derivatives, to be assessed based on a combination of the entity's business model for managing the assets and the instruments' contractual cash flow characteristics (whether the contractual cash flows are solely payments of principal and interest (SPPI)).

The IAS 39 measurement categories will be replaced by: fair value through profit or loss (FVTPL), fair value through other comprehensive income (FVOCI), and amortised cost. IFRS 9 will also allow entities to continue to irrevocably designate instruments that qualify for amortised cost or FVOCI instruments as FVTPL, if doing so eliminates or significantly reduces an accounting mismatch.

The accounting for financial liabilities will largely be the same as the requirements of IAS 39, except for the treatment of gains or losses arising from an entity's own credit risk relating to liabilities designated at FVTPL. Such movements will be presented in OCI with no subsequent reclassification to the income statement, unless an accounting mismatch in profit or loss would arise.

The Group expects that, in many instances, the classification and measurement outcomes will be similar to IAS 39, although some differences may arise.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

e) Changes in accounting policy and disclosures (continued)

• IFRS 9 – Financial Instruments (continued)

Classification and measurement (continued)

The Group has made an early assessment of the potential impact of IFRS 9 to classification and measurement at transition based on an assessment of financial assets as at 31 December 2016:

- Held-for-Trading financial assets will be classified and measured as FVTPL.
- Designated at fair value financial assets will continue to be classified as measured at FVTPL due to the business model assessment or the fact that the designation eliminates or significantly reduces an accounting mismatch.
- Loans and advances to banks and to customers currently classified and measured at amortised cost are expected to continue to be measured and classified at amortised cost unless they fail the business model or SPPI test.
- Investment debt securities currently classified as Available-for-Sale and measured at FVOCI consist of government and corporate bonds that are held for an indefinite period of time as they may be sold in response to needs for liquidity or changes in interest rates or exchange rates. These debt securities are expected to be classified and measured as FVOCI as they are held under a business model whose objective is achieved by both collecting contractual cash flows and selling financial assets unless they fail the SPPI criterion.
- Investment equity securities currently classified as Available-for-Sale and measured at FVOCI will primarily be classified as FVTPL under IFRS 9. An entity may, at initial recognition, irrevocably elect to classify and measure non trading equity instruments at FVOCI, however, all amounts recognised in OCI can never be reclassified to profit or loss.
- Investment securities currently classified as Held-to-Maturity and measured at amortised cost are expected to be classified and measured at amortised cost as the financial assets are held within a business model whose objective is to collect contractual cash flows that satisfy the SPPI criterion.

For financial liabilities, IFRS 9 largely retains the pre-existing requirements for classification and measurement previously included in IAS 39. However, under IFRS 9 fair value changes on financial liabilities which are designated at fair value through profit or loss that are attributable to changes in the credit risk of the liability will be presented in other comprehensive income.

The assessment above may not be fully representative of the impact as at 1 January 2018 because IFRS 9 requires that the business models be assessed based on the facts and circumstances from the date of initial application. In addition, the contractual terms and conditions of the financial assets assessed as at 31 December 2016 may not reflect the contractual terms and conditions of the group's financial asset at transition and management are still finalising their business model and SPPI assessments.

Impairment

IFRS 9 introduces an expected credit loss (ECL) impairment model that differs significantly from the incurred loss model under IAS 39 and is expected to result in earlier recognition of credit losses.

Scope

Under IFRS 9, the same impairment model is applied to all financial assets, except for financial assets classified or designated as at FVTPL and equity securities designated as at FVOCI, which are not subject to impairment assessment. The scope of the IFRS 9 expected credit loss impairment model includes amortized cost financial assets, debt securities classified as FVOCI, and off balance sheet loan commitments and financial guarantees which were previously provided for under IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (IAS 37). The above-mentioned reclassifications into or out of these categories under IFRS 9 and items that previously fell under the IAS 37 framework will be considered in determining the scope of our application of the new expected credit loss impairment model.

122
37. 12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

e) Changes in accounting policy and disclosures (continued)

• IFRS 9 – Financial Instruments (continued)

Impairment (continued)

Expected credit loss impairment model

Under IFRS 9, credit loss allowances will be measured on each reporting date according to a three-Stage expected credit loss impairment model:

- Stage 1 – From initial recognition of a financial asset to the date on which the asset has experienced a significant increase in credit risk relative to its initial recognition, a loss allowance is recognized equal to the credit losses expected to result from defaults occurring over the next 12 months.
- Stage 2 – Following a significant increase in credit risk relative to the initial recognition of the financial asset, a loss allowance is recognized equal to the credit losses expected over the remaining lifetime of the asset.
- Stage 3 – When a financial asset is considered to be credit-impaired, a loss allowance equal to full lifetime expected credit losses will be recognized. Interest revenue is calculated based on the carrying amount of the asset, net of the loss allowance, rather than on its gross carrying amount.

Stage 1 and Stage 2 credit loss allowances effectively replace the collectively-assessed allowance for incurred but not identified losses recorded under IAS 39, while Stage 3 credit loss allowances effectively replace the individually and collectively assessed allowances for impaired loans.

Under IFRS 9, the population of financial assets and corresponding allowances disclosed as Stage 3 will not necessarily correspond to the amounts of financial assets currently disclosed as impaired in accordance with IAS 39. Consistent with IAS 39, loans are written off when there is no realistic probability of recovery. Accordingly, the Group's policy on when financial assets are written off is not expected to significantly change on adoption of IFRS 9.

The recognition and measurement of impairment is intended to be more forward looking than under IAS 39. The estimation of an ECL is required to be unbiased and probability weighted, including information about past events, current conditions and reasonable and supportable forecasts of future events and economic conditions at the reporting date. The estimate will also consider the time value of money.

The measurement of an ECL will primarily be determined by an assessment of the financial asset's probability of default (PD), loss given default (LGD) and exposure at default (EAD) discounted to the reporting date. For a financial asset in Stage 1 the Group will utilise a 12-month PD whereas a financial asset within Stage 2 will utilise a lifetime PD in order to estimate an impairment allowance. For credit impaired financials asset within Stage 3 the Group will continue to leverage existing processes.

An impairment allowance will be estimated for Corporate loans at an individual loan level utilising sophisticated models depending on the relative size, quality and complexity of the portfolios. Impairment allowances for the small Consumer loans portfolio will be estimated utilising a less sophisticated model. In limited circumstances, for Consumer loan portfolios, where the Group does not have access to detailed historical information and/or loss experience, the Group will adopt a simplified approach using backstops and other qualitative information specific to each portfolio. Models will leverage existing models currently used globally for stress-testing and regulatory capital reporting purposes but will incorporate specifically developed components to make the estimates compliant with IFRS 9. These models will be validated and tested during 2017.

A financial asset will move between Stage 1 and Stage 2 if there has been a significant increase in credit risk relative to initial recognition. Determining whether there has been a significant increase in credit risk will require significant judgement and is based on relative changes in the financial asset's lifetime PD alongside other qualitative assessments by the Business, Finance and Risk or pre-defined backstops.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

e) Changes in accounting policy and disclosures (continued)

• IFRS 9 – Financial Instruments (continued)

Impairment (continued)

The assessment surrounding a significant increase in credit risk since initial recognition will be performed for each reporting period by assessing the change in the risk of default occurring over the remaining life of the financial asset, rather than changes in the magnitude of loss if the default were to occur.

Estimates must consider information about past events, current conditions and reasonable and supportable forecasts around future events and economic conditions. The application of forward looking information will require significant judgment. The Group is developing models that will include multiple scenarios that consider the variability and uncertainty in expected losses including factors such as GDP growth rates and unemployment rates.

The definition of default used in the measurement of ECLs and Stage movements is expected to be consistent with the definition of default used for internal credit risk management purposes.

Financial assets can move in both directions through the Stages of the IFRS 9 impairment model depending on whether the assessment of whether there is a significant increase of credit risk since initial recognition or whether the asset is credit impaired subsequently changes.

Changes in the required credit loss allowance, including the impact of movements between Stage 1 (12 month expected credit losses) and Stage 2 (lifetime expected credit losses), will be recorded in profit or loss.

Hedge accounting

The new hedge accounting requirements aim to simplify hedge accounting, align accounting with the entity's risk management strategy and permit hedge accounting to be applied to a greater variety of hedging instruments and risks. However, due to the fact that the IASB is still addressing the accounting of macro hedging activities through a separate project, IFRS 9 includes an accounting policy choice to continue accounting for hedge accounting under IAS 39 until the macro hedging project is finalised. The Group will elect the accounting policy choice to continue to apply hedge accounting under IAS 39.

Transition

The impairment and classification and measurement requirements of IFRS 9 will be applied retrospectively by adjusting the Group's Balance Sheet at 1 January 2018, the date of initial application of IFRS 9, with the difference between previous carrying amounts and carrying amounts at initial application recognized in retained earnings. There is no requirement to restate comparative periods other than for hedge accounting.

To manage our transition to IFRS 9, the Group has implemented a comprehensive enterprise-wide program led jointly by Finance and Risk Management that focuses on key areas of impact, including financial reporting, data, systems and processes, as well as communications and training. During 2016, the Group completed an assessment of the scope and complexity of the adoption of IFRS 9 which identified areas with differences between IFRS 9 and IAS 39. The Group continues to monitor and revisit our preliminary conclusions in order to identify any further financial, capital and business implications.

Citi has put in place dedicated Governance including a Steering Committee to monitor and continuously assess and prepare for the impact of the new standard on Citi's internal processes and systems. Citi is developing its impairment models and will validate these in 2017 via the execution of parallel runs. Accounting Policy Manuals, internal control documents and financial reporting processes and system changes are currently being prepared to support high quality implementation of the Standard. The Group is leveraging from these project initiatives with specific local challenge and input to ensure that the approach is appropriate for the Group.

The IASB has published a number of minor amendments to IFRSs in the 'Annual Improvements to IFRSs 2012-2014' and in a series of stand-alone amendments, one of which has not yet been endorsed for use in the EU. The Group has not early adopted any of the amendments effective after 31 December 2016 and it expects they will have an insignificant effect, when adopted, on the consolidated financial statements.

125
31.12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

e) Changes in accounting policy and disclosures (continued)

Amendment to classification and presentation

As a result of the merger certain comparatives have been changed to comply with the current presentation due to the following two main updates:

- Intercompany recoveries (primarily earned by the Group's CSC for operational services provided to other Citi affiliates) are presented under Other operating income. Intercompany revenue distributions (attribution of revenue earned by providing services to non-Citi affiliates) are presented under the relevant revenue line. Previously they were shown under Net fee and commission income.
- Gain or loss in relation to financial instrument designated at fair value and related interest have been recognised under "Net income from other financial instruments at fair value through profit or loss". Previously they were recorded under Net interest income.

f) Net interest income and expense

Interest income and expense on financial assets and liabilities is recognised in the income statement using the effective interest rate method. Under this method, fees and direct costs relating to loan origination, re-financing or restructuring and to loan commitments are deferred and amortised to interest earned on loans and advances over the life of the instrument. When calculating the effective interest rate, the Group estimates future cash flows considering all contracted terms of the financial instrument, but no future credit losses.

Interest income and expense presented in the income statement include:

- Interest on financial assets and liabilities at amortised cost on an effective interest rate basis.
- Interest on available-for-sale investment securities.
- Interest on cash balances.

g) Net fee and commission income

Fees and commission income and expenses that are integral to the effective interest rate on a financial asset or liability are included in the measurement of the effective interest rate.

Other fees and commission income, including transaction processing fees, account servicing fees, transaction processing fees, sales commission, placement fees and syndication fees, are recognised as the related services are performed. These fees are recorded in fee income as they are earned. To the extent that upfront fees are capitalised but subsequently there is a partial sell down of the related asset, the fees are released to the income statement in proportion to the amount of the loan sold down.

Other fees and commission expense relate mainly to transaction and service fees, which are expensed as the services are received.

h) Net trading income and expense

Net trading income comprises all gains and losses related to trading assets and liabilities, and include all realised fair value changes, together with related interest, dividends and foreign exchange differences.

i) Net income on financial instruments designated at fair value through profit or loss

Net income from financial instruments designated at fair value through profit or loss income comprises all gains and losses related to financial assets and liabilities designated at fair value through profit or loss, and include all realised fair value changes, together with related interest, dividends and foreign exchange differences.

j) Dividend income

Dividend income is recognised when the right to receive income is established.

k) Financial assets and liabilities

Recognition

The Group initially recognises loans and advances and deposits on the date at which the cash flow occurs. All other financial assets and liabilities are initially recognised on the trade date at which the Group becomes a party to the contractual provisions of the instrument.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

k) Financial assets and liabilities (continued)

Trading assets

The trading book of the Group consists of all positions in financial instruments and commodities held either with trading intent or in order to hedge other elements of the trading book and which are free from any restrictive covenants on their tradability or are able to be hedged. Positions held with trading intent are those held intentionally for short-term resale and / or with the intention of benefiting from actual or expected short-term price differences between buying and selling prices or from other price or interest rate variations. The term 'positions' shall include positions arising from client servicing and market making. Trading intent is evidenced on the basis of the strategies, policies and procedures established by the Group to manage the position or portfolio.

Loans and receivables and other assets

Loans and receivables and other assets are non-derivative financial assets with fixed or determinable payments that are not quoted in an active market and that the Group does not intend to sell immediately or in the near term. They comprise Cash, Loans and Advances to Banks, Loans and Advances to Customers and Other Assets.

Loans and advances are initially recognised at fair value, which is the cash given to originate the loan, net of transaction costs and subsequently measured at amortised cost using the effective interest rate method, less any impairment charges. Where substantially all the risk and rewards relating to amounts receivable under loan agreements are transferred to another party, neither the amounts receivable under the loans nor the amounts payable to the other party are recognised in the financial statements as assets and liabilities and only the excess of interest received over interest paid is dealt with in the income statement.

Financial instruments designated at fair value

The Group may designate financial instruments at fair value through profit and loss when:

- this will eliminate or significantly reduce measurement or recognition inconsistencies that would otherwise arise from measuring financial assets or financial liabilities, or recognising gains and losses on them, on different bases;
- groups of financial assets, financial liabilities or combinations thereof are managed, and their performance evaluated, on a fair value basis in accordance with a documented risk management or investment strategy, and where information about groups of financial instruments is reported to management on that basis; or
- financial instruments containing one or more embedded derivatives that significantly modify the cash flows resulting from those financial instruments.

Derivative contracts

Derivatives are initially recognised at fair value on the date on which a derivative contract is entered into and are subsequently re-measured at their fair value. Fair values are obtained from quoted market prices in active markets and using valuation techniques, including discounted cash flow models and options pricing models, as appropriate. All derivatives are carried as assets when fair value is positive and as liabilities when fair value is negative. Changes in fair value are recognised in the income statement.

Derivatives may be embedded in another contractual arrangement (a "host contract"). The Group accounts for embedded derivatives separately from the host contract when the host contract is not itself carried at fair value through profit or loss, and the characteristics of the embedded derivative are not clearly and closely related to the host contract. Separated embedded derivatives are accounted for depending on their classification, and are presented in the statement of financial position together with the host contract.

When a derivative instrument or a non-derivative financial liability is designated as the hedging instrument in a hedge of a net investment in a foreign operation, the effective portion of changes in the fair value of the hedging instrument is recognised in other comprehensive income in the translation reserve. Any ineffective portion of the changes in the fair value of the derivative is recognised immediately in profit or loss. The amount recognised in other comprehensive income is reclassified to profit or loss. The amount recognised in other comprehensive income is reclassified to profit or loss as a reclassification adjustment on disposal of the foreign operation.

131
Jor. - DC

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

k) Financial assets and liabilities (continued)

Investment securities

Investment securities are recognised on a trade date basis and are classified as available-for-sale ("AFS").

Available-for-sale investment securities are those intended to be held for an indefinite period of time, which may be sold in response to needs for liquidity or changes in interest rates, exchange rates or equity prices.

Financial assets that are not classified as at fair value through profit or loss or as loans and receivables are classified as AFS. A financial asset classified as AFS is initially recognized at its fair value plus transaction costs that are directly attributable to the acquisition of the financial asset. Financial assets classified as AFS are carried at fair value with the changes in fair value reported in other comprehensive income. For AFS debt instruments, changes in carrying amounts relating to changes in foreign exchange rate are recognized in the Statement of Income and other changes in carrying amount are recognized in other comprehensive income as indicated above. For financial assets classified as AFS that are nonmonetary items (equity instruments), the gain or loss that is recognized in other comprehensive income includes any related foreign exchange component. However, interest calculated using the effective interest rate method is recognised under net interest income in the income statement.

When available-for-sale investment securities are sold or impaired the cumulative gain or loss previously recognised in equity is transferred to the income statement and disclosed within net investment income.

When the Group sells a financial asset and simultaneously enters into an agreement to repurchase the asset (or a similar asset) at a fixed price on a future date, the arrangement is accounted for as a deposit, and the underlying asset continues to be recognised in the Group's financial statement.

Reverse repurchase agreements

When the Group purchases a financial asset and simultaneously enters into an agreement to resell the asset or a substantially similar asset at a fixed price on a future date, the arrangement is accounted for as a loan or advance, and the underlying asset is not recognised in the Group's financial statements.

Held-to-maturity investment securities are non-derivative financial assets with fixed or determinable payments and fixed maturities that the Group's management has the positive intention and ability to hold to maturity. Held-to-maturity investment securities are initially recognised at fair value, including directly attributable costs, and subsequently measured at amortised cost using the effective interest method less any impairment losses. Any foreign currency transaction gain or loss on held to maturity investments security is recognized in the income statement. A sale or reclassification of any held-to-maturity investments would result in the reclassification of all held-to-maturity investments as available for sale, and would prevent the Group from classifying investment securities as held to maturity for the current and the following two financial years. Sales or reclassification is allowed in any of the following circumstances:

- sales or reclassifications that are so close to maturity that changes in the market rate of interest would not have a significant effect on the financial asset's fair value;
- sales or reclassifications after the entity has collected substantially all of the asset's original principal; or
- sales or reclassifications attributable to non-recurring isolated events beyond the entity's control that could not have been reasonably anticipated.

Financial liabilities

Deposits by banks, customer accounts, accruals and deferred income, debt securities in issue and other liabilities are measured at amortised cost. Other liabilities are primarily made up of amounts payable to both intercompany and third party organisations. Where financial liabilities as at fair value such as liabilities arising from short sale transactions, are also initially recognised at fair value with the related transaction costs taken directly to the income statement. Gains and losses arising from subsequent changes in fair value are recognised directly in the income statement within net trading income.

Offsetting

Financial assets and liabilities are offset and the net amount presented in the statement of financial position when, and only when, the Group has a currently enforceable legal right to set off the recognised amounts and it intends either to settle on a net basis, or to realise the asset and settle the liability simultaneously. Income and expenses are presented on a net basis only when permitted under IFRSs, or for gains and losses arising from a group of similar transactions such as in the Group's trading activity.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

k) Financial assets and liabilities (continued)

Fair Value Measurement

“Fair Value” is the price that would be received to sell an asset or paid to transfer a liability in an orderly transaction between market participants at the measurement date in the principal or, in its absence, the most advantageous market to which the Group has access at that date. The fair value of a liability reflects its non-performance risk.

When available, the Group measures the fair value of an instrument using the quoted price in an active market for that instrument. A market is regarded as active if transactions for the asset or liability take place with sufficient frequency and volume to provide pricing information on an on-going basis.

If there is no quoted price in an active market, then the Group uses valuation techniques that maximise the use of relevant observable inputs and minimise the use of unobservable inputs. The chosen valuation technique incorporates all of the factors that market participants would take into account in pricing a transaction.

The best evidence of the fair value of a financial instrument at initial recognition is normally the transaction price – i.e. the fair value of the consideration given or received. If the Group determines that the fair value at initial recognition differs from the transaction price and the fair value is evidenced neither by a quoted price in an active market for an identical asset or liability nor based on a valuation technique that uses only data from observable markets, then the financial instrument is initially measured at fair value, adjusted to defer the difference between the fair value at initial recognition and the transaction price. Subsequently, that difference is recognised in profit or loss on an appropriate basis over the life of the instrument.

The value of a demand deposit is not less than the amount payable on demand, discounted from the first date on which the amount could be required to be paid.

The Group recognises transfers between levels of the fair value hierarchy as of the end of the reporting period during which the change occurred.

l) Impairment of financial assets

Impairment of loans and advances

The Group assesses at each statement of financial position date whether there is objective evidence that a loans and advances are impaired. Loans and advances are impaired and impairment losses are incurred if, and only if, there is objective evidence of impairment as a result of one or more loss events that occurred after the initial recognition of the asset prior to the statement of financial position date (“a loss event”) and that loss event or events has had an impact on the estimated future cash flows of the financial asset or the portfolio that can be reliably estimated.

Objective evidence that a loans and advances are impaired includes observable data that comes to the attention of the Group such as:

- Significant financial difficulty of the issuer or obligor;
- A breach of contract, such as a default or delinquency in interest or principal payments;
- It becomes probable that the borrower will enter bankruptcy or other financial reorganisation;
- The disappearance of an active market for that financial asset because of financial difficulties; or
- Observable data indicating that there is a measurable decrease in the estimated future cash flows from a portfolio of financial assets since the initial recognition of those assets, although the decrease cannot yet be identified with the individual financial assets in the portfolio, including:
 - adverse changes in the payment status of borrowers in the portfolio; and
 - national or local economic conditions that correlate with defaults on the assets in the portfolio.

The Group first assesses whether objective evidence of impairment exists individually for loans and advances that are individually significant and individually or collectively for financial assets that are not individually significant. If the Group determines that no objective evidence of impairment exists for an individually assessed loans and advances, whether significant or not, it includes the asset in a group of loans and advances with similar credit risk characteristics and collectively assesses them for impairment. Loans and advances that are individually assessed for impairment and for which an impairment loss is or continues to be recognised are not included in a collective assessment of impairment.

133
 3. 12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

l) Impairment of financial assets (continued)

Impairment of loans and advances (continued)

For loans and advances the amount of impairment loss is measured as the difference between the asset's carrying amount and the present value of estimated future cash flows considering collateral, discounted at the asset's original effective interest rate. The amount of the loss is recognised using an allowance account or offset against the loan balance and the amount of the loss is included in the income statement.

Following impairment, interest income is recognised using the original effective interest rate. The Group discounts future cash flows for the purpose of measuring the impairment loss, using the original effective interest rate, applied to the revised carrying amount.

Write-off of loans and advances

Loans (and the related impairment allowance accounts) are normally written off, either partially or in full, when there is no realistic prospect of recovery. Where loans are secured, this is generally after receipt of any proceeds from the realisation of security. In circumstances where the net realisable value of any collateral has been determined and there is no reasonable expectation of further recovery, write-off may be earlier. Subsequent recoveries of amounts previously written off are recorded against net credit losses in the income statement.

Reversals of impairment

If, in a subsequent period, the amount of the impairment loss decreases and the decrease can be related objectively to an event occurring after the impairment was recognised, the previously recognised impairment loss is reversed by adjusting the allowance account. The amount of the reversal is recognised against net credit losses in the income statement.

Impairment of available-for-sale financial assets

Available-for-sale financial assets are assessed at each balance sheet date for objective evidence of impairment. If such evidence exists as a result of one or more events that occurred after the initial recognition of the financial asset (a 'loss event') and that loss event has an impact, which can be reliably measured, on the estimated future cash flows of the financial asset an impairment loss is recognised.

Impairment losses on available-for-sale investment securities are recognised by transferring the cumulative loss that has been recognised directly in equity to the income statement. The cumulative loss that is removed from equity and recognised in the income statement is the difference between the acquisition cost, net of any principal repayment and amortisation, and the current fair value, less any impairment loss previously recognised in the income statement. Changes in impairment provisions attributable to time value are reflected as a component of interest income.

The impairment methodologies for available-for-sale financial assets are set out as follows:

- Available-for-sale debt securities. In assessing objective evidence of impairment at the reporting date, the Group considers all available evidence, including observable data or information about events specifically relating to the securities which may result in a shortfall in the recovery of future cash flows. Financial difficulties of the issuer, as well as other factors such as information about the issuers' liquidity, business and financial risk exposures, levels of and trends in default for similar financial assets, national and local economic trends and conditions, and the fair value of collateral and guarantees may be considered individually, or in combination, to determine if there is objective evidence of impairment.
- Available-for-sale equity securities. Objective evidence of impairment may include specific information about the issuer as detailed above, but may also include information about significant changes in technology, markets, economics or the law that provides evidence that the cost of the equity securities may not be recovered.

A significant or prolonged decline in the fair value of the equity below its cost is also objective evidence of impairment. In assessing whether it is significant, the decline in fair value is evaluated against the original cost of the asset at initial recognition.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

l) Impairment of financial assets (continued)

Impairment of available-for-sale financial assets (continued)

Once an impairment loss has been recognised, the subsequent accounting treatment for changes in the fair value of that asset depends on the type of asset:

- for an available-for-sale debt security, a subsequent decline in the fair value of the instrument is recognised in the income statement when there is objective evidence of impairment as a result of further decreases in the estimated future cash flows of the financial asset. Where there is no further objective evidence of impairment, the decline in the fair value of the financial asset is recognised in other comprehensive income. If the fair value of a debt security increases in a subsequent period, and the increase can be objectively related to an event occurring after the impairment loss was recognised in the income statement, or the instrument is no longer impaired, the impairment loss is reversed through the income statement;
- for an available-for-sale equity security, all subsequent increases in the fair value of the instrument are treated as a revaluation and are recognised in other comprehensive income. Impairment losses recognised on the equity security are not reversed through the income statement. Subsequent decreases in the fair value of the available-for-sale equity security are recognised in the income statement, to the extent that further cumulative impairment losses have been incurred.

m) De-recognition of financial assets and liabilities

Financial assets are derecognised when the right to receive cash flow from assets has expired or the Group has transferred substantially all the risks and rewards of ownership. Financial liabilities are derecognised when they are extinguished, that is, when the obligation is discharged, cancelled or expires.

n) Finance and operating leases (new)

Where the Group leases out equipment and there is a transfer of substantially all of the risks and rewards of ownership to the lessee, the lease is accounted for as a finance lease. Operating leases are leases other than finance leases.

Finance and operating leases – as lessee

Assets held under finance leases and hire purchase contracts are capitalised and depreciated as described in Note 1(o) below. Finance charges are allocated to accounting periods so as to produce a constant periodic rate of interest on the remaining balance of the obligation for each accounting period. Rentals payable under operating leases are charged to the income statement on a straight line basis over the lease term and are included within "General and administrative expenses".

Finance and operating leases – as lessor

The net investment in finance leases is included in "Loans and advances to customers". The gross earnings over the period of the lease are allocated to give a constant periodic rate of return on the net investment. Direct costs of initiating leases are added to the initial recognition amount of the lease receivable. Rentals receivable are included within "Interest and similar income".

Assets held for the purpose of leasing to third parties under operating leases are included in "Property, plant and equipment" and depreciated on a straight-line basis over their estimated useful lives. Rentals receivable are accounted for on a straight-line basis over the period of the lease and are included within "Other operating income".

Residual values

Residual value exposure occurs due to the uncertain nature of the value of an asset at the end of an agreement. Throughout the life of an asset its residual value will fluctuate because of the uncertainty of the future market and technological changes or product enhancements as well as general economic conditions.

Residual values are set at the commencement of the lease based upon management's expectations of future values. During the course of the lease residual values are reviewed on an annual basis so as to identify any potential impairment. Any reduction in the residual value that leads to an impairment of a leased asset is identified within such reviews and recognised immediately.

135
B. 12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

n) Property and equipment

Items of property and equipment, including freehold and leasehold improvements are stated at cost, less accumulated depreciation and impairment losses (see below). Depreciation is provided to write off the cost, less the estimated residual value of each asset, on a straight-line basis over their estimated useful lives. Estimated useful lives of vehicles, furniture and equipment are between one and seven years.

Freehold buildings	50 years
Leasehold property	lease term
Leasehold improvements	shorter of lease term and 10 years
Vehicles, furniture and equipment	between 1 and 10 years
Leased assets	between 1 and 20 years

Subsequent costs are included in the asset's carrying amount or recognised as a separate asset, as appropriate, only when it is probable that future economic benefits associated with the item will flow to the Group and the cost of the item can be measured reliably. All other repairs and maintenance are charged to the income statement during the financial period in which they are incurred.

o) Intangible assets

Goodwill

Acquired goodwill represents the excess of the cost of an acquisition over the fair value of the Group's share of the net identifiable assets of the acquired subsidiary undertaking at the date of acquisition. Gains and losses on the disposal of an entity include the carrying amount of goodwill relating to the entity sold. Goodwill is stated at cost less any accumulated impairment losses.

Other intangibles

Intangible assets that are acquired by the Group are stated at cost less accumulated amortisation and impairment losses. Amortisation is charged to the income statement using the methods that best reflect the economic benefits over their estimated useful economic lives and residual values are reviewed at each financial year end and adjusted if appropriate. The estimated useful lives are as follows.

Acquired computer software licenses	3 - 5 years
Computer software development	1 - 10 years

Computer software

Expenditure on internally developed software is recognised as an asset when the Group is able to demonstrate its intention and ability to complete the development and use the software in a manner that will generate future economic benefits, and can reliably measure the costs to complete the development. The capitalised cost of internally developed software includes all internal and external costs directly attributable to developing the software and are amortised over its useful life.

Client intangibles

Client intangibles are identifiable assets and are recognised at their present value based on cash flow forecasts on acquired contractual rights over customer relationships.

p) Impairment of non-financial assets

At each reporting date, the Group assesses whether there is any indication that its goodwill and intangible assets or property and equipment are impaired. These non-financial assets are tested for impairment annually or more frequently if events or changes in circumstance indicate that they might be impaired. Goodwill is allocated to cash-generating units for the purpose of impairment testing. Impairment losses in respect of goodwill are not reversed. Impairment losses are recognised in the income statement.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

q) Income taxes

Income tax payable on profits is recognised as an expense based on the applicable tax laws in each jurisdiction in the period in which profits arise. The tax effects of income tax losses available for carry-forward are recognised as a deferred tax asset if it is probable that future taxable profit will be available against which the losses can be utilised.

Deferred tax assets and liabilities are recognised for taxable and deductible temporary differences between the tax base of assets and liabilities and their carrying amounts in the financial statements. Deferred tax assets are recognised to the extent that it is probable that there will be suitable profits available against which these differences can be utilised. Deferred tax assets and liabilities are measured at the tax rates that are expected to apply in the period in which the asset will be realised or the liability will be settled based on tax rates that are enacted or substantively enacted at the statement of financial position date.

Deferred tax assets are reviewed at each reporting date and are reduced to the extent that it is no longer probable that the related tax benefit will be realised. Current and deferred taxes are recognised as income tax benefit or expense in the income statement.

r) Levies

Levies are imposed by governments to the Group in accordance with the legislation, other than income taxes, fines or other penalties that are imposed for breach of the legislation. The Group recognises a liability to pay a levy on the date identified by the legislation that triggers the obligation. Levies are recorded under general administrative expenses in the Group's income statement.

s) Foreign currencies

Transactions in foreign currencies are recorded using the rate of exchange at the date of transaction. Monetary assets and liabilities denominated in currencies other than US Dollars are translated into US Dollars using the year end spot exchange rates. Non-monetary assets and liabilities denominated in currencies other than US Dollar that are classified as "held for trading" or "designated at fair value" are translated into US Dollars using the year end spot rate. Non-monetary assets and liabilities, denominated in currencies other than US Dollars that are not measured at fair value, have been translated at the relevant historical exchange rates. Any gains or losses on exchange are taken to the profit and loss account as incurred except gains and losses on financial assets classified as AFS that are nonmonetary items.

The assets and liabilities of overseas branches are translated into the Group's presentation currency at the rate of exchange as at the statement of financial position date, and their income statements are translated at the average exchange rates for the year. Exchange differences arising on translation are taken directly to a separate component of equity.

t) Employee benefits (new)

Defined benefit plans

The Group also participates in and continues to operate defined benefit pension schemes for employees in Greece, Netherlands, Belgium, Spain, Austria, Ireland, France and Norway. Staffs do not make contributions for basic pensions. For its overseas defined benefit plans, the net liability recognised in the balance sheet is the actuarially calculated present value of the defined benefit obligation at the balance sheet date, less the fair value of the plan assets.

The defined benefit obligation is calculated annually by independent actuaries using the projected unit credit method. The present value of the defined benefit obligation is determined by discounting the estimated future cash outflows using interest rates of high-quality corporate bonds that are denominated in the currency in which the benefits will be paid and that have terms to maturity approximating to the terms of the related pension liability.

Remeasurement gains and losses are recognised immediately in the statement of comprehensive income. For defined benefit obligations, the current service cost and any past service costs are included in the profit and loss account within operating expenses and the interest income on pension scheme assets, net of the impact of the interest cost on the pension scheme liabilities, is included within other finance income.

A surplus is recognised on the balance sheet where an economic benefit is available as a reduction in future contributions or as a refund of monies to the Group.

137
 37. OK

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

t) Employee benefits (new) (continued)

Defined contribution plans

The Group operates a number of defined contribution pension schemes. The Group's annual contributions are charged to the income statement in the period to which they relate. The pension scheme's assets are held in separate trustee administered funds.

Short term benefits

Short-term employee benefit obligations are measured on an undiscounted basis and are expensed as the related service is provided. A provision is recognised for the amount expected to be paid under short-term cash bonus if the Group has a present legal or constructive obligation to pay this amount as a result of past service provided by the employee and the obligation can be estimated reliably.

Termination benefits

Termination benefits are recognised as an expense when the Group is demonstrably committed, without realistic possibility of withdrawal, to a formal detailed plan to either terminate employment before the normal retirement date, or to provide termination benefits as a result of the offer made to encourage voluntary redundancy. Termination benefits for voluntary redundancies are recognised as part of a restructuring programme, if the Group has made an offer of voluntary redundancy, it is probable that the offer will be accepted, and the number of acceptances can be estimated reliably.

u) Share based incentive plans

The Group participates in a number of Citigroup share-based incentive plans under which Citigroup grants shares to the Group's employees. Pursuant to a separate Stock Plans Affiliate Participation Agreement ("SPAPA") the Group makes a cash settlement to Citigroup for the fair value of the share-based incentive awards delivered to the Group's employees under these plans.

The Group uses equity-settled accounting for its share-based incentive plans, with separate accounting for its associated obligations to make payments to Citigroup. The Group recognises the fair value of the awards at grant date as a compensation expense over the vesting period with a corresponding credit in the equity reserve as a capital contribution from Citigroup. All amounts paid to Citigroup and the associated obligation under the SPAPA is recognised in the equity reserve over the vesting period. Subsequent changes in the fair value of all unexercised awards and the SPAPA are reviewed annually and any changes in value are recognised in the equity reserve, again over the vesting period.

For Citigroup's share-based incentive plans that have a graded vested period each "tranche" of the award is treated as a separate award, where a plan has a cliff vest the award only has a single "tranche". The expense is recognised in the first year of deferral.

Vesting Period of Award	% of expense recognised			
	Year 1	Year 2	Year 3	Year 4
2 Years (2 Tranches)	75%	25%		
2 Years (1 Tranche)	50%	50%		
3 Years (3 Tranches)	61%	28%	11%	
3 Years (1 Tranche)	33%	33%	33%	
4 Years (4 Tranches)	52%	27%	15%	6%
4 Years (1 Tranche)	25%	25%	25%	25%

However, employees who meet certain age plus years of service requirements (retirement eligible employees) may terminate active employment and continue vesting in their awards provided they comply with specified non-compete provisions. The cost of share based incentive plans are recognised over the requisite service period. For awards granted to retiree eligible employees, the services are provided prior to grant date, and subsequently the costs are accrued in the year prior to the grant date.

138
31.12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

v) Accounting for government grants

Grants are credited to the income statement to offset the matching expenditure. Grants received, which are repayable if defined conditions are not met, are credited to the income statement on a straight-line basis over that period.

w) Cash and cash equivalents

For the purposes of the cash flow statement, cash and cash equivalents comprise balances with original maturity of less than three months, including: cash non-restricted and restricted balances with central banks, treasury bills and other eligible bills and loans and advances to banks.

x) Provisions

Provisions are recognised when it is probable that an outflow of economic resources will be required to settle a current legal or constructive obligation as a result of past events, and a reliable estimate can be made of the amount of the obligation.

y) Subsidiary undertakings

Shares in subsidiary undertakings, comprising unlisted securities, are shown at cost less allowance for impairment.

z) Common control transactions

The Group accounts for business combinations between entities under common control at book value. Comparatives have not been restated nor prepared on a pro forma basis unless otherwise indicated.

aa) Discontinued operation

A discontinued operation is a component of the Group's business that represents a separate major line of business or geographical area of operations that meet the definition of criteria to be classified as held for sale.

The results of discontinued operations have been disclosed separately as a single amount in the income statement for the relevant periods presented, comprising the post-tax profit or loss of discontinued operations and the post-tax gain or loss recognised on measurement to fair value less costs to sell. Prior period disclosures have been updated to distinguish between continuing and discontinued operations. Please refer to Note 29 'Discontinued operations' for further information.

bb) Fiduciary activities

The Group commonly acts as trustee and in other fiduciary capacities that result in the holding or placing of assets on behalf of individuals, trusts, retirement benefit plans and other institutions. In acting in this capacity, the Group has concluded that it acts as an agent, therefore such assets and incomes arising thereon are excluded from these financial statements, as they are not assets of the Group.

cc) Issued debt securities

The Group has designated as at fair value through profit and loss a number of issued debt securities that contain embedded equity, interest rate and credit derivatives that would otherwise be required to be split and separately accounted for at fair value. The fair value of issued debt securities also takes into account an allowance for the Group's own credit risks. See Note 18 – 'Financial assets and liabilities' for further details."

135
81.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

2. Use of assumptions and estimates

The results of the Group are sensitive to the accounting policies, assumptions and estimates that underlie the preparation of its financial statements. The accounting policies used in the preparation of the financial statements are described in detail above.

The preparation of financial statements requires the use of judgements, estimates and assumptions that affect the application of accounting policies and the reported amounts of assets, liabilities, income and expenses. Actual results may differ from these estimates.

Estimates and underlying assumptions are reviewed on an ongoing basis. Revisions to accounting estimates are recognised in the period in which the estimate is revised and in any future periods affected.

When preparing the financial statements, it is the Directors' responsibility under Irish Company law to select suitable accounting policies and to make judgments and estimates that are reasonable and prudent. The accounting policies that are deemed critical to the Group's IFRS results and financial position, in terms of the materiality of the items to which the policy is applied, or which involve a high degree of judgment or estimation are:

Impairment of loans

In determining whether an impairment loss should be recorded in the income statement, the Group makes judgements as to whether there is any observable data indicating that there is a measurable decrease in the estimated future cash flows from individually significant loans or from a loan portfolio. Estimates are based on historical loss experience for assets with credit risk characteristics and objective evidence of impairment similar to those in the portfolio when estimating its future cash flows. Impairments are discussed and presented further in Note 17.

Valuation of intangible assets

Assumptions may be required in the valuation of certain material intangible assets and management may use external professional advice to assist with this process.

Share-based incentive plans

The Group participates in a number of Citigroup Inc's share-based incentive plans. Awards granted through Citigroup Inc's Stock Option Program are measured by applying an option pricing model, taking into account the terms and conditions of the program. Analysis of past exercise behaviour, Citigroup Inc's dividend history and historical volatility are key inputs to the valuation model. See Note 31 for further details.

Retirement benefit obligation

The Group participates in locally operated defined benefit schemes for its European branches. Defined benefit schemes are measured on an actuarial basis, with the key assumptions being inflation, discount rate and mortality. Under the revised IAS 19 the expected return on plan assets is calculated by applying the AA corporate bond yield discount rate. Inflation rates are selected by reference to the European Central Bank target for inflation. Mortality assumptions are based upon the relevant standard industry and national mortality tables. Discount rates are based on specific corporate bond indices which reflect the underlying yield curve of each scheme. Management judgement is required in estimating the rate of future salary growth. All assumptions are unbiased, mutually compatible and based upon market expectations at the reporting date. The sensitivity of key assumptions is discussed in Note 14 – 'Retirement benefit obligations.'

Valuation of financial instruments

The fair values of financial instruments that are not quoted in active markets are determined by using valuation techniques. To the extent practical, models use only observable data and where this is not possible may be required to make estimates. Note 18 further outlines the approach to valuation of financial instruments.

140
20
31.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

2. Use of assumptions and estimates (continued)

Credit value adjustment (CVA), funding valuation adjustment (FVA) and debt valuation adjustment (DVA)

CVA and FVA are applied to over-the-counter (OTC) derivative instruments in which the base valuation generally discounts expected cash flows using the relevant base interest rate curve for the currency of the derivative (e.g., LIBOR for uncollateralised U.S. dollar derivatives). As not all counterparties have the same credit risk as that implied by the relevant base curve, a CVA is necessary to incorporate the market view of both counterparty credit risk and Citi's own credit risk in the valuation. FVA reflects a market funding risk premium inherent in the uncollateralised portion of derivative portfolios, and in collateralised derivatives where the terms of the agreement do not permit the reuse of the collateral received.

Citi's CVA methodology is composed of two steps. First, the credit exposure profile for each counterparty is determined using the terms of all individual derivative positions and a Monte Carlo simulation or other quantitative analysis to generate a series of expected cash flows at future points in time. The calculation of this exposure profile considers the effect of credit risk mitigants, including pledged cash or other collateral and any legal right of offset that exists with counterparty through arrangements such as netting agreements. Individual derivative contracts that are subject to an enforceable master netting agreement with a counterparty are aggregated for this purpose, since it is those aggregate net cash flows that are subject to nonperformance risk.

This process identifies specific, point-in-time future cash flows that are subject to nonperformance risk, rather than using the current recognised net asset or liability as a basis to measure the CVA. Second, market-based views of default probabilities derived from observed credit spreads in the credit default swap (CDS) market are applied to the expected future cash flows determined in step one. Citi's own-credit CVA is determined using Citi-specific CDS spreads for the relevant tenor. Generally, counterparty CVA is determined using CDS spread indices for each credit rating and tenor. For certain identified netting sets where individual analysis is practicable (e.g., exposures to counterparties with liquid CDSs), counterparty-specific CDS spreads are used.

The CVA and FVA are designed to incorporate a market view of the credit and funding risk, respectively, inherent in the derivative portfolio. However, most unsecured derivative instruments are negotiated bilateral contracts and are not commonly transferred to third parties. Derivative instruments are normally settled contractually or, if terminated early, are terminated at a value negotiated bilaterally between the counterparties. Thus, the CVA and FVA may not be realised upon a settlement or termination in the normal course of business. In addition, all or a portion of these adjustments may be reversed or otherwise adjusted in future periods in the event of changes in the credit or funding risk associated with the derivative instruments.

Own debt valuation adjustments (DVA) are recognised on debt securities in issue that are designated at fair value using Citigroup's credit spreads observed in the bond market. Accordingly, the fair value of debt securities in issue is impacted by the narrowing or widening of Citigroup's credit spreads.

CVA and DVA may not be realised upon a settlement or termination in the normal course of business. In addition, all or a portion of the credit valuation adjustments may be reversed or otherwise adjusted in future periods in the event of changes in the credit risk of Citigroup or its counterparties, or changes in the credit mitigants (collateral and netting agreements) associated with the derivative instruments.

The Group has designated various debt instruments at fair value through profit or loss. Under IFRS 13, the Group is required to incorporate its own-credit risk in the fair value for these liabilities.

During 2016, the Group recorded CVA/FVA/DVA loss of approximately \$4.5 million (2015: \$nil).

141
37. ²⁶

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

3. Net interest income

	Group and Company	
	2016	2015*
	\$ 000	\$ 000
Interest and similar income		
Cash and cash equivalents	1,132	-
Loans and advances to banks	77,258	42,584
Loans and advances to customers	293,719	185,825
Investment securities - available for sale	44,116	32,376
Other interest income	1,116	2,369
Total interest income	<u>417,341</u>	<u>263,154</u>
 Interest expense and similar charges		
Deposits by banks	11,929	17,458
Customer accounts	25,880	14,676
Debt securities in issue	740	-
Other interest paid	20,643	4,120
Total interest expense	<u>59,192</u>	<u>36,254</u>
 Net interest income	<u>358,149</u>	<u>226,900</u>

* The presentation of certain lines has changed for consistency following the merger (see Note 1e).

Included in interest income is a total of \$1.2 million (2015: \$1.95 million) received on impaired loans.

142
31.12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

4. Net fee and commission income

	Group and Company	
	2016	2015*
	\$ 000	\$ 000
Securities	8,448	-
Clearing and settlement	51,728	31,400
Asset management	1,750	729
Custody and Fiduciary transactions	187,241	62,024
Payment services	319,767	306,665
Customer resources distributed but not managed	150,329	48,006
Structured Finance	96,028	84,048
Loan commitments given	176,428	201,276
Other	254,446	122,292
Total fee and commission income	1,246,165	856,440
Clearing and settlement	(36,296)	(2,865)
Custody	(19,834)	(2,174)
Servicing of securitization activities	(468)	(226)
Loan commitments received	-	(555)
Other	(24,649)	(8,765)
Total fee and commission expense	(81,247)	(14,585)
Net fee and commission income	1,164,918	841,855

* The presentation of certain lines has changed for consistency following the merger (see Note 1c).

Included in fee and commission income are fees earned by the Group on fiduciary activities where the Group holds assets on behalf of its customers. This fee income totalled \$149 million in 2016 (2015: \$54 million).

5. Net trading income

	Group and Company	
	2016	2015*
	\$ 000	\$ 000
Derivatives	85,585	65,608
Debt securities	74,123	34,403
Loans and advances	1,540	-
Total net trading income	161,248	100,011

* The presentation of certain lines has changed for consistency following the merger (see Note 1c).

143
81. *102*

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

6. Net investment income

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Net gain of available-for-sale financial assets	148,290	21,752
Dividends on available-for-sale financial assets	1,327	76
Total net investment income	149,617	21,828

7. Net income on other financial instruments designated at fair value through profit and loss

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Loans and advances	33,039	5,266
Debt securities issued	(152)	-
Total net income on other financial instruments at fair value through profit and loss	32,887	5,266

8. Other operating income

	Group and Company	
	2016	2015*
	\$ 000	\$ 000
Intercompany recoveries	301,980	118,937
Total other operating income	301,980	118,937

* The presentation of certain lines has changed for consistency following the merger (see Note 1c).

A significant portion of expenses within the Group originate from services provided by the CSCs to other Citi entities, both globally and regionally. These costs are allocated out to businesses and legal entities based on a number of drivers. All of these transfer pricing agreements are reviewed regularly for appropriateness. These recoveries are recognised in other operating income.

9. Auditor's remuneration

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Audit fee	699	476
Other assurance	270	210
Tax advisory services	33	28
Other non-audit services	-	-
	1,002	714

Additional fees paid to other KPMG member firms outside Ireland for services include local audit fees of \$1.2 million, other assurance fees of \$0.3 million, tax advisory fees of \$0.04 million and any other non-audit service fees of \$0.1 million.

100
31.2

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

10. Personnel expenses

The average number of persons employed by the Group during the year was 9,158 (2015: 3,941). This comprises 9,023 Direct Staff Full Time and 135 Direct Staff Part-time.

The Group operates 11 defined contribution pension schemes and seven defined benefit schemes. In 2016 contributions of \$12.1 million (2015: \$10.2 million) were made to the scheme.

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Wages and salaries	452,944	189,043
Social security costs	89,454	26,300
Share based payment expenses	14,584	3,904
Pensions and post retirement benefits:	22,082	10,261
Restructuring costs	35,801	-
Total personnel expenses	614,865	229,508

11. Directors' emoluments

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Directors' emoluments are as follows:		
For qualifying services	2,615	3,238
For long term incentive schemes	-	-
Pension schemes		
- Defined contribution scheme	112	111
Compensation for loss of office	1,392	-
	4,119	3,349

As of 31 December 2016 retirement benefits were accruing to three directors (2015: three).

12. Other expenses

	2016	2015
Group	\$ 000	\$ 000
Research and Development	4,926	7,034
Depreciation	48,257	4,062
Amortisation	114,509	29,882
Communications & Technology	97,596	54,909
Contractors	47,014	27,686
Tax charges and Levies	57,157	32,524
Premises	48,616	23,592
Other administrative expenses	188,689	165,747
Total other expenses	606,764	345,436

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

12. Other expenses (continued)

	2016	2015
Company	\$ 000	\$ 000
Research and Development	4,926	7,034
Depreciation	48,257	4,062
Amortisation	114,509	29,882
Communications & Technology	97,596	54,909
Contractors	47,014	27,686
Tax charges and Levies	57,157	32,524
Premises	48,616	23,592
Other administrative expenses	188,672	165,747
Total other expenses	606,747	345,436

13. Tax on profit on ordinary activities

(a) Analysis of tax charge in the year:

Group	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Current tax:		
Corporation tax on profits of the period	(149,941)	(97,081)
Total current tax	(149,941)	(97,081)
Deferred tax:		
Current year deferred tax	20,354	(1,037)
Total deferred tax (note 23)	20,354	(1,037)
Total income tax expense	(129,587)	(98,118)
- of this continuing operation	(124,740)	(97,935)
Company	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Current tax:		
Corporation tax on profits of the period	(149,944)	(97,081)
Total current tax	(149,944)	(97,081)
Deferred tax:		
Origination and reversal of timing differences		
Current year deferred tax	20,354	(1,037)
Total deferred tax (note 23)	20,354	(1,037)
Total income tax expense	(129,590)	(98,118)
- of this continuing operation	(124,743)	(97,935)

146
201. ^{at}

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

13. Tax on profit on ordinary activities (continued)

(b) Reconciliation of effective tax rate:

	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Group		
Profit before income tax from continued operations	953,079	720,424
Profit before income tax from discontinued operations	39,045	1,284
Total profit before income tax	992,124	721,708
Total income tax at Irish corporation tax rate of 12.5%	(124,015)	(90,214)
Effects of:		
Income taxes paid in foreign jurisdictions	(60,430)	(20,773)
Capital allowances and other timing differences	29,675	2,307
Non deductible expenses	(12,644)	(4,861)
Double tax relief credit	30,133	14,233
Double taxation relief adjustment	3,787	817
Utilisation of excess foreign tax credits	25,866	-
Taxes paid at higher rate	(21,958)	-
Utilisation of losses brought forward	-	118
Other	-	254
Total income tax expense	(129,587)	(98,118)
- of this continuing operation	(124,740)	(97,935)
- of this discontinuing operation	(4,847)	(183)
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Company		
Profit before income tax from continued operations	953,096	720,424
Profit before income tax from discontinued operations	39,045	1,284
Total profit before income tax	992,141	721,708
Total income tax at Irish corporation tax rate of 12.5%	(124,018)	(90,214)
Effects of:		
Income taxes paid in foreign jurisdictions	(60,430)	(20,773)
Capital allowances and other timing differences	29,674	2,307
Non deductible expenses	(12,644)	(4,861)
Double tax relief credit	30,133	14,233
Double taxation relief adjustment	3,787	817
Utilisation of excess foreign tax credits	25,866	-
Taxes paid at higher rate	(21,958)	-
Utilisation of losses brought forward	-	118
Other	-	254
Total income tax expense	(129,590)	(98,118)
- of this continuing operation	(124,743)	(97,935)
- of this discontinuing operation	(4,847)	(183)

147
87.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

14. Retirement benefit obligation

As a result of the merger, the Group now participates in a pre-existing locally operated defined benefit and defined contribution schemes for its European branches. The Branches in Greece, Netherlands, Belgium, Spain, Austria, France and Norway operate defined benefit schemes locally, apart from Belgium these are closed to new entrants. In certain countries employers pay contributions towards the state pension scheme or participate in a defined contribution schemes. The Group fulfils its duties in this regard as required by local statute.

Employer contributions to the defined benefit schemes in 2016 were \$3 million (2015: nil). The group expects to make contributions of approximately \$2 million in 2017. The defined benefit obligation includes benefits for current employees, former employees and current pensioners. The weighted average duration of the obligation is 18.5 years. The main plans provide benefits related to salary close to retirement or earlier withdrawal from service.

Material amendments, curtailments and settlements within the Group during 2015 and 2016 encompassed the following:

In 2016 a restructuring took place in Greece leading to the departure of a number of employees from the pension and medical plans. The impact of these departures was a reduction to the defined benefit obligation of \$2 million which has been recognized as a past service credit in 2016.

When comparing the plan to 2015, liabilities increased by \$53 million, which included remeasurement losses of \$72million driven by lower discount rates as yields on bonds fell across the Eurozone due to certain macro variables. Assets increased by \$1 million including a remeasurement gain of \$16 million, driven by higher fair value bond prices which is offset by \$15 million of regular benefit payments. The total remeasurement impact to OCI in 2016 was therefore a loss of \$56 million.

The amounts recognised in the balance sheet are determined as follows:

	Group and Company	
	31 December 2016	31 December 2015
	\$ 000	\$ 000
Present value of funded defined benefit obligation	(466,681)	-
Fair value of plan assets	282,858	-
Deficit	(183,823)	-
Present value of unfunded defined benefit obligation	(14,703)	-
Net liability recognised on the balance sheet (Note 28)	(198,526)	-
Deferred tax asset (Note 23)	11,500	-
Net pension liability	(187,026)	-

The analysis of the income statement charge is as follows:

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Operating costs:		
Current service cost	2,847	-
Past service cost/(credit) (incl. curtailments)	(1,743)	-
Settlement cost/(credit)	-	-
Administration expenses	1,057	-
Financing costs:		
Interest cost on defined benefit obligations	10,767	-
Interest income on scheme assets	(7,034)	-
Expense/(income) recognised in the income statement	5,894	-
of which attributable to discontinued operations	-	-
Expense recognised in the income statement for continuing operations	5,894	-

148
26
31

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

14. Retirement benefit obligation (continued)

The changes to the present value of the defined benefit obligation during the year are as follows:

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Opening defined benefit obligation	-	-
Defined benefit obligation on date of merger	(428,871)	-
Exchange rate adjustments	16,549	-
Current service cost	(2,847)	-
Interest cost on defined benefit obligations	(10,767)	-
Remeasurement losses due to changes in financial assumptions	(71,986)	-
Remeasurement losses due to changes in demographic assumptions	(1,241)	-
Remeasurement gains due to changes in liability experience	1,189	-
Net benefits paid out	14,891	-
Past service cost (including curtailments)	1,743	-
Closing defined benefit obligation	<u>(481,340)</u>	<u>-</u>

The changes to the fair value of plan assets during the year are as follows:

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Opening fair value of plan assets	-	-
Fair value of plan assets on date of merger	281,697	-
Exchange rate adjustments	(9,248)	-
Interest income on plan assets	7,034	-
Return on plan assets excluding interest income	16,339	-
Contributions by the employer	2,940	-
Contributions by the participants	44	-
Net benefits paid out	(14,891)	-
Administration costs incurred	(1,057)	-
Closing fair value of plan assets	<u>282,858</u>	<u>-</u>

The actual return on plan assets is as follows:

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Interest income on plan assets	7,034	-
Return on plan assets excluding interest income	16,339	-
Total return on plan assets	<u>23,373</u>	<u>-</u>

149
301.2

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

14. Retirement benefit obligation (continued)

The interest income on scheme assets is set using the discount rate assumption. In 2016, asset values grew by more than assumed, leading to an overall remeasurement gain of \$16 million, as bond yields decreased in.

The analysis of amounts recognised outside the income statement, and disclosed in the statement of comprehensive income are as follows:

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Total remeasurement losses	(55,699)	-
Total losses in the statement of comprehensive income	<u>(55,699)</u>	<u>-</u>
Cumulative amount of losses recognised in the statement of comprehensive income	<u>(55,699)</u>	<u>-</u>

History of asset values, defined benefit obligation, deficit in plan and experience gains and losses for the Group are as follows:

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Fair value of plan assets	282,858	-
Defined benefits obligation	(481,384)	-
Deficit in plan	<u>(198,526)</u>	<u>-</u>
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Remeasurement gains on plan assets	16,339	-
Experience gains on obligation	1,189	-
Assumption loss on obligation	(73,227)	-
Total remeasurement loss on scheme liabilities	<u>(72,038)</u>	<u>-</u>
Total remeasurement loss	<u>(55,699)</u>	<u>-</u>

The assumptions which have the most significant effect on the results of the valuation are those relating to the discount rate on scheme liabilities and mortality assumptions. The future life expectancy of scheme members is a key assumption. However, mortality assumptions are expected to vary from country to country, due to variations in underlying population mortality as well as in variations of the profile of typical membership of the Group pension scheme. The average life expectancy of an individual retiring at age 65 is 22 for males and 23 for females.

Through its defined benefit pension plan, the Group is exposed to a number of risks, the most significant of which are detailed below:

- The possibility that bond yields will change which will affect the size of the obligations and the level of pension cost.
- The possibility that asset returns will be lower than expected.
- The risk of changes in mortality rates as the majority of the Group's defined benefit obligations are to provide benefits for the life of the member, increases in life expectancy will result in an increase in the liabilities.
- As the Greek pension plan is integrated with Greek social security any further amendments to the Greek Social Security Pension could potentially lead to higher benefits.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

14. Retirement benefit obligation (continued)

The financial weighted average assumptions used in calculating the liabilities as at 31 December are as follows:

	Group and Company	
	2016	2015
Discount rate for assessing scheme liabilities	1.70%	N/A
Future salary increases	2.10%	N/A
Rate of increase for pensions in payment	1.80%	N/A
Inflation rate assumption	1.70%	N/A

The fair values of the plan assets are as follows:

Fair values of the plan assets	Group and Company			
	\$ 000			
	2016		2015	
	Total fair value	Of which not quoted in active market	Total fair value	Of which not quoted in active market
Equities	48,045	-	-	-
Property	-	-	-	-
Government bonds	119,547	-	-	-
Corporate bonds	98,351	-	-	-
Other	16,914	3,392	-	-
Total fair value of assets	282,857	3,392	-	-

The key assumption used for IAS 19 is the discount rate although the results are also sensitive, but to a lesser extent to other assumptions. If different assumptions were used, there could be a material effect on the results disclosed. The sensitivity analyses are based on a change in one assumption while holding all other assumptions constant.

The sensitivity of key assumptions used to value the obligation is as follows:

	Group and Company	
	2016	2015
	\$ 000	\$ 000
Effect of decreasing the discount rate assumption by 1% on liabilities	(93,751)	-
Effect of participants living one extra year than expected on liabilities	(14,803)	-
Effect of increasing the pension increase rate by 1% on liabilities	(34,405)	-

Future benefits expected to be paid from pension plans is as follows:

	Group and Company					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022-
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	2026
Expected benefit payments	14,955	14,465	14,822	15,929	15,668	82,578

15/2
32.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

15. Cash and cash equivalents

For the purposes of the cash flow statement, cash and cash equivalents comprise the following balances, maturing within three months. The Group does not include government bonds of non OECD countries as cash equivalents, even where their maturity is within three months.

Group	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Cash and balances with central banks	12,284,613	2,688,377
Other demand deposits	4,150,614	2,123,254
Cash and cash equivalents	16,435,227	4,811,631
Loans and advances to banks with maturity less than 3 months	4,470,420	2,226,171
Total	20,905,647	7,037,802

Company	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Cash and balances with central banks	12,272,858	2,688,377
Other demand deposits	4,150,614	2,123,254
Cash and cash equivalents	16,423,472	4,811,631
Loans and advances to banks with maturity less than 3 months	4,470,420	2,226,171
Total	20,893,892	7,037,802

16. Trading assets

	Group and Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Government bonds	404,458	972,537
Corporate bonds	6,688	-
European commercial paper	455,359	-
Loans	228,875	-
Total trading assets	1,095,380	972,537

152
31. De

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management

17.1 Risk management missions, organisation and governance

Risk management framework

The Group operates through a comprehensive risk management framework to ensure the risks are identified, well understood, accurately measured, controlled and pro-actively managed at all levels of the organisation so that Group's financial strength is safeguarded.

The framework applies to Group in its entirety, including all businesses, functions and branches. To support this, a number of Board approved frameworks and policies are in place which set out the key principles, roles and responsibilities and governance arrangements through which the Group's material risks are managed.

The core aspects of the risk management approach are described below.

Risk governance

Group's risk management framework is based on a 'three lines of defence' governance model, whereby each line has a specific role and defined responsibilities in such a way that the execution of tasks is separated from the control of the same tasks. At the same time, the three lines of defence have to collaborate with each other in structured forums and processes to bring various perspectives together and to lead the bank toward outcomes that are in clients' and shareholders' interests, create economic value, and are systemically responsible:

- Each of the Group's businesses (the first line of defence) own and manage the risks inherent in or arising from the business, and is responsible for establishing and operating controls to mitigate key risks, performing manager assessments of the design and effectiveness of internal controls, and promoting a culture of compliance and control.
- The Group's independent control functions (the second line of defence), including Independent Risk Management, Fundamental Credit Review (FCR), Finance, Compliance, Legal, and Human Resources (HR), set standards against which the businesses and functions are required to manage and oversee risks, including conformance with applicable laws, regulatory requirements, and policies and standards of ethical conduct. These functions are involved in identifying, measuring, monitoring, or controlling aggregate risks, and are independent from front line units.
- The Group's Internal Audit function (the third line of defence) independently reviews activities of the first two lines of defence, based on a risk-based audit plan and methodology approved by the Audit Committee.

This governance framework ensures that risk is managed in line with the risk appetite and is cascaded throughout the Group.

Risk appetite

The Group's Risk Appetite Statement is a formal articulation of the aggregate level of risk and types of risk that the Group is willing to accept in order to achieve its business objectives.

The objective is to ensure that those risks are consistent with Group's Mission, Value Proposition, and Principle of Responsible Finance and that they are identified, understood, quantified, mitigated, communicated, and captured.

The Group's Risk Appetite Statement:

- Covers all quantitative and qualitative risks and applies to all Group businesses, functions, and branches;
- Is built on principle-based, qualitative boundaries to guide behaviour, as well as quantitative boundaries.

The quantitative articulation takes the form of Risk Capital and other key Risk Metric Limits. In order to support the quantitative element of risk appetite, Group articulates its Risk Appetite in terms of qualitative statements and metrics. Risk Management reviews and presents Group's Risk Appetite usage against the established thresholds on a regular basis to the Risk Committee, which annually recommends approval of Risk Appetite in the form of the Risk Appetite Statement to the Board.

157
31. 02

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.1 Risk management missions, organisation and governance (continued)

Risk identification and assessment process

Risk Identification in the Group is a continuous process. The Group has a formalized process for the identification and assessment of material risks across the bank, which is consistent with the Three Lines of Defence model.

This is an evolving process that provides the Group with the opportunity to consider the risks facing the bank, while raising awareness of those risks through broad participation from within the bank.

This process ensures that Group's view of identified assessed and emerging risks evolves in conjunction with changes in Group's risk profile and with changing market conditions.

Stress testing

Stress testing is a core responsibility of Risk Management conducted in conjunction with the Business. The Group's Chief Risk Officer, monitors and controls major risk exposures across the organisation. This means subjecting those risks to alternative stress scenarios in order to assess the potential economic impact they may have on the Group.

Stress tests take place across the Group's mark-to-market, available-for-sale and accrual portfolios. These firm-wide stress reports measure the potential impact to the Group and its component businesses including the risk within the Group of very large changes in various types of key risk factors (e.g. interest rates, credit spreads), as well as the potential impact of a number of historical and hypothetical forward-looking systemic stress scenarios.

This exercise intend to inform senior management and the Group Board of Directors about the potential economic impacts to the Group that may occur, directly or indirectly, as a result of hypothetical scenarios, based on judgmental analysis from independent risk managers.

In addition to enhancing awareness and understanding of potential exposures within the Group, the results of this process then serve as the starting point for developing risk management and mitigation strategies.

17.2 Credit Risk

Definition

Credit risk is the potential for financial loss resulting from the failure of a borrower or counterparty to honour its financial or contractual obligations. Credit risk arises in many of the Group's business activities, including:

- lending;
- sales and trading;
- derivatives;
- payment services;
- settlement;
- securities transactions; and
- when the Group acts as an intermediary on behalf of its clients and other third parties.

Governance and Organisation

Credit Risk Management within the Group is part of the second line of defence (the front office being the first, internal audit the third) and aligns the credit risk taking with the strategic planning of the Group.

From a Group credit approval perspective, new and existing credit approvals adhere to Citi global policies. In addition, the Group has put in place a specific Credit Approval Framework and Corporate Portfolio Management Booking Guidelines.

154
30. 02

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Governance and Organisation (continued)

In line with the above framework, the Group has a Credit portfolio reporting process. Group credit risk is presented to the Credit Risk Committee at each scheduled meeting, which subsequently is reported to the Group's Board Risk Committee for review.

Risk Measurement

Credit risk measurement is primarily based on internal systems introduced and developed within the Basel framework. Each counterparty is assigned an internal rating by credit risk analysts, using dedicated rating tools. This internal rating corresponds to an evaluation of the level of default risk borne by the counterparty, expressed by means of an internal rating scale. Rating assessment is a key factor in the loan issuance process. Ratings are reviewed at least once a year, making it possible to identify counterparties requiring the close attention.

To manage the general credit risk profile and limit concentration of risk, credit risk limits are set for each counterparty, establishing the maximum acceptable level for each one. Limits by economic sector and by product may also be imposed by the Risk Management department. The Risk Management department may freeze specific limits at any time in order to take the latest events into account.

Financial assets are assessed for the exhibition of objective evidence of impairment whether or not they are individually significant. A financial asset is considered impaired and impairment losses are incurred if and only if there is objective evidence of impairment as a result of one or more events that occurred after the initial recognition of the exposure (a 'loss event') and that loss event (or events) has an impact on the estimated future cash flows of the financial asset or group of financial assets that can be reliably estimated.

Impairment Provisioning

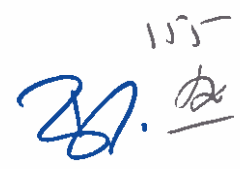
Specific and Collective Provisions are reported for financial assets that are measured at amortised costs (Loans and Receivables, Held-to-Maturity Investments).

Financial assets are assessed for the exhibition of objective evidence of impairment whether or not they are individually significant. A financial asset is considered impaired and impairment losses are incurred if and only if there is objective evidence of impairment as a result of one or more events that occurred after the initial recognition of the exposure (a 'loss event') and that loss event (or events) has an impact on the estimated future cash flows of the financial asset or group of financial assets that can be reliably estimated.

The Group first assesses whether objective evidence of impairment exists individually for financial assets that are individually significant and individually or collectively for financial assets that are not individually significant.

- A Specific provision is an individual assessment of impairment when there is objective evidence that a financial asset is defaulted as result of one or more prescribed impairment triggers. In such case, Group assigns a risk rating 8, 9 or 10. Specific provisions are calculated if the exposure to a Borrower exceeds the threshold amount, which varies per business unit. A provision is calculated based on several scenarios and assumptions. Provisions level is up to date given the quarterly reviews; Discounted cash flow (DCF) is measured when this is a significant risk driver which can be calculated. The future cash flow is based on best estimate of when/if recoveries will occur. Recoveries can be from any source, such as the sale of collateral, on-going cash flows, sale of a business/subsidiary, etc. If the exposure to a Borrower is below the threshold amount, a provision is calculated by risk managers using their judgement in selecting from the most appropriate method such as: discounted cash flow model; fair value of collateral; observable market price of loan.
- A Collective assessment of impairment are made for the 'performing' loan portfolio as an estimate or proxy for the losses/defaults that may have already occurred in the portfolio, but which Group has not yet determined or recognised. The probability of default (PD) time horizon used in the calculation of Collective provisions refers to the period during which an asset is impaired (in default), but not yet recognised as such - due to lack of objective evidence - and the moment that objective evidence of impairment occurs and becomes available to the Group ('emergence period').

An analysis is produced by Group Risk Management on a quarterly basis in order to determine the appropriate level of Collective Provision and Risk Costs, and provided to the Impairment Working Group for review.

155


CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Risk Exposure

Loans outstanding

The total carrying amounts in this table includes loans and advances to banks and loans and advances to customers as per note 18. See table below for split by category.

<i>Total carrying amounts</i>	Note	Group and Company	
		31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Loans and advances to banks			
Loans and advances - 3rd party	18	2,326,248	2,084,575
Loans and advances to customers			
Commercial loans	18	14,067,871	7,868,383
Loans held at fair value through the profit and loss	18	507,836	393,973
Loans and advances to customers		14,575,707	8,262,356
Loans and advances to third parties		16,901,955	10,346,931
Loans and advances - Related party		5,174,465	7,142,351
Loans and advances		22,076,420	17,489,282

At the Group level, there are regular, focussed reviews of individual obligors and portfolios by the Risk Committee. A breakdown of the Group's total credit exposure including commitments is as follows:

	Group and Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Gross exposure		
- Commitments and guarantees (third party)	35,170,990	18,443,108
- Balance sheet exposures (third party)	36,679,618	16,900,745
Total exposure	71,850,608	35,343,853

156
ZL

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Exposure to credit risk - Loans and advances to third parties

	Group and Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Gross amount	17,003,138	10,395,076
<i><u>Individually impaired</u></i>		
Not past due or less than 90 days	78,951	7,013
91 - 179 days past due	5,419	-
180 days or more past due	125,960	30,900
Gross amount	210,330	37,913
Impairment provision on individually impaired loans	(30,472)	(24,465)
Carrying amount of individually impaired loans	179,858	13,448
<i><u>Collectively assessed</u></i>		
Not past due or less than 90 days	16,792,808	10,356,348
91 - 179 days past due	-	393
180 days or more past due	-	422
Gross amount	16,792,808	10,357,163
Impairment provision on collectively assessed loans	(70,712)	(33,234)
Carrying amount of collectively assessed loans	16,722,096	10,323,929
Carrying amount of loans neither past due, nor impaired	-	9,553
Total impairment provision	(101,184)	(57,699)
Total carrying amount	16,901,955	10,346,931
Impairment provision on undrawn commitments	(33,987)	(12,923)
Total impairment on drawn and undrawn commitments	(135,171)	(70,622)

177
201. 026

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Net credit losses charged to the current period income statement

	Group and Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Net change to individual provisions taken in the year	31,016	(18,756)
Net change to collective provisions taken in the year	(4,701)	3,409
Credit recoveries recognised directly in the income statement	13,484	27,031
Write-offs recognised directly in the income statement	(33,890)	(31,114)
Net credit recoveries/(losses)	5,909	(19,430)

Move in provisions for impairment balances

	Group and Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Allowance for impairment		
Individual allowance for impairment		
Opening balance	(24,465)	(6,140)
Transfer in	(39,854)	-
Charge for the year	(8,923)	(22,019)
Release	8,046	-
Effect of foreign currency movements	2,830	3,694
Write offs	31,894	-
Closing balance	(30,472)	(24,465)
Collective allowance for impairment		
Opening balance	(46,157)	(66,487)
Transfer in	(52,365)	-
Charge for the year	(27,257)	940
Release	22,557	-
Recoveries	-	3,248
Effect of foreign currency movements	(1,477)	(1,777)
Write offs	-	2,556
Other movements	-	15,363
Closing balance	(104,699)	(46,157)
Total allowance for impairment	(135,171)	(70,622)

158
87. 126

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

The restructuring of a facility is considered to be a Troubled Debt Restructuring, when the debtor is experiencing financial difficulties and the Group grants a concession to the debtor that it would not otherwise consider. A Troubled Debt Restructuring may result from a variety of actions taken by the Group such as the receipt of assets or a new or restructured facility in partial or full satisfaction of a facility or a modification of the terms of the existing facility.

Credit quality of Restructured and Non-restructured corporate loans

For disclosure purposes the bank regulatory definitions have been used, formulated on the facility risk ratings described above. A description of the classifications is provided below.

<i>Pass</i>	A pass facility has no evident weakness, marginal risk or low loss severity and is adequately protected by the obligor's current sound worth and paying capacity of the obligor.
<i>Special mention</i>	A special mention asset has potential weaknesses that deserve management's close attention.
<i>Substandard</i>	The substandard classification is made up of three sub categories:
- <i>Substandard</i>	A substandard asset is inadequately protected by the current worth and paying capacity of the obligor or of the collateral pledged, if any.
- <i>Doubtful</i>	An asset classified as doubtful has all the weaknesses inherent in one classified substandard with the added characteristic that the weaknesses make collection or liquidation in full, on the basis of currently existing facts, conditions, and values, highly questionable and improbable.
- <i>Loss</i>	Assets classified as "loss" are considered uncollectible and of such little value that their continuance as bankable assets is not warranted.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

The following table analyses the credit quality of Restructured and Non-restructured corporate loans:

		Group and Company	
		31 December 2016 \$ 000	31 December * 2015 \$ 000
Total corporate loans and advances to banks and customers		22,177,604	17,554,333
Total provision on corporate loans and advances to banks and customers		101,184	65,051
Total net corporate loans and advances to banks and customers		<u>22,076,420</u>	<u>17,489,282</u>
Restructured loans			
Gross corporate loans		<u>133,230</u>	<u>1,919</u>
Good		38,414	-
Special mention		-	-
Substandard or worse		94,816	1,919
Collective provision		-	-
Good		-	-
Special mention		-	-
Substandard or worse		-	-
Specific provision		<u>24,207</u>	<u>502</u>
Good		18,806	-
Special mention		-	-
Substandard or worse		5,401	502
Net corporate loans		<u>109,023</u>	<u>1,417</u>
Non-restructured loans			
Gross corporate loans		<u>22,044,374</u>	<u>17,552,414</u>
Pass		21,290,540	17,552,414
Special mention		520,526	-
Substandard or worse		233,308	-
Collective provision		<u>70,712</u>	<u>31,315</u>
Pass		40,484	15,287
Special mention		3,507	1,625
Substandard or worse		26,721	14,403
Specific provision		<u>6,265</u>	<u>33,234</u>
Good		5,914	-
Special mention		-	-
Substandard or worse		351	33,234
Net corporate loans		<u>21,967,397</u>	<u>17,487,865</u>

*The above table has been expanded from prior year to include loans and advances to both banks and customers.

160
31.12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Credit quality – Trading portfolio

The credit quality of the Group's financial assets is maintained by adherence to Citigroup policies on the provision of credit to counterparties. The Group monitors the credit ratings of its counterparties with the table below presenting an analysis of the Group's trading portfolio of European Commercial Paper, Corporate Bonds and Government Bonds by rating agency designation based on Standard & Poor's or Moody's ratings as at 31 December:

Group and Company

Trading portfolio

	Traded loans %	European commercial paper %	Corporate bonds %	Government bonds %	Total %
	2016	2016	2016	2016	2016
AAA to AA-	-	40	-	14	54
A+ to A-	-	3	-	1	4
Lower than A-	11	-	-	24	35
Unrated	7	-	-	-	7
Total	18	43	-	39	100
	2015	2015	2015	2015	2015
AAA to AA-	-	-	-	4	4
A+ to A-	-	-	-	37	37
Lower than A-	-	-	-	59	59
Unrated	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	100	100

161
24. OK

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Concentration Risk

The Group's statement of financial position (on balance sheet) credit risk concentrations by industry are as follows:

	Group and Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Mining and quarrying	672,888	248,798
Manufacturing	5,663,774	3,378,282
Electricity, gas, water, steam and air conditioning supply	500,074	125,095
Construction	196,830	14,571
Wholesale and retail trade	1,786,445	1,073,234
Transport and storage	1,013,922	691,814
Accommodation and food service activities	61,090	1,176
Information and communication	1,670,870	998,697
Credit and insurance institutions	17,932,457	9,491,166
Real estate activities	528,869	7,826
Professional, scientific and technical activities	190,313	138,663
Administrative and support service activities	544,111	376,450
Public administration and defence, compulsory social security	2,197,064	-
Household/Retail	1,289,226	25
General governments	1,334,154	297,743
Other services	1,097,531	57,205
	36,679,618	16,900,745

* The presentation of certain lines has changed for consistency following the merger (See Note 1e).

Included in credit risk exposures are cash and cash equivalents, trading assets, derivative financial instruments, loans and advances, investment securities and other assets.

The table below shows statement of financial position credit concentrations by region:

	Group and Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Central Europe	2,604,621	8,342,656
Western Europe	30,420,459	5,449,551
Middle East / Africa	1,153,653	1,051,604
Central / South America	923,961	775,835
North America	991,672	758,624
Asia	585,252	522,475
	36,679,618	16,900,745

162
 31.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Analysis of encumbered and unencumbered assets

This table summarises Encumbered and Un-Encumbered assets in by asset categories.

Assets	Group and Company*		Total Smillion
	Encumbered Smillion	Un-Encumbered Smillion	
Cash and cash equivalents	1,570	14,865	16,435
Equity Instruments	-	35	35
Investment Securities	328	2,736	3,064
- of which: covered bonds	-	-	-
- of which: asset-backed securities	27	8	35
- of which: by general governments	269	2,293	2,562
- of which: by financial corporations	59	349	408
- of which: by non-financial corporations	-	94	94
Loans and advances other than loans on demand	172	21,904	22,076
Other Assets	1,340	6,332	7,672
Assets subtotal	3,410	45,872	49,282

Collateral Received	Encumbered Un-Encumbered		Total Smillion
	Smillion	Smillion	
Cash and cash equivalents	-	-	-
Equity Instruments	-	-	-
Investment Securities	1,103	2,550	3,654
- of which: covered bonds	143	-	143
- of which: asset-backed securities	499	81	580
- of which: by general governments	445	2,469	2,914
- of which: by financial corporations	16	-	16
- of which: by non-financial corporations	-	-	-
Loans and advances other than loans on demand	-	-	-
Other collateral received	-	793	793
Collateral received subtotal	1,103	3,343	4,447

* The Company and the Group figures are identical, except for the Group balance of cash and cash equivalents balance is \$11.8 million higher than the Company balance at 31 December 2016.

163
81. 22

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Financial instruments subject to offsetting

Details of financial instruments which are subject to offsetting in accordance with IAS 32, enforceable master netting arrangements and similar agreements are as follows:

Types of financial assets

As at 31 December 2016	Group and Company					
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)=(c)-(d)	
Description	Gross amount	Gross amount of recognised financial liabilities set off in the SOFP	Net amount presented in the SOFP	Related amounts not set off in the statement of financial position	Net amount	
				(d) i. Financial instruments	(d) ii. Cash collateral received	
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Derivatives	2,128,130	-	2,128,130	364,216	9,832	1,754,082
Reverse repurchase securities borrowing and similar agreements	3,416,803	-	3,416,803	-	-	3,416,803
Other financial instruments	3,759	-	-	3,759	-	-
Total	5,548,692	-	5,544,933	367,975	9,832	5,170,885

Types of financial liabilities

As at 31 December 2016	Group and Company					
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)=(c)-(d)	
Description	Gross amount	Gross amount of recognised financial assets set off in the SOFP	Net amount presented in the SOFP	Related amounts not set off in the statement of financial position	Net amount	
				(d) i. Financial instruments	(d) ii. Cash collateral pledged	
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Derivatives	2,105,083	-	2,105,083	364,216	18,867	1,722,000
Other financial instruments	-	-	-	-	-	-
Total	2,105,083	-	2,105,083	364,216	18,867	1,722,000

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Types of financial assets

As at 31 December 2015	Group and Company					
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)		(e)=(c)-(d)
	Gross amount	Gross amount of recognised financial liabilities set off in the SOFP	Net amount presented in the SOFP	Related amounts not set off in the statement of financial position		Net amount
(d) i. Financial instruments				(d) ii. Cash collateral received		
Description	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Derivatives	86,876	-	86,876	270	12,858	73,748
Reverse repurchase securities borrowing and similar agreements	191,542	-	191,542	189,829	-	1,713
Total	278,418	-	278,418	190,099	12,858	75,461

Types of financial liabilities

As at 31 December 2015	Group and Company					(e)=(c)-(d)
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)		
Description	Gross amount	Gross amount of recognised financial assets set off in the SOFP	Net amount presented in the SOFP	Related amounts not set off in the statement of financial position	Net amount	
				(d) i. Financial instruments		(d) ii. Cash collateral pledged
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Derivatives	69,633	-	69,633	270	23,090	46,273
Other financial instruments	971	-	971	971	-	-
Total	70,604	-	70,604	1,241	23,090	46,273

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.3 Market Risk

Definition

Market risk includes a number of components, currency risk, interest rate risk and other price risk. Currency risk is the risk that the fair value or future cash flows of a financial instrument will fluctuate because of changes in foreign exchange rates. Interest rate risk is the risk that the fair value or future cash flows of a financial instrument will fluctuate because of changes in market interest rates. Other price risk is the risk to fair value or future cash flows because of changes in market factors other than currency risk and interest rate risk.

Sources of Market Risk

Trading Portfolio

The trading portfolio comprises positions held for short term trading intent, where the business looks for the short-term price differences between buying and selling. The positions arise mainly from customer flows. The main products traded are Foreign Exchange (FX) Spots, Swaps and Forwards, Local Sovereign Bonds and Euro Commercial Papers (ECP).

The main sources of market risk within the trading portfolio, include, but are not limited to:

- Interest rate risk: The valuation risk resulting from direct or indirect interest rate changes.
- Currency risk: The valuation risk resulting from direct or indirect currency price changes.
- Credit Spread Risk: The valuation risk resulting from a direct or indirect change in the credit spread.

Non-Trading Portfolio:

The non-trading portfolio comprises positions which can be held to maturity. The positions arise mainly from customer flows. The main products include loans held at amortised cost, deposits, Available for Sale (AFS) securities and held to maturity portfolios. The main sources of market risk within the non-trading portfolio, include, but are not limited to:

- Interest rate change, potential pre-tax impact on Net Interest Margin due to direct or indirect interest rate changes.
- Fair value change of the instrument due to a given change in the underlying market risk factor.

Governance and Organisation

As part of the framework, The following Committees and Sub-Committees have oversight in some capacity for market risk related items, namely:

- Board Risk Committee
- Assets & liabilities Committee (ALCO)
- Management Committee
- Market Risk Sub-Committee
- Product Review Committee

The Assets & Liabilities Committee and its sub-Committee, the Market Risk Committee are the two primary Committees tasked with governing Market Risk in the Group. Any new or materially changing Markets related businesses/products being introduced in the Group must be approved by the Product Review Committee. The Management Committee oversees new or materially changing Market Risk Policies as they occur. The Risk Committee receives an update from ALCO on a quarterly basis covering Market Risk related items.

The Head of Market Risk reports directly to the Group's Chief Risk Officer ('CRO') and is responsible for the second line of oversight and management of the market risk portfolio of the Group.

The Head of Market Risk relies on a number of business specific market risk managers to manage day to day market risk related responsibilities in line with the Framework and policy guidelines.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.3 Market Risk (continued)

Risk Measurement

Group Market risk is measured in accordance with established standards to ensure consistency across businesses, stability in methodologies and transparency of risk. These standards are designed to:

- Articulate standards for defining, measuring and communicating market risk, and develop a common language for discussing them;
- Promote the transparency and comparability of market risk-taking activities;
- Provide a consistent framework to measure market risk exposures in order to facilitate business performance analysis.

From a Group perspective key measurements by source of risk include, however are not limited to the following:

Trading Portfolio:

The key critical measurement concepts associated with the trading book is the Value at Risk.

Value at Risk (VaR) Objective

VaR estimates the potential decline in the value of a position or a portfolio, under normal market conditions, within a defined confidence level, and over a specific time period.

VaR is used to establish internal limits representing the maximum loss that a position might exhibit resulting from a one-day loss measured on a historical basis with a determined confidence level. VaR is also used for external regulatory reporting purposes.

Risk Analytics and the Risk Managers are jointly responsible for overseeing the production of the VaR calculations, and are ultimately responsible for ensuring their integrity.

VaR methodology

The VaR engine is based on a structured Monte-Carlo approach where 5,000 scenarios of market rates or prices are simulated. The covariance of volatility and correlation is updated, at least quarterly, based on three years' worth of market data.

The parameters used in a statistical simulation of market risk include:

- The historical 'look-back' period used to calculate historical volatilities and correlations;
- The holding period, i.e., the number of days of changes in market risk factors the portfolio is subjected to; and
- A confidence interval is determined to estimate the potential loss, for Group's risk management purposes.

VaR limitations

The VaR cannot necessarily provide an indication of the potential size of loss when an extreme event occurs. Hence a comprehensive set of factor sensitivity limits and stress tests are used, in addition to VaR limits. A VaR trigger is in place for the Group that ensures any excesses are discussed and resolved between risk and the business and entity management. In addition, the Group is subject to formal limits on interest rate, Foreign Exchange and issuer exposures that are closely monitored by Risk Management and senior business management.

167
JS
82.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.3 Market Risk (continued)

Non-trading Portfolio:

The critical measurement concepts associated with the non-trading book are outlined below:

- **Income Metrics:** Measures the potential pre-tax impact on Net interest revenue, for accrual positions, due to defined shifts in interest rates over a specified reporting period.
 - **Interest Rate Exposure (“IRE”):** measures the potential earnings impact, over a specified reporting period, from a defined standard set of parallel shifts in the curve. Interest Rate Exposure is calculated separately for each currency and reflects the re-pricing gaps in the position, as well as option positions, both explicit and embedded. Limits are set for each country and business activity, of which the Group is a part. Market Risk Management monitors these limits.
- **Interest rate gap analysis –** utilises the maturity or re-pricing schedules of statement of financial position items to determine interest rate exposures within given tenor buckets.
- **Valuation Metrics:** Measure the impact of interest rate changes on the Group’s capital.
 - **Factor sensitivities:** Factor sensitivities are used to measure an instrument’s sensitivity to a change in value due to a 1 basis point move in for Available For Sale Bonds (“AFS”).
 - **Economic Value of Equity:** The net of the economic value of all relevant on and off balance sheet assets, less the economic value of all relevant on and off balance sheet liabilities, using present value calculations that discount cash flows derived from the current positions.
 - **Economic Value Sensitivity:** The change in Economic Value of Equity of the accrual portfolio for a pre-defined change in the yield curve.
- **Risk Capital:** Interest rate risk in the banking book (“IRRBB”) is measured using an Asset and liability management Risk Capital Model, which measures interest rate factor sensitivities for the underlying accrual balance sheet exposures.

Interest rate risk

Interest Rate Exposure measures the potential pre-tax impact on Net Interest Margin (“NIM”) over a specified reporting period, for accrual positions, due to defined shifts in appropriate interest rates. Net Interest Margin is the difference between the yield earned on the accrual portfolio assets (including customer loans) and the rate paid on the liabilities (including customer deposits or company borrowings). NIM is affected by changes in the level of interest rates. Interest Rate Exposure is a static measure based on existing positions, computed as a change in expected NIM in each currency resulting solely from unanticipated changes in interest rates. Factors such as changes in volumes, margins and the impact of prior-period pricing decisions are not captured by Interest Rate Exposure. Interest Rate Exposure assumes that businesses make no additional changes in pricing or balances in response to the unanticipated rate changes.

Citi’s market risk management policy governs the Group’s measurement and reporting of interest rate risk in the non-trading portfolio. Business-specific assumptions underlying these measurements must be documented and models used to measure interest rate risk must be independently reviewed for accuracy.

Currency risk

It is the policy of the Group to reduce foreign currency risk that may arise in the normal course of business. The Group deals in financial instruments in a number of currencies, and open currency positions arise for funding mismatches and accruals of interest and expense provisions in currencies other than USD. Treasury monitors daily open foreign currency positions ensuring that exposure is less than agreed allocated limits.

168
31.12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.3 Market Risk (continued)

Risk Exposure

Trading price risk

The following table summarises the Group's trading price risk, disclosing the Group's highest, lowest, and average exposure of its trading book to VaR during the reporting period, together with the exposure as at 31 December:

VAR	Group and Company				
	31 December	000's	000's	000's	31 December
	2016				2015
	Outstanding	MAX	MIN	AVG	Outstanding
Portfolio VAR	1,571	4,934	1,382	3,405	4,173

Non-trading price risk

Interest rate risk

The table below represents the expected profit / (loss) from a 100 basis point increase in interest rates on all tenors.

Group and Company Interest rate exposure report

Currency	31 December 2016		31 December 2015	
	12 Month	2 Year	12 Month	2 Year
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
USD	(11,432)	(5,099)	(1,829)	(1,504)
EUR	(9,438)	(12,044)	(3,990)	(4,289)
RON	(413)	(259)	(3,460)	(5,299)
CZK	2,608	5,868	(1,694)	(1,842)
HUF	(7,446)	(14,424)	(4,907)	(9,694)
GBP	10,728	23,060	(638)	(642)
JPY	(8)	(8)	-	-
Other	(967)	(1,175)	(341)	(324)

165
31. 20

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.3 Market Risk (continued)

Risk exposure (continued)

Currency risk

Based on the net exposures at period end, the following table shows the impact on these net exposures of a reasonably possible movement of the respective currencies against the US dollar, with all other variables held constant, on the income statement:

Group and Company			
31 December 2016			
	Net exposure	(%)	Income statement impact
	\$ 000		\$ 000
EUR	72,117	2.06%	1,489
HUF	236,402	2.41%	3,833
RON	97,711	2.50%	637
GBP	14,306	2.78%	659

31 December 2015			
	Net exposure	(%)	Income statement impact
	\$ 000		\$ 000
EUR	39,464	2.43%	957
HUF	15,687	1.87%	306
RON	33,362	2.36%	2,571

17.4 Liquidity Risk

Definition

Liquidity risk is defined as the risk that the Group will encounter difficulty in meeting obligations associated with financial liabilities that are settled by delivering cash or other financial assets. Liquidity risk arises because of the possibility that the Group might be unable to meet its payment obligations when they fall due under normal and stress circumstances.

Group's funding and liquidity objectives aim to maintain liquidity to fund the existing asset base and grow the core business, while at the same time maintaining sufficient liquidity, structured appropriately, to continue operating under a variety of market conditions, including both short and long-term stresses.

Governance and Organisation

Management of liquidity is the responsibility of the Group Treasurer who aims to ensure that all funding obligations are met when due.

The forum for liquidity issues is the Asset and Liability Committee ("ALCO"), which includes senior executives within the Group. The ALCO reviews the current and prospective funding requirements for the Group, as well as the capital position and statement of financial position. The ultimate responsibility for liquidity rests with the Board.

A liquidity plan is prepared annually and the liquidity profile is monitored on an on-going basis and reported daily.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.4 Liquidity Risk (continued)

Risk Measurement

The internal liquidity management framework includes indicators enabling the assessment of Group's resilience to liquidity risk.

Group is required to comply with the liquidity requirements of the Regulator.

Group also runs internal liquidity metrics, including liquidity ratios, which compare liquidity reserves with liquidity deficits. All these indicators are assessed according to a variety of scenarios, in the major currencies.

CRDIV related liquidity metrics are monitored and reported, namely the Liquidity Coverage Ratio (LCR) and Net Stable Funding Requirement (NSFR). LCR measures the stock of liquid assets against net cash outflows arising in a 30 day stress scenario. NSFR is intended to ensure that a firm has an acceptable amount of stable funding to support its assets and activities over the medium term (one year period).

Risk Exposure

Analysis of financial assets and liabilities by remaining contractual maturities

The table below shows an analysis of financial assets and liabilities analysed according to when they are contractually expected to be recovered or settled.

As at 31 December 2016	Group and Company*		
	Less than 12	Over 12	Total
	months	months	
	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	16,435,227	-	16,435,227
Loans and advances to banks	5,650,198	1,837,277	7,487,475
Loans and advances to customers	9,990,819	4,598,126	14,588,945
Derivative financial instruments	972,492	1,174,676	2,147,168
Trading assets	680,642	414,738	1,095,380
Investment securities	1,339,272	1,724,816	3,064,088
Non current assets - held for sale	194,389	-	194,389
Other financial assets	3,148,833	-	3,148,833
Total financial assets	38,411,872	9,749,633	48,161,505
Liabilities			
Deposits by banks	7,695,263	-	7,695,263
Customer accounts	24,043,271	22,470	24,065,741
Derivative financial instruments	1,006,936	1,185,025	2,191,961
Debt securities in issue	71	-	71
Non current liabilities - held for sale	639,331	-	639,331
Other financial liabilities	4,739,598	-	4,739,598
Total financial liabilities	38,124,470	1,207,495	39,331,965

* The Company and the Group figures are identical, except for:

- The Group balance of cash and cash equivalents is \$11.8 million higher than the Company balance at 31 December 2016.
- The Group balance of customer accounts is \$1.4m lower than the Company balance at 31 December 2015.

121

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.4 Liquidity Risk (continued)

Risk Exposure (continued)

Analysis of financial assets and liabilities by remaining contractual maturities (continued)

As at 31 December 2015	Group and Company*		Total \$ 000
	Less than 12 months \$ 000	Over 12 months \$ 000	
Assets			
Cash and cash equivalents	4,811,631	-	4,811,631
Loans and advances to banks	5,371,636	3,855,290	9,226,926
Loans and advances to customers	5,417,620	2,844,736	8,262,356
Derivative financial instruments	25,072	93,583	118,655
Trading assets	112,303	860,234	972,537
Investment securities	515,002	1,701,307	2,216,309
Non-current assets held for sale	424,967	-	424,967
Other financial assets	84,408	382,205	466,613
Total financial assets	<u>16,762,639</u>	<u>9,737,355</u>	<u>26,499,994</u>
Liabilities			
Deposits by banks	6,959,971	-	6,959,971
Customer accounts	7,913,072	567	7,913,639
Derivative financial instruments	36,258	81,952	118,210
Debt securities in issue	-	-	-
Subordinated loan notes	-	-	-
Non current liabilities - held for sale	1,257,791	-	1,257,791
Other financial liabilities	2,014,471	49,204	2,063,675
Total financial liabilities	<u>18,181,563</u>	<u>131,723</u>	<u>18,313,286</u>

* The Company and the Group figures are identical, except for:

- The Group balance of cash and cash equivalents is \$11.8 million higher than the Company balance at 31 December 2016.
- The Group balance of customer accounts is \$1.4m lower than the Company balance at 31 December 2015.

172
82

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.4 Liquidity Risk (continued)

Risk Exposure (continued)

Contractual maturities of undiscounted cash flows of financial liabilities

The table below analyses the Group's undiscounted contractual cash flows from financial liabilities into relevant maturity groupings.

As at 31 December 2016		Group and Company*		
Liabilities	1 year and less \$ 000	>1 year and < 5 years \$ 000	Greater than 5 years \$ 000	Total \$ 000
Deposits by banks	7,779,505	-	-	7,779,505
Customer accounts	24,306,480	16,757	6,431	24,329,668
Derivative financial instruments	1,017,960	823,813	402,325	2,244,098
Debt securities in issue	72	-	-	72
Non current liabilities - held for sale	646,330	-	-	646,330
Other financial liabilities	4,791,483	-	-	4,791,483
Total undiscounted financial liabilities	38,541,830	840,570	408,756	39,791,156
As at 31 December 2015		Group and Company*		
Liabilities	1 year and less \$ 000	>1 year and < 5 years \$ 000	Greater than 5 years \$ 000	Total \$ 000
Deposits by banks	6,990,492	-	-	6,990,492
Customer accounts	7,925,780	63	504	7,926,347
Derivative financial instruments	38,462	13,657	68,309	120,428
Debt securities in issue	-	-	-	-
All other liabilities	1,257,791	-	-	1,257,791
Total undiscounted financial liabilities	16,212,525	13,720	68,813	16,295,058

* The Company and the Group figures are identical, except for:

- The Group balance of cash and cash equivalents is \$11.8 million higher than the Company balance at 31 December 2016.
- The Group balance of customer accounts is \$1.4m lower than the Company balance at 31 December 2015.

1-3
82. 12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.4 Liquidity Risk (continued)

The following table analyses the Group's commitments and guarantees into relevant maturity groupings based on the remaining period at the statement of financial position date to the contractual maturity date. These instruments can be called at any time prior to their contractual maturity.

	Group and Company			Total \$ 000
	1 year and less \$ 000	>1 year and < 5 years \$ 000	Greater than 5 years \$ 000	
31 December 2016				
Letters of credit	11,541,260	3,181,721	64	14,723,045
Undrawn commitments to lend	3,595,058	14,905,101	609,538	19,109,697
Other commitments and guarantees	1,668,462	623,403	-	2,291,865
Total commitments and guarantees	16,804,780	18,710,225	609,602	36,124,607
	1 year and less \$ 000	>1 year and < 5 years \$ 000	Greater than 5 years \$ 000	Total \$ 000
31 December 2015				
Letters of credit	10,445,138	2,129,567	25,621	12,600,326
Undrawn commitments to lend	861,744	2,285,830	1,026,438	4,174,012
Other commitments and guarantees	1,295,496	1,615,689	37,299	2,948,484
Total commitments and guarantees	12,602,378	6,031,086	1,089,358	19,722,822

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.5 Operational Risk

Definition

Operational risk is the risk of loss resulting from inadequate or failed internal processes, human factors or systems or from external events. It includes reputational and franchise risk associated with business practices or market conduct that the Group undertakes. It also includes the risk of failing to comply with applicable laws, regulations, ethical standards, regulatory administrative actions or Group policies. Operational Risk does not encompass strategic risk or the risk of loss resulting solely from authorised judgments made with respect to taking credit, market, liquidity, or insurance risk.

Operational risk is inherent in the Group's business activities and, as with other risk types is managed through a control framework comprising of three lines of defense:

- Decentralized ownership of the risk with business management accountability;
- Oversight by independent risk management and control functions; and
- Independent assessment by Internal Audit

Operational Risk Framework

To anticipate, mitigate and control operational risk, the Group maintains a system of policies and has established a consistent framework for monitoring, assessing and communicating operational risks and the overall effectiveness of the internal control environment.

The Operational Risk Management framework comprises of the following components to identify, assess and manage operational risk

- Annual Risk Assessment
- Operational Risk Scenario analysis
- Capture of Operational Risk Event Data
- Formal Assurance Programme
- Issue/Corrective Action Plan

Management Control Assessment (MCA) is a diagnostic tool used in the management of operational risks as a key component of the Business Environment and Internal Control Factors (BEICFs) required under Basel Capital Standards. It uses input of the components of the operational risk management framework to provide an overall view of the operational risk profile of an entity be that a Business, Country, Legal Entity view.

Governance and Organisation

The Group's operational risk management framework relies on strong governance, with clearly defined roles and responsibilities.

The following committees are responsible for operational risk at Group level:

- Risk Committee: Has oversight of the prospective aspects of operational risk, including, but not limited to: parameters of the operational risk management framework, the Operational Risk Capital Model and the Operational Risk component of Internal Capital Adequacy Approval Process. The committee also receives updates from the Group Operational Risk and Outsourcing Committee regarding these topics.
- Audit Committee: Has oversight of the forensic aspects of operational risk, including the individual operational losses, the causes and remedies and the MCA results.
- Operational Risk and Outsourcing Committee (OROC): is the principal forum maintaining oversight over the adequacy and effectiveness of the operational risk framework and associated policies towards the anticipation and mitigation of operational risks and appropriate management of all outsourcing, across of the Group's businesses.

175

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.6 Capital Management

The Group's Regulator sets and monitors capital requirements for the Group.

In implementing current capital requirements the Regulator requires the Group to maintain a prescribed ratio of total capital to risk weighted assets.

The Group's policy is to maintain a strong capital base so as to maintain investor, creditor and customer confidence and to sustain future development of the business. The impact of the level of capital on shareholders' return is also recognised and the need to maintain a balance between the higher returns that might be possible with greater gearing and the advantages and security afforded by a sound capital position.

Regulatory capital (unaudited)

The Group's primary Regulator sets and monitors capital requirements for the Company.

The Group's unaudited regulatory capital position at 31 December 2016 was as follows:

	Group and Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Regulatory capital	7,473,993	8,042,113
Tier 1 capital ratio	18%	35%

The Group is required by the Regulator to maintain adequate capital and the Group is subject to the risk of having insufficient capital resources to meet minimum regulatory capital requirements. The Group's minimum capital requirement is calculated in accordance with CRDIV regulatory capital requirements. The Group has complied with the minimum capital adequacy ratio of 8% throughout the period.

176
31. 98

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities

The below tables outline the total financial assets and liabilities held as at 31 December 2016 and 31 December 2015.

	Group and Company*	
	31 December 2016	31 December 2015
	\$ 000	\$ 000
Derivative financial instruments	2,147,168	118,655
Trading assets	1,095,380	972,537
Financial investments available-for-sale	3,056,092	2,216,309
Loans designated at fair value through profit or loss	507,836	391,247
Total financial assets held at fair value	6,806,476	3,698,748
Cash and cash equivalents	16,435,227	4,811,631
Loans and advances at amortized cost	21,568,584	17,098,035
Other financial assets	3,148,833	682,019
Total financial assets not held at fair value	41,152,644	22,591,685
Total financial assets	47,959,119	26,290,433
	31 December 2016	31 December 2015
	\$ 000	\$ 000
Derivative financial instruments	2,191,961	118,210
Debt securities	71	-
Financial liabilities at fair value through profit or loss	231,454	175,543
Total financial liabilities held at fair value	2,423,486	293,753
Deposits by banks	7,695,263	6,959,971
Customer accounts	24,065,741	7,912,281
Other liabilities and debt securities in issue	5,147,545	2,411,729
Total financial liabilities not held at fair value	36,908,550	17,283,981
Total financial liabilities	39,332,036	17,577,734

* The Company and the Group figures are identical, except for:

- The Group balance of cash and cash equivalents is \$11.8 million higher than the Company balance at 31 December 2016.
- The Group balance of customer accounts is \$1.4m lower than the Company balance at 31 December 2015.

Fair Value Definition

IFRS 13 – *Fair Value Measurement*, defines fair value, establishes a framework for measuring fair value and requires disclosures about fair value measurements. Fair value is defined as the price that would be received to sell an asset or paid to transfer a liability in an orderly transaction between market participants at the measurement date. Among other things, the standard requires the Group to maximise the use of observable inputs and minimise the use of unobservable inputs when measuring fair value.

Under IFRS 13, the probability of default by the counterparty is factored into the valuation of derivative positions and includes the impact of the Group's own credit risk on derivatives and other liabilities measured at fair value.

Fair Value Hierarchy

IFRS 13 specifies a hierarchy of inputs based on whether the inputs are observable or unobservable. Observable inputs reflect market data obtained from independent sources, while unobservable inputs reflect the Group's market assumptions.

AT
31. 02

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Fair Value Hierarchy (continued)

These two types of inputs have created the following fair value hierarchy:

- Level 1: Quoted prices for *identical* instruments in active markets.
- Level 2: Quoted prices for *similar* instruments in active markets; quoted prices for identical or similar instruments in markets that are not active; and model-derived valuations in which all significant inputs and significant value drivers are *observable* in active markets.
- Level 3: Valuations derived from valuation techniques in which one or more significant inputs or significant value drivers are *unobservable*.

This hierarchy requires the use of observable market data when available. The Group considers relevant and observable market prices in its valuations where possible. The frequency of transactions and the size of the bid-ask spread when comparing similar transactions are all factors in determining the liquidity of markets and the relevance of observed prices in those markets.

The Group's policy with respect to transfers between levels of the fair value hierarchy is to recognise transfers into and out of each level as of the end of the reporting period.

Determination of Fair Value

The Group generally uses quoted market prices in an active market to calculate the fair value of a financial asset or liability and classifies such items as Level 1. In some cases where a market price is available, the Group will make use of acceptable practical expedients (such as matrix pricing) to calculate fair value, in which case the items are classified as Level 2.

If quoted market prices are not available, fair values are based upon internally developed valuation techniques that use, where possible, current market-based or independently sourced market parameters such as interest rates, currency rates and option volatilities. Items valued using such internally generated valuation techniques are classified according to the lowest level input or value driver that is significant to the valuation.

Where available, the Group may also make use of quoted prices for recent trading activity in positions with the same or similar characteristics to that being valued. The frequency and size of transactions and the amount of the bid-ask spread are among the factors considered in determining the liquidity of markets and the relevance of observed prices from those markets. If relevant and observable prices are available, those valuations would be classified as Level 2. If prices are not available, other valuation techniques would be used and the item would be classified as Level 3.

Fair value estimates from internal valuation techniques are verified, where possible, to prices obtained from independent vendors or brokers. Vendors and brokers' valuations may be based on a variety of inputs ranging from observed prices to proprietary valuation models.

The Group uses the following procedures to determine the fair value of financial assets and financial liabilities irrespective of whether they are "held for trading" or have been "designated at fair value" including an indication of the level in the fair value hierarchy in which each financial instrument is generally classified. Where appropriate, the description includes details of the valuation models, the key inputs to those models and any significant assumptions.

Market valuation adjustments

Liquidity adjustments are applied to items in Level 2 and Level 3 of the fair value hierarchy to ensure that the fair value reflects the liquidity or illiquidity of the market. The liquidity reserve may utilise the bid-ask spread for an instrument as one of the factors.

178
31. 12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Determination of Fair Value (continued)

Market valuation adjustments (continued)

Counterparty credit-risk adjustments are applied to derivatives, such as over-the-counter uncollateralised derivatives, where the base valuation uses market parameters based on the relevant base interest rate curves. Not all counterparties have the same credit risk as that implied by the relevant base curve, so it is necessary to consider the market view of the credit risk of a counterparty in order to estimate the fair value of such an item.

Bilateral or "own" credit-risk adjustments are applied to reflect the Group's own credit risk when valuing derivatives and liabilities measured at fair value. Counterparty and own credit adjustments consider the expected future cash flows between the Group and its counterparties under the terms of the instrument and the effect of credit risk on the valuation of those cash flows, rather than a point-in-time assessment of the current recognised net asset or liability. Furthermore, the credit-risk adjustments take into account the effect of credit-risk mitigants, such as pledged collateral and any legal right of offset (to the extent such offset exists) with a counterparty through arrangements such as netting agreements.

Generally, the unit of account for a financial instrument is the individual financial instrument. The Group applies market valuation adjustments that are consistent with the unit of account, which does not include adjustment due to the size of the Group's position, except as follows. IFRS 13 permits an exception, through an accounting policy election, to measure the fair value of a portfolio of financial assets and financial liabilities on the basis of the net open risk position when certain criteria are met. Citi has elected to measure certain portfolios of financial instruments, such as derivatives, that meet those criteria on the basis of the net open risk position. The Group applies market valuation adjustments, including adjustments to account for the size of the net open risk position, consistent with market participant assumptions and in accordance with the unit of account.

Derivatives

The majority of derivatives entered into by the Group are executed over the counter and are valued using a combination of external prices and internal valuation techniques, including benchmarking to pricing vendor services. The valuation techniques and inputs depend on the type of derivative and the nature of the underlying instrument. The principal techniques used to value these instruments are industry wide approaches including discounted cash flows, modelling and numerical approaches.

The type of inputs may include interest rate yield curves, credit spreads, foreign exchange rates, volatilities and correlations.

The Group uses the overnight indexed swap (OIS) curves as fair value measurement inputs for the valuation of certain collateralised interest-rate related derivatives. Citi uses the relevant benchmark curve for the currency of the derivative (e.g., the London Interbank Offered Rate for U.S. dollar derivatives) as the discount rate for uncollateralized derivatives. Citi incorporates FVA into the fair value measurements due to what it believes to be an industry migration toward incorporating the market's view of funding risk premium in OTC derivatives. Citi's FVA methodology leverages the existing CVA methodology to estimate a funding exposure profile. The calculation of this exposure profile considers collateral agreements where the terms do not permit the firm to reuse the collateral received, including where counterparties post collateral to third-party custodians.

Trading assets

Where available, the Group uses quoted market prices to determine the fair value of trading assets; such items are classified as Level 1 of the fair value hierarchy. Examples include government bonds. For corporate bonds, European commercial papers and loans the Group generally determines the fair value utilising internal valuation techniques. Fair value estimates from internal valuation techniques are verified, where possible, to prices obtained from independent vendors. Vendors compile prices from various sources and may apply matrix pricing for similar bonds or loans where no price is observable. If available, the Group may also use quoted prices for recent trading activity of assets with similar characteristics to the bond or loan being valued. Government bonds, corporate bonds, European commercial papers or loans priced using such methods are generally classified as Level 2.

However, when less liquidity exists, a quoted price is stale or prices from independent sources vary, they are generally classified as Level 3.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Determination of Fair Value (continued)

Investment securities

Investment securities classified as available-for-sale are measured at fair value by reference to quoted market price. In these instances they may be classified as Level 1.

If quoted market prices are not available, then fair values are estimated based on other recognised valuation techniques. The key inputs depend upon the type of investment security and the nature of inputs to the valuation technique. The item is placed in either Level 2 or Level 3 depending on the observability of the significant inputs to the model.

Loans and advances and other lending

The fair value for loans and advances and other lending are estimated using internal valuation techniques such as discounted cash flow analyses. Cash flows are discounted using LIBOR and EURIBOR rates. If available, the Group may also use quoted prices for recent trading activity of assets with similar characteristics to the loan being valued. The items are placed in Level 2 or Level 3 depending on the observability of the significant inputs to the model. In certain cases the fair value approximates carrying value because the instruments are short term in nature or reprice frequently.

Debt securities in issue

The fair value of debt securities in issue is estimated using discounted cash flows applying LIBOR and EURIBOR rates. The items are placed in Level 2 or Level 3 depending on the observability of the significant inputs to the model.

Own debt valuation adjustments are recognized on the Group's liabilities for which the fair value option has been elected using Citi's credit spreads observed in the bond market. The fair value of liabilities for which the fair value option is elected (other than non-recourse and similar liabilities) is impacted by the narrowing or widening of the Citigroup credit spreads.

Other financial assets and liabilities

Fair values of customer account deposit liabilities, subordinated loans, other assets and other liabilities are estimated using discounted cash flows, applying market rates where practicable. Where market rates are used an adjustment is made for the Citigroup credit spread.

The carrying amount of cash and balances at central banks is a reasonable approximation of fair value due to the short term nature of the balances.

180
Bm

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Financial Instruments at Fair Value

The following table shows an analysis of financial instruments recorded at fair value by level of the fair value hierarchy:

31 December 2016	Group and Company			Total \$ 000
	Fair value			
	Level 1 \$ 000	Level 2 \$ 000	Level 3 \$ 000	
Financial assets				
Derivative financial instruments	-	2,147,168	-	2,147,168
Trading assets	-	889,641	205,739	1,095,380
Investment securities	1,520,388	1,500,677	35,027	3,056,092
Loans held at fair value through profit or loss	-	491,166	16,670	507,836
Financial assets held at fair value	<u>1,520,388</u>	<u>5,028,652</u>	<u>257,436</u>	<u>6,806,476</u>
Financial liabilities				
Derivative financial instruments	-	2,191,961	-	2,191,961
Debt securities issued	-	71	-	71
Other financial liabilities held for trading	-	231,454	-	231,454
Financial liabilities held at fair value	<u>-</u>	<u>2,423,486</u>	<u>-</u>	<u>2,423,486</u>
31 December 2015	Fair value			Total \$ 000
	Level 1 \$ 000	Level 2 \$ 000	Level 3 \$ 000	
	Level 1 \$ 000	Level 2 \$ 000	Level 3 \$ 000	
Financial assets				
Derivative financial instruments	-	118,655	-	118,655
Trading assets	39,293	924,399	8,845	972,537
Investment securities	54,915	2,140,771	20,623	2,216,309
Loans held at fair value through profit or loss	-	7,757	386,030	393,787
Financial assets held at fair value	<u>94,208</u>	<u>3,191,582</u>	<u>415,498</u>	<u>3,701,288</u>
Financial liabilities				
Derivative financial instruments	-	118,210	-	118,210
Other financial liabilities held for trading	-	175,543	-	175,543
Financial liabilities held at fair value	<u>-</u>	<u>293,753</u>	<u>-</u>	<u>293,753</u>

181
Jr. A

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Financial Instruments at Fair Value (continued)

Loans held at fair value through profit or loss, totalling \$508 million (2015: \$394 million) are included in the Statement of Financial Position within loans and advances to customers.

The fair values in this note are stated at a specific date and may be significantly different from the amounts which will actually be paid on the maturity or settlement dates of the instruments. In many cases, it would not be possible to realise immediately the estimated fair values given the size of the portfolios measured. Accordingly, these fair values do not represent the value of these financial instruments to the group as a going concern.

As discussed above, the Group classifies financial instruments as Level 3 of the fair value hierarchy when there is reliance on at least one significant unobservable input to the valuation model. In addition to these unobservable inputs, the valuation models for Level 3 financial instruments typically also rely on a number of inputs that are readily observable either directly or indirectly. The gains and losses presented below include changes in the fair value related to both observable and unobservable inputs.

The Group often hedges positions with offsetting positions that are classified in a different level. For example, the gains and losses for assets and liabilities in the Level 3 category presented in the tables below do not reflect the effect of offsetting losses and gains on hedging instruments that have been classified by the Group in the Level 1 and Level 2 categories. In addition, the Group hedges items classified in the Level 3 category with instruments also classified in Level 3 of the fair value hierarchy.

Valuation process for Level 3 Fair Value Measurements

Price verification procedures and related internal control procedures are governed by the Citigroup *Pricing and Price Verification Policy and Standards*, which is jointly owned by Finance and Risk Management. Finance has implemented the *Pricing and Price Verification Standards and Procedures* to facilitate compliance with this policy.

For fair value measurements of substantially all assets and liabilities held by the Group, individual business units are responsible for valuing the trading account assets and liabilities, and Product Control within Finance performs independent price verification procedures to evaluate those fair value measurements. Product Control is independent of the individual business units and reports into the Global Head of Product Control. Fair value measurements of assets and liabilities are determined using various techniques, including, but not limited to, discounted cash flows and internal models, such as option and correlation models.

Based on the observability of inputs used, Product Control classifies the inventory as Level 1, Level 2 or Level 3 of the fair value hierarchy. When a position involves one or more significant inputs that are not directly observable, additional price verification procedures are applied. These procedures may include reviewing relevant historical data, analysing profit and loss, valuing each component of a structured trade individually, and benchmarking, among others.

Reports of Level 3 inventory of each business line of the Group are distributed to senior management in Finance, Risk and the individual business lines. Reports are distributed to the EMEA Risk Committee and in monthly meetings with Senior Management. Whenever a valuation adjustment is needed to bring the price of an asset or liability to its exit price, Product Control reports it to management along with other price verification results.

In addition, the pricing models used in measuring fair value are governed by an independent control framework. Although the models are developed and tested by the individual business units, they are independently validated by the Model Validation Group within Model Risk Management and reviewed by Finance with respect to their impact on the price verification procedures. The purpose of this independent control framework is to assess model risk arising from models' theoretical soundness, calibration techniques where needed, and the appropriateness of the model for a specific product in a defined market. To ensure their continued applicability, models are independently reviewed annually. In addition, Risk Management approves and maintains a list of products permitted to be valued under each approved model for a given business.

182
Jn. 18

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Valuation process for Level 3 Fair Value Measurements (continued)

Movement in level 3 financial instruments measured at fair value

The Group classified financial instruments as Level 3 of the fair value hierarchy when there is a reliance on at least one significant unobservable input to the valuation model. The gains and losses presented below include changes in the fair value related to the observable and unobservable inputs.

	31 December 2016				31 December 2015			
	Trading assets	Loans and advances to customers	Investment securities available for sale	Total	Trading assets	Loans and advances to customers	Total	
Assets	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	
Balance at 1 January	8,845	386,030	20,623	415,498	12,896	444,408	457,304	
				-			-	
Additions due to merger	105,309	428,583	59,727	593,619	-	-	-	
Purchases	297,735	-	18,079	315,814	-	-	-	
Issues	-	-	-	-	-	-	-	
Sales	(197,373)	(371,817)	-	(569,190)	-	-	-	
Settlements	10,994	(55,897)	(92,508)	(137,411)	-	(23,525)	(23,525)	
Transfer into Level 3	-	-	-	-	-	-	-	
Transfer out of Level 3	-	(342,099)	-	(342,099)	-	-	-	
Total gains/(losses)	-	-	-	-	-	-	-	
- in Profit or loss	(19,771)	(28,130)	92,508	44,607	(4,051)	(2,829)	(6,880)	
- in OCI	-	-	(63,402)	(63,402)	-	-	-	
Balance at 31 December	205,739	16,670	35,027	257,436	8,845	418,054	426,899	

During the year the Group had Level 3 instruments which were transferred to Level 2 category. The transfer of Loans and advances occurred as result of obtaining as a source for previously unobservable inputs for the credit risk component of the fair value.

183


CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Valuation process for Level 3 Fair Value Measurements (continued)

Total gains or losses for the year are presented in the income statement as follows:

	31 December 2016				31 December 2015		
	Trading assets	Loans and advances to customers	Investment securities available for sale	Total	Trading assets	Loans and advances to customers	Total
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Interest income	1,540	-	-	1,540	-	-	-
Fair value movement	(19,771)	(28,130)	92,508	44,607	(4,051)	(2,829)	(6,880)
Total	(18,231)	(28,130)	92,508	46,147	(4,051)	(2,829)	(6,880)

During the year, total changes in fair value of US\$5.7 million was recognised in the income statement relating to loans where the fair value was estimated using a valuation technique which uses one or more significant inputs based on unobservable market data.

A key contributor to level 3 inventory movements were loans and advances to customers, where the Group has originated loans that it intends to sell in the near term. These loans contributed to \$372 million of sales.

Qualitative discussion of the ranges of significant unobservable inputs

The following section describes the ranges of the most significant unobservable inputs used by the Group in Level 3 fair value measurements. The level of aggregation and the diversity of instruments held by the Group lead to a wide range of unobservable inputs that may not be evenly distributed across the Level 3 inventory.

Yield

Ranges for the yield inputs vary significantly depending upon the type of security. For example, securities that typically have lower yields, such as municipal bonds, will fall on the lower end of the range, while more illiquid securities or securities with lower credit quality, such as certain residual tranche asset-backed securities, will have much higher yield inputs.

184
JD. D.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Valuation process for Level 3 Fair Value Measurements (continued)

Qualitative discussion of the ranges of significant unobservable inputs (continued)

Credit Spread

Credit spread is relevant primarily for fixed income and credit instruments; however, the ranges for the credit spread input can vary across instruments. For example, certain fixed income instruments typically have lower credit spreads, whereas certain instruments with high-risk counterparties are typically subject to higher credit spreads when they are uncollateralized or have a longer tenor. Other instruments, which are dependent upon or derived from one or more underlying instrument, also have credit spreads that vary with the attributes of the underlying obligor. Stronger companies have tighter credit spreads, and weaker companies have wider credit spreads.

Price

The price input is a significant unobservable input for certain fixed income instruments. For these instruments, the price input is expressed as a percentage of the notional amount, with a price of 100 meaning that the instrument is valued at par. For most of these instruments, the price varies between zero and slightly above 100. Relatively illiquid assets that have experienced significant losses since issuance, such as certain asset-backed securities, are at the lower end of the range, whereas most investment grade corporate bonds will fall in the middle to the higher end of the range. The price input is also a significant unobservable input for certain equity securities; however, the range of price inputs varies depending on the nature of the position, the number of shares outstanding and other factors.

2016	Fair value		Input	Low	High
	\$ '000	Methodology			
Assets					
Trading assets	205,739	Price-based	Price	0.0	100.0
Loans held at fair value through profit or loss	16,670	Price-based	Price	0.0	101.0
Investment equity securities	35,027	Quoted market price if available to which a discount has been applied for the illiquidity and the conversion rate variability.	Final conversion rate has been applied for Series B Preferred Stock into Class A Common Stock.	no discount for 100% conversion rate variability with a discount for illiquidity only	discount for conversion rate variability

Investment equity securities contain mainly Visa Inc. Series B Preferred Stock.

185
Jg. 12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Sensitivity to unobservable inputs and interrelationships between unobservable inputs

The impact of key unobservable inputs on the Level 3 fair value measurements may not be independent of one another. In addition, the amount and direction of the impact on a fair value measurement for a given change in an unobservable input depends on the nature of the instrument as well as whether the Group holds the instrument as an asset or a liability. For certain instruments, the pricing hedging and risk management are sensitive to the correlation between various inputs rather than on the analysis and aggregation of the individual inputs.

The following section describes the sensitivities and interrelationships of the most significant unobservable inputs used by the Group in Level 3 fair value measurements.

Yield

Adjusted yield is generally used to discount the projected future principal and interest cash flows on instruments, such as loans. Adjusted yield is impacted by changes in the interest rate environment and relevant credit spreads.

In some circumstances, the yield of an instrument is not observable in the market and must be estimated from historical data or from yields of similar securities. This estimated yield may need to be adjusted to capture the characteristics of the security being valued. In other situations, the estimated yield may not represent sufficient market liquidity and must be adjusted as well. Whenever the amount of the adjustment is significant to the value of the security, the fair value measurement is classified as Level 3.

Credit Spread

Credit spread is a component of the security representing its credit quality. Credit spread reflects the market perception of changes in prepayment, delinquency and recovery rates, therefore capturing the impact of other variables on the fair value. Changes in credit spread affect the fair value of securities differently depending on the characteristics and maturity profile of the security. For example, credit spread is a more significant driver of the fair value measurement of a high yield bond as compared to an investment grade bond. Generally, the credit spread for an investment grade bond is also more observable and less volatile than its high yield counterpart.

Valuation uncertainty is computed on a quarterly basis across all financial instruments. The methodology used to derive the impact across each product is determined by applying sensitivity adjustments to the price or significant model input parameters used in the valuation. The adjustments are typically computed with reference to proxy analysis using third party data. Examples of the approach used to derive sensitivity adjustments are outlined below:

- Rates: Valuation uncertainty is gauged from a combination of consensus market data and proxy analysis using third party data providers.
- Credit and Securitised Markets: Valuation uncertainty is gauged from a combination of consensus market data, brokers and proxy analysis using third party data providers.

186
Jr. B

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Estimated fair value of financial instruments not carried at fair value

Set out below, is a comparison by class of the carrying amounts and fair values of the Group's financial instruments that are not carried at fair value in the financial statements. This table does not include the fair values of non-financial assets and non-financial liabilities.

Other financial assets are primarily made up of receivables balances from the Group's treasury and trade solutions and markets and securities services business.

The following summarises the major methods and assumptions used in estimating the fair value of the financial assets and financial liabilities used in the above tables:

- Derivative financial instruments, trading assets, and debt securities in issue are measured at fair value by reference to quoted market prices in active markets. If quoted market prices are not available then fair values are estimated on the basis of other valuation techniques, including discounted cash flow models and options pricing models. The market price includes credit value adjustments where appropriate.
- Investment securities classified as available-for-sale or designated at fair value through profit or loss are measured at fair value by reference to quoted market prices when available. If quoted market prices are not available, then fair values are estimated based on other recognised valuation techniques.
- The fair value for loans and advances and other lending are estimated using internal valuation techniques such as discounted cash flow analysis. If available, the Group may also use quoted prices for recent trading activity of assets with similar characteristics to the loan being valued. In certain cases the carrying value approximates fair value because the instruments are short term in nature or reprice frequently.
- The fair value of debt securities in issue that are classified at amortised cost is measured using discounted cash flows.
- Fair values of customer account deposit liabilities, other assets and other liabilities are estimated using discounted cash flows, applying either market rates where practicable, or rates currently offered by the Group for deposits of similar remaining maturities. Where market rates are used no adjustment is made for counterparty credit spreads.
- The carrying amount of cash and balances at central bank is a reasonable approximation of fair value due to the short term nature of the balances.

187


CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Estimated fair value of financial instruments not carried at fair value (Continued)

The table below sets out the estimated fair value, at level 1, 2 and 3 of those assets and liabilities not held at fair value in the statement of financial position. The numbers presented below are unaudited.

Group and Company*					
	31 December 2016		Estimated fair value		
	Carrying value	Estimated fair value	Level 1	Level 2	Level 3
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Assets					
Cash and cash equivalents	16,435,227	16,435,227	16,435,227	-	-
Loans and advances to banks	7,487,475	7,246,793	-	7,246,793	-
- of which intercompany	5,161,227	5,006,390	-	5,006,390	-
Loans and advances to customers	14,081,109	13,465,092	-	-	13,465,092
- of which intercompany	13,238	12,841	-	-	12,841
Other financial assets	3,148,834	3,049,822	-	476,513	2,573,310
Total financial assets	41,152,644	40,196,934	16,435,227	7,723,306	16,038,402
Liabilities					
Deposits from banks	7,695,263	7,637,826	-	7,637,826	-
Customer accounts	24,065,741	23,886,118	-	23,886,118	-
Other financial liabilities	5,147,547	5,109,126	-	581,676	4,527,450
Total financial liabilities	36,908,551	36,633,070	-	32,105,620	4,527,450
	31 December 2015		Estimated fair value		
	Carrying value	Estimated fair value	Level 1	Level 2	Level 3
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Assets					
Cash and cash equivalents	4,811,631	4,811,631	4,811,631	-	-
Loans and advances to banks	9,226,926	9,226,926	-	9,226,926	-
- of which intercompany	7,142,191	7,142,191	-	7,142,191	-
Loans and advances to customers	7,871,109	7,854,495	-	-	7,854,495
Other financial assets	682,019	683,362	-	-	683,362
Total financial assets	22,591,685	22,576,414	4,811,631	9,226,926	8,537,857
Liabilities					
Deposits from banks	6,959,971	6,959,885	-	6,959,885	-
Customer accounts	7,912,281	7,929,767	-	7,929,767	-
Other financial liabilities	2,411,729	2,411,729	-	175,543	2,236,186
Total financial liabilities	17,283,981	17,301,381	-	15,065,195	2,236,186

* The Company and the Group figures are identical, except for:

- The Group balance of cash and cash equivalents is \$11.8 million higher than the Company balance at 31 December 2016.
- The Group balance of customer accounts is \$1.4m lower than the Company balance at 31 December 2015.

188
Zol. da

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

19. Derivative financial instruments

Group and Company

	31 December 2016			31 December 2015		
	Notional amount	Fair value		Notional amount	Fair value	
		Assets	Liabilities		Assets	Liabilities
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Derivatives held for trading	65,605,141	2,147,168	2,182,385	17,300,745	118,655	118,210
Derivatives held for risk management	158,115	-	9,576	-	-	-
Total	65,763,256	2,147,168	2,191,961	17,300,745	118,655	118,210
Derivatives - Trading						
Foreign exchange	51,448,287	1,832,730	1,844,758	13,848,584	79,652	78,752
- OTC	51,448,287	1,832,730	1,844,758	13,848,584	79,652	78,752
- Organised market	-	-	-	-	-	-
Interest rate	13,480,405	299,542	314,627	3,383,443	34,402	34,857
- OTC	13,480,405	299,542	314,627	3,383,443	34,402	34,857
- Organised market	-	-	-	-	-	-
Equity	415,580	7,820	7,891	68,718	4,601	4,601
- OTC	415,580	7,820	7,891	68,718	4,601	4,601
- Organised market	-	-	-	-	-	-
Credit	237,014	88	8,122	-	-	-
Commodity	23,855	6,988	6,987	-	-	-
Other	-	-	-	-	-	-
Total	65,605,141	2,147,168	2,182,385	17,300,745	118,655	118,210

See Note 17 for more details on how the Group uses derivative financial instruments as part of its risk management policies and procedures.

185
281. 12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

19. Derivative financial instruments (continued)

	Group and Company					
	31 December 2016			31 December 2015		
	Notional amount	Fair value		Notional amount	Fair value	
		Assets	Liabilities		Assets	Liabilities
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Derivatives held for risk management						
<i>Instrument type:</i>						
Foreign exchange	158,115	-	9,576	-	-	-
Total	158,115	-	9,576	-	-	-

The Group has an investment hedge in place to reduce its foreign currency exposure risk with the Group's EUR functional currency branches. The hedge contracts are renewed every 3 months at maturity and the gain or loss on the contract is recognised in the fair value reserve and will be released to the Income Statement upon the disposal of the investments.

20. Investment securities

Investment securities are primarily composed of government securities.

	Group and Company	
	31 December 2016	31 December 2015
	\$ 000	\$ 000
Held to maturity	7,996	-
Available for sale	3,056,092	2,216,309
Total investment securities	3,064,088	2,216,309
(a) Held to maturity		
Corporate bonds	7,996	-
Total	7,996	-
(b) Available for sale investment securities		
Government bonds	2,618,713	2,194,830
Corporate bonds	402,351	689
Subtotal	3,021,064	2,195,519
Equity securities measured at fair value	35,028	20,790
Total Available for sale investment securities	3,056,092	2,216,309

150
Zi. dr

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

21. Property and equipment

	Group and Company		
	Leasehold improvements \$ 000	Vehicles, furniture and equipment \$ 000	Total \$ 000
Cost			
At 1 January 2015	21,028	39,366	60,394
Additions from merger	28	628	656
Additions	665	1,987	2,652
Reclasification to HFS	(2,405)	(2,471)	(4,876)
Disposals	(574)	(7,475)	(8,049)
Write-offs	(1,157)	(1,817)	(2,974)
Foreign exchange	(2,172)	(4,475)	(6,647)
At 31 December 2015	<u>15,413</u>	<u>25,743</u>	<u>41,156</u>
Additions from merger	30,128	797,954	828,082
Additions	8,345	72,434	80,779
Disposals	(3,630)	(129,470)	(133,100)
Write-offs	(1,865)	(3,882)	(5,747)
Foreign exchange	(1,382)	(126,389)	(127,771)
At 31 December 2016	<u>47,009</u>	<u>636,390</u>	<u>683,399</u>
Depreciation			
At 1 January 2015	12,642	30,244	42,886
Charged in year	1,769	2,293	4,062
Reclasification to HFS	(2,016)	(2,200)	(4,216)
Disposals	(379)	(6,870)	(7,249)
Write-offs	(825)	(1,589)	(2,414)
Foreign exchange	(1,157)	(3,268)	(4,425)
At 31 December 2015	<u>10,034</u>	<u>18,610</u>	<u>28,644</u>
Additions from merger	10,084	647,914	657,998
Charged in year	5,800	42,457	48,257
Disposals	(3,397)	(79,698)	(83,095)
Write-offs	(1,660)	(3,316)	(4,976)
Foreign exchange	(1,648)	(105,857)	(107,505)
At 31 December 2016	<u>19,213</u>	<u>520,110</u>	<u>539,323</u>
Net book value			
At 31 December 2016	<u>27,797</u>	<u>116,280</u>	<u>144,076</u>
At 31 December 2015	<u>5,379</u>	<u>7,133</u>	<u>12,512</u>

There were no capitalised borrowing costs related to the acquisition of property and equipment during the year (2015: \$nil).

151
31. 2

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

22. Intangible assets

	Group and Company			
	Goodwill \$ 000	Computer software \$ 000	Other Intangibles \$ 000	Total \$ 000
Cost				
1 January 2015	-	178,428	12,187	190,615
Additions	-	17,091	-	17,091
Acquisitions	-	1,488	-	1,488
Disposals	-	(15,777)	-	(15,777)
Foreign exchange	-	(12,155)	(1,341)	(13,496)
At 31 December 2015	-	169,075	10,846	179,921
				-
Additions from merger	49,669	651,032	23,507	724,208
Additions	-	104,213	-	104,213
Disposals	-	(103,726)	-	(103,726)
Write-offs	-	(1,180)	-	(1,180)
Foreign exchange	(7,442)	(108,332)	(1,075)	(116,849)
At 31 December 2016	<u>42,227</u>	<u>711,082</u>	<u>33,278</u>	<u>786,587</u>
Amortisation and impairment losses				
1 January 2015	-	67,839	744	68,583
Amortisation	-	28,742	1,140	29,882
Impairment	-	3,885	-	3,885
Disposals	-	(14,603)	-	(14,603)
Foreign exchange	-	(7,100)	(190)	(7,290)
At 31 December 2015	-	78,763	1,694	80,457
Additions from merger	28,183	334,103	23,507	385,793
Amortisation	-	113,376	1,132	114,508
Impairment	-	-	-	-
Acquisitions	-	-	-	-
Disposals	-	(83,262)	(11)	(83,273)
Write-offs	-	(640)	-	(640)
Foreign exchange	(3,718)	(64,374)	(848)	(68,940)
At 31 December 2016	<u>24,465</u>	<u>377,966</u>	<u>25,474</u>	<u>427,905</u>
Net carrying value				
At 31 December 2016	<u>17,762</u>	<u>333,116</u>	<u>7,804</u>	<u>358,682</u>
At 31 December 2015	<u>-</u>	<u>90,312</u>	<u>9,152</u>	<u>99,464</u>

For the purpose of testing goodwill for impairment, the Group determines the recoverable amount of its cash generating units on the basis of value in use and management's review of the recoverable amount. The recoverable amount is determined using a model based on the discounted cash flow method. The cash flow projections are based on business plans approved by management covering a five year period, or greater if deemed appropriate by management.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

22. Intangible assets (continued)

Goodwill was allocated to the Netherlands and the United Kingdom. The cash flow projections in respect of the Netherlands (Direct custody and clearing business) cover a ten year period and the cash flow projections in respect of the UK (Fund administration business) management assess the discounted cash flows of the Market and Securities Services business over a five year period.

There was no evidence of impairment arising from the review of the goodwill for the Netherlands and the United Kingdom.

23. Deferred tax assets

The movement on the deferred tax is as follows:

	Group and Company				
	Balance at 1 January 2016 \$ 000	Transfer because of business combination \$ 000	Recognised in the Income statement \$ 000	Recognised in other comprehensive income \$ 000	Balance at 31 December 2016 \$ 000
Accelerated Tax Depreciation/Group relief	3,500	254,560	21,900	-	279,960
Available for sale securities	(4,833)	700	-	(8,593)	(12,726)
Pension and other retirement benefits	-	38,480	11,500	-	49,980
Allowances for loan losses	1,520	-	-	-	1,520
Tax loss carry-forward	116	-	-	-	116
Other Temporary Differences	2,384	16,280	(1,546)	-	17,118
Fx Translation	-	6,500	-	(52,442)	(45,942)
Total asset	2,687	316,520	31,854	(61,035)	290,026

24. Other assets

	Group	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Receivables from unsettled regular way trades	1,328,580	-
Settlement Clearing lines	646,827	297,273
Margin account receivables	493,637	-
Secondary loan trading	679,789	-
Other balances	321,810	171,880
	3,470,643	469,153

153
38. 18

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

24. Other assets (continued)

	Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Receivables from unsettled regular way trades	1,328,580	-
Settlement Clearing lines	646,827	297,273
Margin account receivables	493,637	-
Secondary loan trading	679,789	-
Other balances	321,810	171,869
	<u>3,470,643</u>	<u>469,142</u>

Settlement clearing lines arise from the timing of short term transactions between the point of funding and the settlement period in the Group's transaction services business. Other balances represent receivables due and other financial assets recorded.

Receivables from unsettled regular way trades are short term receivables from European commercial papers or other securities transactions and settlement takes place within two or three days after the trade date.

25. Shares in subsidiaries

	Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Beginning of period	1,378	3,106
Increase due to merger	14,876	-
Foreign exchange revaluation	-	(161)
Disposal	(1,378)	(1,567)
End of period	<u>14,876</u>	<u>1,378</u>

The Company has an investment in the following subsidiaries:

Name	Country of incorporation	Nature of business	Year end	Registered office	Percentage ownership
CitiCapital Leasing (March) Limited	England	Lease finance	31 March	United Kingdom	100%
CitiCapital Leasing (June) Limited	England	Liquidation	30 June	United Kingdom	100%

Citibank Kereskedelmi és Szolgáltató Kft. was liquidated on 7th April 2016. CitiCapital Leasing (June) Limited was liquidated on 4 January 2017 (Cost value: \$ 0.7 million).

Following the merger with CIL on 1 January 2016, CIL's 17 nominee subsidiaries have also become subsidiaries of the Group.

184
87.12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

26. Debt securities in issue

The Group historically issued debt for the purpose of risk mitigation. These instruments are listed through the Irish Stock Exchange and are currently in a wind up position. One note remains which is due to mature on 12th April 2017.

The fair value of debt securities in issue is estimated using discounted cash flows applying LIBOR and EURIBOR rates. The items are placed in Level 2 or Level 3 depending on the observability of the significant inputs to the model. At 31 December 2016 all of these instruments were categorized to Level 2.

Own debt valuation adjustments are recognized on the Group's liabilities for which the fair value option has been elected using Citi's credit spreads observed in the bond market. The fair value of liabilities for which the fair value option is elected (other than non-recourse and similar liabilities) is impacted by the narrowing or widening of the Citigroup credit spreads.

	Group and Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Designated as at fair value through profit or loss (at initial recognition)	71	-
Total debt securities	71	-

27. Provisions

Provisions recorded for restructuring largely relate to termination benefits. Termination benefits are payable when employment is terminated before the normal retirement date or whenever an employee accepts voluntary redundancy in exchange for these benefits.

Provision for property costs are mainly related to provision for onerous contracts. Provisions for onerous contracts are recorded when the unavoidable costs of meeting the obligation under the contract exceed the economic benefits expected to arise from that contract, taking into account impairment of property, plant and equipment assets first.

Provision for commitments and guarantees given are recorded for committed loans, when the Group has contractual obligation to provide funds for clients, or for any contractual commitments which are not recorded in the balance sheet.

Provisions are recognised when there is a present obligation as a result of a past event, it is probable that an outflow of resources embodying economic benefits will be required to settle the obligation and a reliable estimate can be made of the amount of the obligation. Provisions are measured at the present value of management's best estimate of the expenditure required to settle the present obligation at the balance sheet date.

195
31. 62

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

27. Provisions (continued)

	Group and Company				
	Restructuring provision \$'000	Provision for property costs \$'000	Other provisions \$'000	Commitments and guarantees \$'000	Total \$ 000
31 December 2016					
Opening balance	3,149	379	1,761	12,924	18,213
Increase/decrease related to business combination	238	1,041	14,968	26,047	42,294
Provisions made during the year	24,660	980	655	2,984	29,279
Provisions used during the year	(11,251)	(24)	(2,459)	-	(13,734)
Provisions released during the year	(2,628)	(552)	(10,890)	(8,592)	(22,662)
Exchange Adjustments	(112)	(8)	(519)	(24)	(663)
Other movements	1,686	21	337	648	2,692
Closing balance	15,742	1,837	3,853	33,987	55,419
	Restructuring provision \$'000	Provision for property costs \$'000	Other provisions \$'000	Commitments and guarantees \$'000	Total \$ 000
31 December 2015					
Opening balance	548	4,290	2,158	15,630	22,625
Provisions made during the year	3,138	(1,410)	1,974	1,496	5,198
Provisions used during the year	(369)	-	(11)	-	(380)
Provisions released during the year	(119)	(2,298)	-	(3,735)	(6,151)
Effect of foreign currency movements	(49)	(204)	(139)	(466)	(858)
Other movements	-	-	(2,221)	-	(2,221)
Closing balance	3,149	379	1,761	12,924	18,213

31. 156
12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

28. Other liabilities

	Group and Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Other liabilities		
Accounts payable	3,593,985	1,565,055
Margin Account Obligations	648,422	-
Short sales	204,850	-
Retirement obligations (note 14)	198,526	-
Other	551,545	640,529
Total other liabilities	5,197,328	2,205,584

Accounts payable predominantly relates to obligations arising from the Group's transaction services business. The other balances include amounts payable to other financial institutions, corporates and other group entities, primarily relating to prepaid risk participations, items in the process of settlement and margin account obligations. Settlement of these accounts are short term in nature, balances can fluctuate depending on the underlying business activity.

Margin Accounts Obligations reflects the Group's obligation to pay collateral back to clients upon their own settlement of margin calls as they arise.

Short Sales- represent payables arising from short sale transactions where securities and money market instruments are sold but not owned at the time of the transaction.

29. Discontinued operations and asset and liabilities held for sale

In 2015 the Group reported the Consumer Business within the Czech Republic and Hungarian Branch's as "Held for Sale" and "Discontinued operation" after meeting the criteria for such a designation under IFRS 5. Subsequently the Czech Republic Consumer business was disposed of in March 2016 with a gain on sale of \$16.3 million. In March 2017 the Hungarian Branch reported a gain on disposal of \$20.4 million in relation to the disposal of its Consumer Business.

In line with the Group's policy in relation to 'non-current assets held for sale and discontinued operations', the results of the Consumer business in Czech Republic and Hungary are now shown as discontinued operations in the Group's financial statements.

The table overleaf details the Income statement and Cash Flows relating to the Discontinued Operations with prior year comparatives included.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

29. Discontinued operations and asset and liabilities held for sale (continued)

A. Income statement

	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Results of discontinued operation		
Total revenues	60,393	122,450
- of this: Interest income	39,211	72,100
- of this: Net fee and commission income	13,067	41,567
Total expenses	(52,532)	(131,369)
- of this: Interest expense	(48)	(848)
- of this: Personnel expense	(21,784)	(39,620)
Net credit recoveries	11,780	10,203
Gain on sale of discontinued operation	19,404	-
Profit before income tax	<u>39,045</u>	<u>1,284</u>
Income tax expense/(credit)	(4,847)	(183)
Total comprehensive income/(expense) for the year	<u>34,198</u>	<u>1,101</u>

Total revenues represents the sum of interest income, net fee and commission income, dividend income, net trading income, net investment income and other operating income.

B. Cash flows and statement of financial position

	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Net cash from operating activities	<u>102,514</u>	<u>50,246</u>
Net increase in cash and cash equivalents	102,514	50,246

The table below details the assets and liabilities in relation to assets held for sale for the period in 2016.

	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Statement of Financial Position		
Assets		
Loans and advances to customers	185,505	406,334
Deferred tax assets	382	2,930
Other assets	8,502	15,703
Total Assets	<u>194,389</u>	<u>424,967</u>
Liabilities		
Customer accounts	621,087	1,239,086
Deferred tax liabilities	-	986
Other liabilities	18,244	17,719
Total Liabilities	<u>639,331</u>	<u>1,257,791</u>

138
B.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

30. Called up share capital

	Group and Company	
Authorised	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
5,000,000,000 Ordinary shares of €1 each	4,691,500	4,691,500
Allotted, called-up and fully paid		
Opening balance: 9,318,254 (2015: 9,318,254) Ordinary shares of €1 each	10,071	10,071
Issuance of Ordinary Shares	461	-
Closing balance 9,741,290 (2015: 9,318,254) Ordinary shares of €1 each	10,532	10,071
Share premium		
Opening balance	1,593,607	1,593,607
from Issuance of Ordinary Shares	369,140	-
Closing balance	1,962,747	1,593,607

On 1 January 2016, the Group as part of the merger with Citibank International Limited issued 423,036 additional €1 ordinary shares as part consideration to Citi Overseas Holdings Bahamas Limited (COHBL) which contributed those shares to CHIL.

31. Share-based incentive plans

As part of the Group's remuneration programme it participates in a number of Citigroup share-based incentive plans. These plans involve the granting of stock options, restricted or deferred share awards and share payments. Such awards are used to attract, retain and motivate officers and employees to provide incentives for their contributions to the long-term performance and growth of the Group, and to align their interests with those of the shareholders. The award programmes are administered by the Personnel and Compensation Committee of the Citigroup Inc. Board of the Directors, which is composed entirely of non-employee Directors.

In the share award programme Citigroup issues common shares in the form of restricted share awards, deferred share awards and share payments. For all stock award programmes during the applicable vesting period, the shares awarded are not issued to participants (in the case of a deferred stock award) or cannot be sold or transferred by the participants (in the case of a restricted stock award), until after the vesting conditions have been satisfied. Recipients of deferred share awards do not have any shareholder rights until shares are delivered to them, but they generally are entitled to receive dividend-equivalent payments during the vesting period. Recipients of restricted share awards are entitled to a limited voting right and to receive dividend or dividend-equivalent payments during the vesting period. Once a share award vests the shares become freely transferrable, but in the case of certain employees, may be subject to transfer restriction by their terms or share ownership commitment.

(a) Stock award programme

The Group participates in Citigroup's Capital Accumulation Programme ("CAP") programme, under which shares of Citigroup common stock are awarded in the form of restricted or deferred stock to participating employees.

Generally CAP awards of restricted or deferred stock constitute a percentage of annual incentive compensation and vest ratably over a three or four year period beginning on or about the first anniversary of the award date. Continuous employment within Citigroup is generally required to vest in CAP and other stock award programmes.

155
21. 18

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

31. Share-based incentive plans (continued)

(a) Stock award programme (continued)

The programme provides that employees who meet certain age plus years-of-service requirements (retirement-eligible employees) may terminate active employment and continue vesting in their awards provided they comply with specified non-compete provisions. Awards granted to retirement-eligible employees are accrued in the year prior to the grant date in the same manner as cash incentive compensation is accrued as effectively there are no vesting conditions.

For all stock award programmes, during the applicable vesting period, the shares awarded cannot be sold or transferred by the participant, and the award is subject to cancellation if the participant's employment is terminated. After the award vests, the shares become freely transferable (subject to the stock ownership commitment of senior employees). From the date of award, the recipient of a restricted stock award can direct the vote of the shares and receive regular dividends to the extent dividends are paid on Citigroup common stock. Recipients of deferred stock awards receive dividend equivalents to the extent dividends are paid on Citigroup common stock, but cannot vote.

Information with respect to current year stock awards is as follows:

	2016	2015
Shares awarded	258,105	72,061
Weighted average fair market value per share	\$37.35	\$50.51
	\$'000	\$'000
Compensation cost charged to earnings	14,584	3,904
Fair value adjustments recorded to equity	(135)	(357)
Total carrying amount of equity-settled transaction liability	22,051	7,871

	2016 \$ Million	2015 \$ Million
<u>Stock Awards</u>		
Granted in 2016	9.7	-
Granted in 2015	1.9	3.0
Granted in 2014	0.7	0.4
Granted in 2013	0.2	0.3
Granted in 2012	0.0	0.1
Granted in 2011	0.0	0.3
Granted in 2010 & prior	0.0	-
<u>Cash Accrued</u>	2.0	0.2
<u>Total Expense</u>	<u>14.5</u>	<u>3.9</u>

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

31. Share-based incentive plans (continued)

(b) Stock option programme

The Group has historically offered a number of Citigroup stock option programmes to its employees. Stock options have been granted only to CAP participants who elect to receive stock options in lieu of restricted or deferred stock awards. All stock options are granted on Citigroup common stock with exercise prices equal to the fair market value at the time of grant.

Since 2009 the Group has made discretionary grants of options to eligible employees pursuant to the broad-based Citigroup Employee Option Grant (CEOG) Programme under the Citigroup Stock Incentive Plan. Under CEOG, the options generally vest equally over three years, the option term is 6 years from the grant date and the shares acquired on exercise are not subject to a sale restriction.

The stock option activity with respect to 2016 and 2015 under Citigroup stock option plans is as follows:

	2016		2015	
	Options	Weighted average exercise price \$	Options	Weighted average exercise price \$
Outstanding, beginning of year	-	-	277,517	40.80
Exercised	-	-	(244,764)	40.80
Transfers	-	-	(3,238)	40.80
Expired	-	-	(29,515)	40.80
Outstanding, end of year	-	-	-	-
Exercisable, end of year	-	-	-	-

No options were reported by the Group for the year ended 31 December 2016.

Fair value assumptions

Reload options have been treated as separate grants from the related original grants. The result of this programme is that employees generally will exercise options as soon as they are able and, therefore, these options have shorter expected lives. Shorter option lives result in lower valuations using a binomial option model. However, such values are expensed more quickly due to the shorter vesting period of reload options. In addition, since reload options are treated as separate grants, the existence of the reload feature results in a greater number of options being valued.

Shares received through option exercises under the reload programme, as well as certain other options granted, are subject to restrictions on sale. Discounts have been applied to the fair value of options granted to reflect these sale restrictions.

Additional valuation and related assumption information for Citigroup option plans is presented below. Citigroup used a binomial model to value stock options. Volatility has been estimated by taking the historical volatility in traded Citigroup options and adjusting where there are known factors that may affect future volatility.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

31. Share-based incentive plans (continued)

(c) Stock option programme (continued)

	2016	2015
Weighted average fair value at year end of options granted during the year	N/A	N/A
Weighted average expected life		
Option life	All expired	All expired
Valuation assumptions		
Expected volatility	N/A	N/A
Risk-free interest rate	N/A	N/A
Expected dividend yield	N/A	N/A
Expected annual forfeitures	N/A	N/A

32. Contingent liabilities and commitments

The following tables give the nominal principal amounts and risk weighted amounts of contingent liabilities and commitments. The nominal principal amounts indicate the volume of business outstanding at the statement of financial position date and do not represent amounts at risk.

	Contract amount 31 December 2016 \$ 000	Contract amount 31 December 2015 \$ 000
Undrawn credit lines	19,109,697	4,174,011
Other commitments		
- less than 1 yr	13,209,722	11,740,635
- 1 yr and over	3,805,188	3,808,176
Total	36,124,607	19,722,822

Other commitments primarily relate to the Trade business in Ireland. The Group held a collective impairment provision of \$33.9 million as at 31 December 2016 (2015: \$12.9 million), with respect to its commitments.

33. Merger

As noted in the directors' report on 1 January 2016 the Group merged with CIL.

At the date of the merger, CIL's fair value was \$3.75 billion. The consideration paid by CEP comprised cash \$3.4 billion and 423,036 €1 issued shares, the share premium of which was \$369 million. After taking into consideration the value of CIL's CTA and Fair value reserves which were transferred upon acquisition, a capital contribution of \$57.6 million was recorded to the merger reserve.

The overleaf table details the key balance sheet items of CIL, CEP and the combined entity on a pro-forma basis as at 31 December 2015.

702
87. Q

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

33. Merger (continued)

Balance Sheet	CIL 31st Dec 2015 ^{1,2} \$ millions	CEP 31st Dec 2015 \$ millions	CEP+CIL Pro- Forma 31st Dec 2015 ¹ \$ millions	CEP 31st Dec 2016 \$ millions
TOTAL ASSETS	31,533	26,625	58,158	49,282
of which:				
Cash and cash equivalents	7,179	4,812	11,991	16,435
Loans & Advances to Banks	10,260	9,227	19,487	7,487
Loans & Advances to Customers	5,788	8,262	14,050	14,589
Trading & Investment Securities	4,446	3,308	7,754	4,159
Other Assets	3,860	1,016	4,876	6,612
TOTAL LIABILITIES	27,622	18,475	46,097	39,881
of which:				
Deposits by Banks	7,242	6,960	14,202	7,695
Customer Accounts	15,347	7,912	23,259	24,066
Other Liabilities	5,033	3,603	8,636	8,120
TOTAL EQUITY	3,908	8,150	12,057	9,401

¹The figures are unaudited.

²CIL's Statement of Financial Position was converted from GBP to US dollars by applying the year end rate.

The below table details the key income statement items of CIL, CEP and the combined entity on a pro-forma basis as at 31 December 2015.

Income statement	CIL 31st Dec 2015 ^{1,3} \$ millions	CEP 31st Dec 2015 \$ millions	CEP+CIL Pro- Forma 31st Dec 2015 ¹ \$ millions	CEP 31st Dec 2016 \$ millions
OPERATING INCOME	736	1,315	2,051	2,169
of which:				
Net interest income	113	226	339	358
Net fee and commission income	406	842	1,248	1,165
Trading and investment income	65	122	187	311
Other Operating Income	218	119	337	302
TOTAL EXPENSES	(642)	(575)	(1,217)	(1,222)
of which:				
Personnel expenses	(303)	(230)	(533)	(615)
Other expenses	(339)	(345)	(684)	(607)
NET CREDIT (LOSSES)/RECOVERIES	(9)	(19)	(28)	6

¹The figures are unaudited.

³CIL's Income statement was converted from GBP to US dollars by applying at the respective month end rate.

203

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

34. Involvement with unconsolidated structured entities

Nature, purpose and extent of the Group's interests in unconsolidated structured entities

The Group engages in various business activities with structured entities which are designed to achieve a specific business purpose. A structured entity is one that has been set up so that any voting rights or similar rights are not the dominant factor in deciding who controls the entity. An example is when voting rights relate only to administrative tasks and the relevant activities are directed by contractual arrangements.

Structured entities are consolidated when the substance of the relationship between the Group and the structured entities indicate that the structured entities are controlled by the Group. The entities covered by this disclosure note are not consolidated because the Group does not control them through voting rights, contract, funding agreements, or other means. The extent of the Group's interests to unconsolidated structured entities will vary depending on the type of structured entities.

Asset Based Financing

The Group provides loans and other forms of financing to structured entities that hold assets. Those loans are subject to the same credit approvals as all other loans originated or purchased by the Group.

The Group does not have the power to direct the activities that most significantly impact these structured entities economic performance, and thus it does not consolidate them. These vehicles are funded usually via a syndicate of lenders.

The table below sets out an analysis of carrying amounts of interests held by the Group in unconsolidated structured entities and the maximum exposure to loss. All exposures are included in loans and advances to customers and are funded.

	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Carrying amount		
Asset-Based Financing	1,012,860	826,334
Total	<u>1,012,860</u>	<u>826,334</u>

The above exposure is made up of 32 entities (2015: 22) with a total SPE asset of \$3,980 million (2015: \$1,720 million) and further commitments of \$3 million (2015: \$10 million).

During the year the Group did not provide financial support to unconsolidated structured entities.

The maximum funded exposure represents the balance sheet carrying amount of the Group's investment in the structured entities. It reflects the initial amount of cash invested in the structured entities adjusted for any accrued interest and cash principal payments received. The carrying amount may also be adjusted for increases or declines in fair value or any impairment in value recognised in the income statement. The maximum exposure of unfunded positions represents the remaining undrawn committed amount, including liquidity and credit facilities provided by the Group.

35. Operating lease commitments

	Group and Company	
	31 December 2016 \$ 000	31 December 2015 \$ 000
Expiring:		
- within one year	7,826	7,466
- between one and five years	12,831	18,488
- in five years or more	994	2,528
	<u>21,651</u>	<u>28,482</u>

204
M 12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

36. Related party transactions

The Group is a wholly owned subsidiary undertaking of Citibank Holdings Ireland Limited, which is incorporated in Ireland. The largest Group in which the results of the Group are consolidated is that headed by Citigroup Inc., which is incorporated in the United States of America. The Group defines related parties as the Board of Directors, senior management, their close family members, parent and fellow subsidiaries and associated companies. The Group considers the key management of the Group to be the Board of Directors.

At 31 December 2016 there were no outstanding exposures to Directors including loans (2015: \$nil).

A number of arm's length transactions are entered into with other Citigroup companies. These include loans and deposits that provide funding to other Citigroup companies as well as derivative contracts used to hedge residual risks that are included in the other assets and other liabilities balances. Various services are provided between related parties and these are all also provided at arm's length. The table below summarises balances with related parties.

	Group		
	31 December 2016		
	Parent company undertakings	Other Citigroup undertakings	Total
	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	-	4,029,372	4,029,372
Loans and advances to banks	-	5,161,227	5,161,227
Loans and advances to customers	-	13,238	13,238
Prepayments and accrued income	-	-	-
Other assets	-	1,288,752	1,288,752
Derivatives	-	1,116,719	1,116,719
Liabilities			
Deposits by banks	-	6,089,302	6,089,302
Customer accounts	-	557,644	557,644
Accruals and deferred income	-	-	-
Provisions	-	18,275	18,275
Other liabilities	-	190,763	190,763
Derivatives	-	1,116,719	1,116,719
Commitments and guarantees	-	953,617	953,617
Income statement			
Interest and similar income	-	35,569	35,569
Interest payable	-	(12,169)	(12,169)
Net fee and commission income	-	330,314	330,314
Other operating income	-	273,010	273,010
Net trading expense	-	(213,921)	(213,921)
Other expenses	-	(174,548)	(174,548)

There were no transactions with the parent company or the subsidiaries during the year.

205
Jh. W

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

36. Related party transactions (continued)

	31 December 2015		
	Parent company undertakings	Other Citigroup undertakings	Total
	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	-	1,804,449	1,804,449
Loans and advances to banks	-	7,142,351	7,142,351
Prepayments and accrued income	-	735	735
Other assets	-	131,927	131,927
Derivatives	-	82,542	82,542
Liabilities			
Deposits by banks	-	5,848,487	5,848,487
Customer accounts	-	26,470	26,470
Accruals and deferred income	-	8,519	8,519
Other liabilities	-	58,599	58,599
Derivatives	-	77,394	77,394
Other, FX spot reval loss	-	-	-
Other	-	(356)	(356)
Commitments and guarantees	-	1,279,714	1,279,714
Income statement			
Interest and similar income	-	17,097	17,097
Interest payable	-	(15,224)	(15,224)
Net fee and commission income	-	308,148	308,148
Other operating income	-	(12,434)	(12,434)
Net trading income	-	126,509	126,509
Other expenses	-	(183,674)	(183,674)

The material transactions within the Group are with respect to the merger of CEP and CIL both entities under common control of Citi Overseas Holdings Bahamas Limited. The merger involved the issuance of 423,036 shares and cash consideration of \$3.3 billion as consideration.

206
31. 12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

36. Related party transactions (continued)

	Company		
	31 December 2016		
	Parent company undertakings \$ 000	Other Citigroup undertakings \$ 000	Total \$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	-	4,017,617	4,017,617
Loans and advances to banks	-	5,161,227	5,161,227
Loans and advances to customers	-	13,238	13,238
Prepayments and accrued income	-	-	-
Other assets	-	1,288,752	1,288,752
Derivatives	-	1,116,719	1,116,719
Liabilities			
Deposits by banks	-	6,089,302	6,089,302
Customer accounts	-	557,644	557,644
Accruals and deferred income	-	-	-
Provisions	-	18,275	18,275
Other liabilities	-	190,763	190,763
Derivatives	-	1,116,719	1,116,719
Commitments and guarantees	-	-	-
Income statement			
Interest and similar income	-	35,569	35,569
Interest payable	-	(12,169)	(12,169)
Net fee and commission income	-	330,314	330,314
Other operating income	-	273,010	273,010
Net trading expense	-	(213,921)	(213,921)
Other expenses	-	(174,548)	(174,548)

202
81. 186

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

36. Related party transactions (continued)

	Company		
	31 December 2015		
	Parent company undertakings \$ 000	Other Citigroup undertakings \$ 000	Total \$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	-	1,804,449	1,804,449
Loans and advances to banks	-	7,142,351	7,142,351
Prepayments and accrued income	-	735	735
Other assets	-	131,927	131,927
Derivatives	-	82,542	82,542
Liabilities			
Deposits by banks	-	5,848,487	5,848,487
Customer accounts	-	26,470	26,470
Accruals and deferred income	-	8,519	8,519
Other liabilities	-	58,599	58,599
Derivatives	-	77,394	77,394
Other, FX spot reval loss	-	-	-
Other	-	(356)	(356)
Commitments and guarantees	-	1,279,714	1,279,714
Income statement			
Interest and similar income	-	17,097	17,097
Interest payable	-	(15,224)	(15,224)
Net fee and commission income	-	308,148	308,148
Other operating income	-	(12,434)	(12,434)
Net trading income	-	126,509	126,509
Other expenses	-	(183,674)	(183,674)

208
31. 12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

37. Reserves

Translation reserve

The translation reserve represents the cumulative gains and losses on the translation of the Group's net investment in its foreign operations, excluding any ineffectiveness, of investment hedge derivatives. Gains and losses accumulated in this reserve are reclassified to the income statement when the Group loses control, joint control or significant influence over the foreign operation or on disposal or partial disposal of the operation.

Fair value reserve

The fair value reserve represents the net unrealised gain or loss, net of tax, arising from the recognition in the statement of financial position of available for sale financial investments at fair value.

Equity reserve

The Equity reserve represents amounts expensed in the income statement in connection with share based payments, net of transfers to retained earnings on the exercise, lapsing or forfeiting of share awards.

Capital Reserve

The capital reserve represents capital contributions received from parent companies.

Merger Reserve

The merger reserve represents the difference between the fair value and book value and any transferred over reserve balances from the merger with CIL.

205
Jr
De

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

38. Segmental analysis

The chief operating decision makers of the Group (being the Board of Directors) defined its two main operating segments as Citicorp and Citi Holdings and it conducts its business in Ireland, United Kingdom and Continental Europe. The table below provides an analysis of its two main operating segments by these geographical regions.

The Group's management reviews the performance of the Group based on the same operating segments as Citigroup Inc.

Citicorp consists of Citi's Institutional Clients Group ("ICG"). This comprises Corporate and Investment Banking, Markets and Securities Services, Treasury and Trade Solutions and the Citi Private Bank.

Citi Holdings delivers a wide array of retail banking, cards, lending, insurance and investment services through a network of local branches, offices and electronic delivery systems. The Citi Holdings business services both individual consumers as well as small businesses. Post year end 2016, this Segment will no longer be reported separately and will roll into Citicorp.

Transactions between segments are undertaken on an arm's length basis.

Gross income includes interest income, dividend income, net fee and commission income, net income on items at fair value through profit and loss, net investment income and other operating income.

	31 December 2016									
	Citicorp				Citi Holdings		Total			
	Ireland	United Kingdom	Continental Europe	Total	Continental Europe	Total	Ireland	United Kingdom	Continental Europe	Total
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Gross income	970,796	380,154	817,849	2,168,799	39,044	39,044	970,796	380,154	856,893	2,207,843
Interest income	210,791	111,899	89,319	412,009	39,211	39,211	210,791	111,899	128,530	451,220
Interest expense	(6,043)	(26,910)	(20,907)	(53,860)	(48)	(48)	(6,043)	(26,910)	(20,955)	(53,908)
Profit/(loss) before tax	543,189	168,049	240,686	951,924	39,045	39,045	543,189	168,049	279,731	990,969
Income tax (expense)/credit	(78,519)	51,245	(96,311)	(123,585)	(4,847)	(4,847)	(78,519)	51,245	(101,158)	(128,432)
Profit/(loss) for the period	464,670	219,294	144,375	828,339	34,198	34,198	464,670	219,294	178,573	862,537
Total assets	15,056,136	13,455,792	20,575,666	49,087,594	194,389	194,389	15,056,136	13,455,792	20,770,055	49,281,983
Total liabilities	10,148,631	9,199,969	19,892,830	39,241,430	639,331	639,331	10,148,631	9,199,969	20,532,161	39,880,761

No income, expenses, assets or liabilities were reported within Citi Holdings for Ireland and United Kingdom.

210
Zhi. No

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

38. Segmental analysis (continued)

	31 December 2015								
	Citicorp			Citi Holdings			Total		
	Ireland	United Kingdom	Continental Europe	Total	Continental Europe	Total	Ireland	United Kingdom	Continental Europe
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Gross income	1,043,692	-	268,740	1,312,432	122,450	122,450	1,043,692	-	391,190
Interest income	317,897	-	94,112	412,009	72,100	72,100	317,897	-	166,212
Interest expense	(28,188)	-	(25,672)	(53,860)	(41,567)	(41,567)	(28,188)	-	(67,239)
Profit/(loss) before tax	607,699	-	114,010	721,709	1,284	1,284	607,699	-	115,294
Income tax (expense)/credit	(77,760)	-	(21,459)	(99,219)	(183)	(183)	(77,760)	-	(21,642)
Profit/(loss) for the period	529,939	-	92,551	529,939	1,101	1,101	529,939	-	93,652
Total assets	16,928,251	-	9,271,652	26,201,270	424,967	424,967	16,928,251	-	9,696,619
Total liabilities	8,683,968	-	8,533,486	39,241,430	1,257,791	1,257,791	8,683,968	-	9,791,277

39. Parent companies

The Group is a subsidiary undertaking of Citibank Holding Ireland Limited (CHIL), incorporated in Ireland.

The largest Group in which the results of the Group are consolidated is Citigroup Inc. The audited consolidated financial statements of Citigroup Inc. are made available to the public annually in accordance with Securities and Exchange Commission regulations and may be obtained from www.citigroup.com/citi/corporategovernance/ar.htm.

The smallest Group in which the results of the Group are consolidated is CHIL. Copies of the Group accounts will be available to the public and may be obtained from its offices at 1 North Wall Quay, IFSC, Dublin 1.

40. Subsequent Events

The Group's Consumer business in Hungary was sold in Q1 2017 as part of Citigroup's strategy to exit this business in 11 markets, the gain on disposal was recorded at \$20.4 million. The Group also sold its Prepaid Card business, a business within Treasury Trade Solutions with a gain on disposal of \$2.3 million. The Group's UK based subsidiary, CitiCapital Leasing (June) Limited was liquidated in Q1 2017.

On 1 January 2017 the Group came under the direct supervision of the ECB through the Single Supervisory Mechanism (SSM).

In Q1 2017 the Group has recorded a cost of credit charge relating to obligors initially provided for within the 2016 financial statements as a result of events which have occurred since year end. The incremental provision is \$25 million.

41. Approval of financial statements

The financial statements of the Group were approved by the Board of Directors on the 29th March 2017.